



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Arquitectura do Terrorismo no Médio Oriente Paradigmas, Balanças de Poder e Sistema Internacional

Ana Teresa Fernandes

Dissertação de Projecto para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Felipe Pathé Duarte
Co-orientadora: Prof^a Doutora Liliana Reis Ferreira

Covilhã, Abril de 2016

Dedicatória

Aos meus pais, que me abriram as portas do mundo e me apoiaram incondicionalmente.

À avó Céu, palavras não chegam para expressar a gratidão de a ter presente na minha vida.

Agradecimentos

Agradeço, antes de mais, à minha família que me deu todo o apoio de que precisei, e precisei de muito.

Um profundo agradecimento à professora e amiga, Liliana Reis Ferreira. As sugestões e a partilha de conhecimento da professora foram, certamente, uma majestosa mais-valia para esta investigação. A sua disponibilidade para me orientar nos momentos em que a insegurança parecia querer levar a melhor, foi fundamental para a superação dos desafios que se impunham. Bem-haja, Professora.

Ao professor Felipe Pathé Duarte. Pelas relevantes críticas e sagazes conselhos. As suas considerações em muito me abriram horizontes no pensamento e me ajudaram a encontrar o caminho certo para esta investigação.

Aos meus amigos cuja partilha de opiniões e de perspectivas, nem sempre convergentes e nem sempre em diálogos calmos e serenos, em muito contribuíram para a construção deste projecto.

Ao Ricardo, que me aturou quando já nem eu tinha paciência para mim. Obrigada.

Resumo

O terrorismo é um dos grandes desafios do século XXI. A presente investigação pretende oferecer uma visão mais esclarecedora acerca do fenómeno terrorista e em particular, acerca do terrorismo contemporâneo jihadista. Assim, partindo de uma análise conceptual, histórica e filosófica sobre terrorismo direccionamo-nos para um estudo mais concentrado no terrorismo jihadista. Serão alvo de estudo as justificações ideológicas e religiosas advogadas pelo jihadismo e as dinâmicas político sociais subjacentes à emergência de um movimento fundamentalista islâmico no Médio Oriente. Procuramos, ainda, perceber de que forma é que as transformações na balança de poder do Médio Oriente contribuíram para a evolução deste movimento fundamentalista que culminou na emergência do terrorismo jihadista que conhecemos hoje. Para concretizar este objectivo serão analisadas as mutações de poder regional mais relevantes desde o final da Primeira Grande Guerra, nomeadamente, a Guerra do Afeganistão, a Primeira e a Segunda Guerra do Golfo, bem como a Primavera Árabe.

Verificada a existência de uma relação entre as transformações nas dinâmicas de poder do Médio Oriente e o terrorismo jihadista, procuraremos apurar se a relação inversa se verifica. Enquadrando a nossa análise no regime de racionalização sistémica proposta por Kenneth Waltz, tentaremos perceber se o terrorismo poderá, também ele, ingerir no desenho das configurações de poder e participar nelas. Assim, partindo de uma análise neorrealista, tentaremos averiguar se o terrorismo, para além de ser influenciado pelas transformações da balança de poder do Médio Oriente, poderá, também ele, se afigurar como agente de participação e de mutação destas dinâmicas de poder.

Palavras-chave

Terrorismo, Médio Oriente, Balança de Poder, Neorrealismo, Sistema Internacional

Abstract

Terrorism is one of the biggest challenges of the the XXI century. This research aims to provide a more insightful view about the terrorist phenomenon and in particular about the contemporary jihadist terrorism. Starting with a conceptual, historical and philosophical analysis of terrorism in general, we will adress a more concentrated study in jihadist terrorism. The subjects of this study are the ideological and religious justifications advocated by jihadism, as well as the social and political dynamics underlying the emergence of an islamic fundamentalist movement in the Middle East. From here, we will try to understand how the changes in the balance of power in the Middle East contributed to the evolution of this fundamentalist movement that culminated in the emergence of the jihadist terrorism we know today. In order to do so, this research project will analyse the main changes of regional power since the final of WWI, taking into account relevant events such as the Afghanistan War, the First and Second Gulf War, as well as the Arab Spring.

Verified the existence of a relationship between the changes in the Middle East power dynamics and the jihadist terrorism, we seek to determine if the inverse relationship can be observed. Framing our analysis on the systemic rationalization scheme proposed by Kenneth Waltz, we will try to understand whether terrorism can interfere in the formation of the power dynamics by participating in them. Thus, from a neorealist analysis we seek to determine if terrorism, being influenced by changes in balance of power, can also become an agent of participation in these power dynamics and in the international system.

Keywords

Terrorism, Middle East, Balance of Power, Neorealism, International System

Índice

Introdução	1
1. Terrorismo, uma análise conceptual	7
1.1 Terrorismo entre as Fragmentações dos Organismos Internacionais	8
1.2 As Origens da Terminologia	16
1.3 Práticas Terroristas na Antiguidade.....	18
1.4 De uma Inspiração Filosófica a uma Prática Obscena: A Herança do Tiranícidio	20
1.5 A Evolução do Fenómeno Terrorista.....	22
1.6 O 11 de Setembro e o Novo Terrorismo	28
1.7 O terrorismo no Pensamento Reflexivo.....	33
2. Terrorismo no Médio Oriente: uma alteração do paradigma terrorista?	39
2.1 Jihad: de conceito a conduta.....	39
2.2. Salafismo: de doutrina reformatória a militância radicalista	43
2.3 Jihadismo e Salafismo: elementos de uma mitologia reacionária	50
3. O jihadismo e os vácuos identitários de uma construção nacional condicionada	55
3.1 A construção do Estado (não)Nação no Médio Oriente.....	55
3.2 O Pan-Islamismo e o Jihadismo	61
3.3 A Rede Afegã: uma fusão do radicalismo islâmico regional	64
4. As perturbações na balança de poder do Médio Oriente e a afirmação do terrorismo	73
4.1 A Primeira Guerra do Golfo.....	74
4.2 A Segunda Guerra do Golfo.....	80
4.3. A Primavera Árabe	88
5. O Novo Terrorismo num Sistema de Interacções de Poder	99
5.1. A Evolução Empírica do Novo Terrorismo	99
5.2. O terrorismo numa perspectiva neorrealista	114
5.3 O terrorismo, enquanto actor do realismo estrutural (?).....	120
Conclusões.....	141
Direcções Futuras para a Investigação	152
Bibliografia	153

Lista de Figuras

Figura 1 - Estrutura Internacional Waltziana.....	pág. 148
Figura 2 - Estrutura Internacional Actual.....	pág. 151

Lista de Acrónimos

AQ	Al-Qaeda
AQI	Al-Qaeda do Iraque
AQC	Al-Qaeda Central
AQM	Al-Qaeda do Magrebe
CS	Conselho de Segurança
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
EES	Estratégia Europeia de Segurança
ETA	Euskadi Ta Askatasuna [Pátria Basca e Liberdade]
EUA	Estados Unidos da América
FLN	Frente de Libertação Nacional
NATO	North Atlantic Treaty Organization [Organização do Tratado do Atlântico Norte]
HAMAS	Harakat al-Muqāwamat al-Islāmiyyah [Movimento de Resistência Islâmica]
ORIM	Organização Revolucionária Interna da Macedónia
IRA	Irish Republican Army [Exército Republicano Irlandês]
ISI	Inter-Service Intelligence [Inter-Serviço de Intelligence]
ISIS	Islamic State of Iraq and Syria/al-Sham [Estado Islâmico do Iraque e da Síria/Levante]
JTJ	Jama'at al-Tawhid wa'al-Jihad [Organização do Monoteísmo da Jihad]
LIM	Liga Islâmica Mundial
MAK	Maktab al-Khidmat ul- Mujahideen ul-Arab [Departamento dos Serviços Árabes Mujahidin]
MO	Médio Oriente
MONA	Médio Oriente e Norte de África
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
OIAI	Organização Internacional para a Assistência Islâmica
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da União Africana
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PYG	Partido de Unidade Democrática
RE	Resolução
UE	União Europeia
US	União Soviética
YPG	Unidade de Protecção

Introdução

O terrorismo constitui um dos principais desafios à segurança global do século XXI. Na última década o terrorismo invadiu virtualmente as nossas casas, as fronteiras ocidentais que julgávamos protegidas por escudos de moralidade absoluta e as nossas mentes com imagens horrosas de morte, destruição e sectarismo. O terrorismo tornou-se, vulgarmente, sinónimo de guerra e de devastação, de ideologias e de fanatismos, de coerção e de violência generalizada. O terrorismo, ao mesmo tempo que se tornou sinónimo de tudo isto, revelou também a incompreensão face ao que ele, verdadeiramente, é. Os atentados do 11 de Setembro em Washington e Nova Iorque despertaram o mundo para a ameaça representada por este inimigo sem rosto. O mundo chorou em 2001 e o mundo continua hoje a sofrer nas mãos desta impiedosa ameaça.

O terrorismo não é um fenómeno imutável, pelo contrário, ele transforma-se, adapta-se e reinventa-se para melhor responder às circunstâncias e aos desafios encontrados pelos seus perpetradores. Actualmente somos confrontados com um terrorismo que se reveste de preceitos religiosos e fundamentalistas islâmicos, que se auto-apelida de jihadista e que manipula uma retórica religiosa impregnada de ódios e ressentimentos contra a cultura ocidental secular. Contudo a sua maior vítima, directa e indirecta, é a própria comunidade islâmica, sendo que é ela quem presencia diariamente o que a violência destes grupos terroristas representa. Com efeito, é nas regiões popularizadas por maiorias muçulmanas que os focos de terrorismo islâmico se germinam, desenvolvem e sedimentam. Retoricamente motivados pela reunificação das terras sagradas que outrora pertenceram ao império Árabe, unidas pelo Profeta e pelos califas “bem guiados”; politicamente, motivados pela conquista de poder, quer territorial quer relacional, os terroristas islâmicos têm demonstrado uma capacidade real de assegurarem territórios, de se defenderem e de exercerem poder em inúmeras regiões (não só mas sobretudo) do Médio Oriente. Ao olharmos para esta região conseguimos identificar uma série de focos de violência ou conflitos, nos quais, se o terrorismo não foi o potencializador da sua génese, é, pelo menos, um potencializador da sua perpetuação, de entre os quais se destacam a Líbia, o Afeganistão, o Iémen, a Síria e o Iraque, sendo que a instabilidade e o receio/probabilidade de sofrer um ataque terrorista é praticamente comum a todos os Estados da região.

Perante este cenário, tornar-se-á pertinente perceber de que forma é que o terrorismo alcançou tamanha projecção de poder. O objectivo desta investigação é perceber o que é, de que forma se materializa o terrorismo e quais as circunstâncias (se é que as houve) que conduziram ou propiciaram à sua maturação. Neste sentido, poderá ser feita uma análise do crescimento e consolidação do terrorismo com um olhar atento sob as (des)configurações geopolíticas do Médio Oriente, no período delimitado cronologicamente entre 1919 e 2014. Graças à ampla abrangência temporal em que será analisado o nosso objecto de estudo, ou

seja, o terrorismo jihadista moderno, abdicaremos de uma análise mais profunda e intensa para uma análise mais ampla e abrangente. Acreditamos que esta escolha nos traga efeitos benéficos, uma vez que nos possibilitará um conhecimento mais alargado das dinâmicas subjacentes ao desenvolvimento e ao crescimento do terrorismo contemporâneo. Assim, propomos-nos a responder à seguinte questão:

- De que forma é que as alterações provocadas na balança de poder do Médio Oriente contribuíram para uma alteração do paradigma do terrorismo e se o terrorismo poderá, não apenas ser influenciado pelas alterações à balança de poder, mas também, ele próprio, influenciar estas mutações no poder político.

É certo que existe um vasto conjunto de literatura dedicada ao estudo e reflexão do terrorismo enquanto problema e fenómeno, no entanto, uma abordagem dialética entre a realidade empírica do fenómeno e o respetivo framework epistemológico das relações internacionais que, simultaneamente, explore as causas, a materialização do terrorismo e que o enquadre num sistema de análise sistémico capaz de providenciar uma compreensão holística e forneça um quadro de intelectualização, parece no seio da academia.

Em termos metodológicos, a natureza indutiva desta investigação exigiu uma investigação qualitativa, que atendeu quer à análise histórica e estratégica sobre o fenómeno terrorista, quer à discussão académica e subsequentes análises do terrorismo, cruciais no esforço de intelectualização e compreensão da ameaça. Neste sentido, a abordagem metodológica que sustentou a tese consistiu fundamentalmente no recurso a fontes secundárias primordialmente em monografias publicadas sobre a temática, bem como artigos e outras reflexões teóricas, publicadas em jornais e revistas, que consideramos relevantes para a investigação em causa.

No imenso volume de artigos e monografias publicadas relativos ao terrorismo podemos identificar algumas correntes de análise. Uma delas corresponde à Política Comparada, a qual se dedica ao estudo material do terrorismo, ou seja, a uma descrição intensa da materialização e da operacionalização de determinado fenómeno sem dedicar, contudo, prestar demasiada atenção às causas inerentes ao mesmo. Um dos autores de destaque nesta corrente de estudo será, por exemplo, Bruce Hoffman, ele que nos providenciar um claro esclarecimento acerca do funcionamento, operacionalização e materialização do terrorismo, o qual nos será muito útil se pretendermos entender determinado grupo terrorista ou determinado contexto regional ou, mesmo regional, em pormenor. Outra corrente de análise bastante comum é aquela que se centra no estudo de medidas de contraterrorismo, sendo que esta metodologia de análise se foca essencialmente na identificação de estratégias e táticas que possam ser uteis para derrotar grupos terroristas. Recorrendo, muitas vezes a um estudo das relações internacionais do terrorismo

com o objectivo de o compreender para o poder manipular contra o grupo terrorista, nesta corrente poderemos destacar os contributos de autores como Barry Cooper e Brigitte L. Nacos. Há ainda outra grande corrente de análise que se situa no quadro das teorias críticas e que, tendencialmente, procura estudar o terrorismo encontrando uma relação de interdependência ou causalidade com circunstâncias económicas, sendo que aqui se destacam autores como Richard Jackson, Lee Jarvis, Jeroen Gunning and Marie Breen Smyth. Estas metodologias de análise são muito importantes e esclarecedoras. Se a Política Comparada nos permite entender detalhadamente o funcionamento do terrorismo, a bibliografia de contraterrorismo nos oferece uma série de respostas de combate ao terrorismo e as teorias críticas nos oferecem uma visão diferente dos problemas subjacentes ao terrorismo. Não obstante a análise da Política Comparada parece negligenciar uma visão contextualizada com as circunstâncias externas e uma análise que permita identificar paralelismos e padrões de análise a diferentes grupos terroristas. As teorias de contraterrorismo tendencialmente fazem referências às dinâmicas das relações internacionais mas não as esclarecem e aprofundam, no sentido de as padronizar. Já as teorias críticas oferecem-nos uma compreensão dos problemas sem, contudo, oferecer respostas amplas para a percepção do fenómeno em si.

Neste sentido, pretendemos através desta investigação oferecer uma reflexão sobre o fenómeno do terrorismo e contribuir para o debate acerca de uma das principais ameaças à segurança internacional atualmente. Mais do que averiguar a sua materialização (que também é muito importante e será observada) pretendemos analisar as circunstâncias inerentes à génese, crescimento e desenvolvimento do terrorismo, bem como, projectá-lo num quadro de análise de racionalização sistémica que nos permita padronizar o terrorismo e intelectualizá-lo de uma forma mais eficaz..

Para responder a este desafio enquadraremos a nossa análise num quadro geral das relações internacionais partindo de uma perspectiva realista clássica e neorrealista. Mais especificamente, da doutrina realista recuperaremos determinados paradigmas como o papel do poder na centralidade dos objectivos dos Estados e como factor de justificação de comportamentos. Entre estes destacar-se-iam o de *balancear* e de formar alianças no sentido de potencializar as competências internas e externas de poder num sistema de auto-ajuda cujo princípio ordenador é a anarquia. Procuraremos perceber de que forma estes padrões de comportamento poderão ter influenciado a emergência do terrorismo enquanto agente no sistema internacional. Para este efeito, partiremos de uma metodologia dedutiva, no sentido em que será através da análise de específicas configurações e transformações destas mesmas configurações da balança de poder que procuraremos estabelecer uma relação com o desenvolvimento do terrorismo enquanto agente do sistema. Assim, partindo de situações específicas tentaremos estabelecer padronizações gerais aplicáveis à análise do terrorismo e à predição do seu comportamento. Feita esta interseção, assente numa perspectiva realista

clássica, partiremos para uma reflexão do terrorismo inserido num quadro de análise neorrealista e partindo das assunções e dos paradigmas desta procuraremos perceber se o terrorismo se poderá assumir como agente do sistema e, desta forma, não só ser influenciado pelas dinâmicas que se constroem no sistema de auto-ajuda, mas também, ele próprio, influenciar estas dinâmicas e, de alguma forma, contribuir para a distribuição das capacidades do mesmo.

Para respondermos com eficácia a esta problemática será necessário, em primeiro lugar, averiguar se ocorreu ou não uma alteração do paradigma de terrorismo. Para este efeito será útil proceder a uma (des)construção teórica do conceito de terrorismo. Este processo será realizado no primeiro capítulo da dissertação, no qual, em busca de uma definição de terrorismo, revisitaremos os pareceres dos organismos intergovernamentais relativamente a esta conceptualização, procurando encontrar convergências e divergências que nos permitam chegar a um entendimento acerca da percepção contemporânea da palavra terrorismo. Esta busca terá como instrumentos de análise o recurso a bibliografia primária e fontes de direito internacional como Convenções ou Tratados Internacionais.

Estabelecido este paralelismo e feita uma comparação da definição de terrorismo nos organismos intergovernamentais e nas fontes de direito internacional público que nos permita perceber a actual concepção de terrorismo, dedicar-nos-emos à investigação epistemológica das origens etimológicas e históricas do terrorismo, de forma a abrirmos a nossa percepção para a complexidade e diversidade ideológica, funcional, estrutural e operacional subjacente a este fenómeno. Nesta fase será útil recorrer a uma análise histórica não só das manifestações práticas de terrorismo, mas também, da produção doutrinária subjacente ao terrorismo. Neste corpo doutrinário que analisaremos encontrar-se-ão algumas obras ou escolas de pensamento que, ou procurariam legitimar o terrorismo ou, pelo contrário, ser poderão ter sido utilizadas à posteriori pelo terrorismo para justificar a sua acção. Ao estudarmos e analisarmos a evolução do fenómeno terrorista conseguiremos identificar se ocorreu ou não uma mudança no paradigma terrorista e se essa mudança se afigura como útil no estudo do terrorismo contemporâneo. Para este efeito, uma compreensão profunda do conceito de terrorismo é exigida, sendo que, neste sentido, apoiar-nos-emos na doutrina produzida por autores como Hoffman, Laqueur, Jenkins e Cooper para chegarmos a uma proposta de definição de terrorismo.

Uma vez entendida a conceptualização de terrorismo e toda a sua complexidade passaremos para uma análise mais específica do terrorismo contemporâneo. Esta análise que será feita no segundo capítulo, passará, em primeiro lugar pelo estudo da ideologia apresentada por estes terroristas jihadistas salafistas. Para este efeito tentaremos encontrar e evidenciar as raízes político religiosas que se encontram na base da mesma e para tal poderá tornar-se útil a desconstrução dos conceitos proclamados e da retórica propagandeada pelos grupos terroristas contemporâneos. Neste sentido, analisaremos a origem de conceitos como o de

jihad e de doutrinas como a salafista ou a wahabista, com o objectivo de perceber o quem são estes terroristas, o que querem (ou pelo menos dizem querer) e o que os motiva a agir.

Seguidamente passaremos a uma análise das origens do movimento terrorista islâmico e como tal revisitaremos as origens do movimento que o gerou ou pelos menos o impulsionou, ou seja, analisaremos as origens do movimento fundamentalista islâmico ou pan-islâmico. Para uma análise compreensiva deste movimento será necessário ter em conta as dinâmicas políticas, económicas e sociais a ele subjacente e esta compreensão só possível se (no mínimo) recuarmos à formação dos Estados árabes no período pós I Guerra Mundial. A partir daqui e tendo uma compreensão mais alargada dos factores que impulsionaram o crescimento de um movimento baseado numa ideologia fundamentalista islâmica tentaremos perceber de que forma é que um movimento fundamentalista e conservador se transforma num movimento terrorista. Mais uma vez para esta análise será útil, nem tanto uma análise da retórica religiosa e ideológica mas uma análise geopolítica, sendo particularmente importante para esta transmutação um olhar sob a invasão soviética ao Afeganistão, as dinâmicas desta guerra e as consequências produzidas por ela.

Mantendo esta linha de raciocínio procuraremos explorar de que forma a cristalização dos movimentos terroristas no Médio Oriente se relacionam com as alterações na balança de poder que aqui ocorreram. Para este efeito, procederemos a uma análise de três momentos de transmutação nas dinâmicas e alianças de poder regionais: primeira guerra do Golfo, segunda guerra do Golfo e Primavera Árabe. O nosso objectivo será olhar para estes momentos e perceber de que forma os conflitos assinalados produziram alterações à balança de poder da região e de que forma estas, por sua vez, influenciaram o desenvolvimento dos movimentos terroristas na região.

Finalmente, tentaremos averiguar se o terrorismo regional, ultrapassando todos estes momentos e processos de provação sofreu ou não um processo evolutivo e se sofreu como é ele se materializa. Para este efeito será realizada uma análise sobre a natureza ideológica, estrutural e funcional do Daesh que nos permitirá, de forma mais objectiva perceber o processo evolutivo do terrorismo. Perante este amplo quadro de entendimento e esclarecimento relativamente à composição e às dinâmicas subjacentes ao terrorismo, no geral e em especial ao terrorismo jihadista contemporâneo, centrar-nos-emos numa análise do mundo e das relações internacionais baseada na doutrina neorrealista e procuraremos perceber se o terrorismo poderá ou não figurar na mesma. Mais concretamente, faremos primeiramente uma análise das condições e das assunções relevantes para partir para uma análise do mundo baseada no realismo estrutural de Kenneth Waltz. Uma vez esclarecida a Teoria das Relações Internacionais proposta por Waltz e das premissas uteis para a construção desta teoria, tentaremos perceber se o terrorismo pode ou não assemelhar-se a uma unidade da estrutura e comportar-se na estrutura. Não quereremos com isto, jamais dizer que um grupo terrorista é semelhante a um Estado, pelo contrário, partiremos da hipótese de que um

grupo terrorista é naturalmente diferente de um Estado. Não obstante, tentaremos analisar se o grupo terrorista poderá assumir determinadas configurações que são exigidas aos Estados para que façam parte da estrutura como unidades indiferenciadas e se o grupo terrorista poderá actuar em determinado ambiente, como o da estrutura, anárquico; e reger-se por objectivos, nomeadamente o da sobrevivência, de forma a que o seu comportamento possa ser sistematizado e, não só expandido como também previsto, pela teoria de racionalização sistémica de Waltz.

Assim, o nosso último **objectivo** passará por, **não só entender de que forma é que os grupos terroristas são influenciados pelas alterações à balança de poder, como também, de que forma é que estes mesmos grupos terroristas influenciam a balança de poder.** Se nos for possível considerar os grupos terroristas como uma unidade do sistema internacional, conseguiremos mais facilmente identificar as tendências comportamentais destes, nomeadamente a de balançar à semelhança dos Estados, e poderemos, também, percepcionar o seu impacto nas relações de poder de outras unidades. Perceber as relações internacionais implica perceber os grupos terroristas e a única questão que nos resta é identificar a melhor forma de o fazer.

1. Terrorismo, uma análise conceptual

A linguagem, sendo ela um instrumento determinante da vida humana, é tão dinâmica como a comunidade em que se insere. Este seu carácter orgânico permite-lhe adaptar-se a novos contextos, moldando-se e evoluindo para colmatar as diferentes necessidades que surgem aos diferentes oradores consoante o tempo e o lugar em que se apresentam. Tal como Cooper (2001) preconiza, a sua definição é uma arte, na qual o artista procura representar um determinado fenómeno que observou e lhe reconhece um carácter específico. Contudo, ao produzir a dita definição estará a criar um veículo para que outros observem e interpretem o mesmo fenómeno que ele. Segundo Cooper (2001:881) o problema do problema da definição é que na subjectividade da nossa existência individual não existirão duas interpretações iguais do mesmo fenómeno, principalmente se os observadores partilharem marcadas diferenças culturais, religiosas, de lugar ou mesmo de género. Com efeito, alguns termos terão sempre significados diferentes consoantes os oradores em questão¹. E assim, “O terrorista de uma pessoa vai permanecer o lutador pela liberdade de outra.

O processo de definição é totalmente frustrado pela presença de antagonismos irreconciliáveis” (Cooper, 2001:882) A definição do Terrorismo é de particular sensibilidade. Além do problema da subjectividade humana, acresce-se um outro obstáculo à sua interpretação: o comportamento dinâmico e mutável do terrorismo que, ao longo dos séculos, tal como a linguagem, se adapta às necessidades e oportunidades dos seus praticantes. Mudam os meios e os objectivos dos terroristas, da mesma forma que o carácter dos seus sujeitos. Uma coisa se mantém: a eficácia da violência. Independentemente do sítio ou do tempo, a história mostra-nos que, tendencialmente, a violência resulta e o terrorismo manipula-a de uma forma artística. A prática do terror é uma arma tentadora, principalmente, para aqueles que não possuem muitas. Apesar de o terrorismo não poder ser entendido como uma mera técnica ou tática, a verdade é que o terrorismo também não é uma ideologia, e como tal, pode ser adaptado a diferentes pessoas de diferentes credos. “O terrorismo é [ou pode ser], verdadeiramente, aplicável a todos os propósitos e a todos os valores” (Laquer, 2001:5).

O terrorismo pode, no entanto, ser considerado como uma estratégia ou uma tática da guerra subversiva. Entendendo a subversão como a “uma técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo” (Garcia, 2006:171), o terrorismo pode ser visto como um instrumento da guerra subversiva. Tal como Garcia (2006) nos alerta, é importante não confundir subversão com guerra subversiva pois a subversão nem sempre conduz à guerra mas sempre que esta acontece a subversão

¹ H. H. A. Cooper (2001), *Terrorism: The Problem of Definition Revisited*, *American Behavioral Scientist*, 44(6), pp 881-893.

acompanha-a e antecede-a.² Segundo Duarte () o terrorismo assume como móbil da sua acção o propósito de desestabilização do inimigo, afigurando-se como um importante veículo da guerra subversiva. Às particularidades do terrorismo está, tendencialmente, associada uma estratégia que se desenha pelo uso ou ameaça de uso, da violência contra uma população não beligerante. O terrorismo incorpora uma componente ideológica de carácter revolucionário, no sentido em que almeja produzir efeitos transformativos e imediatos em determinado “sistema”. Assim, o terrorista é inevitável e superiormente com questões éticas, assumindo-se como um agente de prognóstico político.³

O terrorismo é levado a cabo por grupos, ou indivíduos, que se movem criptamente e, admitindo que pressupõe a partilha, por parte dos seus sujeitos, de determinada ideologia, essa mesma ideologia não terá de ser a mesma para todos os que façam uso do terrorismo. Assim, o terrorismo tem sido praticado por grupos revolucionários de esquerda, ao mesmo tempo, que por grupos nacionalistas de extrema-direita, grupos religiosos e sociedades secretas. O terrorismo adapta-se a uma infinidade de actores, ideologias e propósitos, viajando no tempo e no espaço, e transformando-se para preencher as necessidades e anseios dos seus praticantes. Este carácter de resiliência que o terrorismo preconiza torna-o extremamente heterogéneo, dinâmico, móvel e híbrido, conduzindo-nos à problemática de fundo: a dificuldade de isolar o fenómeno do Terrorismo numa concepção clara e concisa.

1.1 Terrorismo entre as Fragmentações dos Organismos Internacionais

A definição de terrorismo é bastante problemática. Espelho desta reflexão é a incapacidade da comunidade internacional em apresentar uma definição universal e unanimemente aceite de terrorismo. Não obstante esta idiosincrasia, vários foram os esforços realizados no seio dos organismos internacionais, para alcançar uma definição de terrorismo que estabeleça uma fronteira entre o uso legítimo da violência e a prática terrorista. Não tendo esta, ainda, sido conseguida, um extenso corpo doutrinário tem vindo a ser produzido no seu lugar. No seio das Nações Unidas foram já adoptadas 13 Convenções Internacionais com o objectivo de prevenir e combater o Terrorismo.⁴ Embora todos os Estados membros concordem que o terrorismo é inimigo da paz, da segurança estatal e internacional, nem todos partilham o mesmo entendimento relativamente à sua concepção.⁵ Com efeito, ao ratificarem, em 1994, a

² Garcia, Francisco Proença (2006). *O Fenómeno Subversivo na Actualidade: contributos para o seu estudo*, Nação e Defesa, 3ª, 114, pp. 169-191.

³ Duarte, Felipe Pathé (2007). *Crepúsculo da Razão: Considerações sobre o Terrorismo Pós-Guerra Fria*, Lisboa, Prefácio.

⁴ Nações Unidas (2016). *Databases: Textos e Estatutos das Convenções das Nações Unidas para o Terrorismo* [Em linha] Colecção de Tratados, [consultado a 16 de Novembro de 2015] disponível em https://treaties.un.org/Pages/DB.aspx?path=DB/studies/page2_en.xml

⁵ Vide artigo 1º, 2º, 3º. Consultar em: Resolução da Assembleia 40/61, Medidas para a prevenção do terrorismo internacional que ponha em risco ou retire vidas humanas ou prejudique liberdades fundamentais e estudo das causas subjacentes a essas formas de terrorismo e actos de violência, que recaiam sob a miséria, frustração, luto e desespero, e que leve a que algumas pessoas sacrifiquem vidas

Declaração sobre as Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, os Estados reconheceram que “quaisquer actos criminosos planeados ou calculados para provocar um estado de terror no público, num grupo de pessoas ou numa pessoa, por motivações políticas são, em quaisquer circunstâncias, injustificáveis, independentemente das considerações políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas, religiosas ou de outra natureza, que possam ser invocadas para os justificar” (Artigo 1º (3))⁶.

Os Estados entendem, então, que nenhuma justificação política poderá legitimar ou validar a execução dos actos criminosos acima descritos. Contudo para além da intencionalidade de provocar um “estado de terror no público, grupo de pessoas ou numa pessoa” carece-se de uma definição clara e concisa de terrorismo que viabilize uma acção pragmática na supressão estatal deste fenómeno. Alguns autores argumentam que “uma definição de terrorismo tem sido evitada porque os actos são considerados criminosos mas as razões pelas quais os actos são cometidos não são consideradas criminosas” (Duursma, 2008:1).

Com efeito, a Declaração de 1994 veio demonstrar que os Estados consideram o terrorismo como algo condenável mas não foi produzido um consenso quanto à sua concepção. O maior obstáculo que se impõe à definição de terrorismo advém da incapacidade de separar o acto das motivações e da fenomenologia que lhe é inerente, sendo que, muitas vezes o terrorismo está associado a valores consagrados na ordem liberal⁷, o que causa um paradoxo e impede

humanas, tal como a sua, numa tentativa desesperada de promover mudanças radicais, A/ RES/40/61 (9 de Dezembro de 1985), [consultado a 15 de Novembro de 2015] disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/40/a40r061.htm>

⁶ Resolução da Assembleia Geral 49/, Declaração sobre as Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, (9 de Dezembro de 1994), [consultado a 20 de Dezembro de 2015] disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/reArtigos/49/a49r060.htm>

⁷ A ordem liberal, de uma maneira muito geral, nasce da aplicação do pensamento e de princípios liberais aos sistemas de análise internacionais e trans-sociais. A ordem liberal surge como doutrina mais sólida a partir do Iluminismo e, com maior, ressonância internacional no término da Primeira Grande Guerra. O liberalismo assume-se como uma teoria modeladora das relações internacionais através da reforma proposta por Woodrow Wilson dos Catorze Pontos, a qual previa uma reconstrução da paz mundial baseada nos princípios de uma diplomacia aberta, do direito à auto-determinação dos povos, do livre comércio, do desarmamento, da resolução pacífica de disputas e do estabelecimento de um organismo internacional capaz de assegurar a segurança internacional pelo estabelecimento de pontes de comunicação e convergência entre os países, este organismo que seria a *Liga das Nações*. Na vasta e heterógena doutrina liberal é dada uma atenção particular às relações entre o indivíduo, a sociedade e o Estado, mantendo-se uma preocupação latente com a necessidade de preservar a liberdade do indivíduo. Há aqui uma forte herança iluminista, no sentido em que se entende que os indivíduos são capazes de, através da razão, definir o seu caminho sem necessidade de fortes ingerências externa/extraterrenas, ou seja, de se auto-regularem, quer individualmente quer colectivamente. Um dos pilares filosóficos mais importantes do liberalismo é a ideia de que todos os indivíduos são iguais e possuem o *direito natural* à vida, à liberdade e à propriedade. O desafio do liberalismo será o de combinar a preservação da liberdade do indivíduo com o aparelho estatal e social. O liberalismo para da assunção de que quando os indivíduos são livres e realizam os seus interesses existe um efeito social positivo, mesmo que individualmente os seus objetivos sejam egoístas, pois existem mecanismos que regulam as sociedades como o mercado que fazem com que o bem estar cresça. Um dos mecanismos basilares do liberalismo aplicado à economia é o da *mão invisível* do mercado que o auto regula naturalmente. O Estado é percebido como um mal necessário e uma ameaça potencial à liberdade dos indivíduos e à paz, uma vez que a sua busca incessante por poder condiciona a paz e promove guerras. É portanto, necessário diminuir o mais possível a presença do Estado na vida dos indivíduos (sem o eliminar) e criar um sistema internacional baseado no livre-comércio, na democracia e nas instituições internacionais, procurando regulá-los através de sistemas

um pensamento racional. O verdadeiro problema reside no facto de que, por vezes o acto criminoso é condenável mas as suas justificações e motivações são, à luz do direito internacional, legítimas e de relevância suprema. No limiar, admite-se que estas motivações não podem servir de instrumento para justificar actos criminosos, mas se o forem cria-se um problema porque a sua natureza não poderá jamais ser confundida com a actividade criminosa ou ilegal. Ora, ao definirmos o terrorismo de forma mais precisa e capaz e capaz de incentivar uma acção inequívoca, a fenomenologia do terrorismo terá de ser incluída.

Este dilema é agravado, muito provavelmente, pelo facto de que as décadas de construção de uma comunidade política internacional - com maior visibilidade e materialização na ONU - se fez acompanhar de paralelos e dispersos movimentos nacionalistas que proclamavam direitos fundamentais desta construção política, como o direito à autodeterminação, ao mesmo tempo que praticavam violentos actos de terrorismo. Esta realidade arrastou-se, estando bastante presente aquando da ratificação da Declaração sobre as Medidas para Eliminar os Terrorismo Internacional em 1994, período assaltado por inúmeras convulsões nacionalistas que emanavam um pouco por toda a parte; admitindo-se que esta realidade possa ter, em parte, frustrado o processo de conceptualização do terrorismo.

Tragicamente, a proclamação de valores nacionalistas como o direito à autodeterminação, que se assumiam como pilares da nova ordem mundial liberal, fazia-se, muitas vezes, acompanhar das mais hediondas e violentas práticas. As justificações invocadas por vários movimentos terroristas no pós II Guerra Mundial estavam frequentemente relacionadas com a defesa de princípios centrais da ordem liberal, como a defesa de direitos humanos de primeira geração, nomeadamente a liberdade e a igualdade; ou mesmo princípios consagrados na Carta das Nações Unidas como o direito à auto-determinação dos povos.⁸ Tornava-se bastante difícil separar, naquele contexto, o terrorismo e a defesa de direitos e liberdades fundamentais porque a verdade é que o primeiro se revelou, mais vezes do que o expectável, instrumento de eleição do segundo.

O carácter determinantemente político do terrorismo promovia esta intrínseca relação e o terrorismo por esta altura assumira já um carácter vulgarmente perjorativo (o qual não lhe foi sempre dotado ao longo da sua história). Existia, portanto, a necessidade de separar dois organismos que, em inúmeras situações, haviam desenvolvido uma profunda relação de simbiose, ao mesmo tempo que se procurava condenar um e promover o outro. A queda da União Soviética e a recente emergência das democracias daí resultantes tornavam vital a defesa de princípios como o direito à auto-determinação dos povos. Assim, a problemática da definição poderá estar mais relacionada com a fenomenologia do terrorismo do que

normativos. Consultar em: Griffiths, Martin (2005). *encyclopedia of international relations and global politics*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group. E Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora, Ltd.

⁸ Relembro os conflitos africanos que se multiplicaram com o término da Segunda Guerra Mundial pela independência e descolonização africana: Angola, Moçambique, Argélia, entre outros.

propriamente com a sua percepção. Acontece que já naquela altura, tal como hoje, o terrorismo assumia um carácter, determinantemente, perjurativo o que não permite que os actores admitam que o terrorismo quando praticado em prol de determinados objectivos possa ser tolerável. Ora, se os Estados admitem que o terrorismo é, em quaisquer circunstâncias intolerável, então deveria sê-lo independentemente das motivações que lhe estão subjacentes e é isto que os Estados afirmam. Contudo, como determinados valores são supremos para os Estados, estes últimos optam, frequentemente, por alegar que os mesmos actos quando cometido em prol dos valores que consideram supremos, deixam de ser terrorismo e passam a ser outra coisa qualquer, como uma luta legítima de autodeterminação. Assim, existe um paradoxo indissociável da definição do terrorismo que reside no facto de que não se pode admitir que o terrorismo seja tolerável em circunstância alguma, contudo também não se pode criminalizar uma acção realizada em função de valores de direito fundamental mesmo que essa acção seja terrorista. Este paradoxo tem conduzido a um bloqueio na harmonização de opiniões e na conceptualização do terrorismo no seio da comunidade internacional das Nações Unidas.

Perante esta dificuldade vários foram os Estados que, durante a Assembleia Geral de 2001, chamaram à atenção da comunidade internacional para a necessidade de proceder à elaboração de uma definição clara, transparente e cognoscível de Terrorismo, capaz de preencher a lacuna existente no quadro político legal internacional, de maneira a que os Estados pudessem, de forma sincronizada, empreender uma campanha de supressão do Terrorismo⁹. Mais uma vez, diferenças de opinião entre os Estados bloquearam uma acção conjunta na luta anti-terrorista, tendo, os Estados concordado na necessidade de travar o Terrorismo mas sendo incapazes de convergir na visão e concepção do mesmo. Apesar das divergências e das tensões criadas entre os Estados quer na Assembleia Geral, quer no Conselho de Segurança relativamente a esta problemática, circunstâncias externas às intermitências do diálogo político denotavam a premente necessidade de apresentar uma definição de Terrorismo.¹⁰ Neste sentido, em Outubro de 2004 o Conselho de Segurança aprova a resolução 1566, na qual estabelece:

“(…) actos criminosos, incluindo actos contra civis, cometidos com a intenção de causar morte ou sérios danos físicos ou tomar pessoas reféns, com o propósito de provocar um estado de terror no público em geral ou num grupo de pessoas em particular, intimidar a população ou compelir um governo ou uma organização internacional a fazer ou abster-se de fazer qualquer acto (...) são, em circunstância alguma

⁹ Nações Unidas, Departamento de Informação Pública (2001). Assembly Hears Call for Definition of Terrorism, United Nations, Press Release;

¹⁰ Refiro-me à decorrente Guerra ao Terror de George W. Bush e aos atentados de 1 de Setembro de 2004 que ocorrem numa escola da cidade Beslan, na Ossétia do Norte, os quais retiraram a vida a mais de 300 pessoas, de entre as quais 186 eram crianças. Consultar em: n.d. (1 de Setembro 2014). Ten years after Beslan school siege survivors struggle to make a new life, *The Guardian*, [consult. 5 de janeiro de 2016] disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/sep/01/beslan-school-massacre-ten-years>; e Durma, Jori (20 Dezembro 2008). Definition of Terrorism and Self-Determination, *Harvard International Review*, [consult. 10 Dezembro 2015] disponível em: <http://hir.harvard.edu/definition-of-terrorism-and-self-determination/>

justificáveis por considerações políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas, religiosas ou de natureza semelhante” (Conselho de Segurança da ONU, 2004)

Esta definição apresenta-se um pouco mais completa e é elaborada com base em dois eixos: o operacional e o doutrinal. Em primeiro lugar, relativamente ao acto em si, são acrescentadas algumas características não restritivas da sua forma, nomeadamente, admite-se que estes actos podem ser direccionados a civis e materializados em assassinatos, raptos ou outros tipos de ofensas corporais. Quanto ao objectivo acresce-se à intenção de provocar um estado de terror na população, o propósito de intimidar a mesma de forma a manipular um processo de tomada de decisão quer de um governo quer de uma organização internacional. Note-se que nesta definição se admite um acto criminoso aquele que pretende provocar uma mudança num determinado processo político, contrastando, assim, com a definição de 1994, a qual, referindo um propósito político do acto em questão, não o especificava, considerando apenas que o seu propósito seria provocar um estado de terror na população. Simultaneamente, a definição apresentada pelo Conselho reforça a ideia, já apresentada anteriormente, de que estes actos não poderão ser justificáveis por considerações políticas ou de natureza semelhante, o que nos devolve uma noção doutrinária em relação ao terrorismo, a qual está fortemente relacionada com os objectivos políticos, filosóficos, ideológicos, raciais, étnicas, religiosas ou de natureza semelhante.

Ora regressamos ao velho problema do direito internacional nesta matéria. Acontece que a partir do momento em que o direito à autodeterminação e à liberdade são valores fundamentais proclamados nos instrumentos fundadores do Direito Internacional, como a Carta das Nações Unidas ou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, todos os actos cometidos, incluindo os criminosos, para o preservar seriam permitidos dentro de uma lógica de jus in bello. Devido a este paradoxo a resolução 1566, apesar de ter sido apresentada com unanimidade pelos membros do Conselho de Segurança, não conseguiu, ainda, satisfazer as divergências presentes na Assembleia Geral, pelo que não poderá corresponder a uma visão universal do conceito de Terrorismo.

Na ausência de uma definição de Terrorismo global e capaz de superar as divergências e as diferentes perspectivas dos 193 Estados, actualmente, representados na Assembleia Geral das Nações Unidas, diversas organizações intergovernamentais -tendencialmente, no âmbito de grupos relativamente mais reduzidos e culturalmente mais convergentes- têm vindo a apresentar, paralelamente, as suas interpretações e definições de Terrorismo. Com efeito, em 1998, os Estados Árabes ratificaram a Convenção Árabe para a Supressão do Terrorismo, a partir da qual, identificam o Terrorismo como:

“Qualquer acto ou ameaça de violência, independentemente dos motivos ou propósitos, que ocorra para a progressão da uma agenda criminosa, individual ou colectiva, causando terror entre as pessoas, causando medo ao magoá-las ou colocando a sua vida, liberdade ou segurança em perigo, ou almejando provocar danos no ambiente ou em instalações ou propriedades, públicas ou privadas, ou tentando ocupá-las ou tomá-las, ou almejando colocar em risco um recurso natural” (Liga dos Estados Árabes, 1998)

Torna-se importante verificar que esta definição assenta primordialmente num dos eixos apresentados, que é o componente operacional, optando por não indicar ou seleccionar os motivos e propósitos por detrás do mesmo. De referir, ainda, a ênfase colocada pela Convenção na necessidade de distinguir claramente entre terrorismo e lutas de libertação. Salienta-se assim, no artigo 2º da Convenção, que todos os casos de luta, independentemente dos meios utilizados, nomeadamente de lutas armadas, contra a ocupação estrangeira e agressão, lutas para a libertação e autodeterminação, não deverão consideradas crime.¹¹

Também a Organização de Unidade Africana e seus Estados-membros adoptaram, em 1999, a Convenção para a Prevenção e Combate do Terrorismo, a partir da qual estabelecem que um acto terrorista corresponde a um acto criminoso que coloque em perigo a vida, a integridade física, ou a liberdade de uma pessoa particular ou colectiva. É ainda entendido como um crime terrorista aquele que é cometido com a intenção de:

“intimidar, incitar o medo, forçar, coagir ou induzir um corpo governamental, institucional, o public no geral ou qual segment populacional, a fazer ou abster-se de fazer qualquer acto ou a adoptar ou abandonar um ponto de vista em particular, ou a agir de acordo com certos principios; ou a interromper o serviço público, a entrega de qualquer serviço essencial ao público ou a criar uma emergência pública; ou a criar uma insurgência geral num Estado.” (OUA, 1999)

No mesmo ano de 1999, os Estados membros da Commonwealth ratificam um Tratado de cooperação no combate ao Terrorismo¹². No documento referido é identificado um acto terrorista como “um acto ilegal punível à luz da lei criminal, cometido com o propósito de minar a segurança pública, influenciar o processo de tomada de decisão pelas autoridades ou aterrorizar a população” (Commonwealth of Nations, 1999). À descrição destes objectivos acresce-se a enumeração de alguns dos crimes em que o terrorismo pode ganhar vida, por exemplo, a destruição de propriedade, a ameaça à segurança da pessoa natural e jurídica, o ataque de representantes políticos e diplomáticos nacionais ou internacionais.

A União Europeia, aprova, à data de 13 de junho de 2002, a Decisão-Quadro do Conselho relativa à luta contra o terrorismo, na qual postula a definição de terrorismo através da avaliação do acto criminoso e da motivação do mesmo. Mais concretamente, a identificação do acto terrorista poderá assumir nove configurações possíveis, nas quais se incluem, entre outros crimes, o assassinato, as ofensas à integridade física, as destruições maciças em instalações governamentais ou públicas, nos sistemas de transporte, infra-estruturas, locais públicos ou privados e a ameaça de qualquer um dos actos descritos. Ao mesmo tempo a União Europeia considera que um acto terrorista está intimamente ligado ao objectivo de:

¹¹ Convenção Árabe para a Supressão do Terrorismo, Cairo, 22 de Abril de 1998, Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes. Consultar artigo 2º, a).

¹² *Tratado para a Cooperação entre os Estados Membros da Commonwealth de Estados Independentes no Combate ao Terrorismo*, Minsk, 4 de Junho de 1999, Comité Executivo dos Estados Independentes da Commonwealth;

“intimidar gravemente uma população, ou constranger indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer acto, ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país, ou de uma organização internacional;” (Conselho da União Europeia, 2002)

Também no quadro da União Europeia, em dezembro de 2003, foi aprovada a Estratégia Europeia de Segurança (EES) pelo Conselho Europeu. Este documento visou o estabelecimento de princípios e objectivos claros para promover os interesses da UE em matéria de segurança, partindo de uma abordagem global. A EES identifica o terrorismo como uma das principais ameaças à segurança europeia, salientando que:

“O terrorismo põe vidas em risco, implica custos avultados, procura abalar a abertura e a tolerância das nossas sociedades e representa uma crescente ameaça estratégica para toda a Europa. (...) Na sua origem estão razões complexas. Entre estas, contam-se nomeadamente as pressões exercidas pela modernização, as crises culturais, sociais e políticas e a alienação dos jovens que vivem em sociedades estrangeiras. Trata-se de um fenómeno que também faz parte das nossas sociedades. A Europa é simultaneamente um alvo e uma base para o terrorismo”¹³

A análise das diferentes formulações e definições apresentadas para a concepção do Terrorismo permite-nos identificar pontos de convergência e divergência entre os diversos organismos intergovernamentais e seus Estados membros, relativos não só ao conteúdo mas também à forma desta definição. Torna-se interessante verificar, por exemplo, a abstenção de carácter político oferecido pela definição da Convenção Árabe, na qual se identifica o terrorismo pelo acto em si “*independentemente dos motivos ou propósitos*”.

Contrariamente quer a resolução apresentada em 2004 pelo Conselho de Segurança da ONU, quer a Convenção para a Prevenção e Combate ao Terrorismo da OUA apresentam definições de terrorismo que dissecam a componente operacional e a componente doutrinária, estipulando uma relação directa entre os actos e as motivações, circunstâncias e considerações que lhe estão inerentes.

Na positivação apresentada por estes dois organismos internacionais são definidos actos terroristas com base na forma do acto e com base no propósito político que o fundamenta, o qual se prevê que esteja directamente relacionados com o fim de influenciar o processo decisório político e com motivações de natureza política, ideológica, religiosa, étnica ou semelhante. As organizações analisadas optam, assim, por integrar os motivos que inspiram os actos terroristas na sua definição, acordando que um acto terrorista é aquele que procura influenciar determinados processos de tomada de decisão pelas autoridades de um país ou de uma entidade internacional em função de premissas doutrinárias. Torna-se, também curioso salientar que a OUA (1999) apresenta como um dos possíveis propósitos do terrorismo o de provocar uma insurgência geral no país (artigo 1º a(iii)), ponto que mais nenhuma destas organizações nomeou. Também o Conselho de Segurança das Nações Unidas segue a

¹³ *Uma Europa Segura num Mundo Melhor: estratégia europeia em matéria de segurança*, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>

orientação de conceptualização bipartida -operacionalidade e doutrina- valorizando, o carácter particularmente político do terrorismo. Pelas razões mencionadas esta visão do Conselho não conquistou todos os Estados da Assembleia Geral, representando, por isso esta definição apenas a visão dos cinco membros permanentes deste Conselho.

Contrariamente, a Convenção Árabe apresentada pela Liga dos Estados Árabes, a decisão-quadro do Conselho apresentada pela União Europeia e o Tratado para a Cooperação no Combate ao Terrorismo dos Estado da Commonwealth propõem definições de terrorismo mais holísticas, centradas na compreensão do acto em si e da sua materialização ou das suas consequências, descartando considerações sobre a fenomenologia do mesmo. Tornar-se-á pertinente constatar que a Convenção Árabe (2002) omite a vocação política do terrorismo, fazendo questão de mencionar que “todos os casos de luta por quaisquer meios, incluindo lutas armadas, contra a ocupação estrangeira e uma agressão à libertação e à auto-determinação (...) não serão considerados uma ofensa” (artigo 2º a)). Esta visão contrasta frontalmente com a oferecida com a OUA, a qual prevê que um dos objectivos do terrorismo possa ser o de provocar uma insurgência. Percebemos que embora a configuração operacional do terrorismo seja mais ou menos aceite pelos diversos organismos intergovernamentais, a conceptualização do mesmo em torno da sua fenomenologia política torna-se num ponto de divergência. Assim constatamos que nesta amostra, organismos internacionais como a Commonwealth, a União Europeia e a Liga Árabe definem o terrorismo em função do seu elemento material, ou seja, em função da sua operacionalidade, da forma como se materializa e das consequências que produz. Outros, como a ONU e a OUA, definem o terrorismo em função do seu elemento material e do seu elemento doutrinal, admitindo que existe uma doutrina presente à operacionalidade do acto terrorista.

Ora se os primeiros optam por uma visão mais compreensiva do terrorismo, a qual se revela útil, no sentido em que ao desprovê-lo da componente doutrinária será mais capaz de identificar sem discriminação diversos actos de terrorismo, poderá também cair na falácia de o tornar algo mais abstrato e difícil de identificar. Ao alargar o âmbito de aplicabilidade do terrorismo, poderá reduzir a especificidade do mesmo e, como tal, conduzir a um niilismo crónico. Paralelamente, o segundo grupo apontado, ao definir o terrorismo em função da sua componente doutrinária poderá incorrer no erro de limitar o seu espectro de condenação e tornar-se obsoleta em situações inovadoras desta prática.

Este dilema presente no contexto internacional inerente à conceptualização do terrorismo é agravado pelo comportamento dinâmico e mutável do mesmo, o qual se consegue adaptar a diferentes actores com diferentes propósitos, em diferentes épocas e lugares. A este respeito, Laqueur propõe mesmo que “essa definição não existe nem vai existir num futuro próximo. Argumentar que o terrorismo não pode ser estudado até que essa definição exista, é manifestamente absurdo” (Laqueur, 2001:5)

Laqueur acredita que é impossível oferecer uma única definição de terrorismo que encerre em si as múltiplas e diversas facetas do terrorismo, que consiga resumir todos os motivos que o inspiram ou que ofereça a descrição de todos os contornos que este pode assumir; salientando, simultaneamente, que esta impossibilidade não deverá representar um obstáculo ao estudo e à reflexão do problema. Seguindo a mesma lógica de Laqueur, acreditamos que, apesar de a comunidade internacional não ser capaz de resolver esta problemática da definição de terrorismo, é imperativo analisar o fenómeno e perceber as suas dinâmicas. Para este objectivo primeiro torna-se, então, imperativo que conheçamos um pouco a história do terrorismo pois para compreendermos o presente e trabalharmos no futuro é fulcral que conheçamos o passado.

1.2 As Origens da Terminologia

O termo “terrorismo” e a sua dimensão conceptual são um fenómeno bem mais recente do que a sua prática. Na realidade, a primeira utilização genérica da palavra “terrorismo” e “terrorista” é atribuída aos jacobinos que, durante o turbilhão da Revolução Francesa, a empregavam para se auto-descreverem conotando-a, curiosamente, de um sentido positivo. Certamente um dos mais emblemáticos líderes revolucionários franceses, Maximilien Robespierre, acreditava que o terror estava intrinsecamente relacionado com os ideais de paz e de democracia porque o triunfo dos ideais de paz e democracia em tempos de regimes monárquicos, opressores e injustos só poderiam ser alcançados através da manipulação do terror.

Assim, a palavra terrorismo é popularizada durante a Revolução Francesa e a sua primeira definição aparece num suplemento do Dicionário da Académie Française, editado em 1798, designando um *systeme, régime de la terreur* (tal como cit. por Laqueur, 2001:6). Efectivamente, entre Março de 1793 e Julho de 1794, a palavra terrorismo surge como um sinónimo do, então vigente, Reino de Terror, implementado pelo governo revolucionário com o propósito de servir como instrumento de manutenção da ordem num período de transição política. Esta ordem seria garantida através da supressão de quaisquer tumultos que pudessem obstruir a implementação dos valores proclamados pela revolução. Assim, durante o período assinalado, órgãos como o Comité de Salvação Pública, sob a alçada de Robespierre, perseguiram e condenaram à morte milhares de contra-revolucionários e opositores à nova República. As condenações eram executadas em proeminentes palcos erguidos nas praças públicas onde os “inimigos do povo” enfrentavam o seu destino final na guilhotina. Estas exibições de terror passavam uma poderosa mensagem a todos os que partilhassem com os condenados sentimentos contra-revolucionários e, simultaneamente, visavam consolidar a autoridade de um governo revolucionário recém-formado.¹⁴

¹⁴ Voerman, Jan (2009). *The Reign of Terror*, *Andrews University Seminary Studies*, 47, 1, pp. 117-134

Torna-se interessante constatar que o terrorismo, na génese conceptual da palavra, surge para designar uma característica estatal, mais do que um mecanismo de repressão. O regime de terror serviria, nas mãos dos revolucionários, não só para eliminar divergências potencialmente desestabilizadoras, mas sobretudo, para demonstrar à população (e ao mundo) que o governo do povo seria implacável para com os males que haviam contaminado a sociedade. Nesta lógica, Robespierre (1794), num dos manifestos mais proclamados da época, afirma que o “O terror não é mais do que justiça imediata, severa e inflexível; ele é, por isso, a emancipação da virtude”¹⁵. Na sua óptica, o terror seria um veículo fundamental para alcançar o ideal democrático, pois “Se a virtude é a Primavera de um governo em tempos de paz, a Primavera desse governo durante uma revolução é a virtude combinada com terror: virtude, sem a qual o terror é destrutivo; terror, sem o qual a virtude é impotente”.¹⁶ Apenas através da manipulação virtuosa do terror se poderia limpar a sociedade dos seus vícios e abrir espaço para o triunfo da democracia.

A evolução do conceito de terrorismo tem seguido um rumo simultaneamente divergente e convergente com a tese romântica de Robespierre. Torna-se curioso verificar que algumas características centrais desta concepção embrionária de terrorismo mantém um paralelismo visível com a nuance moderna. A inquietude revolucionária francesa perante regimes opressores viria, efectivamente, a inspirar os movimentos terroristas revolucionários e marxistas que se insurgiram na Europa durante o século XIX. A utópica dualidade virtude/terror e a obsessão pelo argumento da justiça inspirou a orientação terrorista adoptada por vários movimentos revolucionários nas convulsões marxistas e de esquerda não-marxista que se proliferaram pela Europa no século XIX e XX¹⁷. Edmund Burke, ele que protagonizou a voz de denuncia dos excessos do horror cometidos na Revolução Francesa, com perícia imortalizou o apotegma “Basta arranhar um ideólogo para encontrar um terrorista mas não é certo que ao arranhar um terrorista se encontre necessariamente uma ideologia” (Burke cit. em Laqueur, 2001:4). Com efeito, a fronteira entre uma aplicação virtuosa ou gratuita da violência é bastante ténue. Diferenciarmos entre uma aplicação legítima e não legítima da violência é bastante difícil e complexo e a realidade é que quem acredita fanaticamente em determinada ideologia estará disposto a todos os meios para a alcançar e acreditará que todos os meios utilizados neste sentido serão legítimos. Muitas vezes o carisma e a paixão

¹⁵ World Future Fund, Maximilien Robespierre: speech to the Convention february 5th 1794. [consultado a 25 de dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Communism/ROBESPIERRE'S%20SPEECH.htm>

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Existiu durante bastante tempo uma obsessão das organizações terroristas com o argumento da justiça. Durante as décadas de sessenta e setenta a grande maioria das organizações terroristas, de esquerda, argumentavam que o terrorismo era apenas uma resposta a um contexto de injustiça social. Argumentos estes que, rapidamente, desvaneceram com o chegar das décadas de oitenta e noventa e a insurgência de grupos terroristas de extrema-direita cujos alvos eram sobretudo grupos minoritários, homossexuais e estrangeiros. Se existiam algumas franjas da sociedade que no período precedente mostraram alguma simpatia ou compreensão do terrorismo, rapidamente deixaram de ter. Consultar em: Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co.

empregue por estes ideólogos acabam por conquistar seguidores que seguem um líder e nem tanto uma causa.

1.3 Práticas Terroristas na Antiguidade

Uma das primeiras manifestações terroristas de que há registo escrito na história corresponde à acção dos sicarii, um grupo religioso judaico que protagonizou a revolta Zelota na Palestina contra a ocupação romana, entre 66-73 A.C.

A actividade dos sicarii é imortalizada pela pena de Flávio Josefo que nos descreve algumas táticas de actuação deste grupo, onde prima a aplicação sistemática da violência. Sendo um grupo dotado de notável capacidade de organização, os sicarii utilizavam uma estratégia de luta bastante peculiar envolvendo os seus assassinatos por uma espécie de arte negra. Muitos dos ataques que realizavam aconteciam em plena luz do dia, de preferência em períodos de férias, onde, no seio de multidões, uma sica rasgaria a garganta dos seus alvos, instalando o pânico nos mares de gente que, entre os salpicos de sangue e a claridade de um dia de sol, não conseguiriam decifrar o autor daquele brutal assassinio.¹⁸ Os sicarii destruíram a Casa de Ananías, os palácios da dinastia herodiana, queimaram arquivos públicos, contaminaram o abastecimento de água em Jerusalém e tentaram inúmeras vezes obstruir o sistema de cobrança de dívidas monetárias.

“Enquanto organização religiosa, eles procuravam, frequentemente pela força, impor um certo nível de rigor na prática religiosa. Por exemplo, os sicari atacavam outros judeus que sentissem que não eram escrupulosos o suficiente na sua conduta. Eles utilizavam o terror como um instrumento. Enquanto organização política, eles procuravam devolver ao seu país a independência de Roma. Os objectivos religiosos eram inseparáveis dos objectivos políticos” (Blin & Chaliand, 2007:57)

Os sicarii revestir-se-iam desta ideia de pureza religiosa e política, punindo, não só romanos, mas também e sobretudo, judeus traidores -porque cooperavam com a força invasora- e pecadores -porque não seguiam uma prática religiosa rigorosa, abandonando-se aos prazeres da vida. Assim, alguns acreditavam que os sicarii defendiam uma espécie de protestantismo judeu, a chamada *Quarta Filosofia*, a partir da qual entendiam que só prestariam contas com Deus e não reconheceriam a nenhuma entidade terrena legitimidade divina. Outros defenderiam que os sicarii representavam acima de tudo um movimento de protesto social porque incitavam os pobres a revoltar-se contra os ricos. Os mais cépticos, como Josefo, viam os sicarii como um grupo de meros bandidos que utilizariam a proclamação de uma ideologia espiritual e patriótica para camuflar para as suas práticas menos honrosas, admitindo contudo que o grupo preservava um peculiar fervor religioso e uma certa idolatria ao martírio.¹⁹

¹⁸ Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (2007). *The Prehistory of Terrorism: Zealots and Assassins* In: Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds) *History of Terrorism: From Antiquity to Al-Qaeda*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.

¹⁹ *Ibidem*.

Partilhando um fervor religioso idêntico e apelando, igualmente, a um movimento de revolta política, surgem, alguns séculos mais tarde, os assassinos. A sua incrível capacidade de resiliência permitiu-lhes sobreviver a mais de dois séculos de disputas e mutações territoriais no Médio Oriente, tendo os primeiros assassinos aparecido no início do século XI e desaparecido, os últimos, já no século XIII pela mão dos mongóis. Os assassinos nascem a partir de um outro movimento, os Ismailis xiitas, que por sua vez são produto da fascinante história de intrigas dentro do Islamismo.

“O seu primeiro líder, Hassan Sibai, cedo percebeu que o grupo era demasiado pequeno para confrontar o inimigo em batalha aberta mas que, através de uma campanha planeada, sistemática, de longo-termo, empreendida por uma pequena e disciplinada força poderia ser uma arma política mais eficaz” (Laqueur, 2001:8).

No final do século XI, Hassan inicia aquela que viria a ser uma das lutas terroristas mais longas da história. Com o objectivo de derrubar o império Seljuk, turco e sunita, Hassan Sibai, refugia-se nas míticas montanhas de Elburz, junto ao mar Cáspio, na Pérsia. O primeiro objectivo seria assegurar o território e para isso o apoio popular tornava-se fundamental. Nesse sentido, as acções missionárias e a propaganda eram prioritárias na actividade da seita. Pregando junto das camadas mais pobres e insatisfeitas da população, nomeadamente, dos jovens que viviam sob o jugo de senhores feudais, os assassinos procuravam não só converter as pessoas, mas também recrutar militantes. Uma vez conquistado o apoio popular nas vilas, Hasan propunha aos nobres que entregassem voluntariamente os seus terrenos, castelos e fortes; caso o acordo não se verificasse voluntariamente, verificar-se-ia involuntariamente. Muitas vezes os assassinos, tomariam as fortalezas e os feudos através de uma impressionante campanha de terror, cujo objectivo seria dissuadir o próximo senhor feudal com quem fossem negociar a aceder voluntariamente aos pedidos de Hassan.

Através desta táctica o grupo conquista quase todas as regiões estratégicas do norte da Pérsia e expande-se para a Síria. Muitas vezes ao conquistarem novas fortalezas, os assassinos lançavam o caos nas cidades por onde passavam, semeando o terror nas populações urbanas. Tantas outras vezes, os arquitectos de tais operações acabavam por morrer enquanto as lideravam, apanhados no meio do terror popular que semeavam. O sacrifício, nascendo de uma limitação estratégica e não de quaisquer crenças religiosas, passou a ser considerado, na doutrina Ismaili, um acto sagrado. Ao chegarem à Síria, os assassinos muçulmanos dão continuidade a uma jornada de homicídios. A escolha das vítimas era feita com o propósito de causar desconforto e medo no sistema político e na ordem religiosa. Tal como os sicarii, os assassinos efectuavam os seus homicídios em locais de alargada visibilidade popular. As mortes que perpetuavam eram encaradas como um acto sacramental postas em prática por uma espécie de elite militante do grupo, os fidaín que se infiltravam no seio da sociedade fazendo-se passar por estrangeiros ou mesmo cristãos. A disciplina da seita era extrema, dotada de um carácter ascético que regulava todo o organismo, sendo mantido total segredo sobre as suas actividades e sobre a identidade dos seus membros.

Os assassinos recuperaram o projecto político dos Ismailis, acrescentando-lhe o braço musculado de que carecia para fazer tremer as estruturas centrais de poder sunita e para se projectarem no mundo árabe. A sua estratégia assentava em três pilares: o primeiro seria o recurso a uma intensa acção de propaganda dirigida, maioritariamente, às classes mais pobres e insatisfeitas com o desenho político social vigente. Esta propaganda era dotada de um carácter missionário cujo objectivo seria em última instância converter a população à doutrina xiita Ismaili e alargar o seu organismo militar. O segundo pilar da estratégia da seita era a conquista de regiões com especificidades geo-estratégicas, como o facto de serem de difícil acesso, preferencialmente, em montanhas, de forma garantirem algum isolamento para que pudessem, treinar, recrutar e planear as suas acções em segurança. Finalmente, a assinatura da seita era desenhada pela manipulação do medo social através das campanhas de terror que empreendiam contra indivíduos e contra populações urbanas. O assassinato de figuras simbólicas do regime político e da instituição religiosa, bem como, a devastação que provocavam nalgumas das cidades por onde passavam alimentava um sentimento de pavor e respeito pelos assassinos. A sua estratégia revelou-se bastante eficaz, pelo que os assassinos provaram uma extrema capacidade de resiliência que só seria derrotada pela invasão dos mongóis.

1.4 De uma Inspiração Filosófica a uma Prática Obscena: A Herança do Tiranocídio

As campanhas de terror empreendidas pelos sicarii e pelos assassinos tinham, essencialmente, duas coisas em comum: a tática utilizada e a retórica de justificação que entrelaçava motivações políticas e religiosas numa só voz. Se a tática seria o assassinato de figuras, primordialmente, políticas, a retórica utilizada para justificar a violência destes actos prendia-se com a materialização do terror num meio para alcançar determinado fim, que estaria relacionado com o derrube de um regime despótico que oprimia um povo inocente. Com efeito, os grupos terroristas que surgem nos séculos XIX e XX recuperarão o *modus operandi* e o *raison d'être* mencionados. Contudo, nem o assassinato de figuras políticas é uma prática exclusiva das organizações terroristas nem a proclamação de um carácter de legitimidade subjacente a esta prática o é. O terrorismo e a doutrina produzida para o exaltar inspira-se, em larga medida, numa outra escola de pensamento, a de tiranicídio cujas raízes remontam à Grécia Antiga e à filosofia de grandes pensadores como Aristóteles, Cícero e Platão. A cultura helénica foi uma herança importante quer para o mundo árabe quer para o mundo ocidental e a escola do tiranicídio representou um importante contributo para a construção de uma retórica de justificação terrorista. Com efeito, esta resgatará os princípios fundamentais da filosofia helénica e da teologia relativamente ao direito de resistência à tirania.

Segundo Aristóteles, o tirano era a versão corrupta do monarca e a tirania a pior forma de governo, uma perversa antítese do bem-comum e da honra de governar. Seneca imortalizou a

ideia de que nenhum sacrifício agradaria mais os Deuses do que o sangue de um tirano²⁰ e, com efeito, na sociedade grega aqueles que o faziam eram aclamados como heróis nacionais. Segundo a lógica aristotélica aquele que mata um tirano deverá ser glorificado porque o faz, não em prol dos seus interesses pessoais, mas em nome do bem comum, valor máximo da polis. Os romanos, entusiasmados com as virtudes e os feitos de Brutus, abraçam esta ideia, imortalizando-a com os escritos de Cícero, os quais defendem a distinção entre homicídio, o crime mais hediondo e o tiranicídio, a acção mais nobre.²¹

Esta doutrina é recuperada por vários teólogos e filósofos cristãos no seio da Igreja, onde se admitia que a tirania constituía uma violação das leis divinas e naturais. De salientar os contributos do bispo João de Salisbury, século XII, que reclama a diferença entre um rei digno, protector do bem-comum e da palavra de Deus e um rei opressor, aquele que, ignorando e contrariando a vontade divina, “deverá passar pela espada ou ser consumido pela sua loucura” (Salisbury cit. em West, 1967:6). No século seguinte, Tomás Aquino no imenso contributo deixado à teoria política e em especial à escola de pensamento da Guerra Justa, aborda, também, a questão do tiranicídio reconhecendo-lhe legitimidade, quando cometido em legítima defesa, e enquadrando-o no princípio de jus in bello. Apesar de o conceito de tiranicídio ter sido vetado no Concílio de Constança muitos teólogos cristãos e protestantes, em especial, durante o século XVI, continuaram a defender o direito de resistir à tirania. Neste contexto torna-se interessante referir a obra de Juan de Mariana, *De rege et Regis Institutione* (1598), na qual o autor defende uma ideia embrionária de contrato social e estado natural associados à problemática da tirania. O autor alega que o poder do rei é baseado num contrato com o povo e que se o rei não cumprir honradamente a sua parte do acordo poderá ser afastado ou mesmo morto. Esta tarefa poderia ser assumida por qualquer contraparte do contrato, ou seja, por qualquer cidadão. Também a obra precedente de George Buchanan, *De Jure Regnis Apud Scotos* (1579), defende a justiça de empreender uma guerra contra um tirano. Mais ainda, alega que, sendo o tirano um inimigo de toda a humanidade, todos os homens deveriam empenhar-se nesta guerra contra o tirano que é, em última instância, um inimigo público global. Os apaixonantes poetas progressistas, Alfieri na Itália e Schiller na Alemanha, viriam traduzir esta escola de pensamento em apelativos poemas e manifestos que revolucionários terroristas e idealistas republicanos abraçariam com fervor.²²

²⁰ O’Keefe, C.A.&Coady, J. (2002). *Terrorism and Justice: moral argument in a threatened world*, Austrália, Melbourne University Press.

²¹ Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (2007) *Manifestations of Terror Through the Ages: Tyrannicide*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp. 79-92, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press.

²² A acção prática destas doutrinas é visível, por exemplo, nos revolucionários rusos -Narodnya Volya- inspirados em Schiller, nos revolucionários franceses inspirados em Alfieri e na escola tiranocidista, de onde sairia Morozov inspirado em Robespierre e Saint Just.

Poucos anos volvidos do nono Termidor, Baboeuf, o jornalista revolucionário, militante jacobino e, para alguns o primeiro comunista, quando questionado no seu julgamento acerca dos meios utilizados na Revolução responde “todos os meios são legítimos contra tiranos” (Babouef cit. em Laqueur, 1997:23). A filosofia e teologia produzida desde a Antiguidade até à era medieval sobre o tiranicídio foi sem dúvida uma fonte inspiradora para a futura doutrina produzida por anarquistas e revolucionários, que, resgatando os princípios de direito de resistência à tirania, transportam e transformam as mesmas premissas em justificações para a luta contra regimes despóticos. A obra de Buanorroti (1828), “Conspiration pour l'Egalité dite de Babeuf” inspirou sem dúvida o movimento terrorista europeu, décadas mais tarde, pelo apelo à manipulação da violência e, sobretudo, pela introdução da ideia de que um pequeno grupo de pessoas poderia despoletar a revolução.²³ Comparando a literatura produzida no final do século XVIII e os primeiros contributos de Aristóteles ou Platão, constatamos que o herói nacional solitário da sociedade helénica que assassina o tirano é agora um grupo de pessoas que ambicionam que mais se agreguem a elas e se transformem numa revolução. Já não é o tirano que se procura substituir, mas todo o regime político.

1.5 A Evolução do Fenómeno Terrorista

O terrorismo não se afigura na história de forma ininterrupta ou homogénea. Pelo contrário, o terrorismo tende a assumir um comportamento faseado, algo que David Rapoport (2004) identificaria como um comportamento de ondas. O autor identificou um paralelismo entre o comportamento de uma onda e o terrorismo, afirmando que em cada onda de terrorismo, existem alguns grupos que se destacam mais que outros e que dificilmente se manterão igualmente salientes em ondas posteriores ou precedentes.²⁴ Assim, Rapoport, ao olhar para a história a partir da segunda metade do século XIX, identifica quatro ondas de terrorismo de carácter generacional, cada uma com uma duração aproximada de 40 anos. A primeira onda começa então no último quarto do século XIX e está, em larga medida relacionado com a lentidão do processo de democratização.²⁵ Esta onda começa no seio dos revolucionários e migra para os anárquicos europeus, caracterizando-se, pela primazia dada aos assassinatos políticos e é impulsionada pela evolução dos meios de transporte que se transformou num instrumento de concretização do terrorismo.

A segunda onda está muito associada ao movimento nacionalista e anti-colonialista, impulsionado, em larga medida, pela deslegitimação dos impérios no rescaldo da Primeira Grande Guerra. Esta onda de terrorismo alimentada pela germinação de princípios como o da auto-determinação estava muito direcionado contra impérios colonialistas europeus e, contou

²³ Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp. 79-92, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press

²⁴ Rasler, Karen & Thompson, William R. (2011) *Looking for Waves of Terrorism* In Rosenfeld, Jean E. (Ed) *Terrorism, Identity and Legitimacy: the four waves theory and political violence*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

²⁵ *Ibidem*.

com particular condescência e simpatia da comunidade internacional. A terceira onda está relacionada com o movimento neomarxista que surge na década de sessenta e é motivacional e operacionalmente impulsionada pelo desfecho da Guerra do Vietname. A quarta e última onda de Rapoport, inicia-se na década de setenta e nesta saliente-se o que Rapoport denomina de “*terrorismo de orientação religiosa*” associado ao Islão (tal como cit em Rasler & Thompson, 2011:17). Este terrorismo que recorre frequentemente a ataques suicidas está, segundo o autor, vocacionado para o ataque aos EUA, Israel e para governos seculares de populações muçulmanas. Impulsionado pela revolução iraniana e pela invasão soviética do Afeganistão, esta quarta onda de terrorismo caracteriza-se pela elevada escala de morte que provoca e pelo declínio do numero de grupos terroristas.²⁶

O modelo de Rapoport oferece-nos uma ideia esquemática da evolução do terrorismo. O século XIX, tal como o autor refere, foi marcado por novas convulsões terroristas, com expressões mais visíveis na Rússia e na Europa. O mundo vivia tempos de transformação social. O legado deixado pela Revolução Francesa e a ascensão das ideias progressistas do Iluminismo começavam a penetrar as sociedades europeias, contaminando a aquiescência popular dos regimes instalados. Também a Revolução Industrial e a ascensão das ideologias universalistas marxistas e liberais forçaram as pessoas a repensarem-se, enquanto indivíduos e enquanto sociedade. Todas estas profundas transformações culminam na emergência do sentimento de nacionalista, ou seja, de identificação com a comunidade pela partilha de um conceito identitário convergente e tradicionalmente cultural. No despertar de uma nova consciência individual, social e política deixaria de haver espaço para a aceitação passiva de certas condições que durante séculos foram toleradas. Estes sentimentos materializaram-se num novo ímpeto para a acção terrorista que, durante o século XIX, se tornou significativamente mais activa.

Mesmo antes da consolidação do movimento terrorista e revolucionário na Rússia, a sociedade russa apresentava inúmeros sinais de uma inquietude que contaminava os poderes czaristas instalados²⁷. Plekhanov viria mais tarde a admitir que o terrorismo na Rússia foi produto da incapacidade do partido revolucionário em mobilizar as massas e provocar uma revolução campesina ao estilo de Bakunin.²⁸ Kravchinski no manifesto publicado em agosto desse mesmo ano advoga que apesar de só as massas poderem fazer acontecer a revolução, os terroristas seriam a sua vanguarda militar no movimento revolucionário. A intensificação da repressão policial e as execuções cometidas pelas forças do regime incentivaram a consolidação da actividade terrorista e em particular do grupo Narodnaya Volya. Reivindicando a criação de uma constituição, a garantia de liberdades individuais e a adopção de uma série de reformas socialistas, os Narodnaya Volya tinham uma organização e hierarquia próprias, existindo um

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Hell* de Ishutin e *Young Russia* de Zaichnevski, por exemplo.

²⁸ Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co

Comité Central que tomava as decisões quanto à actividade do grupo e os seus membros agiam em coordenação uns com os outros segundo directrizes internas. Entre outros protagonistas, destacam-se Morozov e Romanenko, os quais cedo perceberam que a manipulação do terror seria um instrumento de propaganda bem mais eficaz do que a tradução de textos marxistas ou a distribuição de panfletos. Para estes revolucionários, o terrorismo seria sobretudo um acto de vingança, mas também uma ferramenta de agitação política e social. O objectivo seria desmoralizar, enfraquecer e desorganizar o governo até que colapsasse.²⁹ A estratégia seria utilizar o terror para fazer tremer as estruturas centrais do regime e obrigá-lo a responder da única forma que sabia: através da repressão e da violência. A esperança dos revolucionários seria que esta resposta despertasse a consciência colectiva das massas e que o povo fizesse acontecer a revolução.

O terrorismo era um veículo rápido, seguro e barato para a revolução. Romanenko afirma, inclusivamente, que o terrorismo seria, não apenas mais eficaz, mas também mais humanitário. Ao contrário de outros tipos de conflito, em que os inocentes são particularmente sacrificados e os poderosos quase sempre protegidos, o terrorismo brilhava porque as suas vítimas eram os influentes e os verdadeiros culpados, evitando-se o derramar de sangue inocente. Romanenko defende, ainda que o terrorismo comporta uma forte carga moral porque é um braço da revolução e, na sua perspectiva, tudo o que fosse feito pela revolução seria, obrigatoriamente moral e correcto. De 1879 a 1881 os Narodnaya Volya fazem do terrorismo o princípio cardinal da sua luta revolucionária. Apesar do utopismo da tese de Romanenko, existem alguns resquícios de verdade na sua apologia porque, efectivamente, o grupo era meticulosamente selectivo em relação aos seus alvos, os quais teriam de materializar um símbolo do regime. Em apenas três anos os Narodna Volya assassinaram vários líderes políticos, membros da família real, oficiais e até mesmo o czar Alexandre II. O assassinato do czar transformou-se paradoxal e simultaneamente no apogeu dos Narodnaya Volya e no seu fim, inspirando, no entanto, novas gerações terroristas, entre as quais se destacam os anarquistas europeus da Propaganda pela Acção.

O conceito de “*Propaganda pela Acção*” encontra as suas raízes em Carlo Pisacane, o herói revolucionário italiano e seguidor atento do filósofo Proudhon. Pisacane imortaliza a ideia de que a propaganda das ideias é uma utopia inalcançável e que as ideias resultam da acção, jamais o contrário. Recuperando esta ideia vários anarquistas como Malatesta, Cafiero e Kropotkin, ainda na década de setenta, materializam a doutrina de Pisacane, apelando à manipulação da violência pois, a partir desta teoria, só a violência poderia penetrar as mais profundas camadas sociais e por todos ser ouvida. A violência assumia um papel transformador, construtivo e até educativo da sociedade, uma vez, que só a partir da acção é que se produzia conhecimento e a violência era uma acção particularmente eficaz. Os anarquistas europeus encontraram no terrorismo da “*Propaganda pela Acção*” uma poderosa

²⁹ *Ibidem.*

arma para despertar a consciência das massas, mas contrariamente, aos revolucionários russos não depositavam nos assassinatos políticos todas as suas energias. Contrariamente, qualquer perturbação da ordem social era aplaudida, qualquer arma era viável e qualquer alvo aceitável.

Apesar do escaldante interesse por dinamite e da pesada semântica de uma organização internacional de anarcas, Internacional Anárquista, a real actividade e impacto deste movimento na política e nas sociedades revelou-se bem mais frouxo do que seria expectável. Não obstante, a “*Propaganda pela Acção*” mostrou-se visionária na importância de uma propaganda que promovesse o terrorismo individual proactivo e na importância que a tecnologia das armas assumiria para perturbar a ordem social e política. Assim, muitos jornais anárquicos, sobretudo franceses tornaram-se autênticos manuais de fazer bombas, incitando o ataque a quaisquer alvos que pudessem representar a ordem social. Cantavam-se canções, soavam-se hinos e criava-se um culto que pouca essência tinha para oferecer.³⁰ Contudo pesados medos de uma Conspiração Internacional assombravam as sociedades europeias, por aquela altura. No entanto a origem dos mesmos derivaram, essencialmente, de uma produção combinada dos temores dos chefes das polícias e da fértil imaginação dos meios de comunicação.

Paralelamente, ambições nacionalistas e separatistas dos povos tornaram-se motivo de inquietação nos impérios europeus. O terrorismo irlandês e a luta pela independência do império britânico são ilustração desta realidade. A difusão da ideologia nacionalista e da actuação terrorista era propagandeada nas colunas do *Irish World* a partir das quais se difundiu a ideia de rejeitar uma guerra frontal com a Inglaterra e recorrer à acção dos skirmishers (Hoffman, 2006:9). A primeira característica interessante dos skirmishers é a deslocalização do núcleo da organização para outro país fora do alcance do inimigo. Rapidamente, O’Donovan percebeu que do outro lado do oceano teria mais segurança e liberdade para planear os seus projectos. Esta transposição inaugura uma feição transnacional de terrorismo. Outra característica importante foi a percepção de que para empreender uma campanha terrorista seria necessária uma base financeira que a alimentasse. Patrocínios solicitados no *Irish World* rapidamente começaram a render ao grupo dezenas de milhares de dólares. Na realidade O’Donovan teria bem presente a importância da economia e de como esta poderia representar, simultaneamente, um ponto fraco para os Estados e uma oportunidade para os terroristas.³¹ À semelhança do terrorismo anarca os irlandeses primavam pela indiscriminação dos seus alvos, compostamento intensificado com a campanha

³⁰ À parte de algumas tentativas de reerguer o movimento, a indiscriminação dos alvos não trouxe grande apoio da opinião pública. Apenas em França entre Março de 1892 e Junho de 1894 se verificou, efectivamente, alguma intensidade na acção do terrorismo organizado e coordenado por este movimento anárquico sendo que os esporádicos assassinatos políticos que ocorrem após 1894 partiram da iniciativa privada de indivíduos.

³¹ Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

do dinamite cujos estilhaços e explosões invadiram várias cidades inglesas sem discriminar civis, mulheres ou crianças. O propósito desta violência seria fomentar o pânico social, atormentar a mente das pessoas cada vez que tivessem de andar de metro, provocar a máxima irritação nas estruturas de poder, destruir o sector do turismo e, por fim, fazer colapsar a economia inglesa.

O império Otomano sentiu particularmente a acção do terrorismo nacionalista. De ambos os lados do império convulsões nacionalistas originaram movimentos terroristas. A leste os arménios e a oeste os macedónios (IMRO), ambos reivindicavam a independência dos seus povos. No entanto, a intolerância turca e a indiscriminação dos meios utilizadas para a supressão do terrorismo não permitiram que os movimentos alcançassem os seus objectivos. Ainda nas franjas do terrorismo nacionalista estão os eventos que originaram a Primeira Grande Guerra. O jovem Gavrilo Princip que protagonizou o assassinato do príncipe Francisco Fernando fazia parte dos Young Bosnia, organização de feição separatista cujas ambições culminavam na unificação e independência dos povos eslavos do sul - eslovenos, croatas e sérvios. Os Young Bosnia eram apoiados e financiados por vários grupos nacionalistas sérvios, de entre os quais se encontrariam os Narodna Obrana. Embora não se possa afirmar que o assassinato do príncipe tenha derivado de um comando sérvio e mesmo admitindo que esta acção em particular fosse contrária aos interesses sérvios, é inegável o patrocínio directo e indirecto da Sérvia a grupos terroristas. O objectivo não seria confrontar directamente o inimigo austro-húngaro mas sim promover acções terroristas que o vulnerabilizassem, esperando que um dia a oportunidade de concretizar os desejos pan sérvios chegasse. Este apoio activo, muitas vezes clandestino, de um Estado a grupos terroristas é um fenómeno bastante intenso na actualidade e que altera significativamente o conceito de terrorismo e a sua capacidade de resiliência.

Após 1945 o terrorismo europeu desvanece³², migrando para o Médio Oriente, Ásia e África. O terrorismo assume-se como instrumento de reivindicações nacionalistas e independentistas de muitos países sob o poder dos impérios coloniais. No entanto, o enfraquecimento das potências coloniais, consequente da participação em duas guerras mundiais, conduziu a uma transformação da violência até então praticada. Em sociedades predominantemente rurais o terrorismo deu lugar a guerrilhas como aconteceu na China e na Indochina. Contudo em regiões mais urbanas como a Palestina e o Chipre o terrorismo manteve-se como principal forma de luta, apenas mais intenso, personificando-se no chamado terrorismo urbano (Laqueur, 2001:82).³³

³² Na Europa de leste e nos Balcãs, onde o terrorismo assumia uma natureza endémica, a presença do exército vermelho apagou os fervores separatistas; em Espanha, onde o movimento separatista basco sempre foi bastante activo, a ditadura de Franco reprimiu o terrorismo. Consultar em: Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co

³³ Tel Aviv (1945-1947), Nicosia (1955-1958). Ao contrário da guerrilha o terrorismo urbano não teria a capacidade de transformar um pequeno grupo de homens armados num regimento militar nem tão

Muitas vezes como aconteceu na trágica guerra da Argélia o terrorismo urbano tornou-se num instrumento complementar da guerrilha. Aqui, a violência utilizada pelo general francês Jacques Massu para combater o terrorismo, na qual a tortura assumiu posição de excelência, obteve uma grande visibilidade mundial e provocou fortes críticas na opinião pública internacional, em particular na francesa³⁴.

Eventualmente, à semelhança da Inglaterra, sustentar uma guerra na Argélia tornou-se incomportável e os franceses concederam a independência ao país. Admite-se, no entanto, que a opinião pública francesa tenha em larga medida minado a determinação política em vencer aquela guerra. Eis que surge uma nova ferramenta para o terrorismo: a manipulação dos actores políticos pela conquista das mentes e corações dos seus cidadãos. Com efeito, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o rescaldo das tragédias de duas guerras mundiais e o acelerado processo de construção de um organismo de diálogo mundial, focado na persecução da paz e na defesa dos direitos humanos, despertara a atenção e a consciência do cidadão comum que se torna cada vez mais activo na comunidade política e social. A consolidação da sociedade civil no mundo ocidental resulta na formação de uma opinião pública nacional e internacional, agente activo e dinâmico no processo decisório político. Neste sentido, toda uma de retórica mais neutra e politicamente menos condenatória é adoptada para lidar com focos terroristas no novo cenário político social.³⁵ Simultaneamente, a obtenção de visibilidade internacional e a submissão deste novo actor das relações internacionais, a opinião pública, passa a ser um pilar estratégico de muitas organizações terroristas.

Durante as décadas de sessenta e setenta, o terrorismo expande-se para grupos nacionalistas e separatistas fora do quadro colonial ou neocolonial, com esferas identitárias e ideologias próprias, como foi o caso da ETA ou da FLQ (Frente de Libertação do Quebec). Paralelamente, alguns grupos de estudantes com ideologias marxistas/leninistas/maoístas mais radicais agregaram-se e estabeleceram-se na Europa Ocidental, na América Latina, no

admitia a regulação de comportamentos de guerra, como por exemplo, o estabelecimento de zonas neutras. O terrorismo urbano era intensificação do terrorismo nas cidades, ele pode relacionar-se com a guerra de guerrilha, com a tentativa de despertar as massas para uma insurgência geral ou mesmo com a tentativa de derrotar parcelas dos exércitos inimigos mas nunca de todo o exército inimigo. Consultar em: Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&C

³⁴Kaufman, Michael T. (31 Outubro, 2002). *Jacques Massu, 94, General Who Led Battle of Algiers*, New York Times, [consultado a 27 de dezembro de 2015] disponível em: <http://www.nytimes.com/2002/10/31/world/jacques-massu-94-general-who-led-battle-of-algiers.html>

³⁵ É por esta altura que se populariza a expressão *politicamente correcta* de *combatente pela liberdade* e de *grupo de libertação*. Numa fase de renovação da Comunidade Internacional a nova terminologia é adoptada de forma a não corromper a legitimidade política de conflitos que convergiam com os valores de auto-determinação dos povos proclamados nesta embrionária tela internacional.³⁵ Por esta altura, multiplicavam-se os rebeldes insurgentes contra ocupações coloniais ocidentais e comunistas cujos instrumentos de luta recorriam com frequência a uma violência extrema e indiscriminada, característica da acção terrorista. Muitos destes grupos reuniam a simpatia das opiniões públicas ocidentais e outros satisfaziam os interesses geoestratégicos dos seus dirigentes políticos por isso a palavras “terrorismo” e “terrorista” teriam de ser substituídas por uma linguagem mais neutra politicamente e menos condenatória. Consultar em: Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

Japão e nos EUA. À semelhança da experiência vivida há, sensivelmente, um século atrás com a grande conspiração global anárquica, os jornais imprimem-se, por esta altura, adivinhando e semeando exagerados temores acerca de uma conspiração global comunista que pretenderia destruir os EUA e a ordem liberal ocidental.³⁶ A partir da década de oitenta o terrorismo sofre nova reviravolta, passando a estar fortemente associado à acção estatal em dois eixos distintos.³⁷ Por um lado, com a revolta do Xá de 1979 houve uma tentativa de promover o contágio da revolução político religiosa e da oposição à presença americana na região a outros países do Médio Oriente, nomeadamente, através do apoio a grupos terroristas regionais. Estados como a Líbia, o Iraque e o Irão envolveram-se fortemente no apoio a grupos terroristas e o terrorismo passou a estar associado a um fenómeno no qual Estados com capacidade reduzida militar em relação aos seus inimigos, patrocinavam grupos terroristas com o intuito de enfraquecer e desmoralizar os rivais sem perigo de retaliação.³⁸ Outros Estados poderosos adoptaram a mesma estratégia de patrocínio de grupos terroristas em países terceiros com o objectivo de influenciar o destino político dos mesmos, optando por uma acção indirecta, não por receio da capacidade militar dos mesmos, mas para evitar a condenação da Comunidade Internacional e da opinião pública nacional³⁹. Por outro lado, alguns Estados mais poderosos, como os EUA a partir da governação de Reagan, Israel e mesmo a Turquia, fazem do contra terrorismo um pretexto de difusão do seu próprio Terror e de consolidação dos interesses geoestratégicos no Médio Oriente. A promíscua relação entre Estados e terrorismo torna-se num fenómeno crescente e representa, hoje em dia, um dos maiores desafios à luta contra o terrorismo.

1.6 O 11 de Setembro e o Novo Terrorismo⁴⁰

“Quanto à América, eu digo-te a ti e ao teu povo algumas palavras: eu juro, em nome de Deus que a América não viverá em paz enquanto a paz não reinar na Palestina e enquanto todo o exército de infiéis não sair da terra de Maomé, que a paz esteja com Ele.” (Bin Laden, 7 de Outubro de 2001)

No despertar do novo século, os atentados de 11 de Setembro viriam novamente transformar o conceito de terrorismo e toda a percepção político-social para este fenómeno. Em primeiro

³⁶ Claire Sterling, *Thieve's World: The Threat of the New Global Network of Organized Crimes*, disponível em: <http://privateattorneygeneral.spruz.com/gfile/75r4!-!GKEEFJ!-!rzr45!-!GIJEFEFH-QGGJ-HSJM-NFQI-FJKGKGEQRQFK!-!72y1nq/407e51b6-46b2-4b58-baac-fde266e95484.pdf>

³⁷ Este fenómeno, segundo Laqueur (2001) acontecia já antes da década de oitenta, nomeadamente até à data da revolução iraniana vários grupos terroristas eram financiados pelo Iraque, Líbia e Palestina para enfraquecerem o regime do Chã. Durante a década de sessenta a União Soviética ofereceu patrocínio a grupos terroristas como a ETA e o IRA e outros grupos terroristas no período entre as duas Guerras. Contudo este patrocínio era pouco relevante e de relativa fraca intensidade. (Laqueur, 1999: 158-168)

³⁸ Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

³⁹ Um bom exemplo desta realidade terá sido o patrocínio dos EUA aos implacáveis Contras do Nicaragua. Consultar em: Chomsky, Noam (6 de Abril, 2002), *The New War on Terrorism* [ficheiro em vídeo] disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PszLZLD9m7g> e Kunzle, David (1995). *The Murals of Revolutionary Nicaragua, 1979-1992*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.

⁴⁰ A expressão, *novo terrorismo*, cujo significado clarificaremos mais à frente, é inaugurada por Laqueur na obra publicada em 1999. Consultar em: Laqueur, Walter (1999). *The New Terrorism: fanaticism and the arms of mass destruction*, Nova Iorque, Oxford, Oxford University Press.

lugar, a destruição das Torres Gémeas no centro de Nova Iorque representou a personificação de uma incontornável ameaça com características de capacidade e qualidade capazes de penetrar e interferir na segurança interna americana. Nunca antes, os EUA, possivelmente a maior potência política mundial, haviam sido desafiados desta forma; nunca antes a ameaça se tornou tão real e tão próxima. “A mudança foi a direcção em que as armas estavam apontadas. Isso é novo. Radicalmente novo.” (Chomsky, 2001:39) Até 2001 o terrorismo existia, essencialmente e com vigor, um pouco pelo Médio Oriente, África e América Latina.⁴¹ Os movimentos terroristas que pisaram solo americano nunca desafiaram concretamente a ordem e a segurança nacional americana. O 11 de Setembro veio inverter uma lógica que se havia consagrado desde então, obrigando o mundo ocidental a retroceder do estatuto de tradicional invasor a impotente vítima.

A intensidade deste ataque a tal obrigou: mais de três mil pessoas morreram. Vítimas de oitenta diferentes nacionalidades figuravam entre os defuntos. Jamais um ataque terrorista havia sido tão fatal. Com as Torres Gémeas caiu, também, a sensação de segurança absoluta proclamada com orgulho durante décadas nos EUA⁴². Este ataque ao coração americano e ao cerne da ordem liberal assume, sobretudo, uma relevância simbólica pois ele vem dissolver a ilusão de “santuarização” (Viana, 2011:31) do território americano e instalar o medo em todo o mundo ocidental. Afinal de contas se a maior potência militar, política e económica se revela incapaz de garantir a segurança dos seus cidadãos, por que motivo deverão os restantes países acreditar que o conseguirão fazer? Ora, a difusão do medo social relaciona-se, não apenas com a simbologia do alvo mas também com a intensidade operacional.⁴³ É esta transformação da natureza qualitativa da ameaça que transforma a percepção, não só social mas também política da mesma. O terrorismo demonstra uma nova faceta da assimetria, nomeadamente, a capacidade do fraco em se apropriar dos meios do forte e através de métodos simples alcançar os seus objectivos (de curto prazo pelo menos).⁴⁴ O vasto raio de destruição e o abismal número de civis que pereceram naquele fatídico dia personificaram o despertar para uma nova ameaça de profunda intensidade e de largo alcance. Com efeito, os atentados de 2001 mostraram ao mundo ocidental a vulnerabilidade dos seus Estados e das suas instituições perante a crescente proliferação de um terrorismo transnacional e de

⁴¹ Durante a década de noventa o terrorismo ideológico-político que se revestia de uma retórica religiosa islâmica e fundamentalista já se manifestava um pouco por todo o mundo mas com maior escala e incidência nas regiões assinaladas.

⁴² A imunidade dos EUA era instrumento de propaganda para denotar a superioridade militar e política, em particular durante a Guerra Fria. O desenvolvimento da tecnologia anti-missil foi pilar desta campanha. Consultar em: Viana, Vítor (2011). *Consequências Estratégicas do 11 de Setembro de 2001, Relações Internacionais*, 31, pp.25-31.

⁴³ Relembremos que o World Trade Center havia já sido alvo de um ataque terrorista em 1993. Deste ataque, executado através de uma explosão na garagem do edifício, resultaram 6 mortos. Consultar em: RAND, *Database of Worldwide Terrorism Incidents, Terrorism Incidents Database Search* [consultado a 3 de Dezembro de 2015] disponível em: http://smapp.rand.org/rwtid/incident_detail.php?id=7023

⁴⁴ Viana, Vítor (2011). *Consequências Estratégicas do 11 de Setembro de 2001, Relações Internacionais*, 31, pp.25-31.

alcance global. Assim, os ataques do 11 de Setembro são, primordialmente, de importância simbólica e materializam-se numa vitória psicológica para o terrorismo.

A natureza deste inimigo sem rosto e a sua capacidade de provocar situações de violência de tão elevada escala acentuam a dificuldade dos Estados em combater o terrorismo. Quando confrontados com situações de terror extremo como o que aconteceu em 2001 no coração de Nova Iorque, os Estados tendem a sofrer uma maior pressão para acabar com a ameaça terrorista e devolver a sensação de segurança (ou vingança) aos seus cidadãos. Esta pressão pode conduzir a actuações precipitadas, as quais sem uma estratégia bem definida, tenderão a provocar situações indesejadas que correm o risco de acentuar a vulnerabilidade e a permeabilidade dos Estados ao terrorismo. Uma das consequências imediatas do 11 de Setembro espelhou-se numa alteração geral da ordem interna dos países em função do terrorismo, palpável na aplicação de novas legislações nacionais e de acordos internacionais, na redefinição dos aparelhos de segurança das comunicações aéreas e numa alteração dos comportamentos sociais. A gestão do triângulo Democracia-Estado de Direito-Segurança tornou-se particularmente sensível. A aplicação de determinadas medidas de segurança colectiva que condicionam os direitos e as liberdades individuais dos cidadãos tem o duplo efeito de incentivar o crescimento de extremismo (ambiente particularmente favorável à actividade terrorista) e de colocar os países democráticos a lutar contra a sua própria matriz ideológica.⁴⁵

Com efeito, a própria resposta de George W. Bush aos acontecimentos trágicos de 2001 revelam o elevado grau de vulnerabilidade e de desconhecimento que os Estados tinham e, provavelmente, continuam a ter relativamente a esta ameaça.⁴⁶ A doutrina Bush e a declarada Guerra ao Terror empreendida no início do século materializaram-se num novo ímpeto para a contemporânea configuração e proliferação do terrorismo.⁴⁷ A destruição provocada por estas guerras teve impactos brutais nos tecidos sociais dos países invadidos e em toda a região que se tornou num ninho para o crescimento de grupos fundamentalistas islâmicos. Os vácuos de poder deixados, a consequente fomentação de ódios religiosos e o reavivar de divergências hegemónicas regionais reacenderam uma chama que daria um novo ímpeto ao terrorismo e, de certa forma, abriram uma via rápida no caminho da radicalização dos mais vulneráveis. Na sequência dos ataques terroristas de março de 2004 que mataram quase duzentas pessoas e feriram outras seiscentas nas linhas férreas de Madrid, a Brigada Abu Hafs al-Masri -organização terrorista responsável pelo ataque e simpatizante da Al-Qaeda- reclamou que Espanha se teria tornado num alvo devido à sua cooperação na guerra

⁴⁵ Galito, Maria Sousa (2013). Terrorismo: conceptualização do fenómeno. *CEsA*, disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP117.pdf [consultado a 1 de outubro de 2016].

⁴⁶ Wood, Graeme (29 de Março, 2015). *O que é o Estado Islâmico?*, *Jornal Público*, disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-que-e-o-estado-islamico-1690458>

⁴⁷ De 2001 a 2006 o número de ataques terroristas passou de 1,732 a 6,659. Ver em: Matusitz, Jonathan (2013). *Terrorism & Communication: a critical introduction*, *Thousand Oaks Sage*, 7, 3, pp 1-31.

do Iraque.⁴⁸ Os ataques de 11 de Março terão provocado mais mortes do que a combinação dos todos os atentados provocados pela soma das várias organizações terroristas não-muçulmanas na Europa entre 2000 e 2010⁴⁹. Não será justo dizer que a Guerra ao Terror é a única responsável pela acentuação do terrorismo mas também não é incorrecto afirmar que ela se revelou, no mínimo, um instrumento ineficaz de combate ao terrorismo.

Para além da eficácia operacional e do seu alcance global o que diferencia o terrorismo contemporâneo, mais visivelmente projectado a partir do 11 de Setembro é a sua intrínseca relação com a religião. Ao contrário do que possamos pensar o terrorismo enquanto ideologia política de base religiosa, de novo não tem nada, aliás como David Rapoport (2004) sublinha até ao século XIX esta era a única forma de terrorismo⁵⁰. Estudámos inclusivamente o comportamento dos sicarii judeus, dos assassinos ismailis e poderíamos ainda ter falado sobre os thugs hindus ou sobre os clãs protestantistas do Ku Klux Klan. Não obstante, o terrorismo que assola os dias de hoje está particularmente relacionado com uma parcela fundamentalista e radical do Islão que, na configuração de aldeia global do sistema internacional, tem maior facilidade de penetração e de manipulação de meios que tradicionalmente lhe estariam indisponíveis. No formato de guerra assimétrica, terrorismo contemporâneo recorre a tácticas mais violentas e a métodos de destruição alargada para combater os seus inimigos. Laqueur alega que o terrorismo sofreu uma enorme revolução no seu carácter. Segundo o autor, no Antigo Terrorismo existia uma selecção dos alvos de acordo com determinados critérios e objectivos projectados, nomeadamente, políticos ou sociais, que correspondiam a reivindicações específicas - reclamações independentistas (IRA, ETA, IMRO, OLP) ou a proclamação de uma determinada ordem social (Brigadas Vermelhas).

Contrariamente, o Novo Terrorismo é totalmente diferente na sua essência pois, ao invés de reivindicar objectivos políticos como a grande tradição terroristas precedente, este reclama a destruição de toda uma sociedade e a eliminação de largas parcelas da população. Na sua personificação mais extremista este novo terrorismo prevê que apenas pela liquidação das forças satânicas da sociedade mundial é que se poderá abrir espaço para o crescimento de uma nova ordem humana, melhor e, estas forças malignas podem corresponder a um país inteiro ou mesmo a toda a humanidade⁵¹. Este extremismo do terrorismo está, segundo os autores que defendem a proposta de Laqueur, intrinsecamente relacionado com uma mudança de paradigma no fenómeno terrorista a qual terá ocorrido algures na década de oitenta, tornando-se visível a partir do bombardeamento das Torres Gémeas de 1993 e dos

⁴⁸ RAND, *Database of Worldwide Terrorism Incidents*, Terrorism Incidents Database Search, disponível em: http://smapp.rand.org/rwtid/incident_detail.php?id=18518 [consultado a 15 de novembro de 2015]

⁴⁹ Matusitz, Jonathan (2013). *Terrorism & Communication: a critical introduction*, Thousand Oaks Sage, 7, 3, pp 1-31.

⁵⁰ Rasler, Karen & Thompson, William R. (2011) *Looking for Waves of Terrorism* In Rosenfeld, Jean E. (Ed) *Terrorism, Identity and Legitimacy: the four waves theory and political violence*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

⁵¹ Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co

ataques ao metro de Tokyo com gás sarin de 1995. O terrorismo, desde o século XIX até então, estava, maioritariamente, associado a movimentos seculares, alguns revolucionários, outros nacionalistas, comunistas ou fascistas; mas sempre com objectivos e motivações políticas independentemente da sua natureza agregadora. O novo conceito de terrorismo está, no entanto, associado a objectivos fundamentalmente religiosos, em especial, a uma franja do Islão radical e fundamentalista que rejeita qualquer outra visão do mundo e da sociedade que não se articule com os princípios sociais e políticos islâmicos.⁵² Esta questão traz-nos outro problema que é a hipótese da utilização de armas de destruição maciça.

Laqueur afirma que os grupos terroristas tradicionais jamais recorreriam a esta tecnologia de armas pois na configuração actual mundial em que culturas, grupos ideológicos e movimentos revolucionários angariam apoiantes disseminados um pouco por todo o mundo, qualquer utilização deste tipo de armas provocaria uma destruição indiscriminada e, certamente, simpatizantes, colaboradores ou simplesmente pessoas inocentes “beberiam a mesma água contaminada e respirariam o mesmo ar envenenado” (Laqueur, 1999:81). Este tipo de acção colidiria frontalmente com os objectivos de propaganda pela acção que norteavam a actividade terrorista tradicional e a preocupação de muitos destes grupos defenderem a sua legitimidade de lutadores de libertação. O mesmo, contudo, não acontece neste novo paradigma do terrorismo, no qual existe uma forte desvalorização pela vida em detrimento da morte fomentada pela crença fanática religiosa. “Se os terroristas são crentes religiosos, eles poderão ver a chacina como um commando para derrotar o inimigo infiel de uma vez por todas” (Laqueur, 1999:82). O terrorista religioso responde apenas a Deus e qualquer tipo de consideração moral ou ética de uma comunidade mundana perde todo e qualquer valor quando comparada com a vontade de Deus. Assim, o terrorismo associado a imperativos religiosos torna-se perigosamente mais destrutivo e indiscriminado porque os seus praticantes encaram a violência como um acto sacramental que resgata a mais poderosa fonte de legitimação e justificação, Deus em si.⁵³

“Essa juventude sabe que a recompensa em lutar contra ti, EUA, é a dobrar (...) Eles não têm outra intenção senão entrar no paraíso por te matar.” (bin Laden, 1996)

À semelhança dos sicarii e dos assassinos que realizavam os seus ataques no seio de multidões com o propósito não só de instalar o pânico nas populações como de atingir uma audiência alargada, nomeadamente, o inimigo invasor; também os ataques de Nova Iorque e de Washington, de Londres e de Madrid, pretendiam chocar as sociedades ocidentais e levar à retirada das unidades militares americanas, inglesas e espanholas do Médio Oriente -as quais são encaradas pela al-Qaeda e organizações afiliadas como o invasor herege. Em convergência

⁵² Matusitz, Jonathan (2013). *Terrorism & Communication: a critical introduction*, Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura, Washington DC, Thousand Oaks Sage.

⁵³ Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia Unniversity Press.

com os sicarii e os assassinos, o terrorismo contemporâneo de ideologia política que se associa a uma doutrina religiosa apresenta padrões de moral e premissas de justificação para o seu comportamento que destoam com a sociedade em que se inserem, ou, hoje em dia, com as directrizes do direito internacional, nomeadamente, com o costume da Guerra Justa e as Convenções de Haia e Genebra. Pelo contrário, este terrorismo que manipula toda uma retórica religiosa abraça mecanismos de legitimação divina, despreza esforços sociais que procurem regular o comportamento humano, algo que na sua perspectiva, é única e exclusivamente tarefa e desígnio de Deus. Existe uma percepção do mundo e da realidade totalmente oposta que se torna, muitas vezes incompreensível para os que os rodeiam e isto pode tornar-se num obstáculo na luta contra o terrorismo.

A forma como este terrorismo encara a violência, ou seja, como um acto sacramental ou um dever divino, alimenta uma prospecção maior da mesma. Ao contrário de outros grupos terroristas seculares que veem na violência um meio para corrigir uma determinada particularidade do sistema ou para fomentar a criação de um novo sistema, os terroristas religiosos tendem a ver-se como uma alienação do sistema, alguém que está do lado de fora e que procura uma alteração estruturante e fundamental de toda a ordem vigente. Este sentimento de não pertença e de repulsa cultural incentiva a utilização de meios mais destrutivos e mortíferos nas operações executadas. Paralelamente, o inimigo expande-se para todos os que não partilhem as suas convicções religiosas ou que não faça parte da mesma congregação espiritual (Hoffman, 2006). Ao contrário dos grupos terroristas da Antiguidade, o terrorismo contemporâneo não utiliza o punhal como arma de eleição, ele apodera-se de aviões comerciais com centenas de passageiros e colide contra edifícios com outros milhares de civis, ele faz explodir bombas em metros e rapta crianças de escolas. Entre 1998 e 2004 o terrorismo associado a princípios religiosos foi responsável por apenas 6% dos ataques terroristas em todo o mundo, contudo esta pequena percentagem representou 30% das fatalidades decorrentes dos ataques terroristas nesse mesmo período.⁵⁴ O terrorismo contemporâneo de ideologia política mas edificado com base em premissas religiosas e fundamentalistas alterou sem dúvida a natureza qualitativa da ameaça e tornou-se perigosamente fatal. Nesta guerra de carácter subversivo é a resiliência da ideia que torna o terrorismo num inimigo tão perigoso, sobretudo quando esta ideia emana radicalismos que ultrapassam a compreensão racional e invoca princípios apocalípticos com o objectivo de alterar o todo sistema mundial.

1.7 O terrorismo no Pensamento Reflexivo

O terrorismo na sua longa e vasta história tem sido utilizado por forças contrastes e antagónicas. A análise desta pequena amostra de grupos e movimentos terroristas faz-nos perceber a elasticidade e capacidade de adaptação do terrorismo. Embora o terrorismo

⁵⁴ Matusitz, Jonathan (2013). *Terrorism & Communication: a critical introduction*, Thousand Oaks Sage, 7, 3, pp 1-31.

pressuponha a partilha de uma ideologia, o terrorismo não pressupõe a partilha de uma única ideologia⁵⁵. Assim podemos encontrar o terrorismo num largo espectro de actores de diversas motivações ou ideologias, o que nos conduz a um problema fundamental da conceptualização de terrorismo: a tentativa de definir não só o fenómeno, mas também o sujeito. Esta dicotomia materializa-se mais evidentemente no paradoxo de que actualmente, o conceito de terrorismo exclui, à partida, a acção dos Estados, estando, no entanto, a natureza epistemológica do terrorismo directamente vinculada à acção estatal. Hoffman (2006) alega que quando um Estado comete um crime tipicamente categorizado de terrorista usar-se-á o termo crime de guerra, uma vez que os limites estabelecidos à utilização dos instrumentos repressivos dos Estados estão, em larga medida, positivados nas várias fontes de direito internacional, nomeadamente, na Carta das Nações Unidas e nas Convenções de Haia e Genebra (pág.28).

Esta visão parece-nos um pouco redutora porque não contempla a intencionalidade de alguns Estados utilizarem a violência como uma linguagem própria de manipulação, persuasão e de ameaça, quer para outros Estados quer para entidades não estatais, quando não integrados num contexto de conflito declarado e com o objectivo claro de, através dessa linguagem, influenciar o destino político desse mesmo grupo social, Estado ou de Estados terceiros. Simultaneamente, o impacto social da acusação de incorrer em crime de guerra em muito difere da acusação de ser terrorista. Em primeiro lugar a expressão crime de guerra não abarca a mesma carga emocional negativa que a expressão terrorista - seja por uma questão de semântica sincrónica, seja pela mediatização nula de um termo que raramente é utilizado na imprensa internacional e pela mediatização absoluta do outro que todos os dias faz primeiras páginas em todo o mundo.

Paralelamente a acusação de praticar crime de guerra corresponde a um acto e, como tal, pode ser corrigido e perdoado. Contrariamente a acusação inerente ao terrorismo poucas vezes está associada à prática de um acto terrorista⁵⁶, estando frequentemente associada à natureza de um actor. Não se pratica terrorismo é-se terrorista e ser-se terrorista não pode ser corrigido nem perdoado. Mais ainda, a grande diferença no impacto social da apelação de uma acusação ou outra não se prende, directamente e apenas, com a (in)eficácia das entidades de direito internacional mas, também, com a velocidade da transmissão da mensagem. Chamarmos um Estado de terrorista terá uma ressonância muito maior na mente da população por uma questão de semântica e por uma questão de mediatização, em larga

⁵⁵ Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co

⁵⁶ Como vimos a algumas definições de organismos internacionais, como a da Resolução 1566 apresentada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, identifica o terrorismo como uma combinação de actos criminosos com determinados propósitos e com determinados objectivos. Assim o terrorismo não é vulgarmente visto apenas como um acto que possa ser dissociável de uma crença e de um objectivo, ou seja de um sujeito. Não se fala de actos terroristas, mas de actos criminosos e fala-se de terrorismo como um conceito muito mais abrangente do que uma prática ou actos que possam ser isolados.

medida porque esta acusação não depende das amarras burocráticas de um organismo de direito internacional, depende apenas do espectáculo mediático que o jornalismo lhe quiser dar.

Em sintonia com este raciocínio H. H. A. Cooper (2001) defende devemos definir o terrorismo em função da sua componente operacional, sem desviarmos a nossa atenção para considerações relativas ao corpo executivo ou à doutrina mobilizadora da acção. Cooper (2001) entende o terrorismo como a instalação de um estado de “medo maciço e aterrador num grupo de seres humanos com o propósito de os controlar” (pág. 883). Em última instância o terrorismo será o extremo da coerção política⁵⁷. Assim, o autor admite que, também, um Estado que procure impor a sua autoridade, seja por considerações de higiene social ou de dissuasão político social, através da intimidação estará a fazer uso excessivo dos instrumentos de coerção política. Neste sentido o abuso do poder estatal pode transformar-se numa forma de regime de terror e excluir este tipo de circunstâncias na reflexão sobre terrorismo será pura hipocrisia.⁵⁸ No mesmo sentido David Rapoport (como cit. por Razler & Thompson, 2011) define terrorismo como a “violência para provocar consciência, para invocar determinados sentimentos de simpatia ou repulsa”(pág.3). Jenkins defende que o terrorismo deve ser definido pela natureza do acto e não pela identidade do perpetrador ou da sua causa pois, desta forma, a reflexão acerca do terrorismo, centrada única e exclusivamente, no acto é forçada entregar-se ao pensamento racional, livre de considerações, afinidades ou divergências de carácter subjectivo e, em última instância, “o terrorista de um homem torna-se no terrorista de todos os homens” (Jenkins, 1980:2).

Apesar do cepticismo quanto à possibilidade de encontrar uma definição rigorosa, completa e absoluta de terrorismo, Laqueur (1999) afirma que é seguro afirmarmos que o terrorismo se evidencia pela manipulação sistemática da violência, ou ameaça dela, por parte de um grupo, tendencialmente não estatal, com o propósito de difundir o terror e de, assim, alcançar determinados fins políticos. Esta violência pode ser empreendida contra governos ou outros grupos que se afigurem como rivais por razões étnicas, de raça, classe, religião ou movimentos políticos. Quaisquer considerações adicionais, no seu entender, estarão condenadas ao fracasso porque não existe uma, mas inúmeras formas e configurações de terrorismo.⁵⁹ Ainda relativamente ao papel do Estado, Laqueur considera que o abuso do poder estatal efectuado com o propósito de persuadir comportamentos sociais através da instalação do medo popular é um fenómeno de violência política ou de tirania; enquanto o

⁵⁷ Cooper, H. H. A. (2001), *Terrorism: The Problem of Definition*, Revisited American Behavioral Scientist, 44(6), pp 881-893.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co

terrorismo corresponde a um fenómeno mais específico, no qual a aplicação da violência sistemática é o instrumento principal dos seus praticantes⁶⁰.

Hoffman (2006) converge neste argumento, acrescentado a identificação da natureza executiva do terrorismo de que, na sua optica, será subnacional ou não estatal. Mais especificamente, o autor identifica alguns formatos em que se pode materializar o sujeito da actividade, o de uma organização hierarquizada identificada (exibem símbolos que permitem a sua identificação), o de uma célula conspiratória semelhante a uma sociedade secreta e o de um grupo de indivíduos sem particular organização que partilham crenças ideológicas ou uma idolatria a um líder carismático. Um aspecto determinante da concepção de Hoffman relativamente ao terrorismo é a percepção de que o verdadeiro alvo do terrorismo não corresponde às suas vítimas. Acrescenta, ainda, que o grande objectivo do terrorismo é a publicidade pois é esta publicidade que alcançada através da violência lhe conferirá poder para conquistar os objectivos políticos almejados, nacionais ou internacionais (pág. 40-41).

“Todos os actos de terrorismo envolvem a violência ou a ameaça da violência. O terrorismo é especificamente projectado para provocar um impacto psicológico de maior alcance cujos efeitos ultrapassem a(s) vítima(s) ou o objecto do ataque terrorista. Ele é um meio para instalar o medo, e conseqüentemente, intimidar uma maior audiência alvo que pode corresponder a um grupo rival étnico, um grupo religioso, a um governo, partido político ou à opinião pública no geral.” (Hoffman, 2006:40-41)

O terrorismo assume uma natureza essencialmente política. O conceito de política tem sido ele próprio alvo de evolução desde as suas origens etimológicas gregas, as quais o relacionavam às dinâmicas concernentes aos politikós na organização da vida na pólis⁶¹. A política sofreu, desde aí, uma transposição de significado, do conjunto das coisas relacionadas com o adjectivo “político” para uma forma de saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de coisas.⁶² A política poder-se-á relacionar com uma pluralidade não diversa de fenómenos que abarcam a arte, a ciência, a ideologia, a filosofia, a metafísica, a ética ou a teologia.⁶³ Numa destas dimensões ou em todas, em simultâneo, podemos desconstruir o conceito de política e caminhar para visões gradualmente mais

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Lima, Alexandre et. all (1983). *Dicionário de Política*, 11ª edição, Vol. 1, Editora UnB.

⁶² Ibidem.

⁶³ A política como arte relacionar-se-á com uma acção e, sobretudo, com uma linha de conduta, sendo que os meios se formulam em função dos fins e os fins em função dos meios. Como ciência a política visa através da via indutiva ou dedutiva postular padrões concernentes à história, à economia, à geografia, à sociologia e à psicologia individual ou colectiva. A política como ideologia relaciona-se com o objectivo de mudar determinado regime ou manter-se nele como recurso a determinada ideologia, a qual serve frequentemente de base filosófica para justificação ou para imposição de poder. A política enquanto filosofia pretende averiguar se existe um domínio político próprio independente e qual a sua materialização. A política como metafísica postula-se pelo recurso à Transcendência. A política como ética relaciona-se com a dimensão da actividade humana englobante, privada e publica, a qual procurando incessante e livremente a busca pela verdade e pela bondade será conjugada com o agir prático. A política como teologia está incontornavelmente relacionada com a religião e com uma subordinação à mesma. Consultar em: Chorão, João bigote (2002) *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, 3ª edição, Século XXI, 23, Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo.

holísticas da mesma. Se entendermos a política como “a arte ou ciência de um Estado” (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, 2001:2897) podemos caminhar para um entendimento precedente ou aristotélico da política como “a arte de governar a cidade” (Ibid) e daqui poderemos chegar a uma percepção totalmente holística de política como a “arte de governar um grupo de pessoas”.

Ora, se os atentados terroristas procuram coagir o comportamento de determinado grupo de pessoas, as organizações que os perpetuam seguem, tendencialmente, uma estratégia que procura, de alguma forma, alterar determinado regime ou manter-se nele com o objectivo de manipular certos aspectos da vida humana intrinsecamente relacionados com a política.⁶⁴ Assim, todo o acto terrorista tem um objectivo político por mais modesto que seja. Nem sempre este objectivo político tem de passar por uma alteração estrutural do regime, mas todo o objectivo do terrorismo passa por coagir determinada acção que se insere numa actividade humana e que se relaciona com um dos fenómenos constituintes da política, anteriormente apontados. Assim, quer seja uma motivação, quer seja um objectivo último, a natureza política é inerente ao terrorismo. Ele pode ser perpetuado por diversos actores e orientado por diversas e, muitas vezes, antagónicas ideologias; contudo, o terrorismo procura invariavelmente a coersão de determinado grupo ou fragmento social com o propósito de determinar a configuração política, total ou parcial, em que o agente terrorista se insere, podendo o seu alvo partilhar ou não esta característica.

O terrorismo tem um carácter híbrido, adaptando-se e moldando-se a múltiplas ideologias, circunstâncias e actores. Contudo o terrorismo fala sempre a mesma linguagem: a da violência. O terrorismo, em última instância comunga com a visão de C. Wright Mills (como citado por Campos II, 2007), a qual preconiza que toda a “política é uma luta por poder” e que o “supremo instrumento de poder é a violência” (pág.128). O terrorismo aplica uma lógica inversa, manipulando a violência como forma de exercer poder para alcançar objectivos políticos. A violência simbólica é um instrumento clássico de manipulação social, política e religiosa. A violência reveste-se de uma eficácia extrema pois, numa visão maquiavelista, associado a ela está o medo e o medo perdura na memória ao contrário do amor⁶⁵. Admite-se, ainda, que a intensidade da violência terrorista está condicionada pela natureza da moralidade ideológica e pelo grau de consenso que a mesma procura ou não encontrar na camada social que pretende manipular.

⁶⁴ Sejam eles a arte -porque recorrem a determinadas acções em função dos meios e determinados fins em função das capacidades de acção- da ciência - porque se foca num objectivo formal que modela a relação entre todos os intervenientes do organismo terrorista- como ideologia -porque procura alterar ou influenciar determinado regime das coisas em função da justificação oferecida pela sua ideologia - a filosófica -porque também o grupo terrorista se projecta como a autoridade central e social cujo objectivo será através da força gerar concórdia- a metafísica e teológica - porque recorre a mecanismos de justificação transcendentais, de percepção de um ideal superior ao qual deve haver subordinação terrena. Podemos interpretar a acção terrorista mediante todos, alguns ou um destes aspectos políticos.

⁶⁵ Machiavelli, Niccolo (2009, ed.) [1532]. *O Príncipe*, Publicações Europa & América Ltd.

O terrorismo é uma estratégia de imposição e de manipulação do medo social para a concretização de objectivos políticos. O terrorismo alimenta-se da publicidade que obtém pois é esta que irá condicionar a percepção do inimigo relativamente à capacidade de acção do terrorismo e, conseqüentemente, à força da ameaça representada pelo terrorismo. Assim, muitas vezes a publicidade é transformada em propagando com o objectivo de aumentar a percepção do inimigo da ameaça personificada pelo terrorismo, uma vez que, sendo o poder relativo, o poder do terrorismo será tanto maior quanto maior for a percepção dele. É a contar com o sucesso de representar uma ameaça para o inimigo que se edifica a estratégia do terrorismo. O terrorismo é aquilo que o outro percebe que seja, tornando-se tanto mais eficaz quanto maior a sua capacidade de afectar psicologicamente o outro. O objectivo do terrorismo é que esta percepção conduza a uma fragmentação e submissão do outro em relação a si ou, pelo menos, aos objectivos que postula. Assim, percebemos que a violência tem para o terrorismo, sobretudo, uma função simbólica e psicológica. O terrorismo como estratégia híbrida que é poderá ser moldada a qualquer ideologia ou motivação e, como tal, defini-lo em função da sua doutrina poderá ser ou superficial ou limitador ou até falacioso. Isto não implica que para uma compreensão do mesmo não seja útil estudar as raízes doutrinárias do terrorismo, simplesmente não será enriquecedor para a sua definição. Assim, o terrorismo deve ser definido em torno da sua componente operacional e estratégica.

Feita esta reflexão podemos afirmar que o terrorismo é a aplicação sistemática da violência simbólica, ou a ameaça dela, que procura instalar um estado de medo e pânico generalizados num grupo mais alargado do que aquele que é imediatamente atingido pela sua acção, com o objectivo último de coagir o seu comportamento. O terrorismo é a manipulação da violência simbólica que procura desgastar psicologicamente o inimigo de forma a aumentar o seu poder relativo e quiçá alcançar os seus objectivos políticos.

2. Terrorismo no Médio Oriente: uma alteração do paradigma terrorista?

Nos últimos anos assistimos a uma proliferação de grupos terroristas religiosos que recitam o Alcorão e se afirmam islâmicos. Neste sentido torna-se necessário decifrar a ideologia que agrega e alimenta estes grupos terroristas e para fazê-lo será crucial proceder à desconstrução de alguns termos e conceitos doutrinários religiosos que são frequentemente proclamados por estes grupos terroristas. Com efeito, o terrorismo que assola os nossos dias está inegavelmente relacionado com uma ideologia religiosa, a qual resgata os seus princípios mais radicalistas numa interpretação enviesada dos diversos movimentos reformatórios da doutrina islâmica. Neste sentido e como é fulcral perceber o que move e inspira um movimento terrorista, tornar-se-á fundamental desconstruir a ideologia e a doutrina por detrás do terrorismo contemporâneo, vulgarmente, apelidada de jihadismo ou de salafismo ou até, inúmeras e erradas vezes, de islâmico. Assim, procuraremos neste capítulo desconstruir conceitos e explanar doutrinas de acordo com o contexto histórico e político em que se edificaram, com o objectivo de obtermos uma compreensão mais profunda da ideologia por detrás do movimento terrorista. O nosso objectivo neste capítulo será o de identificar a relação entre as dinâmicas políticas e religiosas subjacentes à construção da matriz ideológica jihadista de forma a alcançar uma compreensão profunda deste terrorismo e a identificar uma possível transformação paradigmática do mesmo.

2.1 Jihad: de conceito a conduta

A auto apelação de “jihadistas” é transversal aos grupos terroristas de matriz islâmica. Ora, o termo jihadismo/jihadista é bastante juvenil, tendo este sido popularizado no Médio Oriente no Egipto, inicialmente nos anos 20 com a criação da Irmandade Muçulmana ganhando corpo ideológico na década de sessenta a partir dos escritos de Sayyid Qutb (como será analisado mais à frente). O jihadismo proclamado pelos guerrilheiros mujahidins materializou-se num motor ideológico de agregação dos muçulmanos mais convictos ou frustrados, dispersos pela região, os quais se revelaram elementos fundamentais no esforço de guerra contra a União Soviética. O jihadismo adquire forte atenção mediática a partir dos atentados do 11 de setembro, expandido a sua natureza de luta defensiva contra o inimigo invasor a atitude ofensiva de erradicação dos infiéis em todo o mundo. Segundo Sousa (2008), o conceito de jihadismo está intrinsecamente relacionado com a defesa de um fundamentalismo islâmico radical e violento que recorre frequentemente ao terrorismo para alcançar um objectivo central: a implementação de um califado regido por um califa, cuja configuração poderá variar entre uma aplicação plural da sharia aos diferentes Estados muçulmanos ou a abolição das fronteiras e a recuperação de territórios que foram outrora dominados pelo Islamismo na implementação singular de uma autoridade islâmica (pág. 115).

O termo jihadismo deriva de uma outra palavra nuclear: jihad. A jihad, embora nem sempre percebida da mesma forma, faz parte da história do Islamismo, mas é apenas por volta de 850 que o seu significado é aprofundado e conceptualizado. Tal como refere Migaux (2007) a palavra jihad deriva da raiz triconsonantal *j-h-d* que, simplisticamente, significa “fazer um esforço” (pág. 265). A partir daqui resultam dois outros conceitos centrais, diferentes mas complementares: a grande jihad e a pequena jihad. A grande jihad diz respeito à luta interior que cada muçulmano tem de travar com a sua alma, para alcançar a pureza espiritual. Relaciona-se, ainda com o esforço que o indivíduo deve fazer para dominar os seus demónios interiores, resistir a tentações mundanas e seguir um caminho convergente com as regras e ensinamentos do Islão.⁶⁶ A pequena jihad é de conceptualização mais complexa, podendo ser entendida como o dever de cada muçulmano levar o Islão a todas as pessoas e/ou a luta contra os inimigos físicos do Islão que comprometam o bem-estar da *umma*.⁶⁷ Na tradição islâmica o cumprimento da jihad poderá ser alcançado de diferentes maneiras, nomeadamente, através do coração, da fé e da crença; através da língua, do apregoar da doutrina e da persuasão de indivíduos à conversão ao Islão; através das mãos, das boas-acções, doações ou de actividades beligerantes; através da espada e do combate dos inimigos de Alá. O conceito e a tradição de Jihad está de alguma forma dividido com a da *Dawah* (o acto missionário de levar o Islão a todos).⁶⁸

Assim a jihad poderá ser associada a uma conduta social, a uma luta interna ou a uma luta contra inimigos que poderão corresponder a forças externas à *umma* (comunidade islâmica) ou a forças internas da *umma* - numa óptica do jihadismo contemporâneo estas correspondem à presença americana e israelita no Médio Oriente ou à adopção de democracias seculares por parte de muçulmanos. A jihad é de carácter obrigatório para todos os muçulmanos, no entanto, até ao século XX o conceito não reunia muita atenção na comunidade islâmica.⁶⁹ O conceito de jihad tem sido alvo de sucessivos processos de interpretação que são de particular sensibilidade visto que não existe qualquer referência a estes termos no Alcorão o conceito de jihad aparece apenas na *Sunna* (vida e ensinamentos do profeta) o que possibilita um largo espectro de deduções.⁷⁰ Com efeito, estes mecanismos de interpretação sucessivos

⁶⁶ Griffiths, Martin (2008). *Encyclopedia of International Relations and Global Politics*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis.

⁶⁷ Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

⁶⁸ *Dawah* significa simplisticamente “fazer o convite” e relaciona-se com a persuasão ou difusão da doutrina islâmica a todas as pessoas. A *dawah* é uma obrigação para todo o muçulmano. Consultar em: Cunha, Agostinho Paiva da (2009). *Conhecer o Islão, Cadernos IDN*, II, 3. e Bukar, David (2016). *Islam and The Infidels: The Politics of Jihad, Dawah and Hijrah*. [consultado a 10 de Abril de 2016] disponível em:

https://books.google.pt/books?id=e3emCwAAQBAJ&pg=PT52&lpg=PT52&dq=Da%E2%80%99wah+lesser+jihad&source=bl&ots=QzCDNp1mK7&sig=Nc9-812RIH_TkP9iqr4bf6SZoeM&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKewjZipCryYTMahXH1xQKHQ2xCSUQ6AEIMjAD#v=onepage&q=Da%E2%80%99wah%20lesser%20jihad&f=false

⁶⁹ Khan, L. Ali (2006) *A Theory of International Terrorism: understanding islamic militancy*, Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers.

⁷⁰ Cunha, Agostinho Paiva da (2009). *Conhecer o Islão, Cadernos do IDN*, II,3.

culminaram na concepção contemporânea de jihad proclamada por grupos terroristas, a qual é fruto de um processo evolutivo paralelo à visão partilhada pela grande maioria da comunidade muçulmana. Não obstante, esta evolução, composta por diferentes estágios, encontra as suas raízes na génese do próprio Islão.

Partindo de uma perspectiva histórica, entre 610 e 632, Maomé assumiu uma missão de difusão e transmissão da mensagem divina, tendo os meios adoptados seguido, por vezes, um caminho beligerante. Na verdade, antes da Hégira⁷¹ o Profeta tentou persuadir verbal e pacificamente cristãos e judeus, inspirando versos de tolerância e compaixão na doutrina islâmica. Contudo, aquando da sua partida para Medina, Maomé assume gradualmente uma postura mais ofensiva, na qual a violência se tornou instrumento de conversão de pagãos, cristãos e judeus. Embora a conquista de Meca e a rendição dos povos árabes tenham sido alcançadas sem derramar uma gota de sangue, a posterior expansão do império esteve altamente relacionada com a força militar. Com efeito, as lendas da bravura de Maomé e dos seus companheiros sobrevivem na mente dos que preservam nostalgias do passado e alimentam ambições imperialistas para o futuro. Constatamos, então, que os primeiros passos para a criação do império árabe foram dados de forma pacífica, porém a rápida expansão do mesmo, que originou e possibilitou o nascimento desta civilização, esteve intrinsecamente relacionada com a força da espada. Assim, num estágio mais embrionário o conceito de jihad vai resgatar legitimidade à vida e conduta do próprio Profeta Maomé e relaciona-se com a atitude beligerante adoptada para espalhar o Islão⁷².

Por uma questão de esclarecimento de conceitos, terminologias e circunstâncias históricas, torna-se relevante esclarecer que aquando da morte de Maomé não havia uma ideia projectada para o processo de sucessão e para a continuação do Islão sem o Profeta. Muitas das divisões dentro do Islão resultam precisamente de fricções e divergências quanto à legitimidade dos sucessores de Maomé, ou seja, dos califas. Como referido anteriormente, a divisão entre sunitas e xiitas é espelho da problemática apontada. A partir de 632, ano da morte de Maomé, o Islão passou a ser regido em concordância com a mensagem transmitida por Alá a Maomé, transcrita no Alcorão, e em absoluto respeito pela umma e pela Sunna. A Sunna cuja tradução significa literalmente “caminho percorrido”, corresponde à descrição da vida do Profeta, feita de forma directa e indirecta pelos seus companheiros, na qual são revelados ensinamentos, atitudes e aconselhamentos de Maomé. O Alcorão e a Sunna complementam-se, se o Alcorão é a palavra de Deus, a Sunna será a clarificação do seu significado.⁷³ A Sunna e o Alcorão rapidamente se tornaram alvo de reflexão e interpretação

⁷¹ A Hégira corresponde a um período que marca o início do calendário muçulmano. Este período corresponde à partida de Maomé da Meca para Medina. Consultar em: Habeck, Mary R. (2008). *Jihadist Strategies in the War on Terrorism* In: Perry, Marvin & Negrin, Howard E. (Eds) *The Theory and Practice of Islamic Terrorism*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

⁷² Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

⁷³ Cunha, Agostinho Paiva da (2009). Conhecer o Islão, *Cadernos do IDN*, II(3).

originando todo um corpo jurídico e um organismo de jurisprudência baseados na *sharia* (a lei islâmica) e ditados por juizes religiosos (muftis ou ulama). A jurisprudência islâmica, *fiqh*, culminou no caso dos xiitas na constituição de uma ordem de carácter clérigo e no caso dos sunitas em quatro distintas escolas de pensamento cujo nome deriva do Imã que as originou: Imã Abu Hanifah, Imã Malik, Imã Shafi'i e Imã Hanbal. Contudo todas elas derivam da escola de pensamento xiita Jafarita.⁷⁴

Não obstante, o conceito de jihad acaba por ser transversal às diferentes fragmentações dentro do Islão até ao século XIII⁷⁵. A partir da morte de Maomé e até ao final do século IX o Império Árabe viveu anos de expansão que se concretizaram pela conjugação de uma forte componente missionária com uma implacável força militar. Com efeito, os califas que sucederam o Profeta encontraram na *sunna* e nos *hadith* (narrações dos companheiros do profeta) uma poderosa fonte de inspiração e justificação para a dilatação do Islão. A jihad, neste período, estaria intrinsecamente relacionada com o dever de, seguindo o exemplo de Maomé, levar o Islão a todos os povos e dar-lhes a conhecer a palavra de Deus, frequentemente, através de uma conduta ofensiva.⁷⁶

Durante os séculos IX e X, o império encontra-se numa fase de consolidação territorial e social. Ultrapassada a fase de expansão islamista, torna-se essencial manter as fronteiras do império estáveis para que seja possível fomentar a coesão social e consolidar o equilíbrio político interno. Para garantir a estabilidade das áreas limítrofes a jihad abandonou o seu carácter ofensivo e passou a adoptar uma natureza defensiva destinada a promover a fortalecer a unidade da *umma*.⁷⁸ Simultaneamente, a jihad seria instrumento de protecção do império contra ameaças externas que se afigurassem como um entrave à prosperidade da *umma*. Durante o século XI a jihad passou a estar muito mais relacionada com a protecção da *umma* e com a batalha interior de cada muçulmano para resistir às suas fraquezas e manter a sua fé em Deus. Esta jihad seria instrumento de sincronização da sua conduta de todos os muçulmanos na sociedade. Assim a jihad afigurava-se como um veículo de harmonização de

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁸ Convem esclarecer que existe uma diferença entre jihad ofensiva e defensiva. A jihad ofensiva materializa-se na conquista de terras e na conversão de novas pessoas, é uma responsabilidade colectiva que deve ser liderada e declarada por um califa, o líder reconhecido de toda a comunidade islâmica. Já a jihad defensiva dispensa a liderança ou declaração do califa, ela é uma resposta militar a um ataque de não muçulmanos à fé islâmica e/ou ao território islâmico e/ou a muçulmanos. Na jihad defensiva existe uma responsabilidade individual de lutar. Bin Laden sempre advogou a jihad defensiva, dispensando, desta forma legitimizações corânicas ou a existência do califa, advogando sempre a eminência de um ataque americano como fonte de legitimação da sua luta. Já Baghadadi, desde a declaração do califado recuperou legitimidade para reclamar uma jihad ofensiva. Consultar em Lawrence, Bruce (2005). *Messages to the World: the statements of Osama bin-Laden*, Londres, Nova Iorque, Verso.

práticas na umma, as quais serviriam, em última instância, para fomentar a coesão social e fortalecer a política interna da mesma.⁷⁹

No entanto, as mutações geopolíticas que assolavam o mundo e, em particular o Médio Oriente,⁸⁰ nos seguintes séculos, provocaram uma grande instabilidade na comunidade muçulmana. Consequentemente, o método utilizado para manter a coesão social e política do império foi reforçar a prática religiosa, fazendo-a retroceder aos paradigmas mais fundamentalistas. Esta reforma social previa a eliminação das correntes dissidentes que desagregavam o tecido social muçulmano e, portanto, uniformizar as práticas religiosas e sociais, procurando eliminar variâncias ao sunismo fundamentalista. A luta contra as ameaças externas do Islão foi realizada através da batalha interior de cada muçulmano para reforçar a sua fé e o seu comportamento social de maneira a promover a consolidação da umma. As batalhas que se seguiram em resposta às Cruzadas cristãs colocaram o tema da guerra na centralidade da doutrina islâmica, ganhando a jihad uma relevância de destaque no islamismo.

Durante as sucessivas tentativas cristãs de invasão das místicas terras do Médio Oriente, a determinação e coragem dos combatentes islâmicos aliados às fraturas dentro do movimento cristão permitiram que estes territórios se mantivessem sob o domínio da cultura islâmica até às invasões coloniais europeias. A vitória dos guerreiros árabes sob as tentativas de invasão cristãs estabelecem paralelos históricos com as conquistas do próprio Profeta, mantendo-se esta memória viva na mitologia do movimento jihadista contemporâneo.⁸¹

2.2. Salafismo: de doutrina reformatória a militância radicalista

Durante o século XIII Ibn Taimiya da Síria, perante o contexto de enorme instabilidade regional e social vivido pela comunidade muçulmana graças à eminente ameaça das Cruzadas e à invasão do Império Mongol que conduziu à dissolução do califado Abássida, desenvolve uma doutrina de extremo conservadorismo islâmico. Taimiya recupera a escola de pensamento Hanbalista, fundada por Ahmad Ibn Hanbal de Bagdad. Esta, de carácter puritano e rigoroso, rejeitava qualquer inovação às fontes primárias do Islão, defendendo que o Islão deveria ser vivido de acordo com os princípios invocados pelos *Salaf*, os anciãos e companheiros do Profeta⁸². Taimiya considerava que toda a instabilidade vivida na época correspondia a um sinal divino de desaprovação da conduta social islâmica. Assim, à semelhança das ideias desenvolvidas pela escola Hanbalista condena todas as inovações ao

⁷⁹ Khan, L. Ali (2006) *A Theory of International Terrorism: understanding islamic militancy*, Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers.

⁸⁰ Salientam-se as ameaças representadas pelas disputas e avanços dos turcos sejuks e dos bizantinos e pelo crescimento e conquista do Egipto pelos xiistas do califado Fatímida.

⁸¹ Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

⁸² Os salaf correspondem aos companheiros do profeta (Sahabah), os seus seguidores imediatos (Tabi'in) e os seguidores dos Tabi'in. Os Salaf são geralmente associados aos califas "bem guiados" que, na tradição sunita, se admitem como os que cumpriram os preceitos islâmicos com rigor, nomeadamente, Abu Bakr, Umar, Uthman e 'Ali.

Islão original, defendendo a necessidade de proceder a uma leitura literal do Alcorão e da sunna para orientação da vida social e política da umma.⁸³

Com o objectivo de unificar a umma o teólogo incita à repudia e ao castigo de todos os que se afastem dos preceitos originais do Islão. O grande pilar da sua doutrina é centralidade oferecida ao conceito de jihad, o qual se afigurava, na sua óptica, como um pilar protector da cultura islâmica e um motor para a prosperidade do Islão. Lembremo-nos que, por esta altura, já os turcos seljúcidas se haviam disseminado um pouco por toda a Pérsia e Médio Oriente, os cruzados cristãos tentavam incessantemente conquistar Jerusalém e Constantinopla e os mongóis acabavam de invadir Bagdad, destruindo o califado sunita Abássida, queimando vilas interiras, pilhando e destruindo marcos importantíssimos da cultura muçulmana como mesquitas, palácios ou bibliotecas. Taimiya, desiludido com a humilhação do seu povo defende um regresso aos preceitos fundamentalistas islâmicos com o objectivo de unificar a comunidade muçulmana e, conseqüentemente, expulsar os invasores mongóis.

É importante referir que a derrota do império árabe às invasões mongóis e turcas esteve, em larga medida, relacionada com a falta de união e coordenação entre as instituições políticas e militares do império. Assim, na óptica de Taimiya a inversão da, então actual situação de degradação do império árabe, passaria por um fortalecimento da comunidade islâmica, a qual só seria eficazmente catalisada através de um regresso ao fundamentalismo islâmico. Taimiya acreditava que as causas para a degradação do império assentavam na fragilidade das nações muçulmanas e, como tal, existiria uma urgência em regressar a uma prática e conduta religioso-social orientadas pelo Corão e pela sunna exclusivamente. Só assim seria possível reavivar a umma e restaurar a sua força política.

Neste contexto, a jihad assume um papel central na doutrina de Taimiya, com importância paralela à oração e à submissão a Deus. Taimiya deixaria, assim um importante legado doutrinal no sentido da concepção da jihad como a *luta obrigatória* de todo o muçulmano para a defesa do povo islâmico, ou seja, da umma. O apelo concreto à violência presente nas obras do teólogo foi claramente rejeitado pela ulama e pelas autoridades islâmicas da altura, contudo, a simplicidade da sua linguagem e a fortíssima mensagem que transmitia facilmente produziram ecos nas mentes das classes marginalizadas e daqueles que tinham um conhecimento superficial sobre o Islão.⁸⁴

Um dos seguidores da doutrina de Taimiya foi Muahmmad ibn Abn al-Wahab, jovem habitante do Nedj, região central da Arabia Saudita. Wahab resgata a teoria de Taimiya e acrescenta-

⁸³ Nomeadamente, a adoração a santos, a peregrinação a túmulos e, muito particularmente, as práticas sufistas. Consultar em: Milton-Edwards, Bverley (2005). *Islamic Fundamentalism since 1945*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylis & Francis Group.

⁸⁴ Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

lhe um fervor sectário, sem contribuir com grande produção doutrinária. A condenação de inovações ao modelo original do Islão e o retorno ao rigor religioso e social são o tema central da sua obra. Na sua apologia à inflexibilidade religiosa, social e política salienta a necessidade excomungar os muçulmanos que não cumpram com exactidão os princípios islâmicos do cânone original, os *takfir*⁸⁵. O pensamento estratégico de Wahab permitiu-lhe difundir com rapidez e eficiência a sua ideologia. Ao aliar-se às tribos sauditas da Casa de Saud, Wahab espalhou o seu pensamento um pouco por toda a Arábia. O modelo político idealizado e decalcado da doutrina de Taimiya, o *Wahabismo*, sobreviveu, ao longo dos séculos, às invasões egípcias e otomanas. Assim, em 1932, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, nasce o Estado moderno da Arábia Saudita. Os elevados lucros provenientes daquela terra fértil em recursos fósseis e o facto de concentrar nas suas fronteiras dois dos sítios mais sagrados do Islão, Meca e Medina, projectou a influência da Arábia Saudita nos povos islâmicos, tornando-se, num pólo regional.⁸⁶

Ainda durante o século XIX um novo movimento doutrinário se afirmou no mundo islâmico. Geopoliticamente, o Médio Oriente e Norte de África encontravam-se subjugados ao poder colonial europeu. No sentido de tentar perceber quais as razões que haviam conduzido a tão acentuado enfraquecimento dos Estados islâmicos, muitos teólogos dedicaram-se ao pensamento reflexivo. Estes viriam a convergir na ideia de que a realidade vivida, na altura, pelos povos islâmicos seria consequência do abandono de práticas religiosas e da disseminação de comportamentos desprezíveis ou pouco escrupulosos nas sociedades islâmicas, sobretudo no seio das elites. Nesse sentido surgiu um movimento reformista cujo objectivo seria o de fortalecer a identidade dos povos islâmicos de forma a combater a presença colonial na região. Os principais mentores desta escola de pensamento, Jamam Eddin al-Afghani da Pérsia e Muhammad'Abdul do Egipto, defendiam que apesar de o Islão ser conciliável com as mutações do mundo moderno, não se poderia render a todas estas transformações sem ponderação e diferenciação⁸⁷. No sentido de promover a prosperidade do Islão seria necessário proceder a uma reorganização de todo o sistema socio político e abraçar os princípios fundamentalistas do Islão.

“Cientes que a influência do islão no político não é tão predominante como o foi no passado, os islamistas têm como ponto de referência um passado ideal. Assim, para corrigir o mundo que se pensa no caminho errado e evitar a repressão de irmãos muçulmanos, tentam a restauração do Califado - o primeiro passo a dar para uma islamização (correcta) do mundo. Há então que moldar a sociedade, tornando-a respectiva a essa transformação.” (Duarte, 2015:104/105)

Assim, o modelo de sucesso é orientado por aqueles princípios que ordenavam a vida pública islâmica antes de surgirem divisões e fragmentações, ou seja, os fundamentos que imperavam na forma original do Islão vivida pelo Profeta e pelos Salaf: o modelo socio-político ideal. O

⁸⁵ Bar, Schmucl (2008). *The Religious Sources of Islamic Terrorism*, In Perry, Marvin & Negrin, Howard (Eds) *The Theory and Practice of Islamic Terrorism*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ Migaux, Phlippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

salafismo surge, então, como uma doutrina reformista do Estado e um instrumento de luta contra a colonização europeia através do fomento da unidade islâmica que se concretizaria por intermédio de um regresso aos cânones originais do islamismo. O movimento reformista salafista propõe uma nova doutrina de justiça e organização social cujo objectivo seria a consolidação da comunidade islâmica para que uma força social renovada se pudesse converter num instrumento político capaz de derrotar as forças coloniais.

Estas reformas sociais teriam como objectivo o fomento da unidade da comunidade muçulmana, a qual só seria possível sob a égide de uma entidade política, ou seja, de um califado. O processo de reforma social assume o papel de moldar a sociedade e prepará-la para a transformação política, ou seja para a implementação do califado. Contudo ele não se esgota aqui. A adopção das reformas previstas reiteraria protagonismo na manutenção da nova entidade política. Seria esta transformação social que possibilitaria a mudança política e seria esta mesma reforma social que viabilizaria o seu fortalecimento. A coesão política oferecida pelo reformismo salafista permitiria, não só a sobrevivência política do Califafo mas o seu fortalecimento, o qual conduziria inevitavelmente a um afastamento da ingerência colonial europeia.

O pensamento de Al-Afghani, caracterizado por uma forte componente de tolerância, previa alimentar uma luta anti-colonial e não anti-ocidental⁸⁸. Rash Rida viria, no entanto, acrescentar à doutrina reformatória salafista de al-Afghani um carácter de intolerância perante as transformações do mundo moderno. Proclamando os ensinamentos de Taimiya, Rida prevê que o Islão seria incompatível com a Modernidade e torna-se num vívido defensor do regime Wahabista. Existem claros paralelos entre a doutrina reformatória de Alafghani e o Wahabismo, nomeadamente, a natureza da jurisprudência de ambos que assumem como fontes válidas de direito islâmico apenas o Alcorão e a sunna. Contudo a convergência entre a doutrina salafista e o modelo wahabista ocorre a partir do acréscimo teórico proposto e proclamado por Rida.⁸⁹

Na prática a concretização da doutrina de Alafghani ocorre alguns anos mais tarde, quando em 1928, Hassan al-Banna funda a Irmandade Muçulmana no Egipto. Edificada como uma entidade religiosa baseada nos princípios sociais reformatórios de Alafghani, a Irmandade Muçulmana rapidamente se transformou num movimento claramente político cujos objectivos principais eram a justiça (*al-adala*) e a revitalização da comunidade muçulmana.⁹⁰ Estes só poderiam acontecer através de um retorno aos princípios fundamentais do Islão, a partir dos quais a política e a religião se apresentavam como elementos complementares da vida de uma nação sem que fosse possível diferenciar os dois. Estava claramente presente um

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Milton-Edwards, Bverley (2005). *Islamic Fundamentalism since 1945*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

⁹⁰ Bar, Schmucl (2008). *The Religious Sources of Islamic Terrorism*, In Perry, Marvin & Negrin, Howard (Eds) *The Theory and Practice of Islamic Terrorism*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

sentimento de repugna pela presença inglesa no Egipto e pelas ideologias seculares ocidentais.

A participação activa na sociedade civil e na vida política egípcia aconteciam ao mesmo tempo que a participação em movimentos de militância jihadista na Palestina.⁹¹ Segundo o autor Philippe Migaux (2007), a revolta palestina de 1932 surge como uma resposta aos resultados do acordo de Sykes Picot que abriu caminho para a concretização da filosofia sionista e para uma crescente vaga migratória de judeus para o, então, território palestino. Esta revolta é frequentemente apontada por autores como Migaux (2007) como tendo sido o primeiro movimento jihadista moderno (pág.276). Impulsionada por reivindicações nacionalistas, a revolta palestina foi dinamizada através da manipulação de argumentos religiosos. Com efeito, os primeiros militantes palestinos foram mobilizados pelos próprios Imãs, os quais, recorrendo frequentemente aos argumentos de Taimiya, bem como de Wahab e relembrando a bravura dos guerreiros muçulmanos durante as Cruzadas Cristãs, apelavam à jihad contra o inimigo invasor.⁹²

A participação da Irmandade Muçulmana nos conflitos israelo-árabes providenciou à organização um braço musculado que preocupou as autoridades egípcias. Os temores perante a ameaça revolucionária e a suspeita de ligação entre a Irmandade Muçulmana e alguns ataques terroristas conduziram ao assassinato de Banna e ao aprisionamento de muitos dos seus companheiros em 1949. No entanto, a Irmandade não morreria aqui, ela havia já lançado sementes revolucionárias um pouco por todo o mundo árabe⁹³. Sayyid Qutb, figura de destaque no radicalismo islâmico e membro da Irmandade Muçulmana, viria providenciar um novo rumo para este movimento político-religioso, no sentido de o tornar numa organização de fomento ao activismo islâmico. Enquanto membro da Irmandade Qutb dedica-se à produção teórica. Inspirado no pensamento de Taimiya, Qutb alega que qualquer muçulmano que se desvie dos princípios fundamentais do Islão presentes no Alcorão e na sunna, deve ser, mais do que castigado, denunciado como um não crente e afastado da comunidade, ou seja, um takfir.

Sayyid Qutb vai ainda mais longe e altera a direcção das armas ao afirmar que as autoridades governativas muçulmanas, nomeadamente, as egípcias não cumpriam com o rigor exigido no

⁹¹ Membros da Irmandade Muçulmana combateram ao lado do movimento de resistência palestino liderado pelo Grande Mufti de Jerusalém em 1932 e novamente junto da coligação árabe na guerra de 1948. Consultar em: Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349

⁹² Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349

⁹³ A partir da segunda metade do século XX, a Irmandade Muçulmana internacionalizou-se, criando organizações afiliadas um pouco por todo o Médio Oriente e Norte de África, de destacar a presença na Síria, Jordânia, Argélia, Turquia, Marrocos, Arábia Saudita, Tunísia e nos Estados do Golfo. Também, partindo do exemplo da Irmandade Muçulmana, Abu l'Ala Maududi, cria em 1941 a Jamaat-i-Islami no Paquistão. Consultar em: History of Muslim Brotherhood, (2 abril, 2015). *Bedford Row*, [consultado a 13 de janeiro de 2016] disponível em: <http://9bri.com/wp-content/uploads/2015/04/Report-on-the-History-of-the-Muslim-Brotherhood1.pdf>

islamismo. Qutb acusava as autoridades governativas de viverem em plena ignorância, *jahilya*, porque haviam adoptado regimes políticos seculares como a República. Ao fazê-lo, as elites governativas estariam a cair no desconhecimento e na ignorância pois não estariam a reconhecer um dos princípios fundamentais do Islão: a esfera política, como qualquer outra esfera da vida humana, é um domínio de Deus. Esta jahilya era particularmente grave pois estaria a condenar toda a comunidade islâmica ao fracasso. Mais ainda, a ignorância das elites governativas, sucumbidas à secularização política estaria a impedir que os muçulmanos vivessem em pleno a vida de acordo com os desígnios divinos, os quais previam uma não separação entre a esfera política e social da umma. Assim, o caminho adoptado pelo executivo político dos países islâmicos estaria, acima de tudo a condenar a sua comunidade à repressão e ao fracasso.⁹⁴ Neste sentido, Qutb afirma a jihad como um imperativo moral de lutar não só contra a ameaça de forças externas à comunidade muçulmana, mas também e sobretudo, como o dever individual de lutar contra as ameaças internas ao bem-estar da umma que correspondem à responsabilidade de erradicação dos muçulmanos apóstatas, takfirs.

Qutb estava assim a abrir um novo rumo para a radicalização; ao afirmar a jihad como um princípio cardinal da vida de qualquer muçulmano, não menos importante que os cinco pilares do Islão⁹⁵ e ao identificar a necessidade de a empreender de forma ofensiva contra infiéis e muçulmanos cuja conduta social não reflita os princípios fundadores do Islão. Qutb estava indirectamente a apelar a uma guerra civil. O legado revolucionário da doutrina deste teólogo influenciou o pensamento radicalista inerente à crescente proliferação do movimento jihadista por todo o Médio Oriente e Norte de África nas décadas seguintes, inspirando terroristas como Osama bin Laden. É Qutb que populariza o conceito de jihadismo como um princípio cardinal da vida do muçulmano.

A própria Irmandade Muçulmana cuja natureza ambígua oscilava entre o apelo não violento à reforma social islâmica e o fomento do jihadismo foi um ponto de partida importante para o crescimento do movimento revolucionário islâmico no mundo. A organização sofreu um processo de reestruturação e de consolidação das suas filiais internacionais, presentes não só no Médio Oriente e no Norte de África, mas também na Europa, dedicando-se à vida política e

⁹⁴ Qutb (1906-1966) inspirar-se-ia na doutrina, então contemporânea, de Abu l'Ala Maudadi. Este último era um jornalista indiano e advogava que o islamismo seria uma ideologia que se aplicaria ao indivíduo e à sociedade. Ele acreditava na necessidade de empreender uma revolução islâmica, a qual seria a única solução para acabar com a era de ignorância, *jahiliya*, característica das sociedades precedentes ao Islão e que agora contaminava as sociedades modernas muçulmanas. Maudadi fundaria em 1941 a Jamaat-i-Islami no Paquistão, organização decalcada a Irmandade Muçulmana. Consultar em: Migaux, Philippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349

⁹⁵ Os cinco pilares do Islão são: *sahada*, a união com Deus e a crença em Alá como único Deus; *salat*, oração que deve ocorrer cinco vezes por dia virado para Meca. A oração tem o poder de purificação e santificação se realizada de acordo com a doutrina; *zakat*, o contributo religioso de contribuir para o crescimento do Islão através de pagamento anual que é distribuído pelos pobres; *saum*, o jejum realizado no nono mês do calendário islâmico; *hajj*, a peregrinação a Meca que deve ser feita pelo menos uma vez na vida do muçulmano. Consultar em: Cunha, Agostinha Paiva da (2009). Conhecer o Islão, *Cadernos IDN*, II, 3

ao activismo social e abandonando o carácter mais militante de algumas filiais suas (como por exemplo, a que esteve envolvida na revolta palestina da década de trinta nas guerras israelo-árabes durante os anos 40). Não obstante, é inegável que a Irmandade Muçulmana serviu como organismo de divulgação de uma doutrina revolucionária, a qual revestindo-se de inúmeros símbolos e conceitos religiosos apregoava a uma transformação política. A Irmandade Muçulmana, enquanto movimento político pressupõe uma aceitação dos preceitos políticos de um regime secular porque participa nele, enquanto partido político. Contudo não deixa de ser relevante averiguar que muitos dos principais líderes do movimento terrorista jihadista pertenceram a dada altura a esta organização. Entre eles, poderemos destacar Abdallah Azzam, líder do exército mujahideen salafista, e Ayman al-Zawahiri, actual líder da al-aeda⁹⁶.

Será pertinente por uma questão de esquematização do pensamento ter em conta a diferenciação entre o movimento jihadista e o movimento islamista, admitindo que o primeiro possa ter partido do segundo mas conservando a noção de que o islamismo não terá de cair propriamente no jihadismo nem tão pouco no terrorismo. O islamismo poderá ou não partilhar uma doutrina como o jihadismo, visto que também ele é um movimento heterógeneo, mutável e essencialmente político.

“O islamismo é então uma espécie de religiosidade activa, por oposição a uma religiosidade “passiva”, e que assume uma forma politizada” (Duarte, 2015:102).

O jihadismo recupera do islamismo um corpo ideológico edificado por autores como Sayyid Qutb que conjuga elementos fundamentalistas, integralistas e revivalistas mas que, sendo o Islão uma filosofia com um carácter intrinsecamente político, está sobretudo apoiado numa doutrina política de combinação destes elementos.⁹⁷ O islamismo corresponde ele próprio a um movimento político social, o qual associado a uma determinada doutrina, aplica ideologicamente e recorre a diversos mecanismos de acção que o dotam de uma natureza dinâmica e heterógena. Apesar das diferentes correntes associadas ao islamismo, ele conserva num sentido plural, elementos religiosos transversais a todas estas correntes que procuram materializar uma acção e, conseqüentemente, converterem-se em instrumento de poder político⁹⁸.

⁹⁶ Milton-Edwards, Bverley (2005). *Islamic Fundamentalism since 1945*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylis & Francis Group.

⁹⁷ Islamismo político e religião não têm distinção pois o poder executivo está vinculado a um sistema normativo, onde a sharia assume protagonismo. Assim os governantes ou os líderes (políticos) de uma comunidade têm de obedecer a preceitos normativos que derivam da doutrina religiosa, não havendo distinção entre política e religião. Consultar em: Duarte, Felipe Pathé (2015). O Islamismo como Ideologia Política de Carácter Secular, *Relações Internacionais*, 45, pp. 097-110.

⁹⁸ Duarte, Felipe Pathé (2015). O Islamismo como Ideologia Política de Carácter Secular, *Relações Internacionais*, 45, pp. 097-110.

O islamismo, enquanto movimento é atravessado por diversos mecanismos de acção os quais podem apresentar relativas especificidades ideológicas. A salientar temos três correntes em particular. A primeira será o islamismo com um carácter mais apolítico e missionário que se relaciona essencialmente com o reforço da fé individual e da ordem moral social islâmica através de mecanismos de acção como a difusão e a educação daquilo que se considera ser o verdadeiro Islão. Esta corrente é mais visível durante o período reactivo vivido seio do Islão durante o século XIX, no qual doutrinas reformatórias do Estado como o salafismo surgiram em resposta ao declínio socio político das comunidades muçulmana. Outra corrente precedente a que se associa o islamismo é a que surge nos séculos XVII e XIX, a qual se insere num quadro político e constitucional dos países procurando através de estratégias políticas (Wahab na Arábia Saudita 1703-1792, por exemplo) revitalizar a comunidade islâmica⁹⁹.

Finalmente a última corrente encontra as suas origens nos anos vinte mas ganha maior robustez doutrinária e intelectual na década de 60, procurando, tendencialmente uma estratégia de actuação mais vocacionada para a violência armada. É a partir desta última corrente do islamismo militante que brota o jihadismo enquanto, ele próprio um movimento socio político diferenciado. A grande diferença entre esta corrente do islamismo e o jihadismo prende-se com a relevância instrumental da violência para a persecução dos objectivos políticos. O islamismo pode ser visto como movimento social e político de onde brota o jihadismo que, em essência, procura o mesmo que o islamismo, mas fá-lo necessariamente através da violência

2.3 Jihadismo e Salafismo: elementos de uma mitologia reacionária

Apercebemo-nos que existe uma estreita relação entre as instabilidades geopolíticas e os movimentos reformatórios sociais nas comunidades muçulmanas. O próprio conceito de jihad não é referido nas escrituras sagradas e que nasce a partir da Sunna e da expansão do império árabe sob alçada de Maomé. Este apenas ganha centralidade e alguma relevância significativa no Islão a partir do século XI aquando da ameaça externa personificada pelas Cruzadas Cristãs. As origens da teoria salafista expressas no pensamento e obra de Ibn Taimiya nascem num contexto de grande instabilidade no império árabe devido, não só aos sucessivos ataques cristãos, mas, sobretudo, à invasão dos mongóis. Será relevante observar que os mongóis, imortalizados pela brutalidade e violência inerentes às suas conquistas, erradicaram todo o califado Abássida, invadiram Bagdad, conquistaram a Síria e chegaram até à Palestina, deixando uma profunda cicatriz negativa no império Árabe. A invasão mongol deixou um vasto rasto de devastação, regiões despovularizadas, canais de irrigação, campos de cultivo e infra-estruturas destruídas, bem como marcas políticas, económicas e militares que marcariam o império. Uma das principais causas identificadas para a invasão mongol terá sido a falta de

⁹⁹ *Ibidem.*

união e coordenação entre as diversas comunidades do império e a falta de organização e de coesão das estruturas políticas e militares.¹⁰¹

É neste contexto e precisamente com o intuito de fomentar a união da umma e de fortalecer a estrutura político social do império Árabe que Taimiya formula a sua doutrina. Dotada de particular rigor e fundamentalismo religioso, o pensamento da Taimiya coloca a tónica na relevância suprema que a jihad teria de ter na vida individual de qualquer muçulmano e na vida colectiva da umma. A prática da jihad, ou seja, o *jihadismo* era, portanto de relevância central na doutrina de Taimiya. Com efeito, as obras do teólogo da Síria e toda a sua doutrina, no geral, assentam em dois pilares: o rigor da conduta religiosa (não partilhada pelos mongóis) e a importância da jihad na protecção do Islão. Haverá aqui um duplo sentido melhor compreendido se tivermos em conta o contexto geopolítico. Por um lado, Taimiya apela ao rigor religioso e à necessidade de denunciar como falsos aqueles que não o cumprem, *takfir*. Por outro lado, Taimiya salienta a importância da jihad como um pilar supremo do Islão, ao qual se assemelha, apenas a oração e a submissão a Deus. Ora, Taimiya estaria, muito provavelmente, a procurar fontes que pudessem justificar a denuncia dos mongóis como apóstatas, de modo a que se tornasse concretizável e legítima a expulsão deste povo estrangeiro das terras sagradas islâmicas que faziam parte do império árabe há seis séculos. O próprio sucesso do wahabismo está intrinsecamente relacionado com o poder que o fervor religioso proporcionou. Primeiramente na consolidação das tribos sauditas no século XVIII e, posteriormente, na necessidade do reino saudita em se aliar às tribos wahabistas para derrotar os hashemitas e conquistar Ryadh em 1902. Recorde-se, também que durante a primeira Guerra Mundial a indústria militar havia já iniciado o processo de transição de dependência do carvão para a dependência do petróleo o que determinou as boas relações entre as potências ocidentais e a Casa de Saud, a qual permitiu a constituição do Reino da Arábia Saudita em 1932. Também a escola de pensamento reformista de Al-fghani e a doutrina salafistas daí decorrente surge num contexto de colonização europeia do Médio Oriente, território que se havia mantido, primordialmente, sob o domínio da cultura islâmica desde o aparecimento de Maomé no século VII e que agora estava sob ameaça.

A doutrina salafista centrada na persecução da jihad demonstra ser um movimento pouco proactivo e, pelo contrário, um produto de carácter extremamente reaccionário às ameaças externas políticas que de alguma forma punham em causa a soberania nacional dos Estados islâmicos. O apelo a um retorno aos preceitos fundamentalistas do Islão aparece como um instrumento de diferenciação da comunidade muçulmana das forças externas que a invadem. Com o intuito, de fortalecer um sentido identitário que permita expelir assimilações culturais e dificultar o processo de submissão social, estas doutrinas reformatórias apresentam-se como

¹⁰¹ Saunders, J.J. (2002) *A History of Medieval Islam*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

instrumento para manter viva a memória da nação islâmica e a ambição de total independência nacional e cultural em relação aos colonizadores europeus.

Não obstante, o sucesso deste processo recorre, muitas vezes, à transmissão de mensagens que produzam um grande impacto na mente dos seus ouvintes, sendo por isso, mais eficaz quando faz uso de apelos radicalistas. A força da mensagem é determinada em função do fervor do seu conteúdo, tornando-se o jihadismo radical uma poderosa arma de persuasão, bastante popular junto das camadas mais marginalizadas das sociedades e daqueles que têm um conhecimento do Islão mais reduzido. A plateia deste jogo psicológico não se limita aos muçulmanos radicalizados, pelo contrário, estes são apenas um instrumento para alcançar metas marcadamente políticas. Se na altura, de Alghani, estas consistiam essencialmente na expulsão do poder colonial da região, hoje em dia esta doutrina alia-se a um movimento revolucionário que procura objectivos políticos mais ambiciosos. Estes objectivos associam-se a uma ideologia política diferenciada que procura, não só a autonomia cultural, social e política do Médio Oriente mas também pela expansão de um modelo político regido pela sharia e pelos princípios fundamentalistas islâmicos a todo o território que outrora pertenceu ao império árabe. Sendo esta ideologia reivindicada por grupos paralelos às entidades estatais com poderes assimétricos relativamente aos grupos/Estados que assumem como inimigos, quer em termos de capacidade bélica como em termos de representação político jurídica, o terrorismo será tendencialmente a metodologia privilegiada de persecução desta guerra.¹⁰²

O movimento jihadista contemporâneo está fragmentado em centenas de organizações terroristas espalhadas por todo o mundo e, mesmo admitindo, que algumas delas tenham maior poder de exportação ideológica e operacional para organizações afiliadas ou simpatizantes, nunca será possível definir um único corpo doutrinário inerente ao movimento jihadista global. Reconhecendo que em qualquer acto de terrorismo existe a inerente intenção de provocar terror, existe, também, uma multiplicidade enorme de objectivos imediatos ou de curto prazo nos diferentes grupos terroristas. Estes podem variar desde a vingança ou retaliação, a publicidade e a projecção mediática local ou internacional, a protuberância de uma imagem de poder, o domínio sob um determinado território ou a persecução de uma crença religiosa.¹⁰³ Muitas vezes as organizações jihadistas diferem na priorização destes objectivos intermédios, sendo que algumas defendem a necessidade de travar primeiro a luta contra o inimigo próximo, ou seja, as entidades governativas muçulmanas corrompidas pelos ideais ocidentais, takfirs, e só depois o inimigo distante, a presença americana e israelita no Médio Oriente.¹⁰⁴ Outras defendem precisamente o oposto

¹⁰² Rasler, Karen & Thompson, William R. (2011) *Looking for Waves of Terrorism* In Rosenfeld, Jean E. (Ed) *Terrorism, Identity and Legitimacy: the four waves theory and political violence*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

¹⁰³ Martins, Raúl François Carneiro (2010). Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”, *IDN Cadernos*.

¹⁰⁴ Pensamento muito presente na geração de ideólogos da Irmandade Muçulmana como por exemplo a obra *The Absent Obligation* de Faraj, a qual por sua vez é inspirada nos escritos e na doutrina deixada por Qutb. Qutb havia deixado uma herança doutrinária que colocava a jihad na centralidade da vida de

- a necessidade de expulsar a presença ocidental da região e só depois proceder a uma reforma interna. Há ainda as que priorizam a Jihad Global, a qual prevê a necessidade de proteger a comunidade muçulmana ao nível global, não só nas regiões de predominância islâmica, tornando-se imperativo não só expulsar as forças ocidentais dos países muçulmanos mas erradicá-las da face da terra pois a sua existência em si constitui uma afronta à umma.¹⁰⁵

Não obstante, podemos identificar matrizes político religiosas comuns como a crença na necessidade de adoptar uma reforma social salafista e a importância da jihad para alcançar este objectivo último. É, ainda, comum aos grupos terroristas autoproclamados jihadistas o repúdio pelos valores liberais ocidentais como a democracia secular e o ressentimento pela “contaminação” das sociedades islâmicas pelos mesmos. Existe, desta forma, um sentimento global de aversão aos ideais seculares ocidentais e uma cólera perante a morfologia globalizante das culturas liberais que penetra o mundo árabe. Os grupos terroristas jihadistas vão beber um pouco de cada uma das várias doutrinas reformatórias islamistas que sustentam o argumento de desresponsabilização parcial do Islamismo pelo seu declínio.

Quer a doutrina reformatória salafista quer a obra de Taimiya escrita há oito séculos atrás são frequentemente citadas e invocadas pelos jihadistas para justificar a responsabilização do ocidente -ou de forças externas à umma- pela decadência das comunidades islâmicas e para salientar a necessidade de revitalizar a umma através da aplicação dos princípios fundamentalistas islâmicos, os quais, só se tornarão aplicáveis depois de uma erradicação das influências nefastas ocidentais. Para esta “purificação” da sociedade islâmica, a óptica jihadista encontra como único caminho possível a combinação entre uma jihad defensiva, a qual deve ter maior peso porque se centra primordialmente na defesa das comunidades islâmicas, e uma jihad ofensiva, esporádica cujo objectivo é o de atingir psicologicamente o inimigo e convencê-lo de que os seus objectivos são de difícil alcance ou que exigirão um esforço demasiado pesado para os benefícios esperados¹⁰⁶

O terrorismo contemporâneo que assume maior expressão no seio do jihadismo apresenta-se como um veículo de subversão cujo objectivo principal é provocar um desgaste do aparelho governativo vigente (em especial nos países muçulmanos do Médio Oriente) que conduza à

um muçulmano, afirmando que esta terá de ser de natureza ofensiva e terá de ser empreendida, também e sobretudo contra muçulmanos takfirs, os quais ao se renderam aos seus interesses próprios não só não protegem a umma, como a condenam ao fracasso e à humilhação. Pegando na obra de Qutb, Abd al-Salam Faraj afirma a jihad como o 6º pilar do Islão e de acordo com a teoria defendida, durante a década de 70 funda a al-jihad cujos membros seriam responsáveis, no início da década seguinte pelo assassinato do presidente egípcio Anwar Sadat, o qual depois da assinatura dos acordos de Camp David com Israel em 1977 passou a ser um alvo destes radicalistas islâmicos, sendo mesmo apelidado de “o faraó”. Consultar em: Migaux, Phlippe (2007) *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349

¹⁰⁵ Duarte, Felipe Pathé (2011), Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão?, *Nação e Defesa*, 5ª, 128, pp. 215-243.

¹⁰⁶ Garcia, Francisco Proença (2006) O Fenómeno Subversivo na Actualidade: Contributos para o seu Estudo, *Nação e Defesa*, 3, 114, pp.169-193;

substituição deste por um novo regime: o califado. Este representa uma alteração estruturante da sociedade em todos os prismas: social, político e normativo.¹⁰⁷ A instauração do Califado será o objectivo último e de longo prazo comum às diferentes organizações jihadistas que podem, contudo divergir, nos objectivos de curto e médio prazo.

Torna-se, assim, possível observar que embora as várias organizações terroristas jihadistas possam diferir relativamente aos objectivos de curto e médio prazo, elas tendem a convergir no propósito político que orienta a sua acção: a implementação de um regime político social orientado pelos princípios fundamentalistas islâmicos. Admitindo que existirão plurais estratégias para alcançar este objectivo, as entidades terroristas jihadistas convergem neste propósito político, formando um movimento composto por uma série de unidades inter-dependentes que nos dias de hoje apresentam dois focos de liderança: a al-Qaeda e o Daesh. Uma outra observação importante prende-se com a natureza determinantemente política da retórica religiosa jihadista. Embora se admita que este movimento terrorista, o jihadismo, abrace uma retórica religiosa bastante singular e por vezes até apocalíptica, a realidade é que ela é movida por aspirações políticas e tende a fortificar-se no contexto de adversidades políticas.

O jihadismo salafista pressupõe a aplicação da estratégia jihadista para a instauração política do modelo social salafista. Sabendo que o islamismo fundamentalista não reconhece divisão entre as esferas políticas, sociais e jurídicas, torna-se (numa linguagem liberal) evidente que a ideologia que move este terrorismo tem um carácter determinantemente político pois, conservando uma forma religiosa, ele é motivado por objectivos políticos. Estes objectivos políticos podem corresponder a um aumento da coesão interna de uma sociedade de forma a aumentar o poder interno de um dado país perante a percepção deste das ameaças externas; ou mesmo a substituição de um determinado governo ou a criação de um novo Estado. No fundo a religião dá apenas a forma a este terrorismo e serve de instrumento para a persecução dos objectivos políticos. Assim, constatamos que o terrorismo jihadista preserva o paradigma de poder político partilhado pelos restantes movimentos terroristas. Embora se esconda por detrás de uma retórica explosiva e de uma doutrina religiosa e fundamentalista, o jihadismo continua a ser motivado pela persecução de objectivos políticos utilizando a violência simbólica para a sua concretização.

¹⁰⁷Será de salientar que o terrorismo não é o único método de corrosão das forças políticas seculares no mundo islâmico. Existem outros mecanismos de corrosão das entidades governativas baseadas numa assimilação das ideologias liberais que se podem encontrar em diferentes correntes de activismo islâmico perfeitamente legais, como determinados movimentos políticos, nomeadamente a Irmandade Muçulmana; e o regime teocrático iraniano no sentido em que, aquando da sua implementação, provocou um grande impacto emocional nos povos sunitas, suscitando a ambição de implementar um regime semelhante mas sunita. Este último acontecimento convergiu com um grande aumento na actividade terrorista no Médio Oriente e Norte de África a partir da década de oitenta. Consultar em: Garcia, Francisco Proença (2006) *O Fenómeno Subversivo na Actualidade: Contributos para o seu Estudo, Nação e Defesa*, 3, 114, pp.169-193; e Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

3. O jihadismo e os vácuos identitários de uma construção nacional condicionada

O terrorismo jihadista procura empreender uma luta transnacional de alcance quase global e com efeito, os atentados terroristas que protagoniza, nos quais o ataque suicida assume um papel de destaque, têm-se feito sentir um pouco por todos os continentes do mundo. Não obstante esta capacidade de actuação transnacional, a realidade é que organizações terroristas jihadistas centrais como a al-Qaeda e o Daesh continuam a concentrar os seus esforços beligerantes, os seus núcleos organizativos e sua influência nas regiões ou nas proximidades das regiões que os viram nascer, ou seja, no Médio Oriente e áreas limítrofes.

Assim depreendemos que esta região reunirá uma série de condições que permitam a manutenção destas organizações terroristas, não só em territórios da região, mas também entre algumas franjas populacionais da área considerada. Neste sentido, tornar-se-á pertinente entender, não só que condições são essas que hoje em dia proporcionam às entidades terroristas a sua sobrevivência mas também investigar que condições estiveram subjacentes à génese, ao crescimento e desenvolvimento deste movimento terrorista na região. Assim, o presente capítulo procurará explorar as circunstâncias socio políticas que proporcionaram a edificação do maior e mais perigoso movimento terrorista da história.

3.1 A construção do Estado (não)Nação no Médio Oriente

“Enquanto a feição interestatal desta sociedade internacional sub-global [em referência à sociedade islâmica internacional] está, em larga medida, em conformidade com os elementos vestefalianos da sociedade interestatal global, uma excepção poderá ser feita relativamente aos seus elementos inter-humanos e transnacionais, os quais estão, pelo menos potencialmente ou até certo ponto, em tensão com a mesma.” (Buzan, 2004:239)

A construção de uma identidade colectiva baseada no vínculo a um determinado território e a determinada convergência étnico-religioso-cultural são conceitos que, até à ocupação europeia, não existiam no Médio Oriente. Sob o domínio do império Otomano, a organização social dos povos daquela região era feita de forma híbrida, na qual os grupos religiosos, tribais, locais e imperiais coexistiam sem delimitações rigorosas. Não existia a noção de fronteira política baseada em limitações territoriais. A vida social era coordenada a partir de uma espécie de instituições descentralizadas que assumiam a responsabilidade de estabelecer pontes de comunicações entre si e o poder central imperial; tudo isto num ambiente de extrema heterogeneidade, no qual, as múltiplas entidades tribais se auto-governavam em sintonia com a força nuclear do império mas sem ingerências profundas nos seus sistemas sociais internos.

Os vários povos conviviam a partir de um sistema de alianças cujo vértice estaria na figura máxima da umma, o califa. O conceito de Estado Nação, enquanto entidade política, que se define com base num determinado território rigorosamente delimitado, na existência de um poder centralizado que comanda toda a vida social e a pressuposição de que este implica uma convergência cultural que permita uma definição singular de nacionalidade, é um conceito bastante recente que só se consolidou no Médio Oriente com penetração política e cultural da Europa colonizadora.¹⁰⁸

Existia, portanto, uma certa alienação dos povos árabes relativamente ao conceito de Estado-Nação até à penetração cultural e política destes pelas potências europeias no término da Primeira Grande Guerra. Esta alienação não facilitou o processo de construção dos Estados vestefalianos no Médio Oriente, o qual ocorreu no contexto da desmoronação do império Otomano. A alienação destes povos relativamente à configuração dos Estados modernos vestefalianos afigurou-se como uma dificuldade na implementação desta transição política, tendo os moldes em que ela ocorreu agravado o desafio. Com excepção do Egipto e do Irão, os restantes Estados islâmicos da região “foram inventados como mandatos britânicos ou franceses, variando entre um subterfúgio colonialista ou uma tentativa paternalista de os definir como Estados incipientes com necessidade de tutela” (Kissinger, 2014:201).

O desenho moderno dos Estados do Médio Oriente é feito em sintonia com o acordo Sykes Picot¹⁰⁹, o qual é elaborado a partir de uma conjugação dos interesses das potências vencedoras da Primeira Grande Guerra, alheias às vocações das populações da região. O estabelecimento das fronteiras destes países partiu de vectores quase arbitrários e a sedimentação dos poderes políticos foi baseada nos princípios de Estado introduzidos pela concepção vestefaliana de soberania que não espelhavam consenso ou legitimidade junto das populações.

Tal como Walker (1995) nos adverte, as fronteiras que separam os países do Médio Oriente são um produto extremamente artificial (como cit. por Yurdusev, 2009:84). Elas não espelham uma autodeterminação genuína dos povos árabes e são, pelo contrário, resultado de uma combinação de interesses projectada ainda durante o decurso da guerra pela França e pelo Reino Unido. Admitindo que as fronteiras actuais não espelham rigorosamente as áreas de influência projectadas no acordo Sykes Picot e que as mesmas são produto de tratados posteriores como o Tratado de Sèvres ou o Tratado de Laussane, as condições em que estes

¹⁰⁸ Yurdusev, A. Nuri (2009). *The Middle East Encounter with the Expansion of European International Society* In: Buzan, Barry & Gonzalez-Pelaez, Ana (Eds) *International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

¹⁰⁹ Acordo secretamente assinado entre diplomatas franceses e britânicos (François Georges Picot e Mark Sykes) em 1916, ainda durante o decorrer da guerra, o qual previa a divisão do Médio Oriente (território otomano) em zonas de influência. O acordo concretiza-se no término da guerra no Mandato da Sociedade das Nações ratificado na Conferência de S. Remo em 1920, a partir do qual a região foi dividida da seguinte forma: Síria e Líbano ficaram sob domínio de França; Iraque, então Mesopotâmia, ficou sob influência britânica, tal como a Palestina e Transjordânia. consultar em: Callaghan, Marty (2006). *Blood and Oil: The Middle East in World War I* [filme] Inecom Entertainment Company.

foram ratificados mantem-se imutáveis. A definição destas fronteiras aprovada nos Tratados referidos não contou com a participação de representantes regionais ou dos povos árabes (excepto a Turquia que, enquanto, perdedora da guerra estava mais preocupada em garantir a sua soberania territorial do que em defender os interesses dos árabes). Assim, somos forçados a reconhecer que as fronteiras dos Estados modernos do Médio Oriente são produto de condicionamentos alheios. Mesmo que aceitemos o argumento dos que afirmam que os Tratados tiveram em conta “lógicas históricas, demográficas e geográficas” (Gaub e Pawlak, 2013:1); admitindo que isso seja verdade e que lógicas de interesse não tenham condicionado de maneira alguma o desenho das fronteiras dos Estados modernos do Médio Oriente, um facto indesmentível é que as lógicas de definição destes limites geográficos foram construídas sem a participação de nenhum representante dos povos árabes em questão e, portanto, se não lhes quisermos chamar um produto artificial, chamemo-lhes um produto alheio.

Contudo afirmar que as dinâmicas político sociais dos Estados do Médio Oriente são um resultado exclusivo da colonização europeia seria um argumento reducionista. Pelo contrário elas regatam toda uma herança do legado imperialista otomano e das forças indígenas da região, agregando traços culturais ancestrais que precedem a própria ocupação Otomana numa estrutura vesfaliana de soberania tipicamente europeia.¹¹⁰ A aproximação do Império Otomano à Europa no século XIX facilitou a introdução dos Estados do Médio Oriente na sociedade global internacional, visto que alguns dos Estados resultantes da sua desintegração assumiam funções centrais de comunicação regional com o império, o que de alguma forma tornou a institucionalização dos mesmos um fenómeno não completamente novo¹¹¹. Simultaneamente inúmeros conceitos da cultura europeia que foram forçosamente adoptados na modernização da região haviam já sido introduzidos pelo império, nomeadamente, as instituições diplomáticas, a balança de poder e a lei internacional.

Com efeito, a influência do império Otomano materializou-se numa ponte cultural que facilitou a adaptação política dos Estados do Médio Oriente na sociedade global internacional.¹¹² Partindo de uma óptica macro pode-se afirmar que a adaptação dos países do Médio Oriente à ordem global internacional foi alcançada com relativo sucesso, na medida em que estes estão, maioritariamente, integrados nas entidades intergovernamentais internacionais e nas instituições da sociedade civil internacional; contudo a transição de uma entidade única política para a constituição de dez novos corpos estatais, foi feita através de divisões territoriais idealizadas por actores alheios à realidade social e cultural dos povos

¹¹⁰ Yurdusev, A. Nuri (2009). *The Middle East Encounter with the Expansion of European International Society* In: Buzan, Barry & Gonzalez-Pelaez, Ana (Eds) *International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

¹¹¹ Destas salientam-se o Egipto, a região de Hejaz (cuja união com o reino do Negede originou a Arábia Saudita), a Transjordânia, Iraque e Síria.

¹¹² Yurdusev, A. Nuri (2009). *The Middle East Encounter with the Expansion of European International Society* In: Buzan, Barry & Gonzalez-Pelaez, Ana (Eds) *International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

árabes. Simultaneamente, a edificação dos Estados soberanos a partir dos processos de descolonização durante as décadas de 40 e 50, foi realizada com base na assimilação de princípios e ideais alheios à cultura e composição dos povos árabes.¹¹³ A configuração moderna dos Estados do Médio Oriente foi alcançada partindo de um princípio de secularização da sociedade, claramente importado do modelo europeu.

Esta importação do ideal de separação entre religião e política havia já começado sob o domínio otomano pois, no contexto do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, os decisores políticos imperiais enviavam, muitas vezes, discípulos e protegidos para a Europa com o propósito de aprender as doutrinas e as técnicas de governação europeias¹¹⁴. Paralelamente, ainda durante o século XIX a expansão europeia global fazia-se, não só mas também, através da instalação de elites europeias -ou pelo menos defensoras dos valores europeus- nas áreas geográficas estrategicamente importantes para o domínio europeu, nomeadamente para o Médio Oriente.¹¹⁵ Finalmente, a edificação dos Estados soberanos desta região foi construída a partir destes princípios de secularização e liderados por elites pró valores europeus/ocidentais, as quais contaram com uma certa resistência social interna, nomeadamente por parte da ulama. Embora possamos admitir que o modelo político ocidental de democracia secular não fosse um fenómeno totalmente novo para os povos do Médio Oriente, os seus aderentes e defensores agregavam-se nas elites nobres e próximas do poder central do império, sendo que a grande maioria da população do império Otomano vivia de acordo com os ditames do islamismo reconhecendo autoridade às figuras religiosas cujo expoente máximo seria o califa.

Os processos de governação sob jugo colonial e de posterior constituição dos Estados soberanos do Médio Oriente segundo o triângulo vestefaliano território-Estado-nação provocaram uma certa polarização das sociedades muçulmanas. Antagonizam-se as posições das elites que governavam, apoiadas pelos poderes ocidentais e orientada pelos ideais de secularização, e as elites religiosas, apoiadas por largas parcelas da sociedade, que se oponham a este modelo político. A cristalização dos movimentos de oposição ao modelo político imposto pelas elites políticas e mercantis foi agravada pela ambiguidade das atitudes dos britânicos Estes, no decorrer da Primeira Guerra Mundial manipularam e incentivaram os sentimentos nacionalistas árabes, impulsionando a revolta árabe contra o império otomano

¹¹³ Também os regimes do Egipto, da Síria, da Líbia, Iraque e Iemen, uns monárquicos outros feudais, foram durante as décadas de 50 e 60 derrubados por golpes militares, os quais instalaram governações seculares.

¹¹⁴ Yurdusev, A. Nuri (2009). *The Middle East Encounter with the Expansion of European International Society* In: Buzan, Barry & Gonzalez-Pelaez, Ana (Eds) *International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

¹¹⁵ Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

(crucial para a vitória da Tríplice Entente) sob a promessa de que no final do conflito, ser-lhes-ia garantida a independência na península arábica.¹¹⁶

Ainda na sequência de Sykes Picot, em 1917 o Reino Unido escreve uma missiva dirigida ao representante judaico Rothschild, afirmando que “O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo (...)” (Balfour, 1917).¹¹⁷ Ora, o território palestino havia também sido prometido ao xerife de Meca, líder da revolta árabe. Este duplo ressentimento árabe fomentou o crescimento de dois movimentos no seio das sociedades muçulmanas, ambos de carácter nacionalista e contra a ingerência estrangeira no domínio políticos dos Estados do Médio Oriente: o pan-arabismo¹¹⁸ e o pan-islâmismo, tendo o pan-islamismo recebido especial input com a dissolução do califado em 1924 pelas mãos do emblemático líder da recém formada Republica turca, Mustafa Kemal Atatürk.

“A formação de Estados soberanos centralizados, do nacionalismo e do secularismo resultaram em mais autocracia do que liberdade. (...) o Estado do Médio Oriente serviu para bloquear ou para resistir a uma mudança que emanava de dentro e de fora” (Yurdusev, 2009:89)

A imposição do modelo político ocidental a um povo cuja estrutura social, política e normativa girava em torno das figuras religiosas só foi possível através da supressão de liberdades individuais e de uma consolidação da autocracia. A reforma dos novos Estados do Médio Oriente foi concretizada com recurso a um reforço do poder central. Os dois principais vectores deste poder autocrático eram a manipulação dos meios de comunicação e a repressão da oposição.¹¹⁹ Os meios de comunicação, por esta altura com novas tecnologias

¹¹⁶ Callaghan, Marty (2006). *Blood and Oil: The Middle East in World War I* [filme] Inecom Entertainment Company.

¹¹⁷ A concessão territorial da Palestina ao Povo Judaico foi materializada também na Conferência de S. Remo e posteriormente na Conferência de Laussane, a qual previa a Palestina sob mandato inglês. A partir daqui os contingentes migratórios judaicos para a Palestina mediados pelos britânicos assumiram um comportamento crescente. Consultar em: The Telegraph (2 de Fevereiro de 2014) *Inside the First World War. Part Six: Redrawing the Middle East*. [consultado a 2 de janeiro de 2016] disponível em: http://i.telegraph.co.uk/multimedia/archive/02809/Inside_the_First_W_2809008a.pdf

¹¹⁸ O movimento pan-arabista prevê, contrariamente, ao pan-islamismo, o reconhecimento do Estado-Nação mas prevê que este deve corresponder à união dos povos árabes num único Estado árabe capaz de representar o legado cultural, religioso e étnico árabe. Um conjunto de alianças foram formadas entre os Estados defensores da união dos povos árabes, lideradas pela Síria e Jordânia; e opostas a ela, nas quais a Arábia Saudita assumiu papel de liderança entre os Estados que defendiam a manutenção das soberanias nacionais. A confederação entre a Síria e o Egipto, entre 1958 e 1961, é reflexo deste movimento, no entanto o seu falhanço demonstra a sua vulnerabilidade. Por esta altura já os Estados árabes se haviam tornado confortáveis no seu espaço nacional e demasiado protectores do seu património e dos seus interesses para emergirem numa fusão estatal que lhes pudesse retirar privilégios ou estatutos. Consultar em: Zahreddine, Danny & Teixeira, Rodrigo Corrêa (2015). A Ordem Regional no Médio Oriente 15 anos após os atentados do 11 de Setembro, *Revista de Sociologia e Política*, 23, 53, pp. 71-98, [consultado a 16 de Janeiro de 2016] DOI: 10.1590/1678-987315235305 e Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press

¹¹⁹ Yurdusev, A. Nuri (2009). *The Middle East Encounter with the Expansion of European International Society In: Buzan, Barry & Gonzalez-Pelaez, Ana (Eds) International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

associadas eram utilizados para difundir propaganda populista. Esta estratégia pretendia resgatar apoio das camadas sociais, tradicionalmente, afastadas do poder político.¹²⁰ A consolidação do modelo político vestefaliano no Médio Oriente foi acompanhado de uma propaganda nacionalista e populista (não necessariamente democrática) e da repressão de vozes divergentes na sociedade civil. Os poderes tradicionais que reuniam legitimidade nos povos árabes, tais como a ulama ou mesmo as elites nobres e corpos magistrais, foram substituídos pelas estruturas centrais estatais ou pelo menos por estruturas controladas pelo poder central.

A preservação do poder alcançado pelas elites governativas no decorrer dos processos de descolonização assentou, em larga medida, na manutenção de estruturas estatais extremamente autocráticas e na repressão de uma sociedade civil pluralizada. A adopção de um modelo político, social e normativo completamente alheio ou mesmo antagónico a toda a tradição cultural muçulmana foi acompanhada de uma forte resistência social, sobretudo por parte dos pan-arabistas e dos pan-islamitas.

A repressão dos movimentos de oposição, quer políticos quer religiosos, conduziu à cristalização de sentimentos de frustração identitária. Este processo foi mais sentido pelo movimento pan islamista do que pelo pan arabismo, uma vez que Estados como a Jordânia, a Síria, o próprio Egipto e o Iraque encabeçaram a ideologia pan arabista.¹²¹ O pan arabismo, ao contrário do pan islamismo, teve alguma expressão, tendo este, inclusivamente, assistido à criação da Liga Árabe, a qual, apesar das suas fragilidades, corresponde a um órgão político de aproximação dos Estados árabes. Ainda, as guerras travadas contra Israel foram, em larga medida impulsionadas por uma ideologia arabista comum aos diferentes Estados que nelas participaram. A dissolução do movimento pan-arabista foi sobretudo resultado do seu desgaste e incapacidade de se provar como uma alternativa eficaz e promotora de bem-estar ao povo árabe. Já o islamismo não passou, pelo menos no passado recente, por esta prova. Assim, apesar da propaganda nacionalista, os partidos religiosos, críticos da actuação das elites seculares governativas, subsistiram no tempo contrariando o comportamento repressivo das novas autoridades e adquirindo, consequentemente, um carácter mais radicalista.

¹²⁰ A propaganda nacionalista assumiu-se como uma arma de oposição aos movimentos pan-árabes e pan-islâmicos. Ela incluía, ainda, o recrutamento de pessoas de classes baixas, tradicionalmente, afastadas da política, de forma a conquistar maior apoio popular. Inúmeros líderes, nomeadamente, Nasser e al-Sadat, Saddam Hussei e Assad, tinham origens humildes e chegaram ao mundo político neste contexto. Consultar em: Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

¹²¹ A confederação entre a Síria e o Egipto criada em 1958 que durou apenas até 1961 representa, a título de exemplo, a tentativa de materializar este movimento pan-arabista. Consultar em: Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

3.2 O Pan-Islamismo e o Jihadismo

A expressão mais marcada do movimento pan-islâmico é precisamente a Irmandade Muçulmana fundada, tal como referido anteriormente, logo em 1928 por Hassan al-Banna. Em 1949, aquando do assassinato de al-Banna e da detenção de 400 membros da Irmandade pela polícia egípcia (com o objectivo de dissolver a organização), esta havia já conquistado cerca de dois milhões de aderentes e estaria já espalhada um pouco por todo o mundo islâmico.¹²² A rápida expansão da Irmandade e a resiliência da mesma são reflexo do ambiente de tensão, então vivido, entre as elites governativas e as comunidades muçulmanas. Ainda em 1932 surge o primeiro movimento jihadista na Palestina o qual só seria acalmado com a intervenção britânica em 1941.

De carácter profundamente nacionalista, a revolta palestina contra a legitimação internacional da ideologia sionista e a, consequente, migração judaica, foi amplamente impulsionada por apelos dos próprios imãs à população. O chamamento generalizado à jihad era feito com frequente recurso às palavras de Taimiya e Wahab, tendo sido liderado pelo Grande Mufti de Jerusalém e apoiado por um braço armado da Irmandade Muçulmana. Ainda no contexto do activismo islâmico será de salientar a formação do movimento político Jamaat-i-Islami (decalcado da Irmandade), no início da década de quarenta pelo jornalista indiano Abu l'Ala Maududi. Este assume-se como forte opositor à composição de um Estado laico pois, à semelhança de al-Banna, considera que todas as esferas da vida humana, incluindo a política são domínio de Deus. Na sua lógica, a necessidade de defender e proteger as comunidades islâmicas justificariam o recurso à violência, o qual era, frequentemente invocado. A pegada deixada por Maududi aliada à crescente expansão do pensamento wahabista, originariam as madrassas deobandi no Paquistão de onde nasceria o movimento talibã.¹²³

A partir da Segunda Guerra Mundial a presença europeia no Médio Oriente é altamente desgastada e substituída pela influência americana e soviética. Um dos marcos desta viragem é a revolução egípcia de 1952 e a ascensão ao poder do ex-membro da Irmandade Muçulmana, Gamal Abder Nasser. Uma das consequências imediatas da governação de Nasser é a nacionalização do Canal do Suez, acto que provocou a ira dos britânicos, os quais, volvidos quatro anos, invadem o Egipto com o apoio da França e de Israel. A actuação do Reino Unido foi altamente criticada pelos EUA e pela União Soviética que no término da guerra sedimentariam a sua influência no Médio Oriente. O Reino Unido e a França saíram derrotados e abdicaram da manutenção da ordem regional. Um dos efeitos deste desfecho, para além da

¹²²Friedland, Elliot (2015). *Special Report: The Muslim Brotherhood*, The Clarion Project [consultado a 13 de Fevereiro de 2016] disponível em: <https://www.clarionproject.org/sites/default/files/Muslim-Brotherhood-Special-Report.pdf>

¹²³ Migaux, Phlippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

aproximação dos Estados do Médio Oriente aos EUA e à União Soviética, foi o impulso no nacionalismo árabe liderado pelo carismático presidente egípcio Gamam Nasser.¹²⁴

Ainda no rescaldo da Segunda Grande Guerra surgiram vários movimentos nacionalistas seculares no mundo árabe, focados essencialmente na luta contra a ocupação colonial. O falhanço destes movimentos abriu espaço para a consolidação dos movimentos fundamentalistas islâmicos. Com o objectivo de acalmar as convulsões sociais e de travar as forças de oposição marxistas leninistas que cresciam no seio dos Estados árabes, as autoridades governativas dos países muçulmanos fomentaram o crescimento dos movimentos religiosos fundamentalistas (ideologicamente opostos às doutrinas marxistas e de esquerda patrocinadas pela União Soviética). Uma vaga de movimentos fundamentalistas invadiu o mundo árabe. Na Argélia e em Marrocos, cristalizavam-se sentimentos de identidade cultural no seio das escolas e das universidades, onde professores expulsos dos seus países por ligações à Irmandade Muçulmana, ensinavam os preceitos fundamentalistas do Islamismo.

As ideologias fundamentalistas islâmicas apresentavam-se como uma solução para estes países, perante o falhanço dos regimes marxistas-leninistas. No Paquistão, a partir de um golpe de Estado, em 1977, é aplicada a teoria política de Maududi, a qual provocou sentimentos de discriminação na população xiita e conduziu a um conflito entre sunitas e xiitas. Também na Indonésia, na sequência do golpe de Estado de 1965, apesar de não ter sido implementada a sharia, foi bastante promovido o crescimento e proliferação dos grupos e milícias fundamentalistas islâmicos com o intuito de travar uma potencial subversão comunista. O movimento espalhou-se por todo o sudeste asiático com a aprovação tácita dos EUA.¹²⁵ Na década de setenta o fundamentalismo islâmico já se havia tornado um movimento global, híbrido e com diversas reclamações. Ele era resultado de uma aliança entre vários segmentos populacionais.¹²⁶ Cientes da ameaça apresentada pelo fundamentalismo islâmico cujo exemplo material se espelhava na revolução xiita iraniana os governos destes países optaram por combater as ambições revolucionárias destes movimentos fundamentalistas através da sua fragmentação. Assim as autoridades reforçaram os seus laços com a classe

¹²⁴ Alguns autores como Kissinger afirmam que a oposição à presença de Israel no Médio Oriente terá sido o elemento ideológico com maior poder de agregação do nacionalismo árabe e maior impulsionador do movimento pan-arabista. Espelho desta reflexão terá sido a união dos países árabes na luta contra o inimigo comum, Israel, que se materializou numa coligação que entrou em vários momentos em guerra contra Israel, nomeadamente na guerra dos sete dias, na guerra de 1948, 1956, 1967 e 1973. Consultar em: Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

¹²⁵ Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

¹²⁶ Os principais aderentes a este movimento eram as populações mais jovens, as quais, fruto do explosivo êxodo rural nos países de Terceiro Mundo, viviam nas urbanizações citadinas e tinha acesso a alguma educação; a burguesia mercantil excluída do processo de descolonização e emigrantes de classe média e alta, os quais, se haviam mantido excluído dos círculos políticos. Consultar em: Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

média e com os teólogos radicais que estavam associados aos círculos conservadores, os quais manipulavam o grande corpo do movimento fundamentalista islâmico composto pelos mais pobres. Esta estratégia resultou a curto prazo, contudo, o isolamento da camada social mais marginalizada e pobre tornou-a vulnerável à manipulação de outros grupos jihadistas.¹²⁷

Perante a incapacidade dos países islâmicos em alcançar o ideal de progresso económico e em melhorar as condições de vida da população, a contestação social tornou-se mais visível abrindo espaço para a proliferação da doutrina pan-islâmica. Com efeito, por esta altura as ideologias pan-arabistas haviam já desvanecido¹²⁸ e as políticas seculares e socialistas também se haviam demonstrado incapazes de responder aos problemas políticos, económicos e sociais destes Estados. A corrupção dos fechados círculos governativos, a aplicação generalizada dos instrumentos de opressão para lidar com os movimentos de oposição, nomeadamente religiosos; e a incapacidade destes regimes em alterar o paradigma de desigualdade e de pobreza presente nas suas sociedades, conduziu a uma cristalização do pan-islamismo, o qual, advogava uma forte crítica aos excessos e fracassos dos governos, juntamente com a necessidade implementar uma teocracia dotada de inspiração divina pois esta seria a única solução capaz de resolver os problemas da comunidade muçulmana.¹²⁹ Neste contexto, um reavivamento da religiosidade invadiu as sociedades muçulmanas

“Raparigas cujas mães e avós haviam abandonado o véu, de repente começaram a vestir-se de uma forma mais conservadora. Os jovens aderiram aos movimentos islâmicos, muitos deles pacíficos, mas alguns violentos, em protesto contra governos autoritários e contra o materialismo e secularismo das sociedades ocidentais” (Shitrit e Lee, 2013:214)

O fundamentalismo e o radicalismo islâmico haviam, simultaneamente, na década precedente ganho novo impulso com os escritos de Qutb, no seio da Irmandade Muçulmana. Relembremos que Qutb era acérrimo defensor da jihad contra infiéis e muçulmanos apóstatas (como as elites que governavam sem respeito pelo Islamismo e em concordância com os seus interesses próprios, “corrompidas” pelas potências ocidentais). No seio dos movimentos radicalistas islâmicos a jihad era proclamada como o 6º pilar do Islão¹³⁰ e apregoava-se que os muçulmanos teriam não só o direito mas também o dever de lutar contra o estado de jahiliya ignorância, (Maudadi 1903-1979 & Qutb, 1906-1966),¹³¹ no qual as suas comunidades haviam

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ A pesada derrota sofrida pela coligação árabe na guerra dos Seis Dias de 1967, durante a qual o carismático líder no movimento nacionalista árabe, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, foi assassinado, teve um grande impacto no pan-arabismo. Este evento representou uma forte derrota psicológica para os Estados árabes e conduziu a uma desilusão com o mesmo, alimentada pela frustração de não conseguirem derrotar Israel e de serem humilhados em derrotas nos conflitos com este inimigo não-árabe. Consultar em: Lust, Ellen (2013). *The Middle East*, Thousand Oaks, California, SAGE - CQ Press.

¹²⁹ Lust, Ellen (2013). *The Middle East*, Thousand Oaks, California, SAGE - CQ Press.

¹³⁰ Argumento centra da obra “The Absent Obligation” de Abd al-Salam Faraj. Consultar ponto 2.1.2.

¹³¹ Ideia fortemente defendida por Maudadi, Qutb e Faraj e Maududi. Consultar nota de rodapé 88.

caído, em larga medida, graças à natureza corrupta dos regimes vigentes.¹³² Muitos destes movimentos nasceram nas comunidades urbanas no contexto de uma burguesia recém literada e no meio académico/universitário, no qual, professores, tal como o próprio al-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana, manipulavam o descontentamento social a favor do fundamentalismo islâmico.

3.3 A Rede Afegã: uma fusão do radicalismo islâmico regional

Em 1979 a União Soviética invade o Afeganistão e rapidamente a resistência afegã se agrega, mobilizando toda a comunidade internacional muçulmana na adesão à luta mujahidin. O movimento de resistência contou com o apoio logístico do Paquistão, com o financiamento da Arábia Saudita, dos países do Golfo e ainda, com o apoio dos EUA.¹³⁴ A guerra do Afeganistão assumiu uma configuração de guerra por procuração, na qual os diversos Estados terceiros procuravam assegurar que o desfecho da mesma asseguraria a protecção dos seus interesses políticos e geoestratégicos. O patrocínio e o apoio concedido por vários Estados à resistência afegã combinou-se com um contexto regional de crescente activismo religioso e político, o qual se agregava num movimento transnacional, mas disperso. Neste uma série de entidades fundamentalistas religiosas afirmavam-se contra as autoridades governativas dos seus Estados advogando as doutrinas radicalistas salafistas de autores como Qutb, Maudade e Faraj.

Ora a combinação desta tensão generalizada nos Estados do Médio Oriente e o impulso fornecido pelo apoio de Estado extremamente ricos e poderosos, com serviços de intelligence bastante desenvolvidos, facilitaram, em larga medida a mobilização de um exército de voluntários árabes para o Afeganistão com o objectivo de derrotar os soviéticos. Muitos destes voluntários contavam com a assistência dos seus próprios governos que ficavam aliviados ao ver partir as maiores forças de oposição interna. O recrutamento destes combatentes era feito através de networks islâmicas internacionais, lideradas pela facção mais radical da ulama e contando com o apoio de organizações não governamentais como a Liga Islâmica Mundial e outras fundações wahabistas.¹³⁵ Estima-se que durante a década de oitenta cerca de 20.000 árabes tenham sido mobilizados para assistir o exército mujahidin, sendo as

¹³² A jihad enquanto pilar do Islão é advogada por vários teólogos e membros da Irmandade Muçulma, como por exemplo por Sayyid Qutb e al-Salam Faraj. A jihad é defendida como sendo uma obrigação moral de todos os muçulmanos contra líderes apóstatas. Também Shurki, líder da Jamaat al-Muslimin, mais conhecida por TWH advoga este princípio. Consultar em: Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

¹³⁴ Cada um destes países tinha interesses claros neste conflito. Aos americanos interessava contrariar a expansão da influência dos soviéticos e ainda do *crescente xiita*, que se expandia no Médio Oriente desde o derrube do regime do Xá da Pérsia, muitas vezes, na forma de ataques terroristas contra a presença americana e israelita na região. A Arábia Saudita pretendia controlar o movimento fundamentalista sunita e preveni-lo de cair na influência da teocracia xiita iraniana. Finalmente o Paquistão pretendia evitar um spillover do domínio soviético para as suas fronteiras, dado que um dos tradicionais aliados dos comunistas era Índia com quem partilhava tensões regionais.

¹³⁵ Moniquet, Claude (2013). *The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Supply of Arms to Rebel Groups Around the World*, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

parcelas mais significativas deste contingente provenientes da Arábia Saudita, do Egipto, do Iémen e, ainda da Síria e da Jordânia, de onde viriam muitos palestinianos.¹³⁶

A guerra do Afeganistão foi uma explosiva combinação de forças. Ela agregou os mais radicalistas e fundamentalistas islâmicos, providenciando-lhes treino, financiamento, armamento e, possibilitando a criação de uma ampla network de revolucionários. Os investimentos para contrapor a presença soviética no país foram significativos e de diversas fontes, procurando alcançar dois objectivos em paralelo: recrutar e qualificar a força operativa. A coordenação entre a CIA e os serviços de intelligence paquistaneses, ISI, foram fundamentais para o treino dos jovens rebeldes, sendo-lhe imputado um aprimorado know-how operacional e logístico. Nos campos de treino estabelecidos sobretudo nas áreas circundantes da fronteira Afeganistão/Paquistão, os voluntários passavam por uma série de estágios durante a “recruta”. Partindo da generalidade do treino militar, os recrutas jihadistas iam progredindo para treinos mais específicos consoante as suas capacidades técnicas e vocações como por exemplo, lições sobre electrónica, venenos, fabrico de bombas, entre outras¹³⁷.

Para além das agências governamentais, as organizações não-governamentais de caridade ou religiosas desempenharam, também, um papel fundamental no financiamento do esforço de guerra. A componente religiosa foi, desde o início das hostilidades uma arma poderosa para o “treino mental” dos mujahideen e para a angariação de mais recrutas.¹³⁸ A Arábia Saudita rapidamente viu no conflito uma oportunidade de exportar a ideologia wahabista para o Afeganistão, de maneira a inverter a ameaça comunista e expandir a sua influência e controlo sob o radicalismo sunita.¹³⁹ A Arábia Saudita tem sido uma das maiores fontes de financiamento de organizações rebeldes e terroristas desde a década de setenta.¹⁴⁰ As avultadas somas de dinheiro provenientes do petrodólares permitiu à Arábia Saudita, através da da’wa¹⁴¹, a criação de uma geração de islamistas que tentavam impor a sua rígida

¹³⁶Global Security Organization (s.d) *Anti Soviet Mujahidin* [consultado a 1 de Março de 2016] disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/mujahideen.htm>

¹³⁷ Milton-Edwards, Bverley (2005). *Islamic Fundamentalism since 1945*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylis & Francis Group.

¹³⁸ A propaganda religiosa serviu também como instrumento de perturbação da ordem interna de países da União Soviética com parcelas populacionais significativas islâmicas. Milhares de Alcorões e outros livros que incentivavam o nacionalismo usbequistânês foram distribuídos pela intelligence americana e paquistanesa. Consultar em: Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

¹³⁹ Depois do ataque terrorista que aconteceu em 1979 em Meca durante o Ramadão, no qual morreram 1.500 pessoas, decidiu apostar na manipulação do movimento radicalista sunita de forma a o poder controlar. Consultar: Ménoret, Pascal (2008) *Fighting for the Holy Mosque - The 1979 Mecca Insurgency* In: Frair, Christine & Ganguly, Sumit (Eds) *Treading on Hallowed Ground: Counterinsurgency Operations um Sacred Spaces*, Nova Iorque, Oxford University Press.

¹⁴⁰ Moniquet, Claude (2013). *The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Suply of Arms to Rebel Groups Around the World*, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

¹⁴¹ O termo dawah é um termo árabe que traduzido significaria algo parecido a “fazer o convite”. O conceito de dawah no Islão é entendido como um meio de persuasão e de convicção para a adesão ao

ideologia às comunidades muçulmanas um pouco por todo o mundo mas em particular no Médio Oriente (Costa, 2010).

A monarquia wahabista tem uma longa tradição de providenciar auxílio e apoio financeiro a muçulmanos espalhados pela região, vítimas de calamidades naturais ou de conflitos, através de instituições de caridade. O elevado investimento saudita nestas instituições reflete a importância das mesmas para a política externa do regime, sendo que se estima que até à data de 2013 o país tenha investido cerca de 10 biliões de dólares nesta actividade.¹⁴² Através destas instituições a Arábia Saudita promove a construção de escolas (madrassas wahabistas) e hospitais, procurando, assim, disseminar o seu soft power na região. Segundo um relatório publicado pelo Parlamento Europeu em junho de 2013, no caso do Afeganistão, o processo de contágio ideológico saudita era concretizado através do financiamento de organizações como a Organização Internacional para Assistência Islâmica (OIAI)¹⁴³ e a Liga Islâmica Mundial (LIM), as quais por sua vez financiavam grupos armados mujahidin.¹⁴⁴ Os serviços de intelligence sauditas utilizariam estas duas organizações religiosas para estabelecer uma ponte de financiamento com as milícias mujahidin, sendo conhecido que a OIAI terá financiado, pelo menos, seis campos de treino no Afeganistão.¹⁴⁵

Assim, o financiamento da guerra era feito sobretudo pelas autoridades sauditas e por investidores privados, sendo no entanto, importante, salientar o grande investimento dos EUA no apoio aos mujahidin, sendo que os serviços de intelligence americanos se articulavam particularmente com os paquitaneses.¹⁴⁶

Islão. A dawah está por isso fortemente relacionado com a atitude missionária de pregar e de difundir o Islão. Consultar em: Cunha, Agostinha Paiva da (2009). Conhecer o Islão, *Cadernos IDN*, II, 3.

¹⁴² Moniquet, Claude (2013). *The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Supply of Arms to Rebel Groups Around the World*, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

¹⁴³ Em inglês: International Islamic Relief Organization (IIRO)

¹⁴⁴ Um dos grupos que gozou de financiamento destas organizações foi o Maktab al-Khimat (MAK), o qual era paralelamente financiado por bin Laden e Azzam. Consultar em: Moniquet, Claude (2013). *The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Supply of Arms to Rebel Groups Around the World*, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

¹⁴⁵ Moniquet, Claude (2013). *The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Supply of Arms to Rebel Groups Around the World*, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

¹⁴⁶ O apoio americano aos extremistas islâmicos inicia-se ainda antes da invasão soviética, mais concretamente, a partir de julho de 1979 a administração Carter começou a fornecer apoio aos opositores do regime comunista em Kabul. A partir da invasão o apoio tornou-se oficial e, sobretudo, em coordenação com as agências da CIA e dos serviços secretos paquistaneses era fornecido treino às tropas mujahidin, financiamento (cerca de 3 biliões de dólares e o maior investimento militar externo americano desde a II Guerra Mundial), apoio logístico como informação via satélite acerca do posicionamento dos alvos soviéticos e um largo espectro de armamento. Consultar: Stabile, Carol A.; Kumar, Deepa (2005). *Unveiling imperialism: media, gender and the war of Afghanistan*, SAGE Publicações, 27, 5, Londres, Nova Deli, Thousand Oaks, pp. 765-782; Coll, Steve (19 Julho de 1992).

O responsável por canalizar as volumosas e diversas fontes de capital para a aquisição de armamento era o jordano, de origem palestina, Abdal' Azzam. Doutor e membro influente da Liga Islâmica Mundial, Azzam combateu na guerra palestino-árabe de 1967 e era um grande defensor da luta palestina. É neste contexto que conhece Osama Bin Laden, o qual, havia sido destacado pelos serviços de inteligência saudita para o auxiliar. Filho de um empresário milionário, bin Laden frequentava a casa real e era um homem extremamente religioso. Juntos, através da organização formada por Azzam em 1984, MAK (Maktab al-Khidmat ul- Mujahideen ul-Arab), e da publicação da revista al-Jihad montam uma máquina de propaganda. A mensagem central passava pela ideia de que existia uma obrigação humana de cada muçulmano em contribuir para esta guerra divina que não acabaria com uma vitória no Afeganistão, esta só estaria completa quando todos os territórios tradicionalmente muçulmanos pudessem acolher de novo o Islamismo.¹⁴⁷ Paralelamente, bin Laden era amplamente financiado pela chamada “Cadeia Dourada” composta por uma série de patrocinadores sauditas e dos países do Golfo. A fluidez financeira desta “cadeia dourada” foi essencial para a reconstrução da al-Qaeda posterior ao exílio no Sudão.¹⁴⁸

Outro pilar da estratégia de disseminação ideológica foi o apoio às madrassas paquistanesas. Estas madrassas tinham um papel fundamental na doutrinação radicalista islâmica, deobandista (doutrina formada a partir do pensamento de Maudadi) e wahabista. As escolas islâmicas não só serviam de centros de recrutamento, mas também de centros de transformação de toda uma geração. Durante a década de oitenta as madrassas foram disseminadas por várias cidades paquistanesas e era aqui que as crianças aprendiam a jihad antes de serem mobilizadas para os campos de treino jihadistas.

As organizações de caridade faziam a ligação entre as escolas e as populações, criando-se, assim um sistema social paralelo. É relevante comparar a dinâmica social paquistanesa da década de setenta com a da década de noventa. Nos anos setenta, a sociedade paquistanesa, no geral, exibia uma acentuada abertura cultural, denotando traços de assimilação dos estilos e costumes ocidentais, os quais se tornavam visíveis, no vestuário, na vida noturna e, até, nos projetos arquitetónicos. Existia, por aquela altura uma vontade de afirmar a modernização e ascensão da nação.¹⁴⁹ A infiltração do movimento deobandista nas universidades e a proliferação de madrassas um pouco por todo o Paquistão viria inverter totalmente a

Anatomy of a Victory: CIA's Covert Afghan War, *Washington Post*, disponível em: <http://www.globalissues.org/article/258/anatomy-of-a-victory-cias-covert-afghan-war>

¹⁴⁷ Mensagem particularmente bem expressa no manifesto escrito por Azzam “Join the Caravan” disponível em: https://archive.org/stream/JoinTheCaravan/JoinTheCaravan_djvu.txt

¹⁴⁸ Há que referir que a política na Arábia Saudita vive em dicotomia entre a casa real de Saud e o círculo religioso, sendo que dentro do meio religioso existem facções extremamente radicalistas e até aos atentados de Ryadh de 2003 não existia regulação das organizações de caridade ou religiosas que, muitas vezes, eram importantes financiadores de grupos terroristas. Consultar em: Kean, Thomas H. et. All (22 de Julho de 2004) *The 9/11 Commission Report* [consultado a 27 de Fevereiro de 2016] disponível em: <http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>

¹⁴⁹ Coll, Steve (2005). *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001*, Londres, Penguin Books.

modernização do país. Na década de noventa, perante um país arrasado pela guerra e abandonado pelos pares, a liderança de líderes mujahidin impôs um regime social medieval, no qual a discriminação absoluta das mulheres, o extermínio das liberdades individuais e a centralidade religiosa passaram a desenhar o quotidiano social paquistanês.

As madrassas tiveram um papel fundamental de disseminação ideológica e de formatação identitária. Estas escolas serviam de plataforma de fermentação de ódios e contaminação das gerações futuras. Destas instituições saíram muitos líderes islâmicos radicalistas que constituíram mais tarde as suas próprias organizações terroristas como Osama bin Laden, Ayman Zawahiri, Muhamed al-Maqdisi e Jalaludin Haqqani. Para além de mobilizar o fervor dos homens que viajavam para estas terras em buscas de um preenchimento divino, as madrassas, davam a estes voluntários árabes um sentimento de identidade e de pertença que, provavelmente, não encontravam nos seus países de origem. Esta é uma identidade carregada de sentimentos fortes, de predestinações divinas, de misticismos e visões apocalípticas do mundo, sendo, por isso uma identidade dificilmente contrariável ou substituível porque, em última instância, ela é paralela a todo o sistema social humano e contrária a ele, alimentando-se, exclusivamente de diretrizes divinas e subestimando valores ou condições morais humanas produzidas pelo Homem.

“Longe de casa e a viver em difíceis condições materiais, numa atmosfera de semi-secretismo, eles estavam a participar uma aventura emocionante. (...) Eles sentiam que estavam a abandonar as suas nacionalidades e a formar uma comunidade de guerreiros santos, tal como os companheiros do Profeta. Já não eram sauditas, egípcios ou argelinos, eles eram mujahidines salafistas, guerreiros na vanguarda do Islão.” (Chaliand, 2007:296)

A forte componente de acompanhamento espiritual providenciado pelas instituições religiosas bastante importantes no processo de recrutamento e de organização da resistência islâmica no Afeganistão que acabou por extravazar para toda a região e a agregação de uma série de personagens de inspiração wahabista e salafista no mesmo espaço promoveu uma certa alienação da sociedade e do mundo no geral. Estes guerreiros envolvidos por um ambiente de nebulosas conexões com pregadores conservadores e por toda a dinâmica de uma guerra “clandestina” de proxys incentivou a criação de um sentimento de pertença para indivíduos que não o encontravam nos seus países de origem, onde eram muitas vezes marginalizados.

Esta mescla de sentimentos e de oportunidades encontradas na guerra do Afeganistão resultaram, ao nível individual, na criação de uma nova identidade: a de guerreiros ao serviço de Alá, a de jihadistas. Ao mesmo tempo que alimentavam esta espécie de fantasia mitológica, estes jovens jihadistas estabeleciam uma vasta rede de conhecimentos num mundo paralelo de traficantes, de teólogos radicalistas, de agentes de serviços secretos (nomeadamente os paquistaneses, os quais mantinham relações próximas com as madrassas deobandi). A vitória conquistada na guerra viria alimentar lendas e mitos da bravura destes *guerreiros santos*, esquecendo os apoios e os patrocínios fulcrais fornecidos pelos EUA, pela Arábia Saudita e pelo Paquistão. Contrariamente, os jovens árabes salientavam a bravura

deste novo povo, o *povo jihadista*, o qual estaria a cumprir uma espécie de predestinação divina. Alimentava-se a retórica de que estes jovens estariam a cumprir a vontade divina de Alá e as mitologias daí retiradas viriam ser utilizadas, posteriormente, para inspirar e fomentar fantasias quando relatadas às segundas gerações de salafistas.

Terminada a guerra, os americanos e os sauditas retiraram-se rapidamente, levando consigo os apoios prestados durante o conflito. Os afegãos envolveram-se em novas disputas pelo domínio territorial do país, desta vez, entre os diferentes clãs mujahidin. Os combatentes árabes salafistas viram-se abandonados. Assim, alguns voltaram para os seus países de origem, onde serviriam de faróis para a difusão do salafismo/wahabismo radical e para o prolongamento da jihad contra as entidades governativas que consideravam corruptas e apóstatas. Entre este grupo estariam os argelinos que, embora se encontrassem em número pouco significativo na guerra afegã, foram determinantes na constituição do movimento jihadista argelino. Este movimento providenciou um novo carácter à dinâmica da jihad, alinhando-a com a brutalidade indiscriminada contra civis e promovendo a sua proliferação através do apoio a redes longínquas noutras regiões, nomeadamente na Europa.¹⁵⁰

Outros combatentes voluntários, aquando do término da guerra, preferiram emigrar para países, onde teriam mais qualidade de vida e onde existissem populações significativas dos seus grupos étnicos, nomeadamente, na Europa. Muitos, tornar-se-iam instrumento de propaganda jihadista junto das populações marginalizadas europeias. Finalmente, outros decidiram continuar a jihad internacional, optando por se manterem nos campos de treino situados na fronteira do Paquistão/Afeganistão onde dariam apoio logístico e operacional a outros combatentes jihadistas. Aqui, sob a alçada de Azzam os militantes jihadistas davam continuidade ao projecto de jihad internacional e de reconquista do mundo islâmico. A morte deste último, no final da década de oitenta conduziu a um breve dispersar dos voluntários e à liderança de Osama bin Laden.

¹⁵⁰ Em 1991, a Frente Islâmica de Salvação (FIS) vence as eleições municipais na Argélia, implementando em muitos municípios medidas como o encerramento de cafés, a imposição do véu às mulheres e o desvio de fundos municipais para organizações religiosas. A Frente Nacional de Libertação (FNL) reage através da opressão, levando à morte e à detenção de muitos militantes islâmicos. Na primeira ronda das legislativas do mesmo ano a FIS apresenta um resultado que a adivinhava como o próximo partido governativo do país. Receando uma revolução à semelhança da iraniana as autoridades declaram o estado de emergência e dissolveram os partidos islâmicos. Estes transformam-se em células clandestinas que se multiplicam e eventualmente se agregam em torno de uma organização terrorista, a GIA. Esta, cedo percebeu a importância da cobertura mediática e, portanto, a sua estratégia assentava na perseguição de civis, particularmente franceses. Entendia-se a França como um alvo graças ao passado colonial e à relação que mantinha com o poder executivo argelino e era, por isso, vista como cúmplice do governo. O terrorismo argelino é de particular interesse pela dimensão internacional da sua jihad guiada pela ideologia salafista. O carácter internacional da mesma parte dos seus alvos mas também da capacidade da mesma em articular uma série de redes terroristas na Europa e no Norte de África, contando com o apoio das existentes no sudeste asiático, nomeadamente dos mujahidin no Paquistão Afeganistão. A jihad argelina traduziu-se numa violenta campanha terrorista contra a população civil argelina e, sobretudo, contra jornalistas, intelectuais, mulheres sem véu e turistas, franceses de preferência. Consultar em: Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

A guerra afegã materializou-se num potente catalisador do movimento pan-islâmico jihadista que se havia disseminado um pouco por todo o Médio Oriente nas décadas precedentes. O impulso oferecido por actores externos estatais e não estatais¹⁵¹ na mobilização do radicalismo islâmico para o Afeganistão teve consequências contraditórias. Se por um lado facilitou a derrota da União Soviética, por outro agregou e ofereceu as condições necessárias ao movimento fundamentalista e revolucionário islâmico para crescer, se fortificar e desabrochar na emergência de um corpo transnacional jihadista revolucionário e terrorista. A misticidade da ideologia salafista/wahabista no mundo clandestino de uma guerra por procuração impulsionou as motivações dos jihadistas que aqui travaram conhecimento. As circunstâncias práticas que possibilitaram logisticamente o desenvolvimento do movimento jihadista nestas terras sem ingerências externas foram cruciais (referimo-nos aos campos de recrutamento, treino e de planeamento presentes nas regiões fronteiriças do Afeganistão e do Paquistão). Com efeito, no término da guerra, os anos de governação dos Taliban no Afeganistão (1996-2001) traduziram-se numa oportunidade dourada para o crescimento e para a consolidação do terrorismo. As alianças entre o governo Taliban e Osama Bin Laden tornaram o Afeganistão numa espécie de cluster de grupos jihadistas. Aqui a al-Qaeda e grupos afiliados poderiam encontrar uma zona de protecção, sediar as suas bases e ainda estabelecer campos de recrutamento e treino militar/operacional.

Em suma, a guerra afegã possibilitou o cruzamento do movimento conservador salafista, ideologia reformatória concentrada nos assuntos internos do Islamismo, com o movimento jihadista, radicalista e focado na jihad contra ameaças externas e internas ao islamismo. A combinação de indivíduos de vários pontos geográficos neste local e neste momento, permitiram a criação de um movimento, o *jihadista salafista*. Os diferentes rumos seguidos pelos militantes árabes após o término da guerra do Afeganistão dotaram este movimento de carácter transnacional, de uma enorme complexidade e heterogeneidade. A grande maioria dos movimentos constituídos apresentavam uma certa sintonia e coordenação interdependente, no entanto, poderiam divergir relativamente às prioridades políticas e estratégicas das suas organizações, bem como relativamente à priorização dos alvos inimigos das mesmas.

Podemos, genericamente, identificar três correntes dentro do jihadismo: o irredentista que se mobiliza para recuperar território “tradicionalmente pertencentes ao Islão” a governos não muçulmanos ou a invasores externos (ex: Afeganistão e Palestina); o jihadismo interno que se concentra na deposição de regimes apóstatas, takfir (ex: Argélia e Egipto) e finalmente o

¹⁵¹ Refiro-me, por lado ao incentivo dado pelos regimes de onde partiram estes jihadistas à sua migração para o Afeganistão (como referido, com o intuito de eliminarem das suas sociedades o maior foco de oposição e instabilidade política); e por outro ao patrocínio oferecido por Estados (EUA, Arábia Saudita e Paquistão) e por ONGs (como a Liga Islâmica), fundações wahabistas ou escolas religiosas (como as madrassas deobandi) a estes jihadistas durante a Guerra do Afeganistão. Consultar em: Moniquet, Claude (2013). *The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Supply of Arms to Rebel Groups Around the World*, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

jihadismo global que se concentra na luta contra o ocidente, o qual é visto como o principal inimigo do Islão por ser identificado como responsável pela existência de Israel e pela influência corrosiva nos governos muçulmanos.¹⁵² Apesar de Azzam ter sido o grande pioneiro desta ideologia jihadista salafista e líder do movimento durante os anos de guerra no Afeganistão, a sua morte em 1989 deu origem a uma viragem na estratégia do jihadismo personificado pela sua organização, a al-Qaeda. O protagonismo assumido, consequentemente, por bin-Laden mobilizou o movimento para uma jihad de carácter global. Esta viragem ideológica e fortificação da estratégia operacional decorrem de uma série de circunstâncias geopolíticas.¹⁵³ No entanto, estas só foram possíveis graças à agregação de todos estes indivíduos no conflito afegão. O Afeganistão foi, certamente, uma plataforma de criação doutrinária, de consolidação operacional e de génese do maior movimento terrorista da actualidade.

¹⁵²Duarte, Felipe Pathé (2011), *Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão?, Nação e Defesa*, 5ª, 128, pp. 215-243. e: Costa, Sandra Liliana (2010). *O Pensamento Islâmico Radical e as Redes Terroristas na Europa: As Correntes de Pensamento no Interior do Islamismo*, *FCT POCI FEDER*. [consultado a 26 de Dezembro de 2016] disponível em: http://www1.eeg.uminho.pt/riap/cp/ceupinto/ProjectoFCT/WP_UM_Texto%20correntes%20de%20pensamento%202.pdf

¹⁵³ Como veremos mais à frente, salientam-se as consequências produzidas pela Primeira Guerra do Golfo.

4. As perturbações na balança de poder do Médio Oriente e a afirmação do terrorismo

O jihadismo enquanto movimento terrorista está ideologicamente relacionado com a recuperação de alguns princípios presentes numa série de outros movimentos reformistas que nasceram no seio do islamismo. Estes movimentos reformistas, de entre os quais se destacam as contribuições doutrinárias oferecidas por Taimiya e pela reforma salafista de Afghani, visavam através de uma reestruturação política, social e religiosa das comunidades muçulmanas enfrentar e ultrapassar determinados obstáculos essencialmente políticos. O século XX caracterizou-se pela perpetuações de problemas políticos que de alguma forma se afiguravam semelhantes aos vivenciados pelos dois autores referidos. Neste sentido a reforma social política e religiosa proposta por pelo islamismo (quer político quer militante) encontrará novos incentivos no século XX.

Num primeiro instante e com o objectivo de alcançar a indepência política dos países do Médio Oriente em relação aos poderes coloniais é constituída a Irmandade Muçulmana, a qual, enquanto movimento político apela a uma reforma das sociedades islâmicas baseada nos princípios fundamentalistas do Islão e num retorno fusão total da sociedade política social e religiosa. Mesmo depois das independências políticas destes Estados, a construção nacional dos mesmos assentou em princípios importados de modelos vestefaliados e seculares de Estado, sendo que para este processo contribuíram mais as elites políticas como um núcleo isolado do Estado do que propriamente a sociedade civil enquanto movimento pluralizado e activo das sociedades árabes. Este facto levou à cristalização de um movimento pan islâmico, o qual perante a incapacidade das autoridades governativas em provar a todas às camadas a sociedade os benefícios do modelos de Estado vestefaliano adoptado (nomeadamente através do fomento económicos e de uma melhoria na qualidade de vida das populações) foi sobrevivendo e foi-se consolidando ao longo dos anos.

A guerra do Afeganistão que surge no seguimento da ingerência soviética no país viria dar um novo ímpeto a este movimento que se encontrava de forma diluída pela região. O conflito no Afeganistão providenciou condições perfeitas para a consolidação e explosão deste movimento, no sentido em que agregou, treinou e armou os mais convictos radicalistas que se encontravam espalhados pelo Médio Oriente e Norte de África. O know how fornecido, em larga medida pelos serviços de intelligence paquistaneses e americanos; o financiamento garantido por patrocinadores estatais e não governamentais e a possibilidade de estabelecer uma vasta rede de networking entre jihadistas, traficantes e financiadores ofereceram um input ao terrorismo jihadista que se revelaria irreversível. É neste contexto que se organizam e consolidam os principais grupos terroristas jihadistas como a al-Qaeda. Formado o

movimento, será agora altura para averiguar como se terá desenvolvido este no seio das transformações geopolíticas do Médio Oriente.

4.1 A Primeira Guerra do Golfo

A década de noventa foi marcada por alterações profundas nas dinâmicas de poder e nas alianças de segurança do Médio Oriente, as quais tiveram efeitos visíveis na configuração do terrorismo.¹⁵⁴ Dois fenómenos muito importantes na agenda terrorista são fruto das mutações da balança de poder regional. O primeiro é a viragem ideológica do jihadismo construído por bin Laden e o segundo é a proliferação do terrorismo patrocinado por Estados. Ambos têm um elemento em comum: o inimigo político ocidental.

A invasão do Iraque ao Kuwait, em 1990, colocou imediatamente a Arábia Saudita, sob ameaça. Neste contexto bin Laden, ainda motivado pela mitológica vitória árabe sob o invasor soviético, sugere a mobilização do exército mujahidin para fazer recuar as forças iraquianas. Osama bin Laden, como referido, era um homem extremamente religioso e, como tal, opunha-se firmemente à presença de tropas cristãs na Arábia Saudita, em particular, em locais sagrados para a cultura islâmica como Meca e Medina. Inspirados pela mítica vitória sob o segundo maior exército do mundo, os jihadistas acreditavam estar preparados para enfrentar, agora, o exército ocidental e, à semelhança dos primeiros califas, fazer prosperar o Islão.¹⁵⁵ Ora a resolução 678 das Nações Unidas autorizou a intervenção da Coligação Internacional, liderada pelos EUA, no Kuwait e conseqüentemente os soldados ocidentais sediaram-se em solo saudita. A presença das tropas de infieis (maioritariamente americanas) nas terras sagradas do Islão (Meca e Medina) representou para bin Laden, não só uma exacerbada humilhação para o povo muçulmano, mas também a prova viva de que o verdadeiro objectivo dos EUA seria a usurpação dos recursos do povo saudita e de todos os povos muçulmanos.

“Em primeiro lugar, há mais de sete anos que os Estados Unidos têm ocupado as terras do Islão nos locais mais sagrados da Península Arábica, pilhando as suas riquezas, ditando os seus governantes, humilhando a sua população, aterrorizando os seus vizinhos e transformando as suas bases na Península em pontas de lanças utilizadas para lutar contra as populações muçulmanas circundantes. (...) A melhor prova disto terá sido a sua avidez em destruir o Iraque, o mais forte Estado árabe vizinho, e o seu esforço para fragmentar todos os Estados da região como o Iraque, a Arábia Saudita, o Egipto e o Sudão; transformá-los em micro-Estados de papel e, através da desunião e fraqueza destes, garantir a sobrevivência de Israel e a continuação da brutal Cruzada de ocupação da Península.” (bin Laden, Zawahiri, Taha, Hamzah, Rahman, 1998)

¹⁵⁴ A inversão da política externa de al-Sadat no início da década de setenta havia deixado uma porta aberta para a projecção do Iraque enquanto hegemon regional. A assinatura unilateral por parte do Egipto dos acordos de paz de Camp David gerou fricções entre os países árabes, tendo o Iraque se assumido como líder ideológico do nacionalismo árabe que se opunha à presença israelita. Com efeito, a sintonia entre as características geográfico demográficas e as elevadas receitas provenientes da exploração de recursos fósseis, conferiam ao Iraque as condições necessárias para a sua afirmação enquanto potência regional. A governação autoritária de Saddam e a forte convicção deste em fazer do Iraque, não *um* mas o hegemon do Golfo Pérsico, combinadas com o acentuado poder bélico alcançado através do patrocínio soviético, fizeram do Iraque uma poderosa força regional que condicionava e ameaçava os interesses de todas as restantes potências. Consultar em: Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

¹⁵⁵ Duarte, Felipe Pathé (2015). *Jihadismo Global das Palavras aos Actos: al-Qaeda, Estado Islâmico e o Império do Terror*, Marcador.

Se até aqui, Osama bin Laden estava mais concentrado no combate às elites governativas muçulmanas apóstatas e corruptas -bastante influenciado pelas ligações que desenvolveu com os grupos jihadistas egípcios durante a guerra afegã; a partir de 1991 o inimigo principal da comunidade islâmica passou a ser, na óptica de bin-Laden, os EUA: responsáveis pela humilhação do seu povo e motivo de corrupção dos governos muçulmanos, nomeadamente, do saudita. Eis a alteração do paradigma ideológico do jihadismo da al-Qaeda. O objectivo passa a ser o combate a este inimigo invasor, os EUA, e como tal a internacionalização da jihad torna-se necessária no combate a este inimigo distante.¹⁵⁶

Se os EUA e Israel representavam a maior fonte de contaminação e de condenação da umma, todos os que com estes compactuassem estariam obrigatoriamente a contribuir para a desgraça do povo muçulmano. Neste sentido, a propaganda de bin Laden vira-se contra a apostasia do regime saudita e da maioria dos países da região, criando fricções que o obrigaram a emigrar para o Sudão. Por esta altura estaria já criada a al-Qaeda. Em meados da década de noventa, Osama regressa para o Afeganistão, onde os Taliban¹⁵⁷ haviam já estabelecido o seu domínio em várias áreas do país. Osama bin-Laden presta *baya* (juramento islâmico de “fidelidade paternalista”) a Mullah Omar, o emblemático líder taliban e as relações entre os dois e as suas organizações aprofundam-se. Desta convergência resultaria a reabertura dos campos de treino jihadistas no Afeganistão em 1977, ao que se seguiria um novo contingente migratório de jihadistas à procura de um destino glorioso se segue.¹⁵⁸

Paralelamente, a Primeira Guerra do Golfo torna-se no derradeiro processo de transformação da balança de poder que havia já sido iniciado com a queda da União Soviética. É importante referir que até 1989 o Médio Oriente era uma região onde o xadrez da guerra fria era claramente visível, sendo que as dinâmicas de poder se moldavam em função das influências exercidas pelos dois hegemones mundiais sem que os Estados da região disputassem ou sequer interferissem no protagonismo das superpotências. Pelo contrário, os Estados regionais

¹⁵⁶ *Ibidem.*

¹⁵⁷ O termo Taliban significava estudantes de religião. Os taliban surgem no seio das madrassas deobandi, muitos deles filhos de refugiados afegãos que cresceram em campos e foram educados por estas escolas religiosas. A criação deste exército de talibans teve o patrocínio dos serviços de intelligence paquistaneses, com a aprovação das autoridades sauditas e americanas, cujo objectivo seria devolver alguma estabilidade ao país. Consultar em: Coll, Steve (2005). *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001*, Londres, Penguin Books

¹⁵⁸ A aproximação entre a al-Qaeda e os Taliban era ainda visível numa multiplicidade de alianças criadas a vários níveis, entre as quais se podem destacar trocas matrimoniais, financiamento e o estabelecimento de parcerias no tráfico. Consultar em: Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnaud (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

concentrar-se-iam primordialmente nas ameaças imediatas afiguradas por países vizinhos, procurando para este efeito explorar os interesses das super-potências.¹⁵⁹

Assim, durante a Guerra Fria a formação de uma identidade e de um conceito de interesse nacional nos Estados do Médio Oriente eram, em larga medida, determinados a partir das relações estabelecidas com as grandes potências: ser pró EUA ou pró US, ser moderado ou ser radical.¹⁶⁰ Os EUA e a US apoiavam e reforçavam esta dicotomia, tornando-se esta, uma região bipolarizada mas cujas tensões regionais não refletiam propriamente o antagonismo entre o Ocidente e o Leste. Pelo contrário estas tensões eram reflexo de dinâmicas regionais próprias, no entanto, potencializadas pela manipulação da polarização de interesses no sistema global, por parte dos Estados regionais.¹⁶¹

Perante este contexto, a retracção da influência soviética, no término da Guerra Fria, provocou uma profunda transformação nas relações inter-estatais regionais, quebrando os constrangimentos à hegemonia americana no Médio Oriente. Com efeito, a queda do muro de Berlim trouxe consequências imediatas ao desenho geopolítico do Médio Oriente, deixando vácuos de poder nos países em que a União Soviética exercia influência. Os Estados-clientes do hegemom de leste, agora viam-se privados da protecção e do financiamento russo, perdendo, assim, a capacidade de contrapor determinadas ameaças regionais.¹⁶² Este desequilíbrio alterou as lógicas de “amizade” e “inimizade” regionais, provocando, simultaneamente, uma transformação do complexo de segurança regional. Esta alteração da balança de poder regional terá sido particularmente visível na alternância do status quo regional (trocas de alianças e processos de paz com Israel), na transformação interna do interesse nacional dos Estados (principalmente dos Estados pró US e com aspirações pan-arabistas que tiveram forçosamente de moderar as suas ambições regionais) e na transformação externa deste complexo, no qual os EUA se assumiu como único hegemom.¹⁶³

O processo de transmutação das dinâmicas de segurança e de poder no Médio Oriente iniciado com a queda da União Soviética consolidar-se-ia a partir da intervenção americana no Iraque na década de noventa. A derrota de Saddam em 1991 teve consequências importantes para a configuração geopolítica do Médio Oriente. Em primeiro lugar, ela dissuadiu comportamentos

¹⁵⁹ Arab Center for Research and Policy Studies (2012) *Arab Revolutions and Geostrategic Balances and Interactions*, Policy Analysis Unit; Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ Ansari, Hamid (2008). *West Asia: is there an alternative to sole power hegemony?* In: Chari, Chandra (Ed) *War, Peace and Hegemony in a Globalized World: The changing balance of power in the twenty-first century*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

¹⁶² Estados como a Síria, tradicional Estado pan-arabista, afigurava-se como claro oponente a Israel. Com a retracção do patrocínio soviético estes Estados passaram a estar desprotegidos contra o Estado judaico.

¹⁶³ Buzan, Barry; Waever, Ole; Wilde, Jaap de (1998) *Security: A New Framework for Analysis*, Londres, Lynne Rienner Publishers.

de insubordinação ao domínio americano, demonstrando que não existiriam alianças alternativas para os antigos “*clientes*” soviéticos como a OLP ou a Síria.

Com efeito, a Primeira Guerra do Golfo foi, antes de mais, uma exibição de força da nova e isolada potência mundial, a qual demonstrava, assim, que estaria disposta a defender assertivamente os seus interesses geoestratégicos e a manter a sua posição privilegiada de hegemón isolado. Durante a Primeira Guerra do Golfo a formação de uma coligação com os principais actores do status quo regional (entre os quais se encontravam alguns ex-Estados-clientes da US) demonstra a necessidade que certos actores como a Síria passaram a ter dos EUA para garantir a sua segurança, particularmente em relação a Israel.¹⁶⁴ Para além da expansão da influência americana, o enfraquecimento do Iraque de Saddam Hussein - marcadamente uma potência política económica e militar do mundo árabe - abriu espaço para uma nova redistribuição de poderes na ordem regional do Médio Oriente, passando, as três grandes potências regionais -Irão, Israel e Arábia Saudita- a competir pela conquista de poderes relativos nos vácuos deixados por Saddam.¹⁶⁵

A retracção do comunismo e do homem forte árabe traduziu-se no desvanecimento dos dois inimigos partilhados por Israel e pelo Irão.¹⁶⁶ Este acontecimento provocou alterações imediatas nas relações entre iranianos e israelitas, as quais são, tradicionalmente, desenhadas numa lógica de reactividade às dinâmicas do sistema árabe. Se durante a década de oitenta, Israel foi um dos mais importantes aliados iranianos, à chegada da década de noventa os dois países estavam em pleno antagonismo político. A relação entre o Irão e Israel assume, tendencialmente, um carácter de semi-dependência e de reactividade relativamente às configurações de ordem e às demonstrações de força dos países árabes. Quando, efectivamente, os países árabes conseguem promover a ordem ou fazer exhibições de força o Irão e Israel tornam-se aliados naturais.¹⁶⁷ No entanto quando tal não se verifica, abre-se espaço para as considerações ideológicas que tendem a afastar a República Islâmica do Estado secular judaico¹⁶⁸.

¹⁶⁴ Layne, Christopher (2004). *The War on Terrorism and the Balance of Power: The Paradoxes of American Hegemony* In: Paul, T.V. & Wirtz, James J. & Fortmann, Michel (Eds) *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*, Stanford, California, Stanford University Press.

¹⁶⁵ Alloul, Jaafar (2010-2011). *The “Shia” a Crescent Theory: Sectarian Identity or Geopolitics of Religion?*, Universiteit Gent -Faculty of Arts and Philosophy- Department of Languages and Cultures of the Near East and North Africa.

¹⁶⁶ E até, certo ponto, pela Arábia Saudita também mas que desde a revolta iraniana partilhou hostilidades com o Irão e, enquanto Estado árabe também não alinhava com Israel. Consultar em: Alloul, Jaafar (2010-2011). *The “Shia” a Crescent Theory: Sectarian Identity or Geopolitics of Religion?*, Universiteit Gent -Faculty of Arts and Philosophy- Department of Languages and Cultures of the Near East and North Africa.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ É importante referir que até Antes da revolução iraniana, o Irão e Israel partilhavam o facto de não serem Estados árabes e, ainda, uma aliança com os EUA. A partir de 1979, tendo em conta a natureza ideológica da revolução iraniana, seria espectável que se verificasse um afastamento entre a República Islâmica e o Estado judaico. No entanto, as convicções ideológicas foram suprimidas pela necessidade de

A dissolução da partilha de inimigos associada à competição por poderes relativos na região e à natureza ideológica da teocracia xiita viriam opor Irão e Israel que até aqui formavam uma aliança de contenção do expansionismo árabe. Israel inverte a sua política externa e retórica, passando a alimentar uma propaganda nacional e internacional de identificação do Irão como uma “*ameaça global*”.¹⁶⁹ A alteração na balança de poder do Médio Oriente veio fomentar a divergência política entre o Irão e Israel, o qual se alimentou de uma retórica apocalíptica de sedimentação do medo por parte ambos. As relações Israel-Irão antagonizam-se, ao mesmo tempo que a Arábia Saudita encabeça a estratégia americana de contenção da influência iraniana pela constituição de um bloco árabe forte e sunita.

A partir da década de noventa, o Irão encaminhava-se para uma política externa convergente com a ala arabista interna e, portanto, concentrada na expansão da sua influência regional. O isolacionismo da década de oitenta e o desfecho do pós guerra em 1990 levaram o Irão a desistir de procurar o estabelecimento de alianças com actores externos à região e a redireccionar totalmente a sua política externa para a conquista de poderes relativos no Golfo e no Médio Oriente. Esta nova orientação estava em sintonia com a convicção da ala arabista do regime e com a ideologia pan-islâmica do Aiatolá Khomeini.¹⁷⁰ Uma das estratégias adoptadas para a perseguição de influências na região foi o assumir de uma postura frontalmente contra a presença de Israel no Médio Oriente. Esta afirmação permitiu ao Irão aproximar-se dos países do Golfo com os quais partilhava alguns ressentimentos dos anos de guerra e, simultaneamente, mobilizar o apoio da população iraniana traumatizada pela década de violência que vivera. No entanto, perante o isolacionismo regional em que se encontrava, sendo a Síria o único Estado aliado, o Irão envereda por uma estratégia mais assertiva e pouco ortodoxa, passando a financiar milícias libanesas e palestinianas que partilhavam com o Irão inimigos comuns como Israel.

Interessa aqui, acrescentar que, uma aliança regional que se demonstrou muito importante para o Irão durante a guerra com o Iraque, foi a estabelecida com a Síria.¹⁷¹ O apoio prestado

uma actuação pragmática perante o contexto geopolítico da época. Ironicamente, a revolução xiita acentuou exponencialmente a necessidade iraniana de uma aliança com Israel. O derrube do Xá da Pérsia e o afastamento do Irão da esfera da *Surrogate Strategy*, tornaram o Irão num inimigo mais próximo e numa ameaça mais imediata de outras potências regionais como o Iraque e a Arábia Saudita.¹⁶⁸ Nestas circunstâncias, quando em 1980 o Iraque invade o Irão, fá-lo com o apoio do bloco sunita árabe e com o apoio de vários actores externos com interesses geoestratégicos na região.¹⁶⁸ Ao abrigo das sanções económicas impostas desde a revolução, o Irão viu-se extremamente isolado durante a guerra, valendo-lhe, o auxílio prestado pela Síria e por Israel. A este último não interessava de maneira alguma assistir a uma expansão de Saddam, o homem forte árabe, na região e por isso, durante a década de 80, Israel forneceu um indispensável apoio militar e logístico ao Irão.

¹⁶⁹ Cho, Il Hyun (2015). *Global Rogues and Regional Orders: The multidimensional Challenge of North Korea and Iran*, Oxford Scholarship Online, DOI:10.1093/acprof:oso/9780199355471.001.0001

¹⁷⁰ Alloul, Jaafar (2010-2011). *The “Shia” a Crescent Theory: Sectarian Identity or Geopolitics of Religion?*, Universiteit Gent -Faculty of Arts and Philosophy- Department of Languages and Cultures of the Near East and North Africa

¹⁷¹ Ameaçado pela expansão hegemónica de Saddam e de costas viradas para o Egipto (na sequência dos acordos unilaterais formalizados com Israel), o regime baathista de Hafez al-Assad encontra no Irão um apoio regional determinante para contrapor a ameaça representada por Israel e pelo Iraque. Consultar

pela Síria ao Irão durante a invasão do Iraque foi compensado com o auxílio prestado pelo Irão à Síria, a qual, durante a invasão israelita do Líbano, em 1982, se viu automaticamente na mira judaica. A aliança entre o Irão e a Síria revelou-se um pilar da ordem regional. Efectivamente a cooperação entre ambos desempenhou um papel importante na manutenção da independência iraniana (a Síria foi o único país árabe a condenar a invasão do Iraque ao Irão) e na inversão do processo de anexação do Líbano a Israel.¹⁷² Este último feito foi alcançado através da mobilização da população xiita, armamento e financiamento da mesma. Rapidamente, a constituição de uma milícia xiita libanesa, o Hezbollah, completou o chamado *Eixo de Resistência*, uma aliança contraditória entre um Estado pan-arabista secular, um Estado pan-islâmico religioso e uma entidade não governamental cujas tácticas de luta lhe concederam a denominação de grupo terrorista por parte de alguns países.¹⁷³

A transposição da esfera estatal materializou-se num caminho alternativo para o Irão perseguir os seus interesses na região sem o constrangimento das fronteiras políticas, evitando, assim, um confronto directo com outros Estados ou a reprovação dos mesmos. Já durante a década de oitenta, aquando o conflito com o Iraque, o Irão recorreu ao patrocínio de milícias armadas xiitas como a Jihad Islâmica. A actuação deste grupo permitia ao Irão atacar os seus inimigos mais poderosos, como os EUA e a França (que apoiavam o Iraque), sem perigo de retaliação. Durante a década de oitenta, países aliados como a Síria e a Líbia que partilhavam a condição de impotência política e de assimetria bélica recorreram à mesma metodologia. Assim, a perpetuação de actos de violência por grupos terroristas em prol dos interesses estatais tornou-se prática comum no Médio Oriente.¹⁷⁴ Afinal de contas o mesmo acontecia paralelamente no vizinho Afeganistão.

“Actos de violência perpetrados por terroristas que secretamente trabalhavam para governos, revelaram-se num meio de relativo baixo custo e (...) sem risco de retaliação para atacar anonimamente inimigos mais fortes e evitar a ameaça de punição internacional ou de retaliação” (Hoffman, 2006:258)

Este facto veio, de certa forma, alterar os preceitos da prática terrorista porque a torna muito mais letal. A aliança entre Estados e terroristas providencia ao grupo terrorista comodidades que de outra forma jamais teria (facilidades diplomáticas para o tráfico de armas, documentos de identificação, treino e financiamento). Por outro lado, o grupo terrorista financiado pelo Estado abandona muitas vezes a sua motivação ideológica, deixando, portanto, de estar preocupado em angariar o apoio popular e vocacionado apenas para alcançar determinados objectivos de política externa, frequentemente, alcançados

em: Godarzi, Jubin M. (2013). Syria and Iran: Alliance Cooperation in a Changing Regional Environment, *Ortadoğu Etütleri*, 4, 2, pp.31-54.

¹⁷² Godarzi, Jubin M. (2013). Syria and Iran: Alliance Cooperation in a Changing Regional Environment, *Ortadoğu Etütleri*, 4, 2, pp.31-54.

¹⁷³ Nomeadamente os EUA desde 1997 e a EU desde 2013. Consultar em: US Department of State- Bureau of Counterterrorism, *Foreign Terrorist Organizations* [consultado a 10 de janeiro de 2016] disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>

¹⁷⁴ Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

através de operações mais letais. Assim, o terrorismo corre o risco de passar de grupo terrorista a grupo mercenário pois a sua actuação deixa de ser primordialmente orientada por preceitos ideológicos e passa a ser definida e conduzida conforme as recompensas materiais que lhe sejam proporcionadas.

O alinhamento do Irão com o Hezbollah no Líbano e com o HAMAS na Palestina durante a década de noventa foi uma alternativa à distribuição de poderes e à projecção da ordem regional que não só o excluía mas que, também, o ameaçava. Com o intuito de contrariar a ameaça apresentada por Israel e pela Arábia Saudita, o Irão procurou disseminar a sua influência no Médio Oriente através do incentivo revolucionário às comunidades xiitas e grupos terroristas ideologicamente convergentes como o Hezbollah, bem como, através do patrocínio de grupos terroristas ou Estados que partilhassem inimigos comuns, apesar de ideologias díspares¹⁷⁵. O eixo de resistência e a aliança com o HAMAS ilustram a tendência das alianças da região em assumirem configurações pouco convencionais. Estas passaram vulgarmente a incluir a participação de actores não estatais beligerantes como os grupos terroristas. Paralelamente, a sua constituição revelou a centralidade das dinâmicas, não propriamente de segurança, mas de ameaça.¹⁷⁶ A constituição de alianças no Médio Oriente é, muitas vezes, elaborada de forma reaccionária e perante situações de perigo eminente. Particularmente, a aliança entre o Irão e o HAMAS ou o Irão e a Síria demonstram que o pragmatismo se sobrepõe à ideologia e que, frequentemente, não só os Estados, mas também os grupos terroristas, agem e formam alianças, tendencialmente mais de acordo com a partilha de inimigos do que propriamente com a partilha de convicções religiosas, ideológicas ou políticas.¹⁷⁸ Esta tendência de constituição de alianças em função da percepção dos Estados de ameaças consolidar-se-ia na sequência da Segunda Guerra do Golfo e posterior aproximação entre o Irão e o Iraque.

4.2 A Segunda Guerra do Golfo

“A maior ameaça à liberdade reside nas encruzilhadas do radicalismo e da tecnologia. Quando a proliferação de armas químicas, biológicas e nucleares, acompanhadas de tecnologia de mísseis balísticos - quando isto ocorre, até os Estados mais fracos e pequenos grupos alcançam o poder de atacar grandes nações. Os nossos inimigos declararam esta intenção e sabemos que procuram estas terríveis armas. Eles querem ter a capacidade de nos chantagear, de nos magoar ou de magoar os nossos amigos - e nós vamos-nos opor a eles com todo o nosso poder” (Bush, 2002)

Em março de 2003, George W. Bush, legitimado internamente pela bandeira dos Direitos Humanos, pela ameaça nuclear alegadamente representada por Saddam e pela recente estratégia de segurança nacional que se materializa na Guerra Contra o Terror; invade o

¹⁷⁵ *Ibidem.*

¹⁷⁶ Walt, Stephen (1987). *Alliances: Balancing and Bandwagoning, Anarchy and its Consequences*, pp. 111-117

¹⁷⁸ Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

Iraque dissolvendo o poder autoritário de Saddam Hussein. Bush advogava que a implementação de uma democracia no coração do Médio Oriente favoreceria a propagação do regime democrático liberal e, conseqüentemente, asseguraria os interesses geoestratégicos americanos na região.¹⁷⁹

Ao contrário da Primeira Guerra do Golfo que deixou no Iraque um chefe forte mas desfalcado, sem recursos militares e confinado aos paralelos 32° e 33°, a segunda Guerra do Golfo deixou para trás um Iraque sem liderança política forte e confiado à eficácia de um regime democrático imposto e impregnado pela multiplicidade de divergências étnicas e religiosas que coabitavam no país.¹⁸⁰ A declarada Guerra Contra o Terror é reflexo de uma inversão na orientação estratégica internacional dos EUA. A estratégia de segurança nacional publicada em setembro de 2002 abandonava a tendência americana de promover os seus interesses no Médio Oriente através de uma acção de concertação regional multilateral liderada pelos EUA; optando, alternativamente, por assumir uma política externa nesta região extremamente assertiva que se edificava pela imposição dos seus interesses através de demonstrações de força bélica.¹⁸¹

“Um paradoxo da hegemonia é que, invariavelmente, o hegemom acredita que o seu domínio é ténue. Por isso, o hegemom deve, constantemente, aumentar o seu poder, simplesmente, agarrando-se ao que já tem.” (Layne, 2004:110)

Com efeito, na viragem do século a política externa americana assume um carácter mais assertivo da persecução dos seus interesses geoestratégicos e geopolíticos no Médio Oriente, optando por uma actuação mais ofensiva e, por vezes, militarmente exibicionista, no sentido em que a imagem do seu poder bélico assumiu por si só um papel relevante de coacção de comportamentos desviantes dos Estados regionais. A ameaça bélica prevenia a acção beligerante.

O comportamento dos EUA tem, efectivamente, desde o final da Guerra Fria, seguido as premissas fundamentais do realismo ofensivo, no sentido em que a sua grande estratégia prevê que sistemas hegemónicos sejam pacíficos e estáveis, ao passo que sistemas multipolares sejam instáveis e propensos à guerra.¹⁸² Neste sentido, os EUA têm-se esforçado para manter a paz no MO, de forma assertiva, com o objectivo de assegurar os seus interesses

¹⁷⁹ Ottaway, Marina & Brown, Nathan J. & Hamzawj, Amr & Sadjapour (2008). *The New Middle East*, Washington DC, Moscovo, Beijing, Beirut, Bruxelas, Carnegie Endowment for International Peace.

¹⁸⁰ Freedman, Robert Owen (1998). *The Middle East and the Peace Process: The impact of the Oslo Accords*, *The Arab Studies Journal*, 6/7, 2/1, pp. 144-150. E: Morgan, Patrick M.; Wirtz, James J. (2009). *Complex Deterrence - Strategy in Global Age*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.

¹⁸¹ Viana, Vítor (2001) *Consequências Estratégicas do 11 de Setembro de 2001*, *Relações Internacionais*, 31, pp. 25-31.

¹⁸² The Bush Administration's Doctrine of Preemption (and Prevention): When, How, Where?. (2004). *Council on Foreign Relations* [consultado a 2 de Novembro de 2016] disponível em: <http://www.cfr.org/world/bush-administrations-doctrine-preemption-prevention-/p6799>

geoestratégicos, o seu protagonismo como influência externa na região, bem como a protecção da hegemonia unilateral americana.¹⁸³

Esta estratégia, assumiu, no entanto um carácter beligerante e ofensivo a partir de 2001, optando os americanos por utilizar o seu poderio militar, não só como forma de ameaça, mas também como instrumento de imposição prática dos seus interesses geoestratégicos no Médio Oriente. As invasões do Afeganistão e em particular do Iraque são a personificação da estratégia da segurança nacional norte-americana anunciada por George W. Bush, na qual a acção beligerante de natureza preventiva assumiu um papel de destaque.¹⁸⁴ Esta atitude ofensiva deriva e constitui, simultaneamente, a doutrina da “*preemptive war*”, muito em voga na altura. Segundo esta, uma “*preemptive war*” é aquela que se antecipa a uma percepcionada ameaça iminente, é aquela que interrompe a paz porque a paz seria inevitavelmente interrompida. A “*preemptive war*” é uma guerra empreendida com base na especulação da ameaça supostamente iminente e que se afirma inevitável¹⁸⁵. Assim este carácter preventivo da atitude beligerante ofensiva, advogado pela doutrina Bush materializou-se na proclamada Guerra Contra o Terror. As invasões daí decorrentes acabaram por ter efeitos contraditórios quer na segurança regional, quer na segurança nacional americana, visto que não só estas guerras se revelaram ineficazes na erradicação do terrorismo como também, até certo ponto, o potencializaram.¹⁸⁶

¹⁸³ Até George W. Bush a a estratégia americana adoptada para alcançar este objectivo passava pela mediação de problemas multilaterais, o incentivo financeiro ou o prejuízo económico, tendo esta se demonstrado eficaz na prevenção de um conflito entre árabes e israelitas. Por exemplo o Egipto e Israel foram altamente recompensados financeiramente pela assinatura dos acordos de paz de Camp David. Paralelamente, o Irão tem sido alvo de pesados embargos económico desde a revolução islâmica de 1979. A Síria, a partir do final da Guerra Fria, depositou nos EUA a função de exercer influência junto de Israel para que não atacasse os seus territórios. Consultar em: Layne, Christopher (2004). *The War on Terrorism and the Balance of Power: The Paradoxes of American Hegemony* In: Paul, T.V. & Wirtz, James J. & Fortmann, Michel (Eds) *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*, Stanford, California, Stanford University Press.

¹⁸⁴ The Bush Administration’s Doctrine of Preemption (and Prevention): When, How, Where?. (2004). *Council on Foreign Relations* [consultado a 2 de Novembro de 2016] disponível em: <http://www.cfr.org/world/bush-administrations-doctrine-preemption-prevention-/p6799>

¹⁸⁵ Mueller, Karl P. & Castillo, Jasen J. & Motgan, Forrest E. & Pegahi, Negeen & Rosen, Brian (2006). *Striking First: Preemptive and Preventive Attack in U.S. National Security Policy*, *Rand Project Air Force*.

¹⁸⁶ A guerra preventiva pode ser vista, neste contexto, como uma estratégia de manutenção hegemónica, em sintonia com o realismo ofensivo proposto por Mearsheimer. Partindo de uma perspectiva neorrealista, Mearsheimer parte do princípio que uma distribuição das capacidades do sistema unipolar é mais segura do que uma multipolar. O realismo ofensivo prevê que à medida que um actor do sistema aumenta o seu poder relativo os seus interesses estratégicos expandem porque, não só as capacidades determinam as intenções, mas também porque a natureza anárquica do sistema pode deixar os Estados numa situação de insegurança. Assim, o melhor antídoto para a insegurança é a maximização do poder relativo. Neste sentido, conquistar a hegemonia é (ou deverá ser) o supremo objectivo da estratégia de um Estado, uma vez que o dilema de segurança é incontornável e a única maneira do Estado se salvar é tornando-se o Estado mais poderoso do sistema. Ao se tornar o Estado mais poderoso do sistema, o Estado entra no paradoxo da hegemonia que o faz acreditar que a sua hegemonia é ténue e está, incessantemente, ameaçada. Neste ponto a guerra preventiva poderá ser uma táctica/estratégia útil para a manutenção da hegemonia e para a retracção de possíveis ameaças. Consultar em: Layne, Christopher (2004). *The War on Terrorism and the Balance of Power: The Paradoxes of American Hegemony* In: Paul, T.V. & Wirtz, James J. & Fortmann, Michel (Eds) *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*, Stanford, California, Stanford University Press.

Numa perspectiva regional a invasão de 2003 acentuou as dinâmicas de poder construídas no seguimento da primeira guerra do golfo. A balança de poder no Médio Oriente era marcada pela competitividade entre os Hégemon regionais: Israel, Irão e Arábia Saudita, com o Iraque destituído da capacidade de se manter nos pêndulos deste equilíbrio. A grande diferença na paisagem de poder é que em 1990 o Iraque, embora enfraquecido militarmente e até economicamente, mantinha um núcleo político interno forte.

A dissolução do regime de Saddam provocou uma implosão política e social, deixando o Iraque completamente fragmentado. No processo de reconstrução nacional abriram-se as portas para o jogo de influências e para a conquista de poderes relativos no Iraque. Ao contrário do que previa a estratégia proclamada por Bush não se verificou uma revolução democrática no Médio Oriente, nem tão pouco no próprio Iraque. Na realidade o processo oposto ocorreu e o Iraque acabou por fracassar na construção de uma unidade política com um interesse nacional definido, tornando-se num Estado fragmentado e permeável à instalação de interesses de Estados terceiros.¹⁸⁷

A democracia no Iraque teve um efeito inesperado pois a orientação da política externa iraquiana inaugurada por Maliki provocou uma inversão da dinâmica de poder projectada pelos EUA que, como referido, pretendiam potencializar a hegemonia saudita -tradicional aliada americana- no Golfo Pérsico. O governo democrático liderado por Maliki, de credo xiita e com ligações próximas a Teerão¹⁸⁸, era responsável pela reconstrução nacional de um país destruído pela guerra e fê-lo em convergência com o Irão. Este processo foi elaborado a partir da edificação de pontes entre o Irão e o Iraque que trespassavam vários níveis, não só o político e económico, mas também o social e o cultural.¹⁸⁹ Uma propaganda alarmista dos protegidos americanos se seguiu denunciando a invasão regional do “*crecente xiita*”, nas palavras do Rei jordano Abdullah.

O Irão e a Arábia Saudita, pontos opostos do espectro hegemónico, com diferentes origens étnicas (persas e árabes), ambos regidos por teocracias, mas de antagónicas vocações (xiita e sunita), encontravam-se na competição frontal pela liderança de um pólo islâmico regional. A

¹⁸⁷ Ottaway, Marina & Brown, Nathan J. & Hamzawj, Amr & Sadjapour (2008). *The New Middle East*, Washington DC, Moscovo, Beijing, Beirut, Bruxelas, Carnegie Endowment for International Peace.

¹⁸⁸ O primeiro-ministro Maliki centralizou o poder e desenvolveu alianças com Teerão, dada a ligação que havia criado durante o seu exílio no Irão e na Síria entre 1979 e 2003, durante o regime de Saddam. Consultar em: Barzegar, Kayhan (2007-08). Iran, New Iraq and the Persian Golf Architecture, *The Iranian Journal of International Affairs*, XX, 1, pp: 93-110.

¹⁸⁹ O Irão tornou-se agente activo no investimento directo em infra-estruturas iraquianas, na promoção de intercâmbios universitários, na construção de rotas de turismo religioso que atravessavam os dois países e passavam por monumentos importantes para a cultura xiita. Os dois países celebraram bastantes acordos comerciais e apesar de divergirem nas origens étnicas, a realidade é que o Irão e o Iraque partilham um legado cultural e religioso que os aproximam naturalmente. Consultar em: Esfandiary, Dina & Tabatai, Ariane (2015). Iran, ISIS's Foreign Policy, *International Affairs*, 91, 1, pp:1-15. e : Barzegar, Kayhan (2007-08). Iran, New Iraq and the Persian Golf Architecture, *The Iranian Journal of International Affairs*, XX, 1, pp: 93-110.

competição entre ambos traduzia-se num jogo de soma zero, no qual, a ingerência de um simbolizaria a não-ingerência de outro. No seguimento da invasão de 2003 a Arábia Saudita relegou a representação dos seus interesses no Iraque à participação activa dos EUA nas conversações políticas referentes ao país. A monarquia religiosa assegurava a manutenção da ordem regional vigente e da sua hegemonia no Golfo a partir da pro-atividade americana nas conversações e acordos alcançados no Iraque. A influência americana garantia uma contenção da influência iraniana no Iraque e, conseqüentemente na região.

Contudo, a era Obama e a conseqüente, viragem da política externa americana¹⁹⁰ implicou um envolvimento maior dos sauditas no Iraque. A Arábia Saudita opta, então, por expandir o seu soft power na região e no Iraque através de uma aposta na manipulação dos meios de comunicação (propaganda fatalista do crescente xiita), do financiamento de organizações não governamentais e de caridade (que se envolviam activamente nas entidades de solidariedade social iraquiana e exportavam a sua doutrina nos palcos de mesquitas wahabistas construídas com o financiamento saudita), do patrocínio de líderes tribais e do estabelecimento de relações bilaterais com alguns actores políticos iraquianos¹⁹¹.

Numa perspectiva doméstica, a invasão de 2003 perturbou a estabilidade interna do Iraque. A inversão da ordem política interna iraquiana, agora liderada por representantes da maioria xiita, provocaram a discriminação da minoria sunita que se agregou. A uma minoria descontente soma-se os militantes do regime baathista afastados dos seus tradicionais círculos políticos e ainda os terroristas curdos, que por aquela altura haviam já assimilado muitos guerreiros sunitas, apresentando o seu terrorismo uma crescente natureza árabe.¹⁹²

A perturbação da estabilidade nacional garantiu o acesso de outros grupos terroristas ao país.¹⁹³ Entre estes estaria a Jama'at al-Tawhid wa'al-Jihad (JTJ), liderada por Abu Musab al-

¹⁹⁰ Barack Obama, eleito em 2008, procede a uma viragem na política externa americana para o Pacífico, concentrando parte das suas atenções para os países da Ásia de leste. Em contrapartida o Médio Oriente perdeu a centralidade da política externa americana e, conseqüentemente, em 2011 é realizada a promessa presidencial de trazer os soldados americanos para casa, tendo as tropas americanas retirado do Iraque em 2011. Consultar em: Arango, Tim & Schmidt, Michael S. (2011). Last Convoy of American Troops Leaves Iraq, *The New York Times* [consultado a 20 de Fevereiro] disponível em: http://www.nytimes.com/2011/12/19/world/middleeast/last-convoy-of-american-troops-leaves-iraq.html?_r=0

¹⁹¹ Çakmak, Cenap (2015). The Arab Spring and the Shiite Crescent: Does Ongoing Change Serve Iranian Interests?, *The Review of Faith & International Affairs*, 13:2,52, 63, DOI: 10.1080/15570274.2015.1039299.

¹⁹² O principal grupo terrorista curdo no Iraque era a Ansar al-Islam, o qual visava a transformação do Estado Curdo do Iraque num Estado Islâmico. Com uma rede de recrutamento internacional - MONA e Ásia central e do sul - a Ansar al-Islam teria dois braços militares a Jund al-Allah e a al-Usad. Consultar em: Rabasa, Angel et. al (2006). Beyond al-Qaeda. Part 1. The Global Jihadist Movement, *RAND Project Air Force*.

¹⁹³A JTJ estaria desde 2002 no Iraque. Acredita-se que desde esse mesmo ano a al-Qaeda tenha começado a enviar operacionais de topo para o país, os quais quando chegavam era colocados em contacto com grupos terroristas locais como Ansar al-Islam, grupo curdo que se opunha aos partidos curdos pelo alinhamento com potências ocidentais. Consultar em: Rabasa, Angel et. al (2006). Beyond al-Qaeda. Part 1. The Global Jihadist Movement, *RAND Project Air Force*. E: Turner, John (2015).

Zarqawi, também ele esteve presente no conflito afegão e nos campos de treino jihadista sediados em Peshawar e geridos por Bin Laden.¹⁹⁴ Com raízes palestino-jordanas, a JTJ, de ideologia jihadista salafita defendia vividamente a jihad contra judeus e cruzados da mesma forma que a al-Qaeda. No entanto sabe-se que Zarqawi e bin-Laden discordavam relativamente a questões táticas e a alvos imediatos, sendo que o primeiro dava prioridade ao inimigo próximo, nomeadamente, Israel e governos apóstatas (jordano/iraquiano), sendo que o segundo dava primazia a uma jihad contra o inimigo distante, os EUA¹⁹⁵.

Apesar das diferenças ideológicas, em outubro de 2004, a Zarqawi jura fidelidade à al-Qaeda e a JTJ transforma-se na Tanzim Qaidat al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn, vulgarmente conhecida como al-Qaeda no Iraque (AQI).¹⁹⁶ A AQI ganhou visibilidade no mundo jihadista pela sua actuação no Iraque que se caracterizada pela exacerbada violência contra xiitas e contra focos militares americanos e iraquianos localizados no país. A brutalidade dos assassinatos executados pelos terroristas liderados por Zarqawi, muitas vezes registados em formato vídeo e depois publicados na internet, conferiram-lhe também, visibilidade internacional.

O objectivo da AQI era incentivar o desenvolvimento de ressentimentos étnico-religiosos e fomentar o conflito sectário, de forma a inverter a transição política do Iraque, sendo, por isso, a comunidade xiita um alvo privilegiado do seu terrorismo. A AQI pretendia catalisar os receios da minoria sunita que durante décadas havia marginalizado a população xiitas e previa uma inversão da discriminação agora que se adivinhava a constituição de um governo maioritariamente xiita¹⁹⁷. Apesar de se verificarem, inicialmente, alguns sintomas de sucesso desta estratégia, a contínua profanação de locais sagrados xiitas e a exacerbada violência contra xiitas dissuadiu a “opinião pública” sunita e potenciais simpatizantes da AQI. Para

Strategic Differences: Al-Qaeda's Split with the Islamic State of Iraq and al-Sham, *Small Wars & Insurgencies*, 26, 2, pp:208-255, DOI: 10.1080/09592318.2015.1007563

¹⁹⁴ Abu Musab al-Zarqawi migra para o Afeganistão na década de oitenta para se juntar à jihad contra a US. Radicaliza-se, adoptando a ideologia salafita e é preso por difamar a distância Hashemita. Em 1999 é libertado e Osama bin-Laden encontra-se com ele. As divergências ideológicas estão patentes neste encontro. Ambos divergiam relativamente ao inimigo prioritário e ao ressentimento contra xiitas (não partilhado por bin-Laden). Mesmo assim bin-Laden terá supostamente proposto uma aliança que terá sido recusada. Não obstante, Zarqawi recebeu avultadas somas monetárias e passou a dirigir um campo de treino jihadista em Herat onde coordenaria cerca de 2000 a 3000 homens em Outubro de 2001. Com a guerra nesse ano, estes homens ter-se-ão deslocado para várias regiões (Irão, Síria, Líbano e zonas curdas do Iraque). Zarqawi acabaria por se instalar no Iraque, onde formaria a Jama'at al-Tawhid wa'al-Jihad (JTJ). Consultar em: *Mapping Militant Organizations: The Islamic State*. (s.d.) Stanford University, [consultado a 10 de Outubro de 2015] disponível em: <https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/1>

¹⁹⁵ Fishman, Brian & Felter, Joseph (2007) Al-Qaida's foreign Fighters in Iraq - A First Look at the Sinjair Records, *Combating Terrorism Center*, DOI: 8459388495;

¹⁹⁶ *Mapping Militant Organizations: The Islamic State*. (s.d.) Stanford University, [consultado a 10 de Outubro de 2015] disponível em: <https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/1>

¹⁹⁷ Hashim, Ahmed S. (2014) *From al-Qaeda Affiliate to the Rise of the Islamic Caliphate: The Evolution of the Islamic State of Iraq and Syria*, Institute of Defense and Strategic Studies (IDSS), S. Rajaratnam of International Studies (RSIS), Nanyang Technological University (NTU), Singapura. [consultado a 29 de Março de 2016] disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2014/12/PR141212_The_Evolution_of_ISIS.pdf

além disso, não esqueçamos que as tropas americanas se encontravam em peso no Iraque. A importância da força bélica americana na manutenção da ordem social é claramente perceptível na inversão da mesma aquando da sua retirada em 2011. O plano micro e macro cruzam-se pelo crescente disseminar de propaganda jihadista e, conseqüente, acentuar dos rancores da minoria sunita no novo plano político. Não obstante, o terrorismo no Iraque permaneceu controlado pelo braço forte da imponente força militar americana. No entanto o controle do mesmo não impediu a sua sobrevivência e evolução.

No geral, a Guerra Contra o Terror cujas expressões mais fortes se exibem nas invasões do Afeganistão e do Iraque tiveram conseqüências importantes no jihadismo. Se até esta data o jihadismo global, com maior expressão e alcance na actuação da al-Qaeda se exercia partindo de uma base hierárquica e centralizada; os instrumentos de Guerra contra o Terror obrigaram o movimento jihadista a reinventar-se, passando, portanto, a al-Qaeda a adoptar uma estrutura mais horizontal, descentralizada, na qual as alianças com outras organizações assumiram uma relevância vital na capacidade de resiliência do movimento. Será relevante fazer aqui uma breve nota para perceber de que forma o terrorismo jihadista actuava por esta altura, de forma a compreender a sua importância para a geografia política do Médio Oriente.

O primeiro esclarecimento advém da admissão da al-Qaeda como a maior (contudo não total) expressão do jihadismo salafista no mundo e em particular no Médio Oriente. Tal como Felipe Pathé Duarte (2011) nos adverte, não existe uma definição clara ou unânime relativamente à al-Qaeda, existindo uma fratura doutrinária quanto à natureza ideológica e à estrutura organizacional da mesma. O autor identifica esta divergência quanto à existência ou não de uma estratégia na violência perpetuada pelo grupo. Sendo que a divergência intelectual relativamente à análise da al-Qaeda divide-se pelos que acreditam que a estratégia deste grupo terrorista é motivada por crenças religiosas assentes exclusivamente no fanatismo espiritual e desprovidas de um pensamento racional - irracionalidade religiosa. E a outra corrente que, contrariamente, acredita que a estratégia da al-Qaeda é baseada num pensamento racional norteado por lógicas de instrumentalização da violência. Nesta a violência é perpetuada como veículo determinados fins, existindo, portanto uma forte racionalidade e instrumentalização da violência.

Uma dicotomia semelhante coabita no seio da investigação relativamente à estrutura organizacional da al-Qaeda, sendo que uma corrente admite que esta tenha uma organização hierarquizada com uma estrutura central e outra aponta para uma organização descentralizada que se transformou desde a primeira à segunda guerra do Golfo,

apresentando uma configuração moderna mais próxima da morfologia de rede, na qual o papel da entidade central não é tanto planear, mas sim apoiar as filiais periféricas.¹⁹⁸

Admitindo que efectivamente a Operação Liberdade Duradoura e todos os eventos que ocorreram depois do 11 de Setembro no contexto da Guerra Contra o Terror, possam ter provocado uma alteração na dinâmica da al-Qaeda, optaremos, à semelhança do autor referido por adoptar a descrição de Hoffman. Segundo este último a al-Qaeda distingue-se da tradição terrorista precisamente pela sua configuração mais linear e menos hierarquizada, apresentando quatro dimensões diferentes mas não excludentes. A primeira, referente à al-Qaeda Central (AQC), a qual se apresenta como o núcleo duro da organização mais próximo daquilo que seria a mesma antes de 2001. A AQC, geograficamente localizada em terras paquistanesas, apresenta uma estrutura mais rígida e burocrática, exercendo funções de coordenação ou mesmo de comando das operações terroristas. Estas são executadas por um grupo restrito de indivíduos com elevado capital humano. Durante a realização destas operações poderão ser estabelecidos contactos com simpatizantes locais, no entanto, estes não assumem funções de responsabilidade operacional, cingindo-se a tarefas de apoio.

A segunda dimensão inclui as organizações associadas e afiliadas, as quais, tendencialmente localizadas no continente asiático, beneficiariam de apoio financeiro, material e logístico, bem como de acompanhamento espiritual (sobretudo durante a direcção de bin-Laden). A estratégia por detrás da criação destas alianças seria canalizar os esforços destas entidades locais para uma jihad global e criar uma massa crítica jihadista disseminada globalmente na esperança de que um dia ela se unificasse, criando uma poderosa força islâmica. Enquanto isto não acontecesse essas organizações estariam numa relação de dependência da al-Qaeda, tornando-se num importante elemento de apoio logístico ou mesmo execução das operações previstas. Numa terceira dimensão estariam as organizações locais compostas por indivíduos que tenham tido alguma experiência próxima com a al-Qaeda, nomeadamente, de combate e/ou de treino nos campos afegãos/paquistanese. Estes grupos amorfos estabelecem um contacto nebuloso com a al-Qaeda, actuando de forma mais independente. A última dimensão apresentada identifica os esforços de radicalização indirecta de (grupos de) cidadãos em países distantes, como a Europa e os EUA. A designação dada vulgarmente a estes indivíduos é a de “lobos solitários”, a sua relação com a al-Qaeda e mais de natureza inspiracional do que operativa, incentivando-se a que estes realizem actos de terrorismo individual.¹⁹⁹

Segundo a análise de Hoffman existiria toda uma estratégia de alcance global desenhada por bin-Laden, a qual, independentemente das transformações na estrutura organizacional seria

¹⁹⁸Duarte, Felipe Pathé (2011), *Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão?, Nação e Defesa*, 5ª, 128, pp. 215-243.. E: Rabasa, Angel et. all (2006). *Beyond al-Qaeda. Part 1. The Global Jihadist Movement*, Santa Monica, Arlington, Pittsburg, *RAND Project Air Force*.

¹⁹⁹Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

sempre norteada pelo princípio cardinal da Jihad. É a jihad que unifica o movimento, trespassando mutações estruturais, operacionais ou obstáculos geográficos. Seria a jihad que expulsaria os invasores das terras sagradas do Médio Oriente e seria por meio da jihad que a unificação da comunidade muçulmana aconteceria. A invasão do Iraque de 2003 transformou-se num poderoso argumento a manipular pelos jihadistas que a denunciaram como a prova viva de que o verdadeiro objectivo dos EUA seria a usurpação das terras e dos recursos muçulmanos.

“Deveis saber que esta Guerra é uma nova Cruzada contra o mundo islâmico e que esta guerra ditará o destino de toda a umma.” (bin-Laden, outubro de 2003)

A invasão americana é entendida pela mitologia jihadisya como uma recriação de invasões anteriores, nomeadamente, da invasão Mongol do século XII. Assim, esta concretiza em si a prova viva da estratégia de invasão e usurpação do povo muçulmano por parte dos americanos. Neste sentido, o apelo jihadista não se dirige apenas aos salafistas jihadistas que tradicionalmente empreendem uma jihad de carácter mais ofensivo; o apelo é, agora, dirigido a todos os muçulmanos porque esta é uma jihad defensiva, de carácter involuntário mas de obrigação universal a qualquer muçulmano.²⁰⁰ Este reforço da retórica jihadista fez-se acompanhar de uma transmutação do movimento que adquire um alcance ainda mais global. Com efeito, a segunda dimensão da al-Qaeda apontada, ou seja, a constituição de alianças com outras organizações ou grupos terroristas revelou-se determinante pois permitiu, não só a sobrevivência mas também a ampliação da sua capacidade de actuação e a difusão do jihadismo por novas áreas geográficas.

Não obstante, este processo teve um custo para a al-Qaeda pois nesta configuração em que a periferia é tão ou mais importante para o sucesso da estratégia jihadista que a estrutura central de comando, será retirado a esta última a capacidade de monitorização das operações jihadistas e, conseqüentemente, algum protagonismo. Apesar disto a fusão de organizações terroristas e, em particular, a integração de Zarqawi na al-Qaeda, proporcionada pela fragmentação interna do Iraque aquando da invasão de 2003, abriu as portas do coração do Médio Oriente ao jihadismo global, tornando-se o Iraque no centro gravitacional do movimento, apesar das discordâncias tácticas entre Zarqawi e bin-Laden.

4.3. A Primavera Árabe

Em 2011 uma onda de manifestações sociais de carácter reformista e progressista inunda o Norte de África e o Médio Oriente. Este movimento que ficou conhecido pela denominação de Primavera Árabe parecia ser o despertar de uma nova consciência política e social que se definia pela defesa de liberdades individuais e colectivas, pela rejeição de regimes

²⁰⁰ Wehey, Frederic & Kaye, Dalia Dassa & Watkins, Jessica & Martini, Jeffrey & Guffey, Robert A. (2010) *The Iraq Effect: the Middle East after Iraq War*, Santa Monica, Arlington, Pittsburg Rand Project Air Force.

autoritários e nepotistas, assim como pela reivindicação de um sistema político justo e democrático. A Primavera Árabe resulta, em larga medida da saturação social perante o arrastar de uma dinâmica política paradoxalmente recheada de um discurso neoliberal e de uma actuação interna cada vez mais inflexível e opressora, comum à larga maioria dos Estados árabes. O registo político generalizado dos países do MONA, baseado em poderes autoritários e corrompido pelos interesses de elites burocráticas capitalistas demonstrou-se continuamente incapaz de alavancar economicamente os Estados e de alterar o paradigma de pobreza social - promessa feita através de sucessivos apelos propagandistas e populistas que ecoavam nas sociedades árabes desde a década de setenta.

De uma maneira geral, a maneira de lidar com a insatisfação popular durante as décadas de oitenta e noventa foi através de um “upgrading autoritário” (Hyderman apud Dodge, 2012:65). Assim, os protestos da Primavera Árabe trespassaram fronteiras nacionais e alimentaram esperanças de uma viragem político social profunda na região, criando-se uma espécie de opinião pública transnacional no mundo árabe. Este novo agente assumiria um papel importante nas dinâmicas internas e regionais.

Domesticamente a manifestação desta opinião pública veio preencher uma lacuna entre as elites governativas e a população. Regionalmente, ela materializou-se numa espécie de elo de ligação inter-arabista que fomentou a cooperação entre os Estados (mais concretamente as elites governativas) no sentido de satisfazerem em sintonia as exigências deste novo agente - condição essencial para se manterem no poder.²⁰¹ No entanto o caminho para a democracia revelar-se-ia tortuoso. A onda de manifestações pró democracia e liberdade que, começando na Tunísia, se espalhou um pouco por todo o MONA, foi, em larga medida manipulado pelos cristalizados movimentos fundamentalistas islâmicos e por divisões sectárias dentro e fora das fronteiras nacionais dos Estados árabes. Esta contaminação racista dos protestos sociais da Primavera Árabe provocou alterações fundamentais nas dinâmicas de poder regional.

“A geografia política da Primavera Árabe consiste na confrontação dos Estados árabes com transformações a vários níveis, a erosão das estruturas regionais, a alienação de elementos não árabes, a capacitação de actores não estatais e a reprodução de velhos problemas num novo contexto” (Aras & Falk, 2015:324)

A Primavera Árabe revelou-se incapaz de edificar uma transformação político social profunda e convergente com valores democráticos. Não obstante, o carácter transfronteiriço deste movimento provocou um forte impacto no sistema geoestratégico do Médio Oriente. A agitação político social sentida nas entidades singulares nacionais e a (possibilidade de) criação de novos conceitos de interesse e segurança nacional fizeram abanar as estruturas de poder global e regional presentes no MONA. Contudo os valores proclamados nas primeiras

²⁰¹ Arab Revolutions, Geostrategic Balances and Interactions. (2012). *Arab Center for Reseach & Policy Studies*, Policy Analysis Unit.

vagas de agitação social acabaram por desvanecer, conformando-se aos cânones das elites governativas ou entregando-se à violência gratuita de conflitos sectários.

Com efeito, dos quatro países que experienciaram transformações políticas - Tunísia, Líbia, Iémen e Egipto - três encontram-se em situação de contínua violência, sendo que a Líbia é já, por muitos, considerada um Estado Falhado.²⁰² Noutros Estados como a Jordânia, a Arábia Saudita e Omã as elites governativas fizeram alguns ajustamentos às políticas reivindicadas sem procederem, no entanto, a alterações políticas estruturais. Estados como a Síria e o Iraque, no entanto, emergiram numa tempestade de conflitos sectários para os quais não existe, actualmente, um fim à vista. A realidade vivida nestes dois países espelha, de certa forma, toda a dinâmica regional. A guerra da Síria em particular é uma espécie de microcosmos da complexidade do sistema do Médio Oriente, no qual todos têm algo a perder ou a ganhar com o desfecho deste conflito. Não se trata, portanto, de um conflito dicotómico entre forças pró-governamentais e forças anti-governamentais, existe um embróglio de actores estatais e não estatais, regionais e globais, nacionalistas e religiosos, que se disputam neste palco envolvidos de uma complexidade de alianças e desalianças que se poderão tornar perigosas e ressuscitar medos adormecidos de potências divergentes na presença de novos actores, imprevisíveis e muitas vezes de difícil compreensão.²⁰³

²⁰² Kuperman, Alan J. (Março/Abril de 2015). Obama's Libya Debacle: How a Well-Meaning Intervention Ended in Failure, *Foreign Affairs* [consultado a 20 de Fevereiro de 2016] disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/obamas-libya-debacle>. Cafiero, Giorgio & Wagner, Daniel (2015). Four Years After Gaddafi, Libya is a Failed State, *Foreign Policy in Focus* [consultado a 20 de Fevereiro de 2016] disponível em: <http://fpif.org/four-years-after-gaddafi-libya-is-a-failed-state/>. Engel, Andrew (2014). Libya as a Failed State, *The Washington Institute Policy Analysis* [consultado a 20 de Fevereiro de 2016] disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/libya-as-a-failed-state-causes-consequences-options>

²⁰³ Simplificando o que de simples não tem absolutamente nada vamos apresentar um breve esboço da guerra da Síria sem recurso a contextualização. Então, ao lado do regime de Bashar encontram-se o tradicional aliado regional, Irão, e global, Rússia, sendo que tem sido ainda determinante para o governo alauita o apoio no terreno das milícias xiitas libanesas, Hezbollah, e iranianas, o Corpo de Guardas Revolucionários. Lutando contra o regime de Bashar encontram-se alguns dos primeiros manifestantes, defensores de valores liberais, aos quais se juntaram a desertores e radicalistas, formando os vulgarmente chamados “grupos moderados”. Estes grupos ditos moderados não apresentam uma ideologia definida, lutando primordialmente para derrubar Assad sem apresentarem um plano para se seguir a essa concretização, entre estes grupos salientam-se o Exército Livre da Síria e A Brigada dos Mártires da Síria. Ainda como oposição ao regime encontram-se os grupos islâmicos, alguns salafistas outros mujahidin outros simplesmente sunitas, de entre eles salientam-se a Frente Islâmica e o Exército Islâmico, sendo que este último terá sido criado através do apoio e financiamento da Arábia Saudita, numa tentativa de contrariar os avanços da al-Qaeda. As milícias curdas, nomeadamente a Unidade de Protecção YPG sob alçada do Partido de Unidade Democrática, administram zonas do norte sírio de predominância curda, adoptando uma postura meramente defensiva de preservação da autonomia curda. Finalmente temos e de forma mais imponente no terreno os grupos jihadistas terroristas, a Jabhat al-Nusra - organização afiliada da al-Qaeda, nascida em 2011 sob a tutela da, então, AQI- e o Daesh, as quais de forma mais ou menos sincronizada ou conflituosa estão presentes em cidades estratégicas como Raqqa (Daesh), Aleppo e Idlib. O movimento de oposição não é unido, pelo contrário. As milícias curdas através da sua postura defensiva encaram o comportamento ofensivo do Daesh como o principal inimigo, da mesma que se verificaram confrontos entre os grupos islâmicos e os militantes do Daesh ou entre o Daesh e a al-Nusra. Neste cenário ingerem ainda, as potências regionais como a Arábia Saudita e a Turquia que apoiando a oposição a Bashar, temem os avanços dos grupos jihadistas, sendo que a Turquia ainda se preocupa mais directamente com o fortalecimento dos curdos junto da sua fronteira. Existem ainda as potências globais como os EUA, a França e o Reino Unido que almejando o derrube do regime apoiam os grupos moderados e curdos.

Neste contexto a geopolítica regional sofreu uma transformação visível. Apesar de não ter acontecido um revés das dinâmicas de poder projectadas antes de 2011, estas acentuaram-se fortemente, denunciando a afirmação de elementos (não árabes) e actores (não estatais) que até àquele momento coexistiam com o sistema político numa lógica de paralelismo e de dissociação. A partir de 2011 estes elementos e actores, nomeadamente os grupos terroristas jihadistas, passam a assumir uma relevância central na geopolítica regional, associando-se e estabelecendo relações de interferência directa com as entidades estatais, sendo que estas no seu conjunto, estão ainda relacionadas com dinâmicas de ingerência regional e global. Neste sentido as entidades estatais tradicionais passam a adoptar estratégias de alianças moldadas num quadro heterogéneo e baseadas na percepção de tendências de consciência regional que se moldam pela formação ou destruição de regimes e, também, de actores não estatais²⁰⁴

Neste palco de pluralizadas dinâmicas de poder os Estados que sofreram transformações políticas internas constroem as suas relações internacionais de acordo com a projecção destas nos quocientes de poder doméstico²⁰⁵. O bloco das monarquias sunitas liderado pela Arábia Saudita tem-se mantido relativamente coeso, sobretudo, graças à partilha de ameaças como as convulsões reformistas da Primavera Árabe, o pan-islamismo e até certa medida o “*crescente xiita*”.²⁰⁶ Não obstante, estes Estados têm vindo, desde 2011, a assumir uma política externa extremamente pragmática e assertiva, multiplicando-se as ingerências externas noutros países da região. Nomeadamente, a manutenção do Bahrein nesta variável da equação de poder só foi possível graças à intervenção das forças militares sauditas no país, as quais, através do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), reprimiram violentamente as vozes da maioria xiita que se manifestava nas praças denunciando o nepotismo do governo minoritário sunita de Hamad.²⁰⁷

Numa lógica inversa, a intervenção da NATO na Líbia em 2011, que se alinhou com a oposição ao regime de Kadafi e conduziu à sua morte e derrube político, contou com o apoio da Arábia

²⁰⁴ Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

²⁰⁵ Por exemplo, a provisão de apoios e de financiamento dos países do Golfo preveniram o colapso da economia egípcia nos três anos de tumultos políticos e ajudar a manter sectores económicos vitais, como o turismo. No entanto, ao adoptarmos uma perspectiva de governança internacional esta ajuda é mais problemática, no sentido em que condicionou determinadas escolhas políticas. Ao aliviar o Egipto de um empréstimo de 4.8 biliões de dólares ao FMI (que Morsi havia contraído) o apoio do Golfo permitiu ao ministro das finanças egípcio, Ahmed Galal, aumentar os impostos, cortar na despesa pública e entrar numa situação de défice orçamental. Consultar em: Held, David & Ulrichsen, Coates (26 de Fevereiro de 2014) *The Arab Spring and the Changing Balance of Global Power*, *Open Democracy* [consultado a 3 de Março de 2016] disponível em: <https://www.opendemocracy.net/arab-awakening/david-held-kristian-coates-ulrichsen/arab-spring-and-changing-balance-of-global-power>.

²⁰⁶ Alloul, Jaafar (2010-2011). *The “Shia” a Crescent Theory: Sectarian Identity or Geopolitics of Religion?*, Universiteit Gent -Faculty of Arts and Philosophy- Department of Languages and Cultures of the Near East and North Africa

²⁰⁷ Espinosa, Ángeles (15 Março de 2015). Arabia Saudí envia tropas a Bahrein, *El País* [consultado a 12 de Março de 2016] disponível em: http://elpais.com/diario/2011/03/15/internacional/1300143613_850215.html

Saudita e do Qatar. Ainda na Líbia e já no posterior contexto da guerra civil que assola o país - na qual se confrontam grupos extremistas políticos islamitas e liberais, forças tribais e entidades terroristas como a AQIM e grupos aliados ao Daeh - as forças militares do Egipto e dos EAU intervieram no país para contrariar os avanços dos jihadistas, sem estabelecer contactos com os EUA o que pode denotar uma nova tendência de proatividade e emancipação política destes países.

Não só estes actores não estatais se demonstram resilientes o suficiente para fomentar uma intervenção externa estatal como aconteceu na Líbia, mas a sua existência tem condicionado as alianças políticas dos Estados. Por exemplo o apoio do Qatar a Muahamad Morsi, eleito democraticamente no Egipto, no seguimento da Primavera Árabe distanciou o Qatar da Arábia Saudita, a qual a par com as monarquias do Golfo, se opunha à governação de Morsi e, com efeito, apoiou o governo de Fattah el-Sissi, instaurado por golpe de Estado. O elemento de discórdia é a Irmandade Muçulmana, sendo que a Arábia Saudita acusa o Qatar de utilizar a organização como um instrumento para difundir a sua influência regional. A resposta para este problema terá sido o apoio ao golpe de Estado ao Presidente ex-membro da Irmandade Muçulmana, Muahamad Morsi, e o financiamento do novo governo de Sissi que, com mão de ferro, dissolveu o partido e toda a organização política islâmica, condenando à morte centenas de membros da Irmandade.²⁰⁸

Na periferia dos tumultos árabes encontram-se a Turquia e o Irão, os quais, apesar de não partilharem a etnia são directamente afectados pelas transformações da geografia política dos árabes. Se a Turquia, tradicionalmente, alinhada económica e até politicamente com a monarquia saudita se afastou brevemente da mesma pela condução da crise política do Egipto; o Irão mantém-se a disputar com a Arábia Saudita influências e poderes relativos na região. Na guerra da Síria encontram-se em diferentes pólos, sendo que o Irão, mantendo a aliança com o regime sírio, tem financiado e providenciado apoio militar a Bashar al-Assad - através da mobilização de milícias xiitas, nomeadamente, o Hezbollah libanês. Pelo contrário a Turquia posicionou-se abertamente a favor das forças anti-Assad, o que foi visto, inicialmente, pela Arábia Saudita como apoio à Irmandade Muçulmana da Síria, provocando outro resfriar nas relações bilaterais entre os dois países. Neste sentido as resultantes tensões entre Arábia Saudita/Turquia são manifestadas de forma indirecta, sendo que a tensão entre o Irão e a Arábia Saudita se tem acentuado de forma bastante directa e visível em palcos de conflito como o Bahrein, o Iémem e a Síria, os quais, funcionam numa lógica de guerra por procuração disputada entre os dois hegemones regionais.²⁰⁹

²⁰⁸ Migaux, Philippe (2007). *The Roots of Islamic Radicalism*, In Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (Eds), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, pp.255-349.

²⁰⁹ Aras, Bulent & Falk, Richard (Março de 2015) Authoritarian “geopolitics” of survival in the Arab Spring, *Third World Quarterly*, 36, 2, pp.322-336.

Outro elemento que surge no quadro geopolítico do Médio Oriente é o elemento não árabe, o qual, até 2011 foi constantemente ignorado e silenciado. Os curdos que desde a criação dos Estados modernos do Médio Oriente têm sido completamente desprezados, foram também, durante a década de oitenta alvo de actos de genocídio e limpezas étnicas por parte dos governos do Iraque e da Turquia.²¹⁰ As reivindicações nacionalistas curdas ganharam volume e projecção no seguimento das perturbações à ordem regional decorrentes da Primavera Árabe. Mais especificamente esta etnia cuja população ultrapassa os 20 milhões de indivíduos e se encontra no epicentro do Médio Oriente abrangendo geograficamente regiões da Turquia, da Síria, do Iraque, do Irão e da Arménia e Geórgia,²¹¹ têm-se destacado no contexto das guerras do Iraque e da Síria pela capacidade contrariar os avanços dos terroristas jihadistas.

O Governo Regional Curdo do Iraque tem-se vindo a emancipar como região autónoma do regime federal iraquiano, em especial, desde a Segunda Guerra do Golfo. O seu exército, os peshmerga, têm-se revelado fundamentais na contenção das forças do Daesh no Iraque. No entanto existem outras milícias curdas a actuar na Síria e inclusivamente na Turquia, contudo sem o mesmo reconhecimento político. Na Síria os curdos do Partido de Unidade Democrática (PYD) representam uma das forças rebeldes com maior capacidade operacional no país, sendo que a sua actuação tem impedido avanços quer das forças governamentais de Assad quer das forças jihadistas.

No entanto a natural aliança do PYD com Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) da Turquia - considerado por vários Estados e organismos internacionais como um grupo terrorista - provoca um certo bloqueio na coordenação das alianças anti-Assad. Este bloqueio agrava-se com o pacto de não agressão acordado entre a Unidade de Protecção (YPG) -braço militar do PYD e do Conselho Nacional do Curdistão- com o regime de Bashar no verão de 2012, o qual providenciou aos curdos o controlo sob as regiões fronteiriças do norte sírio. O objectivo central dos partidos curdos é alcançar autonomia territorial e defender as áreas territoriais curdas na Síria dos ataques do Daesh. Para alcançar estes objectivos os curdos manipulam e aliam-se a qualquer entidade. Neste sentido, o apoio da coligação internacional liderada pelos EUA ao YPG ou ao PYD conta com a resistência da Turquia. Contudo um abandono deste grupo pode significar a perda de um aliado de peso e a transferência do mesmo para a esfera de influência russa.²¹²

²¹⁰ Chomsky, Noam (2003). *Iraque - Assalto ao Médio Oriente*, (s.l.), Antígona. E: Wong, Edward (5 de Abril de 2006) Saddam charged with genocide of Kurds, *The New York Times* [consultado a 27 de Março de 2016] disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/04/05/world/05iht-saddam.html?pagewanted=all>

²¹¹ Milton-Edwards, Bverley (2005). *Islamic Fundamentalism since 1945*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylis & Francis Group.

²¹² BBC News (14 de Fevereiro de 2016) Syria conflict: France urges end to turkish assault on kurds [consultado a 28 de Março de 2016] disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35572747>. E Sherlock, Ruth & Malouf, Carol (12 de Junho de 2014). Iraq Crisis: al-Qaeda forces battle kurdish fighters n the frontline of a new war, *The Telegraph* [consultado a 28 de Março de 2016]

Neste quadro figuram, ainda grupos terroristas de longa data como o Hamas e o Hezbollah, os quais apresentam interesses divergentes. Se por um lado o Hamas se afastou desde 2011 do Irão e da Síria, aproximando-se do Qatar e da Turquia; o Hezbollah assumiu-se como um actor vital nas dinâmicas de poder disputadas regionalmente. Afirmando-se como uma força de peso na guerra da Síria ao lado do regime de Assad e com o apoio iraniano, o Hezbollah apresenta-se cada vez mais como um pilar de representação xiita na região. O alargamento da sua acção para o Iraque e alinhamento prático com as milícias xiitas aí presentes, conduziu de certa forma ao sacrifício da sua reputação junto dos Estados árabes, em especial das monarquias sunitas.²¹³

Os tumultos da instabilidade produzida pelas reivindicações populares contra a corrupção e autoritarismo dos regimes foram eficazmente canalizados pelas aspirações corrosivas dos grupos jihadistas sedimentados no Médio Oriente. A espontaneidade da onda de protestos sociais parecia demarcar a superação da influência de outros movimentos transnacionais de constestação à política vigente como o pan-islamismo, em particular o jihadismo representado de forma mais sólida pela al-Qaeda e organizações afiliadas. Tal como Donal Holbrok (2012) salienta, a Primavera Árabe teve alguns efeitos contraditórios para o jihadismo. Em particular a queda de regimes no Médio Oriente foi impulsionada por um movimento social, onde, o agente de mudança, a juventude descontente com a sua realidade nacional, não se alinhavam com as iniciativas jihadistas, tendo inclusivamente, aceite o auxílio de inimigos ideológicos do jihadismo como a NATO no caso da Líbia.

Este acontecimento vem corroer o argumento jihadista de que a mudança do paradigma social e político regional só poderia acontecer através de uma vinculação aos preceitos fundamentais do Islão, o qual seria efectivado pela operacionalidade terrorista em prol da umma. A vanguarda jihadista deixaria de ser o único instrumento de oposição política, correndo, mesmo o risco de cair no obsoletismo. Simultaneamente a retórica popularizada nas manifestações da Primavera Árabe que se demonstrou capaz de mobilizar largas parcelas populacionais exibia uma natureza antagónica da ideologia jihadista, defendendo e proclamando valores “ocidentais” como o nacionalismo, o direito democrático à auto-determinação e a procura de realidades sociais protectoras de liberdades individuais.

Este quadro teórico contraria a doutrina jihadista defensora da aplicação da sharia e de um comportamento social limitado pelo fundamentalismo islâmico. Neste contexto, provavelmente de surpresa, a resposta da al-Qaeda fez-se tardar, passando semanas desde as primeiras convulsões sociais até às primeiras declarações proferidas pelos organismos da al-

disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/10896557/Iraq-crisis-al-Qaeda-inspired-forces-battle-Kurdish-fighters-on-the-frontline-of-a-new-war.html#>

²¹³ Aras, Bulent & Falk, Richard (Março de 2015) Authoritarian “geopolitics” of survival in the Arab Spring, *Third World Quarterly*, 36, 2, pp.322-336.

Qaeda.²¹⁴ A rapidez com que, contrariamente, imagens e vídeos referentes às manifestações se espalharam pela internet e redes sociais, acentuaram a lentidão de resposta da al-Qaeda.

A deposição dos governos da Tunísia, do Egipto e até da Líbia e do Iémen foi consequência de protestos primordialmente seculares que nada tinham a ver com a al-Qaeda ou outro grupo jihadista. Paralelamente, na Tunísia e no Egipto a deposição dos ditadores foi realizada através de mecanismos de insurgência pacífica o que veio questionar a inevitabilidade e, consequente legitimidade do terrorismo. Mais ainda, mesmo nos países onde a transição política conduziu a conflitos armados como na Líbia e no Iémen, a al-Qaeda não assumiu papel central na luta contra os regimes, sofrendo, ainda a humilhação de ser relegada em detrimento da NATO na Líbia. Esta marginalização do jihadismo nas convulsões sociais e políticas de 2011 seria colmatada pelo oportunismo jihadista, o qual (quase tardiamente) percebeu que a instabilidade provocada pela Primavera Árabe poderia ser aproveitada para sedimentar a influência do jihadismo na região.

“O caos e a desilusão que seguem as revoluções irão, inevitavelmente, providenciar muitas oportunidades para a al-Qaeda espalhar a sua influência. Pressões demográficas, fracassos económicos e corrupção continuarão a minar mesmo o mais bem gerido governo na região. Divisões irão assaltar os movimentos de protesto e vestígios de velhos regimes poderão re-emergir” (Zarate apud Holbrook, abril de 2011)

Juan Zarate, conselheiro sénior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, alertaria ainda para o facto de que muitos dos governos enfraquecidos ou depostos eram elementos fundamentais para o contra-terrorismo. Assim, deveria ser considerada a possibilidade de que no processo de transformação política poderiam ser criados novos espaços para a actuação da al-Qaeda.²¹⁵ Com efeito, o jihadismo encontrou na instabilidade inevitavelmente provocada pelos movimentos sociais da Primavera Árabe uma oportunidade de projectar a sua influência através de uma dupla acção de propaganda e de sedimentação de grupos jihadistas em focos geográficos de tensão. A capacidade de adaptação destas organizações terroristas, mais concretamente, da al-Qaeda e movimentos associados, provou-se determinante para a sobrevivência e projecção das mesmas. A propaganda jihadista procurou deturpar a mensagem inicialmente defendida pelos manifestantes e alinhá-la com a ideologia jihadista. Tendo em conta que as vozes que ecoavam nas praças pediam mais democracia e mais liberdade este processo foi feito cautelosamente.

Existia uma certa falta de coesão ideológica nestes manifestantes que seria estrategicamente manipulada pelo jihadismo terrorista. Com efeito, os manifestantes que originaram a Primavera Árabe não partilhavam uma ideia clara de que tipo de regime queriam

²¹⁴ A primeira reacção à Primavera Árabe veio da AQIM, declaração emitida a 26 de Janeiro de 2011,, sendo que a al-Qaeda central só se manifestou a 18 de Fevereiro, através de declarações de Ayman al-Zawahiri. Consultar em: Angel, Danielle (2015). *The Arab Spring & Terrorism, Senior Honors Capstone*.

²¹⁵ Attkisson, Sharyl (12 de Março de 2015). *How Arab Spring Opened the Door to Terrorism Ugly's March, The Daily Signal* [Consultado a 30 de Janeiro de 2016] disponível em: <http://dailysignal.com/2015/03/12/arab-spring-opened-door-terrorisms-ugly-march/>

implementar aquando da queda do vigente, o que se materializou numa oportunidade de ouro para a propaganda jihadista.²¹⁶ Com efeito, as sucessivas declarações de Zawahiri, de bin-Laden e de outros jihadistas²¹⁷ procuraram oferecer uma agenda para o processo de reconstrução política, a qual passaria internamente pela implementação da sharia e externamente pela contínua luta contra os inimigos tradicionais do Islamismo. É colocada a tónica na responsabilização do ocidente e de Israel pelo comportamento nepótico das elites governativas. É saudada a deposição dos ditadores mas relembra a relação de causalidade entre a corrupção dos mesmos e o papel de serventia em relação ao ocidente -no passado representado pelos europeus e agora pelos americanos²¹⁸.

Para além de procurar um alinhamento entre a acção protestante e as ideias jihadistas, é, ainda, almejado estabelecer uma relação de aproximação ou mesmo de dependência com o terrorismo jihadista. Neste sentido, a propaganda jihadista virá salientar que não será suficiente a remoção do *tirano*, mas que a luta deverá continuar até que um governo islâmico capaz de garantir a justiça, liberdade e independência seja implementado e, neste sentido, as revoluções seriam apenas o primeiro passo.²¹⁹ Neste processo de transformação política a propaganda da al-Qaeda denota o seu carácter ideologicamente intolerante, deixando alertas para os perigos da democracia, contaminadora do bem-estar social e da pureza espiritual, manifestando-se, ainda, absolutamente contra os governos, tunisinos e egípcios, geridos por partidos islâmicos mas eleitos através de processos democráticos seculares.²²⁰

O movimento jihadista, protagonizado naquela altura pela al-Qaeda, procurou aproveitar a confusão e o caos político instalado para se infiltrar nestes palcos. A fragmentação ideológica dos manifestantes foi manipulada por uma intensa propaganda fundamentalista islâmica. À volatilidade dos ideais defendidos pelos primeiros manifestantes acresce-se a falta de organização operativa dos mesmos. A falta de coesão ideológica e instrumental das manifestações sociais que originaram a Primavera Árabe proporcionaram uma infiltração dos grupos jihadistas nestes protestos. A presença de militantes jihadistas em cenários de contestação político social conduziram a um agravamento das tensões entre manifestantes e forças governamentais. Este aprofundamento das tensões é resultado, não só da força de uma retórica radical, mas sobretudo das possibilidades que o acesso a armamento e ao submundo do tráfico e do terrorismo proporcionam.

²¹⁶ Bunzel, Cole (Março de 2015) *From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State*, *Center for Middle East Policy at BROOKINGS*, nº19.

²¹⁷ Osama bin-Laden foi morto em maio de 2011, tendo escrito em abril uma declaração sobre a Primavera Árabe, a qual foi publicada por Zawahiri semanas depois da sua morte. Consultar em: Bunzel, Cole (Março de 2015) *From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State*, *Center for Middle East Policy at BROOKINGS*, nº19.

²¹⁸ Angell, Danielle (2012) *The Arab Spring & Terrorism*, Honors Capstones (AU).

²¹⁹ Holbrook, Donald (Dezembro de 2012). *Al-Qaeda Responses to the Arab Spring*, *Perspectives on Terrorism*, 6, 6.

Assim, muitos movimentos de contestação social foram-se tornando sucessivamente mais violentos, tendo nalguns casos, derivado na explosão de intensas guerras civis como aconteceu na Síria. Este processo de sedimentação de grupos jihadistas nas áreas de agitação social foi facilitado pela instabilidade produzida no processo de transição política. Por exemplo na Tunísia e no Egipto, a mudança de governos provocou uma fragmentação dos corpos de segurança nacionais, os quais desempenhavam um papel fundamental na contenção e na luta contra o terrorismo, dentro e fora das suas fronteiras. A erosão dos aparelhos de Estado ou mesmo a total fraturação dos mesmos, como aconteceu na Líbia e no Iémen, permitiram a instalação da desordem, abrindo-se, assim, a porta aos mais violentos grupos terroristas. A partir de 2011 novos grupos jihadistas surgiram e velhos consolidaram a sua presença um pouco por toda a região, contaminando a paz e a segurança regionais.²²¹

A Primavera Árabe constituiu um momento e uma oportunidade única para o desenvolvimento do terrorismo jihadista na região. Os grupos jihadistas procuraram manipular os vácuos de poder deixados por momentos de transição política que ocorreram sem grande planeamento ou organização civil. Para além disso o movimento jihadista investiu bastantes esforços e energias no fomento e na potenciação de outras convulsões de contestação social que surgiram um pouco por todo o Médio Oriente e Norte de África. O objectivo jihadista por detrás do incentivo dado às ondas de protesto social que se insurgiam na região era o de usurpar e manipular a seu favor os sentimentos de revolta partilhados pelas populações muçulmanas. O movimento jihadista pretendia, portanto, neste contexto de instabilidade e de perturbação político social assumir-se como farol de mudança e transformar uma onda de manifestações que clamavam por liberdades individuais e democracias abertas num movimento ofensivo e beligerante defensor de um modelo político social fundamentalista islâmico e medieval.

A rapidez com que ocorreram os desenvolvimentos políticos e sociais no Egipto, na Líbia e na Tunísia apanharam os grupos jihadistas algo desprevenidos e sem capacidade de reacção. O mesmo, no entanto, não aconteceu na Síria, onde a peculiar natureza deste conflito abriu portas à projecção do movimento jihadista regional. Com efeito, a pronta acção de certos grupos terroristas, como aquele que viria, em 2012, a dar origem à Jabat al-Nusra, em se infiltrarem nas manifestações contra o regime de Assad, relevou-se extremamente eficaz. Estes grupos terroristas conseguiram com sucesso manipular os ímpetus de revolta social e de contestação política, de forma a redireccionar estes sentimentos para uma ideologia

²²¹ Três anos volvidos da Primavera Árabe na Tunísia, forma-se no país a Ansar al-Sharia; no Egipto tornaram-se activos no país a Ansar Bayt al-Maqsis e o Conselho Mujahidin Shura de Jerusalém, na Líbia emergiu o Batalhão al-Mulathamun (2013) a partir da al-Qaeda no Magrebe e, ainda, surge a Ansar al-Sharia Bengazi (2014). No Iémen encontra-se activa a al-Qaeda na Península Arábica. Consultar em: Attkisson, Sharyl (12 de Março de 2015). How Arab Spring Opened the Door to Terrorism Ugly's March, *The Daily Signal* [Consultado a 30 de Janeiro de 2016] disponível em: <http://dailysignal.com/2015/03/12/arab-spring-opened-door-terrorisms-ugly-march/>. ver ainda a lista de Organizações Terroristas Estrangeiras do Escritório de Contra Terrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos, disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>

fundamentalista islâmica e a aproveitar o impulso de revolta para dilatarem a capacidade de actuação da sua luta armada.

O sucesso desta estratégia reflecte-se no protagonismo que os grupos terroristas jihadistas assumiram no quase sucessivo deflagrar de conflitos no Médio Oriente e Norte de África. Na guerra da Síria o Daesh e a Jabat al-Nusra representam duas das forças de oposição mais fortes a actuar no país, sendo que em meados de 2014 só o Daesh controlaria, entre territórios sírios e iraquianos, uma área equivalente a todo o Reino Unido.²²² Com efeito, a presença bem sucedida destes grupos no conflito da Síria devolveu ao jihadismo centralidade nas mutações políticas do Médio Oriente, as quais o haviam marginalizado nos primeiros momentos da Primavera Árabe.

²²² Johnston, Ian (3 de Setembro de 2014). The rise of isis: terror group now controls na área the size of Britain, expert claims, *The independent* [consultado a 1 de Abril de 2016] disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/the-rise-of-isis-terror-group-now-controls-an-area-the-size-of-britain-expert-claims-9710198.html#gallery>

5. O Novo Terrorismo num Sistema de Interações de Poder

O terrorismo tem assumido novos contornos que rompem com a padronização da dinâmica terrorista. Já verificámos que o terrorismo de ideologia política que manipula premissas ou conceitos fundamentalistas e religiosos é bastante diferente do terrorismo orientado por ideologias assentes em fundamentações seculares. Este terrorismo que se associa a princípios divinos e transcendentais, diverge nos alvos, na estratégia adoptada e nos objectivos idealizados. Partindo de sistemas de valores paralelos e mecanismos de justificações divinas, a violência assume, neste tipo de terrorismo, um valor sacramental e a direcção da mesma estende-se a um público consideravelmente maior que pode variar entre uma classe social, um Estado ou mesmo toda humanidade.

O sentido de alienação, em que se projectam os grupos terroristas jihadistas, incentiva a adopção de métodos e estratégias de terrorismo com maior espectro de destruição e força letal. Uma breve revisão pela história do terrorismo leva-nos a constatar que esta forma de terrorismo claramente orientado por motivações e propósitos políticos mas camuflado de toda uma retórica religiosa, não corresponde propriamente a um fenómeno completamente inovador. Pelo contrário esta roupagem divina de que se reveste este terrorismo é uma das formas mais embrionárias de terrorismo, tendo existido desde (pelo menos) a Antiguidade Clássica e sido transversal aos diversos credos religiosos. Não obstante o facto de hoje em dia o terrorismo ser transversal a grupos sectários das diversas ordens religiosas, ele assume-se com particular incidência e força no seio de organizações terroristas islâmicas, com maior relevância e expressão na área geográfica do MONA. As forças terroristas jihadistas presentes no Médio Oriente, em particular, alcançaram uma projecção regional e internacional sem precedentes, exibindo-se como um actor de relevância para as dinâmicas de poder regional e, até global.

Neste capítulo partiremos de um exercício de observação empírica para um exercício de racionalização sistémica. Assim, tentaremos perceber quais as consequências produzidas pelos acontecimentos relatados -transformações na balança de poder do Médio Oriente- na configuração do terrorismo actualmente (mais concretamente, por uma questão de sanidade do estudo, até 2014). Seguidamente, dedicar-nos-emos a um pensamento mais reflexivo, no sentido de repensar o papel do terrorismo nas dinâmicas de poder inter-estatais e nas relações internacionais.

5.1. A Evolução Empírica do Novo Terrorismo

Este novo terrorismo, guiado por premissas corânicas mas envolvido por toda uma estratégia e objectivos finais bastante terrenos, tem vindo, ele próprio, a conhecer transmutações. O movimento jihadista não é uniforme e a partir de 2001 e 2003 sofreu uma metamorfose

orgânica e até um certo reformismo ideológico. Relativamente à estrutura organizacional do movimento pode-se afirmar que a centralidade operacional e doutrinária de um núcleo -AQC- deu lugar a um movimento descentralizado, híbrido, que se edifica por uma relação equitativa entre organizações afiliadas e o centro de comando tradicional. Com efeito, os instrumentos da Guerra Contra o Terror obrigara a al-Qaeda a reinventar-se, tornando-se o seu sucesso mais dependente do sucesso das suas organizações afiliadas. Existe uma multiplicidade de análises relativamente à al-Qaeda e à sua capacidade de efectivamente liderar o movimento terrorista jihadista. Alguns acreditam que a morte de bin-Laden trouxe um declínio inevitável à organização. Outros, contrariamente, creem que a capacidade de adaptação da AQC às diversas circunstâncias lhe confere uma natureza extremamente resiliente e, portanto, esta perdurará no tempo e no espaço.

Seja como for é unânime a constatação de que, actualmente, os limitados recursos militares da organização a tornam consideravelmente dependente das suas organizações afiliadas. Contrariamente, estas últimas têm-se tornado mais independentes, procurando incrementalmente a perseguição dos seus interesses em detrimento/independência dos interesses ditados pela liderança do comando central.²²³ O Daesh tornou-se num espelho da realidade sugerida, sendo este grupo de particular importância pois o caminho seguido por este grupo marca uma evolução da morfologia terrorista.

As Origens:

O auto proclamado Estado Islâmico ou Daesh, ganha vigor e projecção no mundo jihadista, bem como, no mundo mediático durante os primeiros anos do século XXI, no contexto da reestruturação do jihadismo global. Era por aquela altura uma organização afiliada, a Al-Qaeda do Iraque (AQI). Contudo a história deste grupo é um pouco mais antiga, tendo ela sido inaugurada pelo seu fundador Abu Musab al-Zarqawi. Jordano de nascença, Zarqawi, havia já, nos anos noventa, em parceria com o seu mentor Abu Muhammad Maddisi, constituído um grupo terrorista, a Bayat al Imam (Lealdade ao Imã)²²⁴.

As actividades de Zarqawi levaram ao seu aprisionamento na Jordânia, o que chamou a atenção de Osama bin-Laden. Assim, quando libertado Zarqawi tinha à sua disposição financiamento e um campo de treino em Herat, no Afeganistão, para conduzir as actividades da Bayat al Imam. Aqui, o grupo conheceria um crescimento exponencial, em larga medida graças ao alargado contingente migratório de recrutas que vinham essencialmente da Jordânia, da Síria, da Palestina e da Europa²²⁵.

²²³ Para esta lógica de comportamento a ligação dos líderes das organizações afiliadas aos personagens e à estrutura nuclear da AQC torna-se determinante.

²²⁴ Duarte, Felipe Pathé (2015). Daesh The Spectrum of Global Jihadism In: Tomé, Luís (Ed.). "Islamic state" *The New Global Jihadist Phenomenon*, Porto, Média XXI

²²⁵ Ibidem.

Não obstante, a pressão exercida pela invasão americana de 2001 ao Afeganistão obrigou o grupo a migrar para o Iraque, já com nova denominação, a de Jama'at al-Tawhid wa'al-Jihad [Organização do Monoteísmo da Jihad] (JTJ). Ao sediar-se no Iraque a JTJ coabitaria com uma série de outros grupos terroristas sunitas e curdos. Zarqawi assume-se como uma espécie de emir e durante a invasão americana de 2003 é sob o seu apelo a toda a umma para que lute contra o invasor, que o movimento de resistência iraquiano se agrega. Este revelar-se-ia bastante resiliente e eficaz na subversão das forças americanas no país, tornando-se, assim, na maior força do jihadismo global. No seguimento da invasão, as dispersas forças revolucionárias e terroristas que actuavam no Iraque fundem-se no vértice Zarqawi e este, em Outubro de 2004, jura baya ao emir da al-Qaeda, surgindo, assim a Jamaat al-wa al-Jihad as Tanzim Qa'idat al-Jihad al Rafidyan, vulgarmente apelidade de AQI.

É por esta altura que a violência contra xiitas atinge elevados níveis, o que custará à AQI o apoio da população sunita. A atitude ofensiva de Zarqawi contra muçulmanos leva Zawahiri a dirigir-se ao líder da afiliada iraquiana, no sentido de o lembrar da relevância do apoio popular, solicitando-lhe que modere a sua violência contra o povo xiita. Não aceitando a submissão ao pedido de Zawahiri, as duas organizações vão-se afastando gradualmente. Zarqawi não fazia realmente intenções de se submeter aos ditames da AQC, reservando vastas ambições para o futuro²²⁶.

Contudo a perseguição de uma estratégia de brutalidade contra a população xiita e, inevitavelmente contra a população sunita que acabava por sofrer igualmente graças ao largo espectro de destruição das tácticas utilizadas pela AQI, como ataques suicidas; a AQI acabou por sucumbir a um período de crise em 2006. Se por um lado, a insubordinação em relação à AQC havia limitado a cooperação entre ambas, por outro a violência da AQI havia-lhe custado o apoio populacional, vital para o seu sucesso²²⁷.

A morte de Zarqawi em junho de 2006 levou à sucessão de Abu Ayub al-Masri, um egípcio com relações próximas à AQC. As suas origens provocaram tensão na organização, tendo este passado a liderança da AQI a Abu Umar al-Baghdadi, sendo que existem indícios de que este era apenas uma camuflagem à liderança de Masri. Pouco tempo volvido, Baghdadi declara a instauração do califado, adoptando o nome de ISI (em inglês) que significa Estado Islâmico do Iraque. A mudança de nome previa uma renovação da organização, procurando acentuar o foco do grupo numa infraestrutura governamental e angariar mais apoio junto das populações.²²⁸

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

²²⁸ : *Mapping Militant Organizations: The Islamic State.* (s.d.) Stanford University, [consultado a 10 de Outubro de 2015] disponível em: <https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/1>.

Contudo a exacerbada violência praticada pela organização conduziu à formação de uma aliança entre líderes tribais, sunitas e as forças miliares americanas para expulsar os jihadistas de vilas e cidades iraquianas, “Anbar Awakening”. Esta aliança deu novo folego às forças americanas e iraquianas que se conseguiram limitar a capacidade de actuação da AQI. Em 2008 a coligação e forças de segurança locais matam cerca de 2.400 membros da AQI e fazem cerca de 8.800 prisioneiros. Em 2010 Bghadadi e Masri são mortos num raide da coligação americana iraquiana. Embora não extinta, por esta altura o ISI, enfrentava uma séria crise. Em fevereiro de 2011, Abu Bakr al-Baghdadi assumiria o controlo do Daesh.²²⁹

As Circunstâncias Externas:

Chegando a 2011 duas transformações geopolíticas viriam, no entanto, a dar um novo alento ao Daesh: a retirada das tropas americanas do Iraque e as Primaveras árabes. A apressada retirada das tropas americanas do Iraque deixou importantes vácuos de segurança no país. Somar-se-lhe-iam os receios de uma população e de clérigos sunitas que viam em Maliki e na sua aproximação ao Irão uma ameaça directa. Com o intuito de subverter o governo de Maliki, muitos, sejam eles civis, clérigos ou ex-militares do regime de Saddam, juntar-se-iam ao Daesh. As classes religiosas, em particular, viam nestes jihadistas uma oportunidade de travar os avanços das lideranças xiitas na região, começando-se na Síria de Bashar al-Assad e caminhando-se para o Iraque de Maliki.²³⁰

A natureza repressiva e disfuncional do regime de Maliki viria a possibilitar a dilatação do grupo jihadista. A liderança de Maliki, um xiita de relações próximas à República Islâmica Iraniana revelou-se, simultaneamente, incapaz de lidar com os protestos da sociedade civil - em particular com os emanavam de regiões maioritariamente sunitas como Anbar, Nineveh e Salahudin- e com as divergências sunitas que se afiguravam na esfera política. A marginalização da população sunita conduziu a uma crescente tensão entre esta minoria e o governo de Maliki, culminando numa expressiva onda de protestos (uma espécie de versão iraquiana da Primavera Árabe) que acabou por ser violentamente suprimida. Esta reações políticas e o braço forte de Maliki levaram a um reaproximar entre a população sunita e os jihadistas, o que é de extrema relevância para a coesão interna e a estabilidade externa do Daesh.²³¹

A implosão da guerra civil síria, no seguimento das Primaveras Árabes, constituiria uma nova oportunidade de ouro para a revitalização do Daesh. O caos e os vácuos de poder instalados na vizinha Síria permitiram a penetração dos grupos jihadistas que rapidamente converteram

²²⁹ Wehey, Frederic & Kaye, Dalia Dassa & Watkins, Jessica & Martini, Jeffrey & Guffey, Robert A. (2010) *The Iraq Effect: the Middle East after Iraq War*, Santa Monica, Arlington, Pittsburg Rand Project Air Force.

²³⁰ Duarte, Felipe Pathé (2015). Daesh The Spectrum of Global Jihadism In: Tomé, Luís (Ed.). “Islamic state” *The New Global Jihadist Phenomenon*, Porto, Média XXI

²³¹ Manciulli, Andrea (Novembro de 2015) Daesh: The Challenge to Regional and International Security, *Mediterranean and Middle East Special Group*, NATO Parliamentary Assembly.

aquele conflito civil numa guerra jihadista.²³² De particular relevância para este processo terá sido um grupo de militantes jihadistas árabes que Baghdadi prontamente destacou para preparar o terreno sírio para intervenção do Daesh. Ao chegar à Síria em 2012 este grupo de veteranos, geralmente bem treinados e com experiência militar, ganha proeminência entre os grupos rebeldes, em larga medida graças ao seu arsenal de armamento e às faculdades de financiamento. Entre as populações a adopção de leis (em vez da anarquia que reinava no domínio de outros grupos rebeldes) e a distribuição de comida e medicamentos, como aconteceu em Aleppo, valeu-lhe o reconhecimento popular. Este grupo de sírios liderados por Abu Muhamed al-Jawlani tornou-se bastante popular na oposição e na população síria e em 2012, adopta, formalmente a designação de Jabat al-Nusra e assume-se como um grupo terrorista (semi) autónomo.²³³ Em 2013 a Jabat al-Nusra encontrava-se activa em 13 províncias, entre as quais se incluíam partes de Aleppo, Raqqa e Idlib.

Em Abril de 2013 o Daesh declara unilateralmente a anexação da Jabat al-Nusra e a expansão das suas actividades para a Síria.²³⁴ Esta decisão não agradou a Jawlani, uma vez que existiam divergências estratégicas entre ele e Baghdadi. Se a Jabat al-Nusra, composta maioritariamente por sírios, dava prioridade ao derrube de Bashar al-Assad e aceitava a aliança com outros grupos de oposição sírios seculares como o Exército Livre da Síria, demonstrando uma natureza extremamente pragmática; o Daesh estaria menos interessado em combater o exército sírio e mais concentrado em dominar territórios para estabelecer um califado de acordo com os preceitos fundamentalistas islâmicos sem intenções de ceder ou compactuar com grupos liberais, os quais, na sua óptica, eram meros infiéis. A tensão entre os dois líderes agrava-se e a partir de agosto de 2013 o Daesh inicia uma série de ataques contra grupos rebeldes na Síria, nomeadamente, contra a Jabat al-Nusra nas cidades de Aleppo e Raqqa (de importância geoestratégica e militar fundamental).

Perante a crescente conflitualidade entre estes dois grupos, Zawahiri dirige uma missiva a cada um dos líderes apelando ao cessar das hostilidades e à permanência da Jawlani na Síria e de Baghdadi no Iraque. O líder do Daesh argumenta não reconhecer legitimidade às fronteiras de Sykes Picot e em janeiro de 2014, numa demonstração de força altamente simbólica o

²³² Ibidem.

²³³ Hashim, Ahmed S. (2014) *From al-Qaeda Affiliate to the Rise of the Islamic Caliphate: The Evolution of the Islamic State of Iraq and Syria*, Institute of Defense and Strategic Studies (IDSS), S. Rajaratnam of International Studies (RSIS), Nanyang Technological University (NTU), Singapura. [consultado a 29 de Março de 2016] disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2014/12/PR141212_The_Evolution_of_ISIS.pdf

²³⁴ Sem consultar a AQC A par com esta declaração Baghdadi altera o nome da sua organização de “Estado Islâmico do Iraque” para “Estado Islâmico do Iraque e da Síria” ou “Estado Islâmico do Iraque e al-sham” ou “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”. Sendo al-sham em árabe a Grande Síria e o Levante. Consultar em: Hashim, Ahmed S. (2014) *From al-Qaeda Affiliate to the Rise of the Islamic Caliphate: The Evolution of the Islamic State of Iraq and Syria*, Institute of Defense and Strategic Studies (IDSS), S. Rajaratnam of International Studies (RSIS), Nanyang Technological University (NTU), Singapura. [consultado a 29 de Março de 2016] disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2014/12/PR141212_The_Evolution_of_ISIS.pdf

Daesh assume o controlo sob Raqqa. No mês seguinte a AQC representada por Zawahiri declara a separação entre a al-Qaeda e o Daesh.

Consolidada a sua presença na cidade de Raqqa e em parte das províncias de Deir al-Zour, Aleppo e Kobani, o Daesh segue para o Iraque e, numa campanha implacável contra as débeis forças de segurança iraquianas, conquista a cidade de Mosul, bem como uma considerável área de territórios fronteiriços a oeste e a norte do Iraque. Sem mais demoras no final ainda do mês de junho, Baghdadi declara a almejada instauração do califado, subindo, poucos dias volvidos, ao púlpito da mesquita de Mosul, declarando-se o seu legítimo califa.

A evolução da ideologia e da forma:

O Daesh que hoje conhecemos é produto de uma combinação de circunstâncias externas com uma capacidade de transformação interna. Será relevante, antes de mais, referir que o Daesh apesar das divergências táticas da al-Qaeda que se relacionam acima de tudo com a indiscriminada violência aplicada pelo Daesh; os dois grupos terroristas se apresentam ideologicamente convergentes. Ambos se afiguram como salafistas jihadistas. Partilhando a mesma ideologia puritana islâmica e a mesma natureza militante, a al-Qaeda e o Daesh convergem na visão de uma jihad transnacional, na criação de um Estado Islâmico (o Califado) e, ainda, na intenção de difundir o conflito jihadista a países vizinhos como a Síria, a Jordânia e a Palestina.²³⁵ Não obstante, os grupos diferem na estratégia a adoptar para alcançar um ideal comum: a instauração do califado. O Daesh distancia-se da al-Qaeda pela severidade e intolerância que aplica à corrente de pensamento salafista partilhada por ambos. Exibindo um carácter de exacerbada intransigência puritana, o Daesh exerce uma violência implacável e completamente inflexível perante os ditames doutrinários que apregoa, manipulando, neste processo, a brutalidade a seu favor²³⁶.

Abu Bakr al-Baghdadi, líder actual do Daesh, e os seus seguidores parecem guiar-se por uma doutrina fundamentalista e radicalista islâmica extremamente severa e inflexível. Neste sentido, o grupo tende a considerar como inimigo qualquer indivíduo que não cumpra com rigor a jurisprudência islâmica fundamental baseada no Alcorão e na Sunna, revelando uma intransigência brutal perante desvios ideológicos do modelo jihadista salafista que defende.

Com efeito, o Daesh tem conduzido violentas campanhas de perseguição a diferentes grupos étnicos e religiosos, nos quais se incluem, não apenas cristãos e curdos yazidas, mas também, muçulmanos xiitas. No relatório publicado em julho de 2015 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos é revelado que existem fortes indícios de que o

²³⁵ Duarte, Felipe Pathé (2015). *Daesh The Spectrum of Global Jihadism* In: Tomé, Luís (Ed.). "Islamic state" *The New Global Jihadist Phenomenon*, Porto, Média XXI

²³⁶ Bunzel, Cole (Março de 2015) *From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State*, Center for Middle East Policy at BROOKINGS, nº19.

Daesh tenha cometido crimes de guerra, crimes contra a humanidade e ainda genocídio contra as minorias cristãs, curdas e xiitas. É ainda, neste documento, salientada a intenção do grupo terrorista em eliminar os yazidis como um grupo.²³⁷ Segundo os dados do Global Terrorism Index 2015, o pior ataque terrorista do ano precedente de 2014 foi realizado pelo Daesh, precisamente, contra xiitas. Este terá ocorrido em junho na sequência de um assalto a uma prisão em Badush, no qual os presidiários sunitas foram libertados e 670 presidiários xiitas foram brutalmente assassinados.

Contrariamente, a al-Qaeda apresenta um comportamento mais pragmático e, não perdendo uma vigorosa retórica religiosa, bastante mais tolerante. A problemática da aplicação da violência a muçulmanos é um dos maiores pontos de discórdia entre o Daesh e a al-Qaeda. Se, por um lado a al-Qaeda adopta uma estratégia de persuasão e de longo-prazo, o Daesh adopta uma estratégia de imposição e de curto prazo.

Baghdadi, tal como Zarqawi antes dele, advoga que a implementação do califado é de importância suprema e, portanto, deverá ser executada, com ou sem o consentimento do mundo muçulmano. Pelo contrário, al-Zawahiri e os seus apoiantes acreditam que o Médio Oriente requer uma actuação peculiar e diferenciada pois a integração do jihadismo no contexto de conflitos civis com o propósito de instaurar um califado terá de seguir uma lógica completamente diferente da que é aplicada a um projecto global de terrorismo. Se neste último o ataque a alvos civis e o disseminar do terror são estrategicamente eficazes, no contexto regional do MO a violência teria de ter limites.

Para Zawahiri, tal como para bin-Laden, a implementação de um califado duradouro, passaria por uma lógica de persuasão das populações muçulmanas, no geral, abrangendo, portanto, muçulmanos sunitas e xiitas.

Neste sentido, a implementação do califado é, para Zawahiri um projecto de longo termo que demoraria algum tempo a ser alcançado e que partiria da persuasão dos líderes políticos ou (se os líderes políticos fossem impossíveis de dissuadir) das populações dos países muçulmanos. No entanto, para a al-Qaeda este projecto de implementação do califado do Médio Oriente só se tornará possível se a maior ameaça ao mundo islâmico for desta região expulsa primeiramente, ou seja, os EUA. Eis, outro ponto estratégico de discórdia entre o Daesh e al-Qaeda, a priorização do inimigo. Se a al-Qaeda acredita que deve ser dada prioridade à luta contra o inimigo distante, o Daesh dá primazia à luta contra o inimigo próximo: os governos apóstatas.

Assim, partilhando o ideal da constituição de um Estado Islâmico regido pela sharia, baseado no paradigma social, político e religioso inaugurado pelo Profeta e seguido pelos

²³⁷ *Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism* (2015) Center for Economics & Peace.

primeiros califas a partir do século VII, o Daesh tem investido numa estratégia de extrema violência, bastante influenciada pela jihad wahabista e, portanto, vocacionada para a exterminação do xiismo e para a implementação do califado no curto prazo.²³⁸

Apesar da sua natureza implacável e intransigente lhe ter custado o apoio da população sunita no Iraque durante os primeiros anos do novo século, as circunstâncias mudariam na viragem da década e uma série de transformações, tanto internas como externas à organização, alterariam por completo a sua projecção no movimento jihadista e na dimensão geopolítica regional.²³⁹

A nova liderança de Abu Bakr al-Baghdadi inaugura em Maio de 2010, trouxe consigo uma renovação da organização. Esta passou por transformações tanto ao nível estrutural como ao nível funcional, as quais partiram, em larga medida de uma reflexão relativamente “*erros do passado*” da AQI. Foi, então, realizada a reforma interna do grupo, implementando-se uma estrutura hierárquica, centralizada e extremamente burocrática. Esta nova estrutura permitiu a compartimentação dos diversos sectores de actividade da organização, a maximização dos benefícios de cada um deles e a resolução automática de pequenos problemas internos, numa lógica semelhante à de uma empresa.

Relatórios “*públicos*” sobre as actividades de cada sector são frequentes e existe, inclusivamente, um conselho de intelligence decalcado do modelo da Stasi²⁴⁰. A criação de uma imagem de transparência é um dos mecanismos, não só de angariação de fundos como de legitimação junto das populações muçulmanas e, em particular, dos sunitas iraquianos. A aprovação da população sunita iraquiana é fundamental para o funcionamento deste proto Estado islâmico. Neste sentido uma estratégia adoptada por Baghdadi terá sido o afastamento de árabes estrangeiros dos cargos de liderança da organização e dos mesmos por

²³⁸ Ibidem

²³⁹ A morte de Zarqawi em junho de 2006 levou à sucessão de Abu Ayub al-Masri, um egípcio com relações próximas à AQC. As suas origens provocaram tensão na organização, tendo este passado a liderança da AQI a Abu Umar al-Baghdadi, sendo que existem indícios de que este era apenas uma camuflagem à liderança de Masri. Pouco tempo volvido, Baghdadi declara a instauração do califado, adoptando o nome de ISI (em inglês) que significa Estado Islâmico do Iraque. A mudança de nome previa uma renovação da organização, procurando acentuar o foco do grupo numa infraestrutura governamental e angariar mais apoio junto das populações. Contudo a exacerbada violência praticada pela organização conduziu à formação de uma aliança entre líderes tribais, sunitas e as forças miliares americanas para expulsar os jihadistas de vilas e cidades iraquianas, “Anbar Awakening”. Esta aliança deu novo folego às forças americanas e iraquianas que se conseguiram limitar a capacidade de actuação da AQI. Em 2008 a coligação e forças de segurança locais matam cerca de 2.400 membros da AQI e fazem cerca de 8.800 prisioneiros. Em 2010 Bghadadi e Masri são mortos num raide da coligação americana iraquiana. Embora não extinta, por esta altura o ISI, enfrentava uma séria crise. Consultar em: *Mapping Militant Organizations: The Islamic State*. (s.d.) *Stanford University*, [consultado a 10 de Outubro de 2015] disponível em: <https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/1>. e Wehey, Frederic & Kaye, Dalia Dassa & Watkins, Jessica & Martini, Jeffrey & Guffey, Robert A. (2010) *The Iraq Effect: the Middle East after Iraq War*, Santa Monica, Arlington, Pittsburg Rand Project Air Force.

²⁴⁰ Liang, Christina Schori (2015). *ISIL Inc.: A portrait of a modern terrorista enterprise* In: *Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism* (Ed.) Center for Economics & Peace

ex-militares do regime baathista, os quais, não só reúnem elevado prestígio no seio da população sunita como abarcam consigo um elevado e importantíssimo know how militar e estratégico.

A grande marca de distinção entre o Daesh e a al-Qaeda é a eminente e iminente orientação do Daesh para conquistar, controlar e assegurar territórios. Para alcançar o seu objectivo último e imediato de instaurar um Estado islâmico, o Daesh, a par com estas transformações internas que conferem à organização terrorista uma infraestrutura mais semelhante ao mecanismo estatal e lhe possibilita a conquista de alguma legitimidade junto das populações sunitas; tem vindo a adoptar uma estratégia que assenta em duas linhas condutoras, ambas decalcadas de produções teóricas mas com aplicações bastante práticas. Estas duas linhas condutoras derivam de dois trabalhos teóricos, sendo o primeiro a “Gestão da Selvageria” e o segundo o “Plano Estratégico para Maximizar o Posicionamento Político do Estado Islâmico do Iraque”²⁴¹

A primeira diz respeito à manipulação de algo que Hobbes denominaria de estado natureza mas que os jihadistas apelidam de selvageria. Ela deriva do trabalho teórico produzido por Abu Bakr Naji em 2009 e tem a denominação árabe de “*Idarat al- Tawwahunsh: Akhtar Marhala satamur biha al-umma*” e significa “*Gestão da Selvageria: O Período mais Perigoso pelo qual a Umma está a Passar*”. Esta estratégia assenta no argumento de que uma campanha de violência contínua contra países (muçulmanos em particular) -incluindo-se neste sujeito todos actores e agentes do Estado (população civil, instituições e figuras simbólicas) - irá desmoralizar os governantes, limitar a sua capacidade de repor a segurança nacional e, conseqüentemente, de inviabilizar o seu exercício de autoridade. A consequência mais imediata da incapacidade produzida é a destruição da ordem social. À medida que a ordem e a segurança vão desvanecendo, o caos e a selvageria vão conquistando terreno.

Numa situação destas em que os Estados enfrentam agudas crises internas, os jihadistas poderão aproveitar o estado de selvageria para enfraquecer ainda mais o regime através do domínio sob territórios seus. O contínuo estado de selvageria anárquica abrirá espaço para a conquista de apoio, ou pelo menos de aquiescência popular. Esta submissão populacional será alcançada através da manutenção da segurança, do abastecimento farmacológico, do fornecimento de serviços e da aplicação da sharia nos territórios sob controle jihadista. Instala-se o caos e vinga-se porque no meio do caos a única possibilidade de ordem provém do grupo. Este torna-se o mal menor e, efectivamente, a única opção de segurança para a população. Por muito enviesada ou autoritária a segurança oferecida pelo jihadismo possa ser

²⁴¹ Consultar em: Hashim, Ahmed S. (dezembro de 2014) *From a-Qaida Affiliate to the Rise of the Islamic Caliphate: The Evolution of The Islamic State of Iraq and Syria*, Institute of Defense and Strategic Studies (IDSS), S. Rajaratnam School of International Studies (RSIS), Nanyang Technological University (NTU), Singapura;

ela será sempre preferível à desordem e à anarquia. Segundo a teoria, à medida que estes territórios forem proliferando, tornar-se-ão em núcleos do novo Califado.

Traduzindo este argumento para uma linguagem hobbesiana, o que depreendemos é que a aplicação sistemática da violência visa incapacitar o Leviatã de cumprir o contrato social e, portanto, de impedi-lo de regular a sociedade, sendo que esta, sem as condições proporcionadas pelo Soberano, padecerá de motivos para obedecer aos princípios pertinentes para paz a abandonar-se-á às leis da natureza. Uma vez no estado de natureza, a sociedade seria facilmente manipulável através da celebração de um contrato social alternativo. Desta vez um que estivesse plenamente de acordo com a ideologia salafista. A celebração de múltiplos contratos sociais e a consolidação dos vários micro-Estados facilitará a criação do Califado final.

Com efeito, o Daesh adoptou e implementou uma série de estratégias sociais que conduziram ao estabelecimento das suas próprias instituições políticas. Este processo teve um duplo objectivo: por um lado visava promover o envolvimento dos civis no aparelho logístico do Daesh, fortalecer a ligação e a dependência dos cidadãos sírios e iraquianos das infraestruturas físicas e sociais fornecidas pelo grupo terrorista de forma a evitar uma revolta popular como a que aconteceu em 2006.²⁴² Por outro lado a estabilização deste pseudo poder político nas regiões assinaladas facilitou a implementação do projecto transnacional concretizado em 2014: a incorporação dos territórios da Síria e do Iraque num pseudo Estado regido pelos princípios fundamentalistas do Islão: um califado.²⁴³

O segundo pilar da estratégia do Daesh nasce a partir da produção teórica cuja denominação árabe é: “*Khouta Istrategiyah li Ta’ziz al- Mawqif al-Siyasi lil Dawlah al-Islamiyah al- Irak*” e significa “*Plano Estratégico para Maximizar o Posicionamento Político do Estado Islâmico no Iraque*”. Esta foi escrita em 2010 por membros do ISI. É importante salientar que esta produção teórica terá sido redigida na antecipação da retirada das tropas americanas, tentando, portanto, moldar uma estratégia para dominar os territórios sem a presença ocidental.

Esta linha condutora da estratégia do Daesh resume-se numa série de medidas para coordenar os esforços militares com os objectivos políticos. Este plano estratégico tem objectivos de curto prazo: enfraquecimento das forças de segurança iraquianas e o crescimento da organização. Aqui as tácticas militares de manipulação psicológica são bastante

²⁴² Em 2006 os populares sunitas iraquianos residentes na província/cidade de Anbar, perante um ataque de extrema violência da, então, al-Qaeda do Iraque, revoltaram-se e retaliaram contra os terroristas, expulsando-os da região. Este movimento de revolta ficou conhecido como o *Despertar de Anbar*. Consultar em: Wehey, Frederic & Kaye, Dalia Dassa & Watkins, Jessica & Martini, Jeffrey & Guffey, Robert A. (2010) *The Iraq Effect: the Middle East after Iraq War*, Santa Monica, Arlington, Pittsburg Rand Project Air Force.

²⁴³ Tamimi, Aymenn Jawad al (2014). *The Dawn of the Islamic State of Iraq and ash-Sham*, *Current Trends in Islamist Ideology*, v. 16.

frequentes.²⁴⁴ Estas visam, não só a perturbação da moral do inimigo (as forças de segurança iraquianas e, até 2011, as americanas também), como também o fomento da união entre jihadistas. Pretende-se, portanto, através de demonstrações de força produzir um sentimento de confiança neste projecto de Estado de maneira a que os seus membros se sintam mais ligados à missão jihadista e de maneira a que mais indivíduos sejam persuadidos a se “juntarem à caravana”.

Alguma das táticas utilizadas mais popularizadas desta estratégia foram a campanha “*Quebrando Paredes*”. Esta terá sido iniciada em 2013 e assentava, essencialmente, na invasão de estabelecimentos prisionais e na libertação de presidiários encarcerados pelas forças de segurança de segurança iraquiana, entre os quais se encontrariam muitos jihadistas. Estes eram de elevada relevância para o Daesh pois constituiriam, no geral, um novo musculo para as forças de combate, ou em casos particulares como o era o de ex-militares do regime de Hussein, um importante know how estratégico, técnico ou militar.

Daesh, o vértice do jihadismo Global:

“[O Daesh] eclipsou todos os outros grupos terroristas do palco mundial ao transformar o terror de uma ameaça regional numa ameaça global. Isto deve-se à sua habilidade em estabelecer e governar um território autónomo semi-funcional, ao uso de ferramentas de marketing do século XXI para criar uma marca global e à sua estratégia para atrair combatentes estrangeiros.” (Schori, 2015:76)

Apesar da elevada capacidade de transformação interna, de maximização de recursos e de pensamento estratégico, a expansão territorial e de poder do Daesh no Médio Oriente esteve intrinsecamente relacionado com uma série de circunstâncias externas ao grupo e com alterações à geopolítica regional. Às transformações geopolíticas e da balança de poder anteriormente mencionadas, nomeadamente, a inversão da política externa americana e consequente retirada das tropas do Iraque e a instabilidade produzida pelos protestos da Primavera Árabe que conduziram ao deflagrar de conflitos internos, como aconteceu na vizinha Síria, foram determinantes para a revitalização do Daesh. A estas mutações juntar-se-ia uma circunstância externa que favoreceria a projecção destes jihadistas: crise interna de liderança da al-Qaeda. Com efeito, esta crise transformou-se num vector que abriu espaço para a projecção do Daesh na vanguarda do jihadismo contemporâneo.

A liderança de Zawahiri tem sido marcada por fragmentações no círculo jihadista, as quais brotam da incapacidade deste em controlar as diferentes *al-Qaedas*. A morfologia da organização fomenta esta tendência, uma vez que a AQC corresponde a um centro de comando, composto por diversos líderes, mas sem recursos ou capacidades militares, dependendo, por isso, intensamente das organizações afiliadas. O problema é que, não dependendo da AQC para alcançar os seus objectivos, as al-Qaedas ou organizações afiliadas

²⁴⁴Rabasa, Angel et. all (2006). Beyond al-Qaeda. Part 1. The Global Jihadist Movement, *RAND Project Air Force*.

deixam de ter incentivos para seguir as orientações do centro de comando.²⁴⁵ Existe, portanto, uma relação não mútua de dependência da AQC das suas filiais, sendo que estas últimas se apresentam uma crescente emancipação em relação à AQC. A esta relação de (não) dependência acresce-se o confronto geracional e estratégico entre os líderes da “velha guarda” da AQC que defendem uma jihad mais pragmática e até contida e a nova geração, sedenta de sangue e aventura que procura o fervor de uma jihad mistificada. A incapacidade da AQC em controlar ou ditar de forma centralizada as suas organizações afiliadas abriu espaço para que organizações como o Daesh saíssem da sua esfera de controlo e, inclusivamente, se tornassem num forte concorrente à mobilização de uma nova geração de jihadistas.²⁴⁶

Desde 2011 que o Daesh tem vindo a criar uma infraestrutura interna e a guiar-se por uma estratégia que visavam chegar a este momento, o de exercer pleno domínio sob um “Estado Islâmico”. No entanto, uma ideologia fantasiada e uma estratégia socio-militar perfeitamente delineada são insuficientes para um projecto de tamanha envergadura. A sobrevivência e prosperidade do Daesh está intrinsecamente relacionada com a capacidade de autofinanciamento, sendo o petróleo a sua principal fonte de rendimento mas não a única. Em Setembro de 2015 o Daesh controlava cerca de dez campos petrolíferos²⁴⁷ no Iraque e na Síria.

O petróleo é o oxigénio do Daesh, colmatando várias necessidades, nomeadamente, a de alimentar uma enormíssima máquina de guerra, o abastecimento energético dos estimados dez milhões de civis que vivem em território controlado pelo grupo terrorista e ainda serve como instrumento de manipulação das restantes milícias e organizações terroristas que participam no conflito da Síria. Estima-se que, em 2014, a produção diária de crude do Daesh variava entre os 30.000 e os 40.000 barris de petróleo, os quais significam uma renda de aproximadamente 1,5 milhões de dólares por dia²⁴⁸.

Para além desta riquíssima fonte de rendimento o Daesh financia-se, também, através de um pseudo sistema fiscal que taxa rendimentos, receitas empresariais, trocas comerciais e inclui impostos de valor acrescentado a bens de consumo. Simultaneamente é cobrado um imposto para a circulação rodoviária e para o tráfico de armas e drogas. A extorsão também é parte integrante deste regime fiscal, sendo cobrados impostos adicionais aos cristãos não se

²⁴⁵ Hashim, Ahmed S. (2014) *From al-Qaeda Affiliate to the Rise of the Islamic Caliphate: The Evolution of the Islamic State of Iraq and Sirya*, Institute of Defense and strategic Studies (IDSS), S. Rajaratnam of International Studies (RSIS), Nanyang Technological University (NTU), Singapura. [consultado a 29 de Março de 2016] disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2014/12/PR141212_The_Evolution_of_ISIS.pdf

²⁴⁶ Barret, Richard (Novembro de 2014). *The Islamic State, The Soufan Group*.

²⁴⁷ Liang, Christina Schori (2015). *ISIL Inc.: A portrait of a modern terrorist enterprise* In: *Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism* (Ed.) Center for Economics & Peace

²⁴⁸ *Ibidem*.

convertam ao Islão, jiza, confiscadas parcelas significativas da produção agrícola e pilhados bancos, os quais renderam largas somas de capital ao grupo.

O tráfico humano e o contrabando são outra fonte de rendimento. As violações dos Direitos Humanos cometidas pelo grupo foram já denunciadas por várias ONGs como a Human Rights Watch²⁴⁹; uma das práticas denunciadas é o rapto de crianças e de mulheres. Muitos meninos que são raptados acabam por ser submetidos a desgastantes processos de manipulação de carácter, durante os quais, os maltratos físicos e psicológicos são um instrumento vital para transformar estas crianças em futuros soldados. Já as meninas e as mulheres são frequentemente utilizadas como escravas sexuais partilhadas e abusadas pelos militantes do Daesh.

Paralelamente o grupo decidiu aumentar a rentabilidade desta prática ao criar um mercado de comercialização de escravos, no qual se incluem as escravas sexuais. Apesar de o preço de um escravo ou de uma escrava ser relativamente barato; o Daesh recolhe elevadas receitas a partir dos resgates cobrados às famílias, que pretendem reaver os seus entes queridos raptados ou feitos prisioneiros por estes terroristas²⁵⁰. O contrabando de antiguidades é outro dos mercados em que opera o Daesh. Efectivamente a conquista de cidades como Nimrud, Nineveh, Hatra e Palmyra garantiram o acesso destes terroristas a alguns dos mais antigos e preciosos monumentos arqueológicos do mundo. Ao domínio sobre estes sítios seguiu-se o furto de peças antigas e artefactos de valor incalculável, os quais, rapidamente foram encaminhados para o mercado negro de antiguidades ou até para o ebay.

O Daesh combina toda uma estratégia de actuação interna e externa bastante assertiva e pragmática com uma envolvente retórica bíblica e apocalíptica. Existem, no entanto, por detrás desta retórica objectivos e benefícios estrategicamente pensados. A instauração do Califado no verão de 2014 simbolizou uma grande demonstração de poder e um trunfo de extrema relevância para a conquista definitiva de protagonismo no mundo jihadista. Ao rejeitar oficialmente a subordinação a al-Qaeda e ao proclamar-se califa do Estado Islâmico, Baghdadi estaria a dar um enorme “salto” de marketing ideológico.

Na mitologia jihadista a instituição do califado vem restabelecer o Islão em si, sendo que para estes fundamentalistas, há mais de mil anos que não existia esta identidade, a qual, representa a salvação dos muçulmanos. (uma vez que não reconhecem o califado do império

²⁴⁹ Consultar, por exemplo: Human Rights Watch (2015). *World Report* [Relatório] [Consultado a 1 de Janeiro de 2016] disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/wr2015_web.pdf. E Human Rights Watch (5 de Abril de 2016). Iraq: Women Suffer Under ISIS: for sunnis, lives curtailed; for yezidis, new accounts of brutal rapes, press release [consultado a 3 de Janeiro de 2016] disponível em: <https://www.hrw.org/news/2016/04/05/iraq-women-suffer-under-isis> e: Human Rights Watch (14 de Abril de 2015). Iraq: ISIS Escaped Describe Systematic Rape, press release [consultado a 3 de Janeiro de 2016] disponível em: <https://www.hrw.org/news/2015/04/14/iraq-isis-escapees-describe-systematic-rape>

²⁵⁰ *Ibidem*.

Otomano porque este não aplicava rigorosamente a lei islâmica). Esta premissa é construída a partir da doutrina islâmica, na qual, é referida a obrigatoriedade de todo o muçulmano em *jurar fidelidade* a uma representação terrena de Deus que se materializa no califa e no califado.

Segundo o ditado do Profeta, “*morrer sem prestar fidelidade é morrer jahil (ignorante) e por isso morrer da descrença*”²⁵¹. Segundo os fundamentalistas mais radicais, os muçulmanos que viveram entre 1924 e 2014 tiveram uma morte de descrença visto que não havendo califa ou califado, não tiveram hipótese de prestar *baya*, (juramento de fidelidade). Segundo este pensamento, mesmo o muçulmano que acredita num Deus onipotente e reza cinco vezes por dia, ao não prestar *baya*, enfrentará esta morte de descrença e a sua alma não será salva.

Assim, a implementação do califado ultrapassa a dimensão política, pelo menos retoricamente e como instrumento de propaganda. Nesta lógica, o Califado de sdeixa de ser apenas um Estado para passar a ser um veículo de salvação divina. Neste sentido, todos os muçulmanos serão obrigados, ideologicamente, a jurar fidelidade ao Daesh.²⁵²

“Não existe poder nem honra nem segurança nem direitos para ti se não for na sombra do Califado.” (Baghdadi, 2015)²⁵³

Obviamente, o Daesh tem manipulado este pensamento a seu favor, na criação de uma imagem e “*brand*” de califado dos tempos modernos.²⁵⁴ O marketing em si assume uma relevância basilar para o Daesh, sendo que a utilização dos medias e das redes sociais tem-se revelado uma poderosa arma psicológica para a sua “guerra santa”, usada para atrair combatentes estrangeiros, novos aderentes à umma e conquistar mais patrocínios ou apoios económicos.

A propaganda do Daesh tem sido metodicamente utilizada para criar uma imagem de onipotência divina inerente à concretização terrena da implementação do Califado que se apresenta como a única representação legítima do movimento jihadista a dominar terras islâmicas e a governar o seu povo. O Daesh apresenta-se, portanto, como a vanguarda militante do Islão e a única entidade terrena que conjuga os interesses dos “verdadeiros” muçulmanos e que lhes pode providenciar uma vida guiada e em harmonia com os princípios fundamentais islâmicos. No sentido de reforçar esta imagem o Daesh promete a garantia das necessidades médicas, sociais e logísticas no seu território, tal como o provisionamento de serviços administrativos e públicos de forma gratuita, tal como manda a sharia (Wood, 2015). Como bandeira de atracção de mais indivíduos para integração neste quasi Estado e na jihad,

²⁵¹ Wood, Grame (29 de Março de 2015). O que é o Estado Islâmico? *Público*.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ BBC News (14 de Maio de 2015) Islamic state releases “al-Baghdadi message” [consultado a 1 de Março de 2016] disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32744070>

²⁵⁴ *Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism* (2015) Center for Economics & Peace

o Daesh afirma os valores da inclusividade e da igualdade, denunciando que todos têm algo a oferecer a esta missão que é a missão de todos os muçulmanos.

“Nós precisamos de todos, há um lugar para todos, qualquer pessoa pode contribuir de alguma forma para o Estado Islâmico -como é obrigatório. Se não podes lutar, então podes dar dinheiro. Se não podes dar dinheiro (...) podes usar outras capacidades (...).” (Abu Muslam, 2014)²⁵⁵

A par com esta promessa de inclusão e de reencontro de um sentido de identidade ou de pertença desvanecido nas sociedades ocidentais em que se encontram, o Daesh alicia os muçulmanos e os recém-muçulmanos a se juntarem às suas linhas da frente através de recompensas monetárias apetecíveis. Com efeito, muitos combatentes sírios se juntaram ao Daesh em busca de melhores compensações salariais.

A descolagem do Daesh da esfera de influência e comando da al-Qaeda simboliza um novo marco do terrorismo contemporâneo. O Daesh abandona a funcionalidade, partilhada e fomentada pela al-Qaeda no projecto jihadista global, de exercer um papel de subversão do poder dos EUA no Médio Oriente e, enfim, no mundo, para se assumir como um pólo de atracção e um poder alternativo ao americano e a todos os outros. Utilizando o terrorismo como arandura, o Daesh tem vindo a conquistar territórios, a alimentar ódios um pouco por todo o mundo e a criar uma dinâmica de auto-suficiência que o dotam de uma incrível capacidade de atracção para indivíduos com vácuos identitários que procuram uma aventura mística ou uma aceitação social.

O Daesh rompe com a concepção tradicional de terrorismo a partir da qual, numa lógica de assimetria de poderes, o grupo terrorista é caracterizado pela incapacidade de assegurar um território e de confrontar forças militares inimigas, daí a recorrência sistemática à estratégia terrorista. O Daesh, pelo contrário exerce pleno domínio territorial, agrega milhares de combatentes, controla infraestruturas e linhas de comunicação, utiliza estratégias militares sofisticadas e possui uma economia própria capaz de se auto-financiar. O grupo já se autoproclamou como uma entidade estatal religiosa, o califado, e encontra-se presente em várias frentes de combate, com maior proeminência, na Síria e no Iraque. Efectivamente, o Daesh apresenta-se como um grupo terrorista completamente diferente de todos os outros cuja estrutura e organização interna o assemelham mais a um pseudo-Estado governado por um exército convencional do que propriamente uma organização terrorista.²⁵⁶

²⁵⁵ Jihadology (12 de Julho de 2014). al-Ḥayāt Media Center presents a new video message from The Islamic State: “al-Ghurabā’: *The Chosen Few of Different Lands: Abū Muslim from Canada*” [consultado a 25 de Janeiro de 2016] disponível em: <http://jihadology.net/2014/07/12/>

²⁵⁶ Cronin, Audrey Kurth (Março/Abril de 2015) ISIS is Not a Terrorist Group, *Foreign Affairs* [consultado a 30 de Setembro de 2016] disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/isis-not-terrorist-group>

5.2. O terrorismo numa perspectiva neorrealista

Ao longo desta investigação analisámos de que forma as alterações na balança de poder do Médio Oriente contribuíram para a germinação, crescimento e desenvolvimento do terrorismo. Entendendo, de facto, o paralelismo entre as mutações hegemónicas, globais e regionais, e a cristalização dos movimentos radicalistas islâmicos que desabrocharam num terrorismo de carácter transnacional que assola, não só os países do Médio Oriente, mas todo o mundo, considerámos pertinente analisar de que forma este movimento, diferenciado numa pluralidade de organizações terroristas, coabita no sistema das relações internacionais, nomeadamente nas relações internacionais regionais.

Atendendo ao desenvolvimento exponencial do Daesh no teatro de operações do Médio Oriente é, portanto, necessário dilucidar o papel desempenhado pelos grupos terroristas no sistema internacional, de forma a projectar uma análise dos mesmos mais rigorosa que permita, a quem for de direito, concretizar estabelecer uma taxonomia do seu comportamento baseada num conhecimento sólido da sua natureza. Mais concretamente é de enorme relevância entender se estes grupos terroristas, nomeadamente o Daesh, desempenham ou não algum papel nas relações internacionais, se são ou não actores deste sistema internacional, e em caso afirmativo que tivo de actores? A crescente independência e influência - exercida em grupos de natureza semelhante ou em Estados- que certos grupos terroristas, de entre os quais se salientaria há poucos anos atrás a al-Qaeda e, hoje em dia, o Daesh, exercem nas dinâmicas intra e inter estatais conduzem-nos a este ponto de partida. Aquele em que se torna essencial compreender o papel dos grupos terroristas nas relações internacionais para compreender a reconfiguração do sistema internacional. Percebendo o papel dos grupos terroristas no sistema internacional será determinante analisar de que forma estes grupos são afectados pelo comportamento de outros actores, nomeadamente de Estados, e de que forma eles próprios influenciam o comportamento dos restantes actores.

Estas reflexões e análises serão realizadas a partir de um prisma realista, o qual nos parece oferecer as melhores condições de análise para a natureza dos grupos terroristas. Admitindo que possam existir outros caminhos epistemológicos para proceder a esta reflexão consideramos que a preocupação central do realismo com a inevitabilidade da busca de poder pelos actores de relevância internacional e com a natural tendência destes para se envolverem em conflitos, nos permitirá uma abordagem mais profunda deste sujeito que estudamos - o terrorismo.²⁵⁷

Pese embora se assuma o Estado como o actor central das relações internacionais, o pensamento realista, claramente pragmático, tende a abstrair-se dos processos internos de tomada de decisão ou das motivações políticas que influenciam as interacções entre Estados

²⁵⁷Coutinho, Luís P. Pereira (2011), *A Realidade Internacional: introdução à teoria das relações internacionais*, Coimbra e Lisboa, Coimbra Editora.

no ambiente internacional. Pelo contrário, concentra-se, fundamentalmente, nas relações entre os actores das Relações Internacionais que ocorrem num ambiente completamente oposto ao que vigora no plano doméstico, sendo que no contexto internacional não existe nenhuma autoridade suprema que imponha regras, ou que consiga regular, que estimule ou restrinja comportamentos, de forma legítima e legal. No seio das relações internacionais domina, portanto, a anarquia -conceito [des]agregador de toda a tradição realista - e na imprevisibilidade de um regime sem tutor torna-se fundamental entender a natureza dos seus actores, a qual, os realistas clássicos tendem a associar à natureza humana. Entre as premissas mais comumente aceites pelo realismo encontra-se, portanto, a centralidade do Estado e a sua instintiva natureza de sobrevivência.

Destaca-se, ainda, a importância do poder para alcançar este objectivo e garantir a sobrevivência do Estado no seio do implacável ambiente anárquico onde terá de competir com actores semelhantes a si mesmo em termos de objectivos centrais e de natureza estrutural, e novos “atores” diferenciados. Num pessimismo identitário, o realismo tende a observar os Estados como uma espécie de caixa negra, não considerando, portanto, de grande relevância a sua composição interna. Pelo contrário o realismo ocupa-se mais da relação entre as caixas apesar das diferentes formas que estas assumam. O pragmatismo do pensamento realista tem possibilitado uma análise elástica no tempo que se estende desde a Antiguidade à Modernidade, conseguindo, portanto, capturar muitas das dinâmicas dos Estados com diferentes configurações mas com naturezas essencialmente semelhantes, no que diz respeito à luta pela sobrevivência e à maximização do poder para, assim, sobreviver no seio da anarquia²⁵⁸. Tentaremos então, perceber se, e à semelhança dos diversos tipos de Estados analisados pelo realismo estruturalista ou neorealismo, os grupos terroristas poderão ou não assumir características semelhantes às dos diferentes tipos de Estado que o dotem de uma natureza convergente com a do tradicional actor do realismo e, portanto, interpretável à luz desta doutrina de análise, como ferramenta epistemológica de explicação e predição das relações internacionais.

A nossa preocupação com uma tentativa de enquadramento do terrorismo nas relações internacionais e nas dinâmicas de poder regional obedeceu aos axiomas neorealistas. Esta escola de pensamento, inaugurada por Kenneth Waltz, torna-se particularmente útil para o estudo do terrorismo no contexto regional ou mesmo global porque o realismo estrutural de Waltz privilegia a responsabilidade da arquitetura do sistema internacional para a inevitabilidade do conflito ou para a precariedade da paz.²⁵⁹ Ao contrário do realismo clássico que identifica a inerente e indissociável relação entre a natureza humana e as causas da

²⁵⁸ O realismo analisa uma grande pluralidade de actores com diferentes configurações mas naturezas semelhante. Esta afirmação é constatada quando identificamos que certos actores realistas correspondem a: Cidades Estado, impérios, Estados-Nação.

²⁵⁹ Coutinho, Luís P. Pereira (2011), *A Realidade Internacional: introdução à teoria das relações internacionais*, Coimbra e Lisboa, Coimbra Editora

guerra, o neorealismo tende a associá-las à implacabilidade da anarquia internacional, onde qualquer actor, quando confrontado com o dilema de segurança proposto por Jonh Herz em 1951²⁶⁰, se tornará inevitavelmente competitivo e agressivo. Neste sentido, o estudo do neorealismo foca-se mais na terceira imagem de Waltz, ou seja o sistema, ao passo que o realismo clássico se concentra mais na primeira imagem, ou seja, o indivíduo.²⁶¹ A adopção da doutrina neorrealista prende-se, sobretudo, com esta ênfase colocada no sistema internacional, dispensando, portanto, considerações maiores com as configurações internas dos actores.

O realismo estrutural de Waltz enquadra-se no contexto da racionalização sistémica, a partir da qual se admite que não existem agentes individuais, mas sim representantes de grupos de indivíduos agregados por objectivos, interesses e convicções comuns, tornando-se, portanto, prioritário analisar o grupo em si. Existe um certo sentido holístico nas teorias sistémicas, no sentido em que partem do pressuposto que o universo tende a sintetizar as unidades em totalidades organizadas e é o estudo sistemáticos destas totalidades que será relevante para as relações internacionais. O conceito de sistema não é uniforme, por exemplo no modelo de Easton, o sistema pode ser diferenciado de ambiente, sendo que a noção de sistema é utilizada quando existe a possibilidade de distinguir as relações entre Estados do tipo de ambiente em que se enquadram.

Mais concretamente, o sistema será formado por uma série de relações interdependentes que estão separadas do ambiente, ou seja, de um campo global de forças situadas fora das relações que estamos a estudar. Neste sentido se o sistema puder ser dividido numa série de relações grupais, ou seja, subsistemas, teremos um ambiente externo a considerar, no entanto, se considerarmos o sistema a totalidade das relações entre actores no plano internacional perdemos o ambiente externo e consideramos que só existe ambiente externo. À semelhança de Morton Kaplan, Waltz considera que a teorização das relações internacionais

²⁶⁰ Através da publicação da monografia “ Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities” em 1951, Jonh Herz constrói o argumento de que o dilema de segurança é incontornável no sistema de auto-ajuda e que este se vai reproduzindo sucessivamente. O dilema de segurança, segundo Herz, verifica-se quando um Estado quer garantir a sua segurança mas acaba por ser percebido pelos demais como uma ameaça. Funciona da seguinte forma: o Estado A procura garantir a sua segurança e, como tal, adquire armamento. Os restantes Estados que não têm como sondar as intenções do Estado A sentem-se ameaçado e também adquirem armamento. Perante isto o Estado A confirma que a sua acção inicial foi uma boa escolha e procura mais armamento para garantir a sua segurança. As reacções sucedem-se entrando num espécie de espiral e no fim todos os Estados estão menos seguros do que inicialmente. Consultar em: Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora, Ltd.

²⁶¹ Na sua dissertação de doutoramento que, em 1951, se tornou num livro publicado, *Homem, o Estado e Guerra*, Keneth Waltz, envolvido no calor do debate behaviorista das relações internacionais, afirma que todas as causas da guerra podem ser encaixadas no contexto: da primeira imagem, ou seja, do indivíduo, onde se encontrariam autores como Hobbes ou Morgenthau porque afirmam não ser possível oferecer uma explicação para o fenómeno da guerra que não passe por uma dedução da natureza humana; a segunda imagem, ou seja, a do Estado, onde se encontram autores como Woodrow Wilson ou Immanuel Kant, os quais afirmam que é a partir da natureza do Estado que brotam as causas da guerra; da terceira imagem, ou seja, o sistema internacional, na qual se inserem Rousseau e Jonh Herz, os quais relacionam as causas da guerra com o ambiente internacional. Consultar em: Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora, Ltd.

deve partir de um quadro teórico para a realidade, sendo este quadro teórico um sistema observante construído para explicar o desenvolvimento, funcionamento e declínio do sistema (Moreira, 2006). Mais do que compreender através de um conhecimento da história e do passado político, “uma teoria tem poder explanatório e preditivo” (Waltz, 1979:100). Kaplan, em vez de distinguir entre o sistema e o ambiente, ocupa-se da identificação de variáveis dentro do sistema que correspondem a regras essenciais - como as regras de classificação de actores, de capacidade e de informação - as quais, não só descrevem a relação entre os actores, como influenciam a natureza do sistema, e este por sua vez condiciona o comportamento dos actores. Kenneth Waltz vem, então definir o sistema como:

[U]m conjunto de unidades em interacção. Num primeiro plano, um sistema consiste numa estrutura, sendo a estrutura o nível sistémico propriamente dito que torna possível pensar nas unidades como formando um conjunto (...) Noutro plano o sistema consiste em unidades em interacção (Waltz, 1979:62)

Neste quadro analítico a teoria proposta por Kenneth Waltz, onde é apresentada uma definição relativamente às diferenças entre os conceitos de estrutura e sistema e actores agentes, ou seja, formaliza a teoria realista ao transformá-la numa teoria de sistemas. Assim, Waltz identifica a socialização e a competição como os dois mecanismos capazes de constranger e limitar a acção dos agentes. A socialização está intrinsecamente relacionada com a imposição de padrões de comportamento pela estrutura em si. Existem, portanto, certos padrões de interacção entre os Estados que se vão reforçando e repetindo, tornando-se numa realidade comum e gradualmente no caminho para uma realidade geral. Este processo de reforço e repetição de comportamento tornará mais difícil para os actores pensarem e adoptarem padrões de interacção que não aqueles que são oferecidos pela estrutura - não sendo impossível, é, pelo menos, mais difícil.

A competição funciona de forma complementar, sem antecedência ou preferência em relação à socialização, prevendo que as acções dos mais bem sucedidos são repetidas pelos demais, verificando-se uma reprodução de um padrão de acção, o qual é norteado pelo objectivo de se manter na estrutura, ou seja, de sobreviver. Isto porque uma escolha errada pode conduzir um Estado à sua extinção e como os Estados, enquanto actores do sistema, são racionais e têm a capacidade de aprender, eles descobrirão quais as interacções que conduzirão à sua extinção e à sua sobrevivência. Visto que a sobrevivência é o objectivo último e primeiro dos actores a sua acção estará circunscrita ao padrão de interacções produzido pelos melhor sucedidos.²⁶² “Onde impera a selecção de acordo com as consequências, os padrões emergem e perduram sem ninguém combinar as partes para formar padrões ou para os manter” (Waltz, 1979:11)

²⁶² Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora, Ltd.

A estrutura das relações internacionais, como qualquer outra estrutura, será definida em função de três características fundamentais: o princípio ordenador, a característica das unidades e a distribuição das capacidades entre elas. Numa estrutura poderão existir dois tipos de princípio ordenador, o hierárquico e o anárquico. “O princípio ordenador de um sistema dá o primeiro, e básico, pedaço de informação sobre a maneira como as partes de um domínio estão relacionadas entre si” (Waltz, 1979:116). Assim, o autor classifica que a política interna é ordenada hierarquicamente, ao passo que a política internacional é descentralizada e anárquica, é uma política na ausência de governo.²⁶³ Nesta lógica Waltz alerta para o facto, de que quaisquer elementos de autoridade que possam emergir internacionalmente, jamais poderão ser dissociados das condições que propiciaram o seu aparecimento. Assim, a autoridade no contexto internacional rapidamente se transforma numa expressão de capacidade, sendo impossível a constituição de relações de superioridade ou subordinação na ausência de agentes de autoridade global. Percebe-se, então, que se assume que os Estados sejam soberanos sobre os seus territórios sem abdicarem da sua soberania. No entanto, Estados com capacidades de poder superiores aos demais influenciam, podendo mesmo obrigar os outros a alterarem as suas políticas mas este comportamento não é legítimo pois se o fosse transformar-se-ia num exercício de autoridade e a anarquia daria lugar à hierarquia.²⁶⁴

A segunda característica da estrutura é o carácter das unidades, sendo que nas relações internacionais, em virtude do seu princípio ordenador (anarquia), as unidades se caracterizam pelo sistema de auto-ajuda e pelo objectivo de sobrevivência. Os Estados são apontados como unidades que, embora variem em capacidade, se assemelham em funções. As suas tarefas são, geralmente, semelhantes o que os dota de uma natureza funcional convergente, ou seja, funcionalmente indiferenciadas. Paralelamente, Waltz afirma que embora os objectivos dos Estados possam ser variados, por exemplo conquistar o mundo ou simplesmente viver sem interferências, a sobrevivência é um pré-requisito para qualquer objectivo que a unidade possa ter. A sobrevivência é, portanto, observada como a base de acção num mundo onde a segurança não é garantida. Na ausência de uma entidade que garanta a sua sobrevivência as unidades podem contar apenas consigo mesmas para o fazer.

A terceira característica é da distribuição das capacidades, a qual se situa ao nível do sistema, sendo que ao nível das unidades as suas capacidades e distribuição são uma característica própria. Não obstante, em qualquer um dos níveis - do sistema ou das unidades - uma alteração à distribuição das capacidades implica uma alteração no sistema em si. Waltz advoga que “as estruturas são definidas pela distribuição das capacidades pelas várias

²⁶³ Waltz, Kenneth (2002, ed.). [1979] *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva

²⁶⁴ Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora, Ltd.

unidades” (Waltz, 1979:142), podendo o sistema ser bipolar ou multipolar.²⁶⁵ Waltz considera o sistema bipolar mais estável pois aqui há menos incertezas e espaço para fazer “jogo duplo” ou alianças não declaradas como acontece no sistema multipolar, onde a fluidez de amizadas e inimizades faz com as alianças se tornem flexíveis e, portanto, que as relações de força sejam difíceis de prever.²⁶⁶ Já no sistema bipolar as potências estão dependentes das próprias e equilibram-se por meios internos e não externos, confiando mais nas suas capacidades do que nas capacidades dos aliados.

“É menos provável que os Estados julguem mal as suas forças relativas do que a força e a fiabilidade de coligações opostas. Em vez de tornarem os Estados devidamente cuidadosos e promoverem as oportunidades de paz, a incerteza e os cálculos errados causam guerras. Num mundo bipolar a incerteza diminui e os cálculos são mais fáceis de fazer” (Waltz, 1979: 237).

Na sua teoria das relações internacionais, Waltz faz, ainda, alusão à teoria da balança de poder, explicando que os Estados como unidades podem ter tipologias, funcionamentos e motivações semelhantes mas diferem em termos de capacidades de poder o que gera uma problemática. Na formulação da teoria, Waltz, parte de uma assunção e de duas condições. A assunção é a de que os Estados são actores unitários no sistema e que procuram, no mínimo a sua preservação e no máximo o domínio universal. As condições são: que existam dois ou mais Estados num sistema e que este sistema seja de forma a que não exista nenhum agente de autoridade superior ou capaz de legitimamente coagir a acção das unidades. Neste sistema de auto-ajuda, os Estados tentam assegurar a sua sobrevivência, procurando balançar o poder dos outros, através de esforços internos - estratégias para aumentar a capacidade económica ou o poderio militar - e de esforços externos - como forma de se fortalecer ou de enfraquecer outro, tendencialmente, através da formação de alianças. Estas acções destinam-se à neutralização de quaisquer percepções de diferenças relativas de poder entre o actor e as demais unidades.²⁶⁷

Ao olharmos para a teoria neorrealista proposta por Waltz constatamos que o epicentro analítico se situa no sistema, em vez das especificidades dos actores. Admitindo, no entanto, que existem determinações funcionais e motivacionais para as unidades que compõem o sistema, esta natureza da teoria neorrealista de Waltz permite-nos, em nosso entender, uma abordagem do terrorismo nas relações internacionais mais ampla, simples e sistemática. Será para isto necessário averiguar se, conforme nos propusemos, o terrorismo pode ou não assumir um papel de unidade no sistema internacional e se o fizer, de que forma se materializa. Apesar da extrema centralidade oferecida por Waltz ao Estado no sistema internacional, cremos que se for possível enquadrar o terrorismo no realismo estrutural, será, também possível fazê-lo noutras correntes de pensamento e, sobretudo, esta ousadia contribuirá para um entendimento das relações internacionais muito mais profundo. Se

²⁶⁵ Waltz, Kenneth (2002, ed.).[1979]*Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva

²⁶⁶ Coutinho, Luís P. Pereira (2011), *A Realidade Internacional: introdução à teoria das relações internacionais*, Coimbra e Lisboa, Coimbra Editora

²⁶⁷ Waltz, Kenneth (2002, ed.).[1979]*Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva.

durante a vida de Kenneth Waltz a Guerra Fria era o grande condicionador das relações internacionais, hoje em dia, o terrorismo assume muito provavelmente um papel de relevo nas dinâmicas inter e intra estatais à escala global.

5.3 O terrorismo, enquanto actor do realismo estrutural (?)

Depois de uma tentativa de enquadramento dos principais axiomas da teoria neorealista iremos agora perceber de que forma o terrorismo pode ou não ser considerado um agente e coabitar na estrutura internacional com as demais unidades.

Terrorismo: Um Agente do Sistema Internacional?

Kenneth Waltz identifica os Estados como os únicos agentes dotados de relevância para configurar na estrutura internacional porque lhes atribui algumas características particulares. Com efeito, os grupos terroristas não são Estados mas também não são iguais aos tradicionais actores não estatais, na medida em que se afiguram consideravelmente mais autónomos e independentes que estes últimos. Ao contrário de uma multinacional ou de uma ONG, os grupos terroristas criam um sistema paralelo ao do Estado, não dependendo do aparelho jurídico-legal, policial ou social providenciado por este. Esclarece-se, assim, que a natureza funcional do grupo terrorista, dentro da estrutura internacional é claramente diferente da dos restantes actores não estatais. Segundo Waltz, os Estados são “unidades semelhantes” no sentido em que “cada Estado é parecido com os outros Estados enquanto unidades políticas autónomas. É outra forma de dizer que os Estados são soberanos.” (Waltz, 1979:135)

A questão da soberania é de importância central para que um actor possa configurar no sistema internacional como uma unidade do mesmo. Esta centralidade da soberania decorre, primordialmente, do princípio ordenador do sistema: a anarquia. “A definição da anarquia como princípio ordenador leva à característica das unidades como sendo a auto-ajuda.” (Nogueira e Messari, 2005: 46) Se existirem no sistema unidades não soberanas que deixem de se reger pelo sistema de auto-ajuda e estejam legitimamente dependentes de outras entidades, este deixa de ser um sistema anárquico e passa a ser um sistema hierárquico. Ora, a estrutura internacional é o palco de interacção das unidades politicamente autónomas. Waltz explica, então o que significa a autonomia e porque se refere, indelevelmente à soberania, avisando desde logo que ser soberano é diferente de ser independente. A última característica depende da capacidade mas a primeira depende da liberdade. Ser soberano significa, portanto,

“decid[ir] por si mesmo como irá enfrentar os seus problemas internos e externos, incluindo se quer ou não procurar a assistência de outros e ao fazê-lo limitar a sua liberdade chegando a compromissos com eles” (Waltz, 1979: 136)

Concluimos, portanto que para ser uma unidade é necessário ser autónomo, a autoridade máxima de um determinado grupo e independente de comandos legítimos de outros.

Para que um actor seja, vulgarmente, aceite ou considerando autónomo, unitário e independente²⁶⁸, a primeira premissa que lhe é exigida é que seja autoridade máxima de um determinado grupo. Uma das primeiras imagens que se associa ao exercício da autoridade, porque esta implica o reconhecimento de uma população (legitimidade) e porque esta população normalmente se diferencia geograficamente por este consenso, é o controlo de fronteiras físicas. Partimos do pressuposto que uma entidade que se queira, de alguma forma, aproximar da configuração de um Estado, ou seja, que se pretenda assemelhar a uma unidade do sistema terá de ter um território, no qual exerça a autoridade máxima. Isto não acontece, sempre, nos grupos terroristas. Muitas vezes o controlo territorial é substituído pelo controlo sobre um grupo de pessoas, por intermédio da autoridade.

Tendencialmente, os grupos terroristas apresentam vínculos territoriais fluidos e híbridos que se vão alterando conforme as circunstâncias, adaptando-se e sofrendo mutações conforme a estratégia definida pelo grupo. O que prevalece é a autoridade exercida sob determinado grupo social. Com efeito, o grupo social liderado é entendido como uma comunidade política diferente das restantes. Muitas vezes esta diferenciação recorre a instrumentos simbólicos que podem variar, podendo corresponder a um uniforme ou a uma maneira de vestir, a um dialecto específico ou a uma tatuagem, a uma característica física como barbas compridas ou a costumes sociais, culturais ou religiosos particulares. Nalguns destes grupos a fronteira de pertença é assinalada através de rituais de inclusão ou processos de iniciação com uma componente física e psicológica muito importantes.

Tal como Laqueur adverte, o terrorismo, embora transversal a diferentes credos, difere de uma simples táctica ou estratégia porque pressupõe uma ideologia comum²⁶⁹. A partilha desta ideologia conduz à produção de um sentimento de pertença que é reforçado pela adopção de uma série de comportamentos diferenciados em relação ao resto da sociedade, os quais, em última instância poderão produzir uma cultura alternativa e uma identidade paralela. Os membros de um grupo terrorista podem ser, simultaneamente, reconhecidos uns pelos outros pelos outros, mas também podem ser vistos de forma diferente pelo resto da sociedade, sobretudo, em consequência da imagem simbólica partilhada por determinado grupo.

Assim, os grupos terroristas acabam por formar uma organização singular, delineada e demarcada das outras, constituindo, portanto uma comunidade política restrita -embora, muitas vezes, clandestina ou em formato de sociedade secreta. As comunidades políticas são diferenciadas, segundo Schmitt (1996), numa lógica de divisa entre amigo/inimigo, existindo uma consciência de significância étnica diferente consoante a distinção soberana das partes,

²⁶⁸ Doravante o termo independente será, sempre que não haja indicação em contrário, utilizado para descrever situações em que não existe uma relação de delegação de poderes ou de submissão a outra entidade. Esta perspectiva contrasta com a situação, anteriormente, referida que se prenda com a incapacidade de, em virtude das circunstâncias (como a assimetria na capacidade de poder), as unidades, de modo a sobreviverem, verem a sua acção estrangida.

²⁶⁹ Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co

entre o dentro e o fora da comunidade política.²⁷⁰ Se os inimigos internos não são inimigos, mas criminosos, os indivíduos externos são, quase automaticamente inimigos.²⁷¹ Assim, o terrorismo poderá nem sempre apresentar um delineado controlo territorial mas exerce a sua autoridade sob uma determinada população que o vê como autoridade máxima. Isto não implica que a comunidade não interaja com outras ou que se circunscreva a um espaço físico único - da mesma forma que um cidadão de um Estado pode comprar e vender produtos fora do seu país ou viajar para outros sítios. No entanto, implica que os indivíduos pertencentes a um grupo terrorista se rejam quer moral quer socialmente em torno da autoridade do grupo.

Quando falamos de terrorismo jihadista transnacional, falamos não só de uma capacidade de actuação global ou inter-estatal, mas falamos também precisamente da dispersão desta comunidade política de jihadistas por regiões diversas e países vários. Embora o Daesh assuma um controlo territorial efectivo, a al-Qaeda antes de si, não assumiu com tanta expressão um domínio territorial, mas conseguia exercer autoridade sob um grupo de indivíduos móvel e disperso. Este grupo via nos líderes da organização e nas directrizes por eles produzidas ordens e regras às quais conferiam muito mais legitimidade do que aos governos dos países em que nasceram - frequentemente odiados e desprezados.

A percepção deste grupo como uma comunidade política faz-nos perceber a facilidade com que os grupos terroristas cometem atentados com as populações civis. Existe um sentimento de alienação, como referido anteriormente, do terrorista em relação à sociedade em que se encontra. O terrorista não se revê nela, pelo contrário ela representa a outra comunidade política, a que está fora da sua, e provavelmente, sua inimiga ou pelo menos potencial competidora. A volatilidade territorial do Daesh não interfere com o reconhecimento da sua comunidade política, uma vez que esta se forma com base numa doutrina religiosa e ideológica que apesar das instabilidades territoriais continua a existir e a sobreviver. Admitindo que, efectivamente, a instauração do califado em 2014 terá sido um grande reforço para a autoridade do Daesh, não só em termos ideológicos como em termos funcionais, a realidade é que mesmo antes disso a comunidade política já existia. Assim, percebemos que embora corresponda a uma unidade flexível é uma unidade definida.²⁷²

Admitindo, então que os grupos terroristas correspondem a unidades e possíveis agentes, para fazerem parte do sistema internacional, terão de ser funcionalmente indiferenciados. As unidades, podendo apresentar diferentes capacidades, deverão ser funcionalmente semelhantes. Isto implica a posse de aparelhos executivos, jurídicos, económicos e militares que fomentem a sua coesão e que possibilitem a sua autonomia. A coesão dos actores e a sua

²⁷⁰ Schmitt, C., Trans. G. Schwab (1996) *The Concept of the Political*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.

²⁷¹ Barker, Gideon; Bartelson, Jens (2009) *The Future of Political Community*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

²⁷² Vinci, Anthony (2009). *Armed Groups and the Balance of Power: The international Relations of Terrorists, Warlords and Insurgents*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

natureza unitária é essencial para que o grupo consiga encontrar um mínimo denominador comum e, portanto, alcançar determinados objectivos como a sobrevivência. Para que isto aconteça tem que haver liderança ou algum tipo de governação e um sistema que mantenha a ordem interna da unidade.

Com efeito, embora seja uma governação atípica, existe no seio dos grupos terroristas uma estrutura organizativa que, tendencialmente, funde os meios governativos com os meios militares, existindo uma quebra total entre a vida civil e a vida militar.²⁷³ Normalmente, a organização militar torna-se na organização política toda a dinâmica interna, inclusive a economia ou a doutrinação, é vocacionada para auxiliar o esforço militar e é este o móbil de toda aquela comunidade política. O Daesh encontra-se numa fase de maturação e, portanto, podemos distinguir alguns traços na sua organização interna de índole gradualmente mais política, como por exemplo a existência de governadores em cada uma das províncias que gerem todo um aparato administrativo e de serviços que conjugam um pseudo sistema executivo com um pseudo sistema jurídico, educativo e de serviços.

Estes governadores encarregam-se da garantia da segurança, do emprego da sharia, da educação religiosa e contam ainda com um Comité de Serviços Públicos que assegura a supervisão das infraestruturas regionais (electricidade, saneamento, água, irrigação, estradas, entre outras)²⁷⁴. Numa lógica de “*Gestão da Selvageria*”, todos estes serviços visam o estabelecimento da ordem e a manutenção da coesão social. Não obstante, todos os governantes têm liberdade condicionada e respondem sempre ao General Emir. Aliás, sendo a estrutura do Daesh extremamente centralizada e hierarquizada, em última instância, toda a sua base estrutural serve o topo da pirâmide, onde se encontra o General Emir, al-Baghdadi, e o Conselho Shura²⁷⁵. Existe uma indissociável relação entre o exército e o corpo político na estrutura organizativa do Daesh, sendo que embora existam Conselhos ou organismos com funções políticas/administrativas, educacionais ou de serviços, o objectivo final das mesmas será sempre providenciar ao exército jihadista as condições para o seu funcionamento político.

Um último apontamento relativamente à estrutura interna da comunidade política de um grupo terrorismo prende-se com a necessidade de reconhecimento da sua autoridade e com os possíveis mecanismos utilizados para tal. À semelhança do Estado, o grupo terrorista pode recuperar as fontes formais de autoridade, propostas por Max Weber (1947), capazes de

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ NATO (2015) Daesh Information Campaign and Its Results. Results of the Study, *NATO StatCom COE*. E: Manciulli, Andrea (Novembro de 2015) Daesh: The Challenge to Regional and International Security, *Mediterranean and Middle East Special Group*, NATO Parliamentary Assembly. E: Barret, Richard (Novembro de 2014). *The Islamic State, The Soufan Group*.

²⁷⁵ Este Conselho foi composto, ainda por Zarqawi com o propósito de fundir a, então AQJ, com outras organizações jihadistas e líderes tribais que actuavam no Iraque. Consultar em: Bunzel, Cole (Março de 2015) From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State, *Center for Middle East Policy at BROOKINGS*, nº19.

activar a legitimação do poder através do reconhecimento ou simples aprovação social: a legal, a tradicional e a carismático.²⁷⁶

O primeiro prende-se com o reconhecimento de regras, estatutos e leis válidas e legítimas em si mesmas, sendo a sua forma mais pura, o poder da burocracia; o tradicional tem como base de legitimidade as tradições e os costumes, tornando-se, muitas vezes as instituições que representam essa cultura tornam-se na figura do líder, ou seja, o poder vem do topo da organização, distribuindo-se pela hierarquia; a última é originada num indivíduo e na devoção social a ele.²⁷⁷ Em grupos terroristas encontramos mecanismos de autoridade semelhantes a estes, sobretudo aos tradicionalistas ou aos de culto do líder.²⁷⁸ Osama bin-Laden foi um líder carismático da al-Qaeda durante anos, sendo que o culto da sua personagem conduziu a que inúmeros indivíduos se juntassem à organização e cometessem actos terroristas mesmo que não conhecessem membros da organização ou que não recebessem incentivos de poder do topo da hierarquia.

O Daesh conjuga um pouco das três formas de autoridade, sendo que al-Baghdadi ao se proclamar califa exerce um enorme poder carismático sob indivíduos do mundo inteiro que se sentem voluntariamente compelidos a realizar ataques terroristas como aconteceu na Europa nos últimos anos. Simultaneamente a estrutura hierárquica do Daesh permite a distribuição de bens monetários ou outros ao longo da hierarquia, criando-se uma ligação entre a comunidade política central e os seus membros mais dispersos, o que traduz numa forma de poder tradicional. A implementação da sharia e de um modelo social baseado nos preceitos fundamentalistas do Islão pode, também, ser entendida como uma forma de autoridade, visto que os membros do Daesh reconhecem nestes mecanismos burocráticos uma forte legitimidade, conferindo autoridade à estrutura central do Daesh. Assim, apercebemo-nos de que a estrutura organizativa dos grupos terroristas aliadas estes mecanismos de autoridade lhes confere uma função unitária e coesa.

Admitindo, então que os grupos terroristas correspondem a unidades com características funcionais capazes de os tornar num grupo coeso onde a autoridade máxima provém do interior desta comunidade política, há que assegurar que esta é, também, uma comunidade política autónoma. A autonomia dos grupos terroristas decorre da gestão de sistemas económicos e militares. Assim, à semelhança das unidades do sistema internacional os grupos terroristas criam sistemas económicos capazes de garantir o abastecimento dos recursos necessários para o funcionamento da sua máquina de guerra e para perpetuarem a sobrevivência da sua organização. Existem várias formas para este regime económicos, sendo

²⁷⁶ Weber, Max (2008) *Conceitos Básicos de Sociologia*, São Paulo, Centauro Editora.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ Vinci, Anthony (2009). *Armed Groups and the Balance of Power: The international Relations of Terrorists, Warlords and Insurgents*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

que nos grupos terroristas se destaca a angariação de fundos. No entanto este sistema económico torna-se problemático porque não garante a autonomia do grupo terrorista numa situação de encerramento do patrocínio externo. O Daesh percebeu rapidamente esta hipótese e, com efeito, o grupo tem um sistema económico altamente diferenciado e extremamente diferenciado, tornando-o independente de revés de patrocinadores e autónomo na sua capacidade de financiar todo o seu aparelho pseudo-estatal.

Outro marco importante para a autonomia é a capacidade do grupo terrorista se defender de ameaças externas. Tendencialmente os grupos terroristas adoptam estratégias militares enquadradas no contexto da guerra assimétrica e híbrida, onde, como vimos, a luta contra os inimigos mais fortes se faz através de uma guerra psicológica direccionada para alvos indiscriminados. A utilização de táticas de elevada escala de violência ou de horror é combinada com a natureza “quase invisível” dos terroristas conduz a um profundo desgaste dos seus inimigos e uma exacerbada frustração pela dificuldade de contra-atacar. Esta estratégia militar do terrorismo foi altamente potencializada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, permitindo a grupos de força reduzida, como os terroristas, aumentar a eficácia dos seus instrumentos de combate - seja pela tecnologia das armas, seja pela facilidade de mobilização oferecida pela internet ou de coordenação de pequenas unidades oferecida por tecnologias de comunicação e informação.²⁷⁹

O Daesh, em particular, combina a utilização de táticas de guerra assimétrica como ataques suicidas e a utilização de engenhos explosivos, com táticas de guerra convencional como a mobilização de milícias para a linha da frente dos conflitos. Com efeito, os grupos terroristas apresentam uma capacidade militar, independentemente de ser assimétrica ou regular, que lhe permite manter o seu estatuto de autoridade máxima de determinada comunidade política, independentemente de estar ou não vinculada a um território. A sua capacidade militar providencia-lhe a capacidade de defender a sua comunidade política de ameaças externas e, assegurando a sua perpetuação existencial, dá oportunidade ao grupo de criar e manter um sistema interno hierárquico.²⁸⁰ Neste sentido o grupo terrorista torna-se numa unidade autónoma, militarmente capaz de desafiar e de adoptar um comportamento de concorrência com o Estado de onde surgiu, na medida em que este último perde a capacidade de exercer qualquer tipo de influência sobre ele. Assim, os grupos terroristas como o Daesh interagem no ambiente internacional directamente sem intermédios ou necessidade de tutores estatais.

Resta-nos proceder a uma análise da soberania do grupo terrorista, condição essencial por Waltz para se constituir uma unidade no sistema internacional. Ora o conceito de soberania é complexo e apresenta variações nas diferentes correntes de pensamento. Como qualquer

²⁷⁹ Lindley-French, Julian & Boyer, Yves (2012), *The Oxford Handbook of War*, Oxford, Oxford University Press;

²⁸⁰ Moreira, Adriano (2006) *Teoria das Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, UniverCidade.

termo, soberania não é um termo imutável, sendo que na tradição medieval a soberania designava uma autoridade que não tinha outra acima de si na sua área de actuação, sendo que este perfaria a totalidade dos interesses da comunidade.²⁸¹

Autores como Bodin, Hobbes, Rousseau e Hegel, viriam, a partir do século XVI enriquecer o conceito de soberania, alargando as suas finalidades. Bodin (1576) define-o como “um poder absoluto e perpétuo dentro do Estado” (tal como cit. por Moreira, 1991:37) sem limitações a não ser o direito natural e a lei de Deus. Autores realistas como Hobbes, adoptando o tradicional estadocentrismo doutrinário entende a soberania como onipotente sem possibilidade de limitação normativa.²⁸² A soberania é, no geral, o poder supremo na ordem interna e o poder independente na ordem externa.²⁸³

Existem duas correntes de pensamento centrais relativamente à conceptualização da soberania. A primeira teoria, mais em sintonia com a herança de Vestefália, identifica duas características fundamentais inerentes à soberania: monolitismo, no sentido de que o controlo estatal é múltiplo (pessoas, território, entre outros) e indivisibilidade, no sentido em que ou se possui todos os atributos ou nenhum. Assim esta corrente vê a soberania como algo absoluto, sendo que a perda de um atributo implica a perda total de soberania. A segunda corrente encara a soberania como algo não absoluto que se pode medir em termos variáveis. Dentro desta escola de pensamento destaca-se Krasner (2001) que dividiu a soberania em quatro características: interdependência soberana (capacidade dos Estados controlarem os movimentos nas suas fronteiras), soberania doméstica (autoridade das estruturas estatais e capacidade das mesmas em regular comportamentos); soberania vestefaliana (ausência de outras fontes de autoridade, quer de facto, quer de jure), autoridade legal internacional (reconhecimento jurídico mutuo)²⁸⁴. Ainda, Fowler e Bunck (2010) definem a soberania como; supremacia interna de facto (autoridade suprema na comunidade política), independência externa de facto (não ingerência) e independência externa de jure (reconhecimento de outros Estados).²⁸⁵

Muitas vezes a soberania está, não só na capacidade de um Estado em se administrar internamente e de agir externamente sem constrangimentos, mas também na percepção que os outros Estados têm da sua capacidade de o fazer e de o considerarem, portanto, como um igual. Tendencialmente este reconhecimento é feito pela comunidade internacional e as condicionantes estruturais dos grupos terroristas, nomeadamente a sua fluidez territorial e o exercício de autoridade hierárquica e descendente -top down- fazem com que a

²⁸¹ Moreira, Adriano (1991). *O Poder e a Soberania, Nação e Defesa* [consultado a 15 de Março de 2016] disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2733/1/NeD57_AdrianoMoreira.pdf

²⁸² Sousa, Fernando de (2005) *Dicionário das Relações Internacionais*, Edições Afrontamento/CEPESE.

²⁸³ Potter, Donald W. (2004). *State Responsibility, Sovereignty, and Failed States*, School of Government. University of Tasmania.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ *Ibidem*.

probabilidade de lhe ser reconhecida soberania seja bastante residual.²⁸⁶ Desta condição decorre a impossibilidade de os grupos terroristas gozarem de direitos atribuídos aos Estados ou de participarem nalgumas instâncias de inter-governabilidade internacional. Contudo, o facto de os grupos terroristas não se sentarem na Assembleia das Nações Unidas ou não participarem na Organização Mundial do Comércio ou não participem na diplomacia internacional ou nas relações militares e económicas internacionais, não consigam movimentar-se dentro da estrutura internacional.

Se dividirmos a soberania em função da sua materialização empírica e do seu reconhecimento jurídico, provavelmente, a análise da mesma simplifica-se. Com esta acção estaremos a considerar a soberania de facto como aquela se expressa na soberania interna suprema e na independência externa e soberania de jure como aquela que reflecte a independência externa em função do reconhecimento jurídico internacional, ou seja, de outros Estados e actores.²⁸⁷ Se considerarmos a soberania como a capacidade de autonomia suprema de facto e independência em relação a actores externos, podemos considerar grupos terroristas como o Daesh soberanos. Mesmo considerando a soberania, na perspectiva de Bodin como indivisível e a final autoridade sob qualquer indivíduo de determinado grupo, os grupos terroristas poderão encaixar nesta visão. O conceito de soberania de Bodin está intrinsecamente relacionado com o vínculo territorial, mas se ultrapassarmos esta questão e admitirmos que o exercício de uma autoridade exclusiva pode estar mais relacionado com uma determinada comunidade política e não com um determinado território, os grupos terroristas poderão exercer este tipo de soberania.²⁸⁸

Relativamente ao facto de a soberania ser, na visão de Bodin, a autoridade exclusiva, no sentido em que não existe outra autoridade final que se imponha, podemos considerar que o preenchimento deste requisito é obvio nos territórios ocupados pelo Estado Islâmico.²⁸⁹ No entanto, podemos, observar que, e em situações distintas que por exemplo o grupo terrorista controla uma parcela do território, temporária ou permanentemente, os seus membros, aí presentes reconhecem a autoridade máxima ao grupo terrorista e não ao Estado. A base da soberania dos grupos terroristas é feita a partir da sua comunidade política e do sentimento de pertença e não do vínculo territorial.²⁹⁰

²⁸⁶ Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies.

²⁸⁷ Vinci faz uma análise semelhante, considerando a soberania empírica como a que deriva de uma concepção holística convergente com o pensamento de Bodin; e a soberania jurídica como o reconhecimento internacional da soberania de um Estado monopolizado pela comunidade internacional. Consultar em: Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies;

²⁸⁸ Moreira, Adriano (2006), *Teoria das Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, UniverCidade.

²⁸⁹ ibdem.

²⁹⁰ Péclard, Didier & Mechoulan, Delphine (2015), *Rebel Governance and the Politics of Civil War*, Basel, Swiss Peace;

Para além disto, os grupos terroristas como o Daesh e a al-Qaeda, estabelecem relações internacionais com outros actores do sistema o que nos pode parecer algo contraditório, uma vez que, normalmente, no sistema internacional existe uma série de interacções que se restringem oficialmente a actores estatais. Contudo existem algumas relações que dispensam um reconhecimento oficial e para ocorrerem é necessária apenas a percepção da capacidade do actor não estatal e não propriamente um reconhecimento formal da sua soberania. Estas relações são tradicionalmente semelhantes às que ocorrem entre Estados e são, independentemente do nome atribuído, relevantes para a balança de poder.²⁹¹ O conceito de soberania dos grupos terroristas pode ser visto numa base empírica, sendo que, apesar de não reunirem um reconhecimento formal e jurídico, estes actores não estatais se assumem efectivamente como a autoridade máxima da sua comunidade política internamente hierárquica e como agente independente no sistema internacional anárquico. Assim, os grupos terroristas correspondem a unidades funcionalmente indiferenciadas que são soberanas.

Finalmente, para pertencerem ao sistema internacional as unidades devem ser motivadas, em primeiro lugar, pela sobrevivência. Esta implicação poder-nos-á parecer, à primeira vista, não aplicável a grupos terroristas visto que, frequentemente, os seus líderes carismáticos apelam à luta por ideais religiosos ou de vingança. No entanto, se o verdadeiro móbil da sua existência fossem esses ideais que proclamam, como a instauração do califado ou a vingança contra os EUA, toda a sua conduta seria orientada por eles e não assistiríamos, por exemplo, à aliança entre grupos jihadistas salafistas como a organização afiliada da al-Qaeda, Jabat al-Nusra, com grupos liberais e seculares -alguns financiados pelos EUA. Admitindo que dentro de um grupo existem, efectivamente indivíduos que agem motivados por esses pressupostos, isso não quer dizer que o grupo aja pelos mesmos motivos.

As motivações individuais e do grupo são coisas distintas mesmo que o indivíduo em causa seja o líder do grupo. Partindo de uma perspectiva sociológica, entendemos que -à semelhança do que acontece com a consciência- o grupo gera uma motivação colectiva própria de si mesmo. Esta motivação corresponde à da maioria dos membros do grupo, os quais, ao se juntarem formam um sistema com vida própria que se torna independente dos múltiplos indivíduos que contribuíram para a sua criação.²⁹² Neste sentido, sentimentos de rancor e de vingança podem ser utilizados mas de forma instrumental, tal como a geração de riqueza. Alguns indivíduos sentir-se-ão mais motivados para combater, se odiarem o inimigo ou se receberem um bom salário, no entanto, nem a vingança ou a riqueza são a motivação central colectiva. Se o fossem toda a actividade do grupo estaria vocacionada de acordo com essa motivação e assim que alcançados o grupo poderia cessar as suas hostilidades. A geração

²⁹¹ Este tipo de relações podem ser comunicações diplomáticas, contratos, alianças, entre outras. Consultar em: Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies;

²⁹² Esta lógica está em sintonia com o conceito de consciência colectiva proposta por Durkheim. Consultar em: Weber, Max (2008) *Conceitos Básicos de Sociologia*, São Paulo, Centauro Editora

de riqueza ou o apelo a sentimentos de vingança representam apenas instrumentos de mobilização de indivíduos e de reforço da lealdade dos mesmos à estrutura central.

À semelhança dos Estados, o grupo terrorista apresenta uma motivação própria colectiva e racional, mesmo que em muitas circunstâncias, possa parecer que não obedece a lógicas de racionalidade. Para alcançar quaisquer objectivos de curto, médio ou longo prazo necessita de assegurar que a sua existência perdura e se mantém como unidade autónoma no sistema internacional para que estes objectivos sejam estabelecidos por si e não por ditames externos. Assim, tal como os Estados, o grupo terrorista precisa de recorrer ao poder.

Independentemente dos objectivos estabelecidos pelos grupos terroristas, sejam eles a instauração do califado, a expulsão dos EUA do Médio Oriente ou o derrube de regimes apóstatas, só é possível continuar se garantirem a sua sobrevivência, sendo por isso, esta motivação o objectivo central que orienta toda a sua conduta. Neste sentido e para garantirem a sua sobrevivência no sistema internacional os grupos terroristas terão de usar as únicas armas que registam eficácia no seio da anarquia: o poder.

Segundo Waltz, só o poder confere aos actores os meios para garantirem a sua autonomia perante a força que as outras unidades apresentam. O autor admite que para lá da sobrevivência os objectivos dos actores podem ser infinitamente diferentes e, com efeito, esta proposição pode ser verificada não entre Estados e grupos terroristas mas também entre Estados e entre grupos terroristas. Contudo, quer aos Estados quer aos grupos terroristas o objectivo de zelar pela sobrevivência é comum. Os grupos terroristas manipulam, à semelhança dos Estados (quer manter esta frase? Eu tirava! Se eu fosse arguente desmontava isto em dois min- salvasse-se), o poder de várias formas. O poder do grupo terrorista pode ser, também ele, visível e, se necessário, reforçado quer internamente quer externamente. Internamente o grupo pode utilizar a distribuição de benefícios económicos como instrumento de controlo dos indivíduos ou adquirir mais armamento como meio de reforçar a percepção externa da sua capacidade de poder.

Os atentados terroristas internacionais acabam por ter um efeito semelhante, uma vez que, ao matarem dezenas ou centenas de pessoas em atentados nas ruas de Paris e Bruxelas, o terror criado acaba por ser simbolicamente manipulado pelos grupos terroristas, no sentido de passar uma imagem de força, indestrutividade e inevitabilidade.²⁹³ “A motivação dos grupos armados por poder e sobrevivência está de acordo com uma das condições essenciais à balança de poder que lida com actores racionais” (Vinci, 2009:38). Com efeito, os grupos terroristas procuram sempre, em última instância garantir a sua sobrevivência e fazem-no mantendo, simultaneamente, o seu foco na busca pelo poder. Quer a prioridade dada à sobrevivência quer a opção por fazê-lo através de reforços de poder são escolhas

²⁹³ Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies

características de um comportamento racional, o que faz dos grupos terroristas actores racionais.

Terrorismo: Uma Unidade nas interações da Balança de Poder?

A premissa fundamental para o funcionamento de um sistema internacional de relações internacionais é que a anarquia seja o seu princípio ordenador. O facto de que a grande maioria dos grupos terroristas surgir dentro das fronteiras de Estados -onde, normalmente, impera um sistema hierárquico- poder-nos-á levar a descartar a possibilidade de os considerarmos como unidades do sistema internacional. Contudo, a proposição de que dentro de um Estado se regista sempre um sistema hierárquico pode ser falaciosa. Com efeito, por vezes os Estados caem em situações, onde a conflitualidade de partes, diferentes mas internas, perpetua situações de violência. Quando tal acontece os Estados correm o risco de se tornarem Estados Falhados ou mesmo Colapsados.²⁹⁴ O que caracteriza um Estado Falhado não é a intensidade absoluta do conflito interno, mas a perpetuação do mesmo no tempo. Esta perpetuação deriva, tendencialmente, de divergências étnicas, religiosas ou de inimizades culturais onde existe uma percepção de que se for o outro grupo a liderar não será possível sobreviver. Muitas vezes neste tipo de conflito o Estado perde autoridade sob secções territoriais e torna-se negligente na provisão de bens, quer de segurança quer alimentares, aos seus cidadãos.

Estados Colapsados diferem dos Estados Falhados, na medida em que pressupõem uma dissolução praticamente total do Estado, apresentando um vácuo de autoridade que é substituído por actores não estatais, os quais estabelecem os seus próprios sistemas de autoridade e o Estado precedente torna-se para os seus habitantes uma mera memória. O que têm em comum este tipo de Estados é que existe algum nível de anarquia doméstica em ambos²⁹⁵. Mesmo admitindo que no primeiro caso a anarquia existe entre Estado e actores não estatais que controlam, largas ou pequenas parcelas de territórios, e no segundo assistimos a um reino de anarquia entre os diversos actores não estatais, convenhamos e aceitemos que a

²⁹⁴ Embora concepção de Estado Falhado não seja consensual, podemos admitir algumas características comuns ao Estado Falhado. Segundo Felipe Pathé Duarte(2015) elas são: “a fragilidade e/ou colapso das instituições estatais, instrumentos que garantem o bem-estar social: a perda da legitimidade do exercício de poder, associada a uma instabilidade político-social, por vezes de carácter subversivo; a perda do monopólio legítimo do uso da força e impossibilidade de um controlo efectivo sobre o território nacional; o aumento da violência e do caos, levando por vezes a um conflito interno e dando margem à presença de organizações criminosas e/ou terroristas” Numa perspectiva gradativa pode-se, ainda, diferenciar Estado Falhado de Estado Colapsado. Assim, o primeiro verifica-se quando “as entidades não estatais competem com o poder formal na disputa de controlo territorial e da população (...) através do uso da violência armada” (ibid). Já os Estados Colapsados são aqueles onde não existe um poder formal, tendo as instituições e os órgãos soberanos de um território colapsado. “Tais casos levam inevitavelmente ao caos organizacional fazendo com que impere a lei do mais forte na disputa do apoio populacional e do controlo territorial” (ibid). Consultar em: Duarte, Felipe Pathé (Março de 2015). *Estados Falhados* In: Gouveia, Jorge Bacelar & Santos, Sofia (Eds). *Eiclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina.

²⁹⁵ Kasfir, Nelson (2004). *Domestic Anarchy, Security Dilemmas and Violent Predation* In: Rotberg, Robert I (Ed) *Failed States, Collapsed States, Weak States, Causes and Indicators*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

anarquia doméstica existe nestes Estados. Assim, percebemos que no mesmo território podem coabitar várias entidades soberanas de facto, sendo por isso o sistema desse país um sistema anárquico, onde cada uma dessas unidades se considera a autoridade e procura a sua segurança a par com a conquista de poder. Tornam-se, por isso unidades indiferenciadas que na busca pela sobrevivência se comportarão numa lógica de balança de poder, à semelhança do definido sistema internacional. Existe, então, nestes casos uma anarquia dentro de uma unidade que existe na estrutura anárquica.

Resta-nos, então perceber se a anarquia criada dentro da unidade pode ser comparável ou semelhante à anarquia que existe no sistema internacional. O autor neorrealista Steven R. David (1997) argumenta que quando a autoridade central colapsa, é replicado dentro do Estado um microcosmos do sistema internacional²⁹⁶, tornando-se assim, necessário analisar as relações entre os grupos dentro do Estado falhado mas dispensando-se o estabelecimento de uma relação entre o sistema internacional e o sistema do Estado Falhado. Dando continuidade a esta lógica, Kasfir estabelece que a anarquia dentro de um Estado é diferente da anarquia no sistema internacional, uma vez que “a anarquia dentro dos Estados não tem um status à priori, pelo contrário, ela emerge quando o Estado falha e desaparece quando a autoridade se repõe” (Kasfir, 2004:60). Os argumentos apresentados sugerem, então, que as interações entre os grupos, nomeadamente terroristas, que surgem no contexto do Estado frágil (já não se diz falhado desde 2014) e se assumem como unidades autónomas dentro dele, estabelecem relações apenas entre si ou entre si e o Estado; sugerem, ainda que a natureza desta anarquia é temporária e reversível.

Acontece que a interacção das unidades que exercem a sua soberania de facto e que lutam pela sua sobrevivência dentro das fronteiras de jure de determinado Estado não se cingem às mesmas. Pelo contrário, frequentemente, os actores não estatais como os grupos terroristas, que se encontram nestas condições desrespeitam frontalmente as fronteiras do Estado e estabelecem relações, não só com as unidades presentes no espaço daquele Estado, como também com actores externos àquelas fronteiras de jure. Estas interações podem acontecer com outros grupos autónomos ou mesmo com Estados, não tendo estas relações de implicar amistosidade mas tendo necessariamente de implicar o mesmo princípio ordenador das restantes relações do sistema internacional, a anarquia sem diferenciações.

O facto de se estabelecerem, efectivamente, relações entre as tradicionais unidades do sistema internacional e estes grupos pressupõe o desrespeito pelas fronteiras de jure do Estado e, portanto, a percepção dos actores de que aquele é de facto um sistema anárquico semelhante ao internacional, uma vez que tratam e estabelecem relações com estes actores a partir da mesma lógica que estabelecem relações no sistema internacional.²⁹⁷

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies.

Simultaneamente as fronteiras de um Estado não devem ser consideradas imutáveis e, portanto, implicarmos que um Estado Falhado recuperará sempre a sua autoridade é uma hipótese demasiado ambiciosa e perigosa. Como referido o antagonismo cultural é uma premissa comum à fragilidade dos Estados e o medo de ficar sob o jugo do outro pode conduzir a uma situação de irreversibilidade em termos de da perda de autoridade do Estado. Assim, o Estado poderá nunca recuperar a sua autoridade e, efectivamente, originar novas unidades lançadas para o sistema internacional.²⁹⁸

A anarquia dentro do Estado pode ser uma anarquia semelhante e relacionada com a anarquia do sistema internacional. É possível que em condições extremas de conflitualidade prolongada entre diferentes facções internas o Estado falhe o contrato social. Mesmo em situações em que a soberania de jure de determinado Estado seja reconhecida internacionalmente, o Estado pode deixar de exercer plena autoridade no seu território, perdendo o controlo de determinadas parcelas territoriais ou populacionais, a capacidade de providenciar bens essenciais ao povo ou de controlar os movimentos nas suas fronteiras. Nestes casos em que o Estado cessa de assumir a figura de autoridade máxima e uma ou mais entidades não estatais se assumem como autoridades máximas, independentes e autónomas das suas comunidades políticas naquele espaço, vigora, portanto, um sistema anárquico. Visto que este sistema anárquico não se cinge ao espaço daquela unidade e existe uma transposição constante das suas fronteiras e uma fluidez de relações com actores externos, podemos afirmar que as “unidades internas” migram para o sistema internacional, constituindo-se como “unidades externas”. Constatamos que a anarquia interna aos Estados pode fundir-se com a anarquia das relações internacionais e, como tal, o que outrora foram dois sistemas (hierárquico e anárquico) podem passar a ser apenas um, o sistema internacional onde existe apenas um princípio ordenador que comanda a natureza da relação das suas unidades.

Considerando então que estas unidades (não estatais) se encontram presentes no sistema internacional, vejamos como interagem nas relações com outras unidades e no contexto da balança de poder. Como averiguámos anteriormente, à semelhança dos Estados, estas unidades lutam para manter a sua sobrevivência e, estando dependentes única e exclusivamente de si mesmas para alcançar este objectivo, estas unidades encontram-se num sistema de auto-ajuda e num sistema de auto-ajuda são forçadas a balançar poderes, se quiserem sobreviver. Segundo Waltz, a teoria da balança de poder começa com uma assunção acerca dos actores do sistema internacional, estipulando que estes são actores unitários que procuram, no mínimo sobreviver e, no máximo, dominar o mundo. Estas unidades tentam de foma mais ou menos sensata utilizar os meios disponíveis de maneira a alcançar os fins em vista. Estes meios dividem-se em duas categorias: meios internos (aumentar a capacidade económica, militar ou adoptar estratégias inteligentes) e meios externos (fortalecimentos de

²⁹⁸ Kasfir, Nelson (2004). *Domestic Anarchy, Security Dilemmas and Violent Predation* In: Rotberg, Robert I (Ed) *Failed States, Collapsed States, Weak States, Causes and Indicators*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

alianças ou enfraquecimento de um oponente). Para a teoria funcionar admitem-se, ainda, os condicionamentos da coexistência de dois ou mais actores num sistema de auto-ajuda sem autoridade suprema para os auxiliar ou para os coagir. A teoria é, então, construída com base nas motivações dos actores e das acções que a elas correspondem, descrevendo os mecanismos de constrangimento dessas acções e os resultados daí esperados, ou seja, a criação de balanças de poder.²⁹⁹

A teoria da balança de poder pressupõe que os actores ajam para manter, em última ou em primeira instância, a sua sobrevivência. Num sistema de auto-ajuda, no qual a acção das unidades reflete unicamente o seu interesse próprio pois se não o refletir, as unidades acabarão por se tornar menos eficientes ou não conseguirão prosperar e expondo-se ao perigo sofrerão. É o medo dessas consequências que estimula as unidades a formarem balanças de poder. A formação das balanças de poder é feita consoante a percepção que os Estados têm uns dos outros e das suas capacidades de poder que estimula o comportamento das unidades. Esquemáticamente, os actores observam outros, se outro tiver capacidades de poder superiores às suas, existe um problema de segurança e para combatê-lo o actor irá, através de mecanismos internos ou externos aumentar a sua capacidade de poder para garantir a sua segurança. Assim, os actores garantem a sua sobrevivência pelo aumento do poder.

Contudo o poder é de natureza relativa uma vez que depende da percepção dos outros actores. Segundo Waltz é percepção do aumento de poder de um actor que estimula a que os restantes balancem para contrariar ou igualar o poder do mais forte. A ilacção a tirar é que a hegemonia de um pode pôr em perigo a soberania e a sobrevivência de outros. Neste sentido,

“os estados secundários, se puderem escolher, fluem para o lado mais fraco; porque é o lado mais forte que os ameaça. No lado mais fraco eles são, ao mesmo tempo, mais apreciados e seguros (...)” (Waltz, 1979:176)

Uma consequência desta acção é que nem sempre a hegemonia é sinal de segurança graças ao balançar dos restantes actores. Neste sentido, Waltz advoga que os actores preferem a segurança ao poder e, portanto, que a balança de poder tem uma natureza defensiva. O objectivo que a estrutura estimula é a busca pela sobrevivência e o poder pode ou não servir esse objectivo, sendo que a primeira preocupação das unidades não é maximizar o poder mas garantir o seu posicionamento no sistema.

Ora os grupos terroristas nunca serão, por razões óbvias, um hegemon mas podem ser comparados em termos de relevância para a balança de poder com um Estado secundário. É certo que a racionalização sistémica de Waltz visa a simplificação das relações internacionais com o objectivo de tornar mais claro e perceptível o processo de predicção. Neste sentido e para servir este propósito, a teoria tende a analisar apenas os actores mais importantes, ou seja, os Estados e dentro desses manter uma atenção redobrada na análise e reflexão dos

²⁹⁹ Waltz, Kenneth (2002, ed.) [1979]. *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva

mais poderosos porque são estes os actores primários que têm a capacidade de influenciar a estrutura do sistema e é o seu comportamento que é reforçado -por uma lógica de socialização- e, portanto, base para a constituição dos padrões de acção no sistema internacional. Não obstante, os Estados mais pequenos, ditos secundários, têm também um papel no sistema internacional, podendo estes balançar ou interferir de outra maneira nos grandes poderes e, desta forma. Assim os Estados ditos secundários também têm a capacidade, embora indirecta, de provocar alterações sistémicas.

À semelhança dos Estados mais fracos os grupos terroristas podem, também, condicionar ou mesmo estimular acções dos grandes poderes, podendo, portanto, provocar alterações sistémicas dignas da análise neorrealista. Tanto a al-Qaeda como o Daesh têm claramente um impacto global nas acções dos EUA e dos países ocidentais. Aliás, a luta contra o Estado Islâmico proclamada simultaneamente por potências rivais como os EUA e a Rússia, a Arábia Saudita e o Irão, com estratégias completamente antagónicas conduziu a uma espécie de *deja vu* da polaridade do sistema que antecedeu a actual. Perante a inércia dos EUA e do mundo ocidental na, já declarada mas obsoleta Guerra contra o Terror, a Rússia alia-se ao regime de Bashar para derrotar o Daesh, procedendo inevitavelmente a um aumento das capacidades de poder.

Esta demonstração de força teve um efeito imediato no arque-inimigo americano que responderam com semelhante incremento de poder.³⁰⁰ Não nos esqueçamos, no entanto, que terá sido a ameaça apresentada pelo Daesh que desencadeou estas demonstrações de poder. A participação dos EUA e da Rússia na guerra da Síria, partilhando ironicamente o mesmo objectivo -destruir o Daesh- mas colocando-se em posições antagónicas levou a que os demais actores balançassem consoante as percepções de poder. A consequente distribuição das capacidades de poder na estrutura do sistema levou a que a polaridade deste, nalguns momentos, se assemelhasse à bipolaridade da segunda metade do século passado, tendo o primeiro-ministro russo chegado, inclusivamente, a afirmar que “podemos ir mais longe e dizer que deslizámos para uma nova Guerra Fria” (Dimitry Medvedev, 13 de Fevereiro de 2016).³⁰¹ Assim, confirmamos a capacidade dos grupos terroristas em estimularem comportamentos e, à semelhança de Estados mais frágeis, produzirem alterações sistémicas.

À semelhança das restantes unidades no sistema internacional os grupos terroristas, como actores racionais que são, interagem através de mecanismos de socialização e de competição na estrutura internacional. Sendo a sua acção constringida por estes mecanismos de

³⁰⁰ Layne, Christopher (2004). *The War on Terrorism and the Balance of Power: The Paradoxes of American Hegemony* In: Paul, T.V. & Wirtz, James J. & Fortmann, Michel (Eds) *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*, Stanford, California, Stanford University Press.

³⁰¹O facto de o primeiro ministro russo ter feito esta afirmação não implica que estejamos, efectivamente, numa 3ª Guerra Mundial mas levanta receio e traduz o clima de tensão que se vive internacionalmente. Consultar em: Diário de Notícias (13 de Fevereiro de 2016) Nasceu uma “nova Guerra Fria” avisa a Medvedev [consultado a 15 de Março de 2016] disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/nasceu-uma-nova-guerra-fria-avisa-a-medvedev-5028196.html>,

socialização e de competição no sistema de auto-ajuda, os grupos terroristas à semelhança dos restantes actores deste sistema estão sujeitos a cair na espiral do dilema de segurança proposto por Herz. Este dilema relaciona a ânsia dos Estados em preservar a sua segurança e as perigosas dinâmicas de percepção dos Estados uns em relação aos outros. Resumindo, a teoria parte do princípio que todos os Estados, enquanto os únicos actores do sistema internacional, procuram incessantemente garantir a sua segurança. Neste sentido, o Estado A procura garantir a sua segurança e como tal decide aumentar as suas competências de poder (Hertz enfatiza como competência de poder a aquisição de armamento). Este incremento de poder teve uma motivação defensiva -aumentar a sua segurança-, contudo, como os demais Estados não têm como sondar as intenções do Estado A, perceberão a acção do Estado A como uma acção potencialmente ofensiva e sentir-se-ão ameaçados. Ao se sentirem ameaçados irão, por sua vez, aumentar as suas capacidades de poder para garantir a sua segurança. Percepcionando o comportamento dos demais Estados, o Estado A acredita que procedeu correctamente e continua a aumentar as suas capacidades de poder e todo o ciclo repetir-se-á, entrando na espiral do dilema de segurança.³⁰²

Nesta espiral não existe saída nem vitorioso e todos os Estados estão, progressivamente, mais inseguros. Quando os Estados falham ou colapsam os grupos terroristas podem entrar num dilema de segurança com o Estado ou com as restantes facções ou, até, com Estados vizinhos. Ao considerarmos os grupos terroristas como um actor do dilema de segurança conseguimos perceber por que motivo é que ocorrem muitas intervenções militares externas aquando do falhanço de um Estado. Ora, numa óptica neorrealista quando um Estado falha perde automaticamente capacidades de poder e, portanto, deixa de se afigurar como uma ameaça para os demais.

Assim, seria de esperar que os restantes actores não interferissem ou até incentivassem o falhanço do Estado porque, uma vez que o poder é relativo, a diminuição de poder de um Estado traduz-se no incremento do poder dos demais. Situações em que Estados terceiros intervêm nesses Estados para inverter o seu falhanço deixaria de poder ser analisada numa óptica neorrealista, a menos que entendamos que os Estados percebem a acção dos grupos não estatais, nomeadamente, dos grupos terroristas como acções ofensivas que os possam ameaçar. Quando o Egipto interveio unilateralmente contra as milícias do Daesh na Líbia não o terá feito em função da defesa do que possa residualmente sobrar da soberania do Estado líbio. Se assim, fosse esperar-se-ia uma resposta mais antecipada ou aliada ao pseudo-Estado líbio, contudo esta intervenção coincidiu com a publicação de um vídeo que exibia a decapitação de 21 egípcios numa praia do Mediterrâneo.

³⁰² Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora, Ltd.

O terrorismo global torna-se cada vez mais uma ameaça perceptível para os Estados, suscitando, muitas vezes o fomento de dinâmicas Estado-grupo terrorista baseadas numa lógica de dilema de segurança. Ataques terroristas em solos ocidentais são uma arma eficaz de incremento de poder, uma vez que este é de natureza relativa e, como tal, é medido pela percepção que os actores têm dele. A intervenção americana de 2001 no Afeganistão é outro exemplo desta dinâmica, dado que a sua concretização resultou directamente da ameaça representada pela al-Qaeda, percebida a partir do 11 de Setembro. Da mesma forma a coligação internacional liderada pelos EUA, conta com mais de 60 membros, para lutar contra o Daesh e que no período entre 2014-2015 teve um custo de quase 5 biliões de dólares³⁰³ é impulsionada pela ameaça representada pelo Daesh e nem tanto pela preservação dos Estados da Síria ou do Iraque.³⁰⁴

Para além da influência indirecta que os grupos terroristas podem ter na estrutura internacional e mesmo na distribuição de capacidades da mesma, os grupos terroristas podem participar directamente dinâmicas de balanças de poder. O realismo estrutural de Waltz parte do princípio que todos os actores lutam pela sobrevivência e que as suas relações no sistema de auto-ajuda, sendo constrangidas pelos mecanismos de socialização e de competição, se podem traduzir em oscilações dos poderes internos e externos. Assim, da mesma forma que os Estados, os grupos terroristas ao marcarem presença no sistema internacional irão inevitavelmente (o que não significa que seja voluntariamente) balançar poderes para sobreviverem e para isso, necessitarão de aumentar o seu poder interno ou externo ou ambos. Internamente, o grupo terrorista tentará maximizar o seu poder através de várias estratégias, nomeadamente através da aquisição de recursos e do fomento da coesão interna.³⁰⁵ A obtenção de recursos é muito importante para o funcionamento dos grupos terroristas da mesma forma que o é para qualquer actor que queira sobreviver (não quer isto dizer que seja indispensável mas é confortável). Em particular o controlo de recursos naturais confere ao grupo terrorista um enorme poder, na medida em que lhe possibilita a obtenção de quaisquer outros recursos que necessite para aumentar o seu poder.

A rentabilidade dos recursos naturais, permite naturalmente a aquisição de instrumentos que garantam a maximização da sua segurança, na medida em que viabilizam a aquisição de outras fontes de poder como armamento ou combatentes. O elevado valor associado a

³⁰³ *Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism* (2015) Center for Economics & Peace

³⁰⁴ Esta ilacção, tal como as duas primeiras são directamente retiradas dos discursos políticos oficiais, nomeadamente do discurso presidente norte-americano Barack Obama. Ver por exemplo: Dearden, Lizzie (14 de Outubro de 2014). "The World is Against Isis" Barack Obama says as international coalition forms a strategy, *The Independent* [consultado a 23 de Março de 2016] disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/the-world-is-against-isis-barack-obama-says-as-international-coalition-forms-strategy-9794896.html> e Wall Street Journal (3 de Março de 2016). *Obama: Defeating ISIS Is Our Top Priority* [Video] disponível em: <http://www.wsj.com/video/obama-defeating-isis-is-our-top-priority/E127A6A9-2485-49FC-B3E8-A99146FF9F5C.html>

³⁰⁵ Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies.

determinados recursos naturais como o petróleo podem, nas mãos de um grupo terrorista, tornar-se num instrumento ilimitado de aquisição de armamento, de construção de infraestruturas ou de outras acções que lhe possibilitem aumentar o seu poder. Os lucros provenientes da exploração de recursos naturais têm várias utilidades sendo uma delas a legitimação da sua base de poder, particularmente quando este se exerce a partir de uma autoridade tradicional ou de patronagem (mas não exclusivamente). Neste sentido os lucros podem ser vistos como uma fonte de poder, a qual, quando distribuída pela cadeia hierárquica da organização cria uma situação de dependência em relação ao centro de onde ela partiu e, como, tal tornarem-se, simultaneamente num instrumento de reforço da coesão do grupo.³⁰⁶

O domínio estabelecido em importantes regiões geoestratégicas ricas em petróleo, como Mosul, permitiram ao Daesh uma projecção regional exponencial. A partir do momento que tomaram o controlo sob regiões ricas em petróleo o Daesh tornou-se praticamente auto sustentável. O petróleo não só lhe possibilita a maximização da segurança em termos de capacidade interna instrumental (armamento e infraestruturas) e de fomento da coesão do grupo através dos mecanismos descritos de perpetuação económica, como permite a manipulação de outros grupos armados, nomeadamente, dos que se encontram presentes na Síria, os quais dependem do petróleo que o Daesh lhes vende.³⁰⁷ O poder interno pode, ainda ser aumentado, através de mecanismos de reforço da coesão interna do grupo terrorista. Como analisado a exploração económica pode ser manipulada neste sentido, contudo, outro importante instrumento de consolidação interna é a propaganda. A propaganda pode ser utilizada de múltiplas formas pelos grupos terroristas. Tanto os diferentes grupos podem dar diferentes usos à propaganda como o mesmo grupo pode dar diferentes usos à propaganda e neste sentido Laqueur alerta-nos para o facto de que

“podemos apenas acreditar que conseguiremos detectar certos padrões comuns no carácter e na maquilhagem mental da personae dramatis que actua enquanto grupo num determinado tempo e espaço. Mesmo para realizar esta simples tarefa é necessária um grande sentido de empatia, compreensão psicológica e uma mestria criativa” (Laquer, 1997:174)

Percebendo a dificuldade para a qual Laqueur nos adverte de conceptualizar funcional e instrumentalmente a importância e/ou a forma como a propaganda é manipulada pelo terrorismo, será, provavelmente, mais seguro conceptualizar a relevância estratégica da propaganda para o terrorismo. Neste sentido, Hoffman refere que a propaganda pode ser utilizada através de diferentes meios, entre os quais se salienta a natureza da nova media e de várias formas numa infinidade de possíveis combinações.³⁰⁸ Contudo a propaganda está

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ *Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism* (2015) Center for Economics & Peace

³⁰⁸ O meios de comunicação modernos apresentam custos residuais e alcance global. A propaganda neles expressa e manipulada por grupos terroristas como o Daesh pode-se materializar em vídeos, rádios, livros inspiradores, demonstrações de poder como crucificações publicas ou discursos de líderes em locais simbólicos ou simplesmente em mensagens sentimentalistas ou militaristas, entre muitas outras.

intrinsecamente relacionada com a essência do terrorismo visto que o alvo do terrorismo é uma audiência mais alargada do que a atingida e neste sentido a violência terrorista torna-se num meio de propaganda em si. Para além da importância vital da propaganda para estratégia terrorista, podemos considerar que a propaganda é, também, um meio de reforço do poder interno, uma vez que ela pode ser utilizada por objectivos didácticos e por objectivos de recrutamento. Os objectivos didácticos relacionam-se com a funcionalidade da propaganda de informar, educar, solicitar apoios, sejam eles materiais, financeiros ou espirituais, ou de mobilizar as massas pela vanguarda terrorista. Paralelamente, a propaganda é frequentemente utilizada para conquistar novas mentes e corações e atrair mais combatentes ou no caso do Daesh, qualquer cidadão visto que “há um lugar para todos”.³⁰⁹ Assim, percebemos que a propaganda tem uma grande capacidade de aumentar o poder interno quer através do fortalecimento da coesão do grupo quer através da possibilidade de expansão quantitativa do mesmo.

Os actores do sistema internacional podem também, como vimos, balançar o poder relativo de outros através do reforço do seu poder externo. O aumento do poder externo no contexto da teoria da balança de poder está vulgarmente relacionado com a constituição de alianças. Quando o Estado A forma uma aliança com o Estado B, os Estados A e B mantêm intactas as suas soberanias mas o poder gerado corresponde a uma terceira unidade que obrigatoriamente representa a soma dos poderes de A e B, podendo, ocasionalmente, incorporar algum acréscimo de poder que resulta da convergência entre as duas unidades, o qual nem sequer figurava nas capacidades de um ou outro antes da aliança.³¹⁰ Uma nota importante a fazer relativamente à constituição de alianças é que, na perspectiva neorrealista, este processo não depende da ideologia e é compulsivo.

Os Estados não criam alianças em função de ideologias convergentes, embora o possam fazer, a sintonia ideológica não é condição para a formação de alianças. Pelo contrário a formação de alianças depende de necessidades e de circunstâncias. As necessidades derivam do medo produzido pela percepção de aumento de poder ou de intenção hegemónica de outros actores que façam os Estados sentir-se ameaçados. As circunstâncias é a existência de mais actores nesta condição com uma percepção semelhante relativamente a dado actor e, preferencialmente, com relativamente diminuídas capacidades de poder pois como explicado, junto de actores com tais capacidades de poder, os Estados sentem-se menos ameaçados, logo, mais seguros. Admitindo esta possibilidade torna-se de fácil intelectualização a

Consultar: Hoffman, Bruce (2006). *The Use of the Internet By Islamic Extremist*, RAND Corporation, [consultado a 30 de Março de 2016] disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/testimonies/2006/RAND_CT262-1.pdf

³⁰⁹ Jihadology (12 de Julho de 2014). al-Hayāt Media Center presents a new video message from The Islamic State: “al-Ghurabā’: *The Chosen Few of Different Lands: Abū Muslim from Canada*” [consultado a 25 de Janeiro de 2016] disponível em: <http://jihadology.net/2014/07/12/>

³¹⁰ Waltz, Kenneth (2002, ed.). [1979] *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva

admissão destas alianças como flexíveis, frequentemente, de carácter temporário que se destituem quando deixa de ser proveitoso a sua manutenção.

“Afinal de contas, para além da conotação da ideia de contrabalançar, balançar também significa oposição, ou resistência, contra um hegemon” (Fortmann, 2004:107)

Embora admitamos que os grupos terroristas possam não ter a capacidade de balançar directamente contra um hegemon e de constituir um bloco de poder proporcionalmente semelhante ao do hegemon, em termos de capacidades de poder; admitimos, também que os grupos terroristas podem adoptar padrões de comportamento semelhantes aos dos Estados. Os grupos terroristas podem balançar com o objectivo de minar as capacidades políticas de um hegemon (como os EUA) ou de aumentar os custos deste em manter a sua hegemonia, da mesma forma que um Estado pequeno ou com poucas capacidades de poder. Um grupo terrorista é orientado por estes padrões comportamentais com o objectivo de garantir a sua sobrevivência através do recurso ao balanço de poder. Embora se afigurem como actores não estatais, os grupos terroristas norteiam todo o seu comportamento por motivações políticas típicas do sistema internacional. Com efeito, a manipulação da violência simbólica em prol da perseguição de objectivos políticos é o princípio basilar do terrorismo e seu paradigma constituinte. O terrorismo está intrinsecamente relacionado com “poder: a busca de poder, a aquisição de poder e o uso de poder para alcançar transformações políticas.” (Hoffman, 2006:14/15).

Da mesma forma que os Estados utilizam a criação de alianças para aumentar o seu poder externo, também os grupos terroristas o podem fazer e fazem-no frequentemente, com outros grupos não estatais e com Estados. Os grupos terroristas tendem a recorrer à formação de alianças com outros actores quando a maximização do seu poder interno já não é possível. Os grupos terroristas podem formar alianças com outros grupos de natureza semelhante ou com Estados.

O primeiro caso -a criação de alianças com grupos de natureza semelhante- é de forma mais flagrante representado pela mudança na estratégia a al-Qaeda a partir de 2001 que, como analisámos anteriormente, perante a ameaça eminente dos EUA teve de aumentar o seu poder externo através da compulsiva formação de alianças, mesmo com organizações com quais partilhava divergências ideológicas, como era o caso da JTJ.

O segundo caso -a criação de alianças com Estados- pode ser exemplificado, por exemplo , pela aliança entre o Irão e as milícias xiitas do Hezbollah ou pela aliança entre os EUA, o Paquistão e a Arábia Saudita e os mujahidin árabes que lutaram na guerra do Afeganistão, sendo que, como averguámos, a sua grande maioria provinha de grupos considerados terroristas nos seus países de origem. Contrariamente aos Estados, os quais formalizam, muitas vezes, a constituição de alianças através de instrumentos de direito; para que um

grupo terrorista constitua uma aliança (sendo que os instrumentos jurídicos não estão ao seu alcance) tem de provar que é uma unidade e que têm poder e soberania de facto.³¹¹

No entanto, apresentando as condições estabelecidas no ponto anterior, ou seja, constituir-se como uma unidade indiferenciada, esta ausência de uma soberania jurídica poderá transformar-se numa outra fonte de poder para o grupo terrorista. Primeiramente, o facto de um grupo terrorista não ser reconhecido como actor das relações internacionais faz com que este não esteja ao abrigo de quaisquer direitos mas também faz com que não esteja vinculado a quaisquer deveres.

Assim, ao passo que os restantes actores estão, pelo menos teoricamente, condicionados pelo direito internacional e por determinados instrumentos de direito positivado, em particular, às Convenções de Genebra ou de Haia; os grupos não têm quaisquer valores, para além da sua ideologia, a nortear a sua conduta de acção. Pelo contrário, grupos terroristas como o Daesh violam constantemente este tipo de valores, os quais são vistos como valores ocidentais e, portanto desprezíveis.

Quando o Daesh comete um atentado terrorista numa sala de espéctaculos em Paris ou no meio de um campo de futebol em Bagdad, visa precisamente violar estes valores de forma tão assertiva que este acto em si se torne numa forma de propaganda. A natureza desta propaganda permite aterrorizar os que comungam dos valores infringidos pelo terrorismo e, como tal, potencializa o medo criado em relação ao grupo terrorista. A imagem de poder projectada pelo terrorismo através do choque das opiniões publicas é uma forma de poder externo pois estimula a percepção dos outros actores em relação ao seu poder. Esta imagem de poder é potencializada pela ideia de impunibilidade e inevitabilidade que lhe está associada e que decorre da natureza não territorial da sua soberania, a qual permite que o grupo terrorista tenha grandes facilidades de mobilidade e de dispersão. Esta capacidade é uma componente importante da aterrorização que o terrorismo pretende estrategicamente alcançar. É esta arte negra praticada desde a antiguidade na história do terrorismo que o envolve de um certo misticismo e que pode suscitar o fascínio de tantos indivíduos.

³¹¹ Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, LSE International Studies.

Conclusões

Sob a égide da problemática “de que forma é que as alterações provocadas na balança de poder do Médio Oriente contribuíram para uma alteração do paradigma do terrorismo e se o terrorismo poderá, não apenas ser influenciado pelas alterações à balança de poder, mas também, ele próprio, influenciar estas mutações no poder político?” esta investigação procurou encerrar ou pelo menos contribuir para o debate sobre as alterações no fenómeno terrorista, e concomitantemente perceber o paralelismo entre este e as mutações na balança de poder do Médio Oriente. Ora, neste primeiro nível de análise procedeu-se a uma avaliação conceptual deste fenómeno com o intuito de que a mesma nos providenciasse um conhecimento profundo de terrorismo e, portanto, que nos permitisse perceber se ocorreu, em algum momento uma transformação do paradigma do terrorismo.

Sendo o terrorismo um problema transnacional que não conhece fronteiras e que ameaça diretamente a segurança nacional dos Estados, bem como a segurança internacional, acreditámos que encontraríamos no Direito Internacional uma ferramenta útil para a análise conceptual de terrorismo. Contudo, ao explorarmos os contributos do Direito Internacional para a problemática do fenómeno terrorista, verificamos que aparentemente existe no seio do mesmo, uma lacuna jurídica para a condenação do terrorismo, a qual deriva da ausência de uma concepção clara e inequívoca de terrorismo. Existem, entre os Estados da comunidade internacional, profundas divergências relativamente à concepção de terrorismo e graças a estas clivagens o Direito Internacional tem-se revelado ineficaz na apresentação de uma definição rigorosa e unanimemente aceite de terrorismo. Não obstante, na ausência de uma definição universal de terrorismo, tem sido produzido um vasto corpo doutrinário no quadro jurídico internacional oferecendo mecanismos de ação conjunta para a prevenção e para o combate ao terrorismo. Contudo existe um problema inerente a todas as Convenções e Protocolos ratificados pelos Estados que procuram combater o terrorismo, o qual reside no facto de que, embora os Estados concordem na assunção do terrorismo enquanto uma ameaça à paz e à segurança nacional e internacional, os Estados continuam a divergir relativamente à concepção de terrorismo, o que impede uma ação conjunta e coordenada de combate a este fenómeno.

Não obtendo respostas claras no direito internacional que nos permitissem alcançar uma compreensão do conceito de terrorismo, nem tão-pouco um quadro de respostas eficaz no combate ao mesmo, optámos deliberadamente pelo recurso à evolução histórica do terrorismo. Ao analisarmos as manifestações de terrorismo ao longo da história, verificámos o dinamismo e a mutabilidade do terrorismo, sendo-lhe inerente um contínuo processo de transformação e de evolução. Uma das primeiras constatações feitas é a de que o terrorismo, ao contrário do que o senso comum nos pode levar a deduzir, é um fenómeno tão antigo que poderemos encontrar vestígios ainda na Antiguidade Clássica. Ao analisarmos o terrorismo ao

longo da histórica conseguimos retirar algumas conclusões relativamente à sua natureza. A primeira é a de que o terrorismo pode ser adaptado a um vasto número de actores, independentemente dos valores defendidos ou dos propósitos almejados. O terrorismo tem sido praticado por grupos religiosos, por grupos seculares, por movimentos de esquerda e de direita, por impulsos nacionalistas ou separatistas, entre tanto outros, que os seus atos caberiam na definição. Com efeito, as particularidades do terrorismo enquanto estratégia de aplicação sistemática da violência simbólica, tornam-no adaptável a uma pluralidade de atores e a uma multiplicidade de ideologias. Até mesmo a premissa defendida por alguns autores, como Hoffman (2006), de que o terrorismo é sempre praticado por entidades não estatais poderá vir a constituir uma profunda reflexão, uma vez que as origens etimológicas do terrorismo enquanto fenómeno de “coersão política” (Cooper, 2001:883) derivam de um instrumento estatal de manutenção da ordem social num período de conturbada transição política. Assim, durante a Revolução Francesa o termo “terrorismo” é popularizado como sinónimo do então vigente Reino de Terror, implementado pelos jacobinos. Para os “terroristas” franceses mais emblemáticos como Robespierre existiria uma relação intrínseca entre o terror, a virtude e a democracia. Na sua lógica, em sociedades corruptas e contaminadas pelos vícios do nepotismo e da aristocracia, seria necessário recorrer uma ação que combinasse o terror com a virtude, de forma a expurgar os males da sociedade e abrir espaço para que a democracia vingasse. Concluímos, que nem sempre o terrorismo teve o carácter pejorativo que tem nos dias de hoje. Com efeito, a visão filantrópica de Robespierre é inspirada numa escola de pensamento que viria oferecer um grande contributo doutrinário ao terrorismo, a do tiranicídio, a qual por sua vez resgata alguns dos princípios da filosofia aristotélica. Produzida essencialmente por teólogos cristãos, esta escola de pensamento reflete sobre a legitimidade de assassinar um tirano e será resgatada pelos teóricos do terrorismo pois o assassinato de figuras políticas é uma das tácticas mais embrionárias do terrorismo e, portanto, recuperará do tiranicídio fontes de legitimidade para angariar apoio popular. No entanto, a ponte entre as duas escolas de pensamento acontece porque o assassinato do tirano, na visão dos filósofos gregos, não é um mero assassinato executado por motivações pessoais. O assassinato do tirano é legítimo quando é concretizado em prol do bem-comum e está intimamente relacionado com o terrorismo porque ele simboliza uma mensagem para os demais que enveredem pela via do nepotismo e da não perseguição do “bem-comum” -admitindo que a concepção de bem comum varia exponencialmente conforme as ideologias e os contextos sócio-culturais.

A operacionalização do terrorismo tem, assim, sofrido um processo constante de evolução e de transformação. Se, por exemplo, os grupos terroristas religiosos da Antiguidade, sicarii e assassinos, ou os terroristas revolucionários russos empreendiam um terrorismo extremamente discriminado que se baseava essencialmente em assassinatos de figuras políticas ou simbólicas; o mesmo tipo de discriminação dos alvos não acontecia entre os

terroristas irlandeses que aplicavam o terrorismo de forma completamente indiscriminada no centro das cidades inglesas sem fazer distinção entre civis, mulheres ou crianças.

No final da Segunda Guerra Mundial o terrorismo imanente dos movimentos nacionalistas dentro da esfera colonial, associa-se, em parte à guerra de guerrilha. Com efeito, em áreas mais rurais o terrorismo dá lugar à guerrilha, sendo que em zonas mais urbanas, o terrorismo mantém-se como a principal forma de luta, apenas mais intensa, algo que autores como Laqueur (2001) designaria de “terrorismo urbano” (p. 82). Ainda, neste contexto, o terrorismo incorporaria uma inovação estratégica: a de fornecer aos seus ataques o máximo de publicidade possível para que estes fossem visíveis não para o seu inimigo direto, mas para a opinião pública do seu inimigo. É aceite que toda a lógica estratégica do terrorismo assenta numa ideia de projetar a visibilidade da sua violência, de modo a causar o máximo de desconforto e medo possível no inimigo (tendencialmente mais forte), de modo a perturbá-lo, enfraquece-lo e levá-lo a aceder às reivindicações políticas do terrorismo. A inovação no terrorismo associados aos movimentos independentistas que surgiram na esfera colonial é a da percepção de que o inimigo não é, exclusivamente, perturbado e enfraquecido pelo terrorismo. O inimigo pode também ser coagido pela sua opinião pública quando esta simpatiza com as motivações do terrorismo e se compadece com a realidade vivida pelos grupos que o praticam. Esta estratégia associada ao terrorismo só é aplicável a casos em que o “inimigo” corresponde a um regime democrático, pois só neste tipo de sistema político é que se verifica a existência de uma opinião pública capaz de se assumir como agente activo de influência no processo decisório político. Para a concretizar de forma eficaz será necessário que os grupos terroristas alcancem dois objectivos junto desta opinião pública. O primeiro relaciona-se com a angariação de simpatia ideológica junto dessa opinião pública, tornando-se mais facilmente alcançado se houver recurso a uma reivindicação de valores em que esta se reveja como a liberdade ou o direito à auto-determinação (no caso de uma sociedade liberal). O segundo objectivo prende-se com o estabelecimento de uma empatia social que, tendencialmente, é alcançada pela força da publicidade que os seus atentados consigam produzir.

Esta lógica sofre uma inversão total no terrorismo contemporâneo, mais visivelmente a partir dos atentados do 11 de Setembro aos EUA. Motivado aparentemente por uma ideologia político religiosa, o terrorismo jihadista não procura necessariamente angariar simpatia ou empatia social junto das opiniões públicas dos seus inimigos. Contudo, são também elas um dos alvos do seu terrorismo, cujo papel é o de, igualmente, coagirem os seus governos a submeterem-se às reivindicações políticas do terrorismo jihadista, não através da empatia social mas através do pânico social. O protótipo jihadista de terrorismo orientado por ideais político religiosos que assola os dias de hoje difere, em larga medida, do terrorismo secular que desde o século XIX tem protagonizado a história do terrorismo. Com efeito, o terrorismo secular está tendencialmente associado à reivindicação de determinados objectivos ou

reformas políticas, representando a violência um meio para corrigir determinada particularidade do sistema ou para organizá-lo de forma diferente -consoante a ideologia em causa. Assim, o terrorismo secular tende a adoptar uma ação, embora nem sempre discriminada mas algo contida, uma vez que se procura invariavelmente resgatar algum apoio popular. O terrorista secular partilha um sentido de identidade com a audiência do seu terrorismo, algo que não acontece com o terrorista religioso. O terrorista religioso tende a encarar-se como alguém que está de fora do sistema, como uma alienação da ordem político social e o inimigo do terrorista religioso dilata-se para abranger todos os indivíduos que não partilhem a sua crença e/ou prática religiosa. A esta auto e inter percepção, é perigosamente acrescido ao terrorismo político que se move em função de doutrinas religiosas, os mecanismos de legitimação divina.

Assim, o terrorista religioso dificilmente pode ser dissuadido com base em lógicas de regulação do comportamento social racionais, pois ele resgata a mais poderosa das fontes de legitimação que é Deus em si. Este mecanismo de justificação divina associado ao sentimento de alheamento social e de repulsa cultural perante um inimigo que representa uma ameaça pela sua simples existência, torna-se mais destrutivo, ofensivo e radicalista. A esta natureza sui generis acresce-se o facto de que no mundo globalizado do século XXI o terrorismo tem à sua disposição meios que há algumas décadas atrás não teria. Assim, concluímos que a ameaça terrorista moderna apresenta transformações visíveis em relação à ameaça terrorista do passado. O terrorismo jihadista afigura mutações em termos de qualidade (graças aos meios de que dispõe), e em termos de carácter, graças a uma percepção dilatada do inimigo e à modelação da sua ação de acordo com princípios transcendentais divinos.

O terrorismo é moldado por um processo de constante dinamismo e adaptabilidade aos diversos atores que o praticam. Assim o terrorismo não será nunca exatamente o mesmo quando exercido por diferentes atores com diferentes meios, inspirados por antagónicas ideologias e em contextos político socio culturais distintos. Contudo, o terrorismo permanece como um instrumento de manipulação da violência simbólica para alcançar objectivos políticos, podendo no entanto, recorrer a diferentes tácticas e mesmo, adaptar, diferentes estratégias. Quando olhamos para o terrorismo contemporâneo averiguamos que este núcleo conceptual se mantém embora a extensão e a intensidade do terrorismo possam variar. Ao realizarmos de um exercício de análise profunda do terrorismo enquanto fenómeno conseguimos produzir e apresentar uma definição que o conceptualize:

o terrorismo é a aplicação sistemática da violência simbólica, ou a ameaça dela, que procura instalar um estado de medo e pânico generalizados num grupo mais alargado do que aquele que é imediatamente atingido pela sua ação, com o objectivo último de coagir o seu comportamento.

Ao produzirmos esta definição verificámos que o paradigma do terrorismo se mantém imutável no terrorismo contemporâneo, na medida em que ele parte de um modelo de manipulação da violência simbólica para a concretização de objectivos políticos, sendo os seus verdadeiros alvos uma audiência mais alargada do que aquela que é directamente afectada pelos seus ataques. Neste sentido, consideramos que o paradigma do terrorismo se mantém mas admitimos que o seu carácter possa ter sofrido alterações significativas. Esta mudança de carácter prende-se com uma natureza mais destrutiva e evasiva do terrorismo contemporâneo. Contudo, esta transformação de carácter terá já sido replicada, por exemplo quando o terrorismo transitou de uma aplicação sistemática da violência simbólica extremamente discriminada - como o era no caso dos Narodna Volya russos - para uma aplicação da violência simbólica extremamente indiscriminada - como o foi no caso da aplicação da campanha do dinamite por parte dos terroristas irlandeses. No entanto, estas transformações correspondem a mutações de carácter, sendo que o paradigma se mantém relacionado com a violência simbólica conduzida por objectivos políticos.

Concluído o primeiro nível de análise, passamos então para o segundo nível de análise que se prende com a relação entre as mutações na balança de poder no Médio Oriente e a génese/desenvolvimento do novo terrorismo. (Continua a fazer sentido usar a expressão “novo terrorismo” em relação à sua natureza operacional e ao seu carácter pois o facto de ser novo não implica que seja radicalmente diferente). Ora, desde o final da Primeira Guerra Mundial que o Médio Oriente tem sofrido inúmeras alterações à balança de poder regional, as quais produziram desequilíbrios internos e transnacionais nas sociedades dos povos árabes que se revelaram cruciais para a consolidação do terrorismo jihadista que conhecemos hoje. Uma das mais relevantes resulta da transformação total da paisagem geopolítica da região com o desmoronamento do império Otomano. A transição de uma entidade política para uma dezena delas foi edificada a partir de alianças de interesses alheios aos povos árabes e deixaram profundas cicatrizes nos seus tecidos sociais.

O processo de construção do Estado-Nação, na maioria dos países do Médio Oriente, foi feito com base numa certa alienação das populações locais, o que provocou, não só tensões étnicas e religiosas entre as diversas culturas concentradas nas áreas internas fronteiriças, como abriu espaço para a sedimentação de vácuos identitários, que foram, parcialmente, preenchidos com doutrinas islâmicas conservadoras e, por vezes, radicalistas, criando-se a partir daqui um movimento reformatório cujas nuances mais extremistas desabrocharam no jihadismo salafista. A consolidação deste jihadismo salafista ocorre na guerra do Afeganistão, na qual o radicalismo religioso foi, em larga medida, fomentado pelos serviços de intelligence americanos e paquistaneses, bem como pelas organizações não governamentais sauditas, de forma a potenciar a mobilização de um exército árabe contra a União Soviética numa espécie de deja vu da Primeira Guerra Mundial. No Afeganistão cria-se, sob supervisão e comando de Azzam, o jihadismo transnacional, o qual a partir da sua morte passou a ser liderado por

Osama bin-Laden e personificado pela al-Qaeda. De particular relevância terá sido, também o desequilíbrio provocado pela retração do patrocinador soviético aos países que giravam na sua órbita. Alguns, como o Irão, a Síria ou a Líbia sem o apoio do hegemon soviético, tornaram-se mais criativos na persecução dos seus objectivos de política externa, passando, por vezes a patrocinar grupos terroristas. Este apoio a grupos terrorista generalizou-se, como arma de política externa no Médio Oriente, tornando-se num impulso importante para a consolidação do movimento jihadista.

Se a queda da União Soviética abriu caminho para a hegemonia americana na região, a Primeira Guerra do Golfo veio demonstrar a assertividade da mesma. As demonstrações de força e a presença militar americana em locais sagrados da cultura islâmica, durante os primeiros anos da década de noventa, provocaram um exacerbado mal-estar no movimento jihadista, tornando-se os EUA o inimigo nº1 da al-Qaeda. Os atentados de 2001 mostraram ao mundo o jihadismo e a Guerra Contra o Terror obrigou-o a reinventar-se, passando, este a assumir uma estrutura descentralizada. Nesta reestruturação organizacional do jihadismo o comando central da al-Qaeda continua a ser relevante, contudo, deixa de ser central e as organizações afiliadas tornaram-se a âncora de resiliência do jihadismo. Esta descentralização organizacional implicou uma maior diferenciação ideológica e estratégica no seio da al-Qaeda, visto que algumas filiais terroristas gozavam de relativa independência operacional, tática e estratégica, contando com a al-Qaeda para financiamento e apoio logístico. A al-Qaeda do Iraque que se transformou no auto-proclamado Estado Islâmico é a representação máxima desta questão.

A invasão de 2003 teve um duplo efeito para o jihadismo, tendo por um lado, o colapso político e social do Iraque aberto as portas do país ao terrorismo, mas por outro, o forte dispositivo militar americano impossibilitado a propagação do mesmo. No entanto, a repentina retirada das tropas americanas do Iraque e o caos instalado no seguimento das mutações políticas e sociais que ocorreram no contexto da Primavera Árabe materializaram-se num novo ímpeto para o jihadismo, o qual não foi desperdiçado. A ascensão do auto-proclamado Estado Islâmico ou Daesh está intimamente relacionado com esta mutação das relações de poder entre o hegemon americano e os seus Estados-clientes, nomeadamente o Iraque pós-1991/2003. Assim, apercebemo-nos de que o desenvolvimento do terrorismo está, visivelmente, relacionado com transformações nas dinâmicas de poder regionais, as quais parecerem ter-lhe conferido ressentimentos ideológicos, capacidades materiais e espaço político para crescer. Mantendo uma seriedade intelectual e considerando que o terrorismo jihadista moderno não corresponde a um produto exclusivo das instabilidades e dos vácuos políticos, sociais e culturais criados pelas transformações na balança de poder regional; torna-se seguro afirmar que existe uma relação de fomento e de potenciação do terrorismo por parte destas transformações nas relações de poder regionais.

Concluimos, no segundo nível de análise, que existe uma relação entre as alterações na balança de poder do Médio Oriente e o terrorismo moderno.

Com efeito e sendo o terrorismo influenciado pelas transformações de poder no Médio Oriente, poderá também ele ser agente de interferência ou mesmo de mutação das mesmas, assim no decorrer desta investigação sentimos necessidade de enquadrar o fenómeno terrorista e as conseqüentes alterações que este fenómeno provocou no Médio Oriente. Para este efeito, tornou-se essencial inserirmos o nosso objecto de estudo num nível de análise sistémico que nos permitisse produzir uma reflexão desprovida de subjetivismos e condicionalismos. Assim, optámos pelo apoio epistemológico da racionalização sistémica neorrealista proposta por Kenneth Waltz para concretizar este objectivo, partindo das hipóteses oferecidas por Waltz e, neste sentido, auferimos que o terrorismo só poderá figurar no sistema internacional neorrealista se cumprir duas condições gerais:

- ser como uma unidade formalmente indiferenciada e;
- estar inserido na estrutura internacional anárquica.

Assim, e como podemos observar na figura 1, a estrutura internacional formulada por Waltz, seria anárquia, e os agentes corresponderiam exclusivamente aos Estados, os quais apesar do seu carácter móvel (construído através da maximização de poder e da formação de alianças), não poderiam alterar a estrutura *per se*, dada a natureza anárquica da estrutura.

Figura 1 - Estrutura Internacional Waltzian

Fonte: Diagrama realizado pela autora

Ao procedermos a esta investigação concluímos que os grupos terroristas devem ser considerados como unidades do sistema internacional. Isto não significa que os grupos terroristas sejam iguais aos Estados, até porque têm uma natureza completamente diferente daquela dos Estados. Contudo, os grupos terroristas também não são como outros atores não estatais das relações internacionais. Desviantes da tradicional concepção de um ator não estatal e antagónicos à concepção de ator estatal, os grupos terroristas podem ser, no entanto, uma unidade da estrutura. Apesar da fixação territorial não ser uma constante no paradigma do terrorismo, os grupos terroristas conseguem, não obstante, exercer plena autoridade sob uma comunidade política própria e demarcada das restantes. Com diferentes capacidades dos Estados, os grupos terroristas apresentam, contudo semelhantes funcionalidades na medida em que têm mecanismos próprios de promoção da organização, coesão e ordem da sua comunidade política, na qual concentram a maioria das suas atividades. Paralelamente, os grupos terroristas, como qualquer outra unidade da estrutura, revelam ser dotados de plena autonomia. Esta autonomia é garantida pela sua capacidade de se defenderem e pela arquitetura dos sistemas económicos e ideológicos que gerem. Os

grupos terroristas devem ainda, ser considerados como uma unidade do sistema internacional pois o princípio cardinal de toda a sua ação é a sobrevivência, pelo que o grupo terrorista vive incessantemente numa procura dialética entre a sobrevivência e o aumento de poder.

Sendo a anarquia o princípio ordenador da estrutura internacional, os grupos terroristas, embora nasçam dentro de sistemas hierárquicos, desenvolvem-se no seio da anarquia característica das relações internacionais. Com efeito, ao analisarmos os grupos terroristas como parte integrante da estrutura anárquica, na qual, unidades soberanas lutam para sobreviver, tornar-se-á possível explicar, refletir e prever as relações internacionais de forma mais completa pois, estes atores são incontornavelmente parte delas. Assim, aplicarmos as dinâmicas da racionalização sistemática de Waltz ao terrorismo permitiu analisar e prospetivar o comportamento dos grupos terroristas, porém com um grau de incerteza superior ao exercício dos Estados. Com efeito, apercebemo-nos que os grupos terroristas se envolvem em dinâmicas que os Estados e são apanhados nos mesmos dilemas que as restantes unidades do sistema, nomeadamente, nos dilemas de segurança e na necessidade de balançar poderes para garantirem a sua sobrevivência. Na sua busca pela sobrevivência os grupos terroristas recorrem a mecanismos de reforço de poder internos e externos que determinam a sua capacidade de se manterem no jogo. Ao lutarem pela sobrevivência no sistema de autoajuda, os grupos terroristas, que baseiam a sua ação num princípio de racionalidade, são forçados a balançar consoante as percepções de poder que constroem relativamente aos demais atores. Da mesma forma, os restantes atores, nomeadamente os Estados também atuam com base na percepção de poder que criam relativamente aos grupos terroristas. Este facto conduz à aplicação por parte dos Estados das tradicionais lógicas de balança de poder em relação aos grupos terroristas. Ao deslocarmos os grupos terroristas de um nível de análise isolado -concentrado exclusivamente na desconstrução das motivações ideológicas que retoricamente guiam a ação do terrorismo e restrito à observação do terrorismo num espaço geográfica e politicamente limitado por fronteiras que muitas vezes são apenas jurídicas- para um nível de análise mais amplo e abrangente, onde a nossa reflexão seja enquadrada num nível de racionalização sistémica, conseguiremos obter uma visão global, simples e padronizada acerca do comportamento e das dinâmicas do terrorismo. A adoptarmos este padrão de análise conseguimos usufruir dos benefícios oferecidos pela doutrina neorrealista e “despir” o terrorismo de relativismos ou de camuflagens ideológicas, fazendo uma análise bem mais intuitiva do seu comportamento. Ao fazê-lo apercebemo-nos de que a ação dos grupos terroristas influencia os restantes atores do sistema e, simultaneamente, a ação dos restantes atores do sistema é influenciada pelos grupos terrorista. Ora, esta é a natureza do sistema internacional neorrealista. Os grupos terroristas interagem no sistema internacional como unidades e, não só são afectados pelas alterações na balança de poder, mas também são capazes de provocar alterações na balança de poder. Com o fim da configuração bipolar da estrutura, característica da Guerra Fria, em 1991; e após o término da unipolaridade dos EUA em 2001, alguns autores (Buzan, 1991, Smith, 2007; Reis, 2014) apontam que o quadro de

multipolariedade que se seguiria poderia apresentar características bastante diferentes das prévias distribuições de capacidades verificadas no sistema. Neste sentido, os autores argumentam que, neste quadro de multipolariedade se poderia prever um amadurecimento da anarquia no sistema internacional. Este amadurecimento ocorreria através de um incremento na regulação internacional, o qual se edificaria partindo de um quadro de governança cada vez mais global. Contudo, os novos problemas que se impõem aos Estados apresentam uma natureza muito particular, uma vez que não são criados pelos Estados mas, dificilmente, são resolvidos exclusivamente no quadro desta governança global. Estes novos problemas que afectam os Estados, não sendo criados por eles, têm de ser resolvidos pelos Estados, pois podem colocar em causa as suas capacidades de poder e até, a sua sobrevivência. A crise de económico-financeira de 2008 e o terrorismo, enquanto uma das principais ameaças à segurança dos Estados, espelham a realidade descrita, uma vez que correspondem a problemas que, embora não tenham sido criados pelos Estados, intersectam os mesmos e exigem uma resposta por parte dos países. Continuam a ser os Estados a responder a estes desafios, o que denota que apesar da dilatação da governança global a estrutura se mantém anárquica na sua natureza.

Tal como Duarte (2007) nos adverte o terrorismo corresponde a uma estratégia ou a uma tática subversiva, a qual procura sempre o reconhecimento como unidade política, seja ela um Estado ou algo que se aproxime de um Estado. A insurgência de novos desafios como o terrorismo permite-nos concluir que, e não obstante os atores terroristas não se poderem considerar unidades semelhantes aos estados, nem tão-pouco operarem no mesmo quadro normativo e regulatório da anarquia madura; a sua capacidade de alterar o comportamento das outras unidades e de condicionarem a anarquia estrutural, permite-nos perfilhá-los como *filhos* da anarquia madura, numa estrutura cada vez mais fluida, como podemos observar na **figura 2**.

Figura 2 - Estrutura Internacional Atual

Fonte: Diagrama Realizado pela autora

A partir desta investigação podemos retirar três conclusões basilares:

1. O terrorismo não sofreu uma alteração do seu paradigma. Embora tenha sofrido uma alteração no seu carácter -mais destrutivo e radical- o seu paradigma continua essencialmente relacionado com a persecução de objectivos políticos através da aplicação sistemática da violência simbólica.
2. O terrorismo é influenciado pelas alterações da balança de poder. Mais especificamente o terrorismo moderno jihadista apresenta uma relação de crescimento e potenciação proporcional às mutações nas relações de poder do Médio Oriente. O terrorismo provoca, também ele, alterações à balança de poder.
3. O terrorismo reúne, aparentemente, as condições necessárias para se considerar uma unidade do sistema internacional neorrealista. O terrorismo é um agente das relações internacionais capaz de influenciar e afectar -mesmo que seja de forma modesta- a distribuição das capacidades do sistema.

Direcções Futuras para a Investigação

Concluída esta investigação e de acordo com as conclusões alcançadas consideramos que seria útil num futuro próximo proceder a um estudo do terrorismo que parta do seu enquadramento na estrutura neorrealista internacional. Ao assumirmos o terrorismo como um agente do sistema internacional proposto por Waltz, será possível a partir daqui, elaborar uma padronização do seu comportamento. A análise sistemática do terrorismo enquanto agente da estrutura internacional permitirá chegar a uma compreensão mais profunda e simultaneamente mais objectiva do terrorismo e do seu papel nas relações internacionais. Enquadrar o terrorismo neste nível de intelectualização sistémico contribuiria para uma percepção clara e rigorosa do terrorismo, podendo mesmo esta ser extrapolada para uma predição do seu comportamento. O contributo deste projecto é o de se tornar num ponto de partida para uma linha de investigação que nos permita usufruir das vantagens da doutrina neorrealista aplicada ao terrorismo. Os benefícios fundamentais do neorrealismo prendem-se com a capacidade singular que esta escola de pensamento tem de, através de uma análise objectiva e sistémica, nos oferecer uma profunda compreensão, explanação e predição da realidade. Assim, a presente investigação poderá ser assumida como uma base que oferece os alicerces para a construção de novas linhas de investigação vocacionadas para uma padronização do terrorismo assente na análise empírica e doutrinal deste fenómeno.

Bibliografia

Alloul, Jaafar (2010-2011). The “Shia” a Crescent Theory: Sectarian Identity or Geopolitics of Religion? *Universiteit Gent -Faculty of Arts and Philosophy*. Department of Languages and Cultures of the Near East and North Africa.

A.-Qaeda: Declarations & Acts of War (s.d) *The Heritage Foundation* [página Web] [consultado a 20 de Novembro de 2015] disponível em: <http://www.heritage.org/research/projects/enemy-detention/al-qaeda-declarations>

Arab Revolutions, Geostrategic Balances and Interactions. (2012). *Arab Center for Reseach & Policy Studies*, Policy Analysis Unit.

Acherman, Bruce (2006). *Before the Next Attach: Preserving Civil Liberties in na Age of Terrorism*, New Haven, Londres, Yale University Press.

Arango, Tim & Schmidt, Michael S. (2011). Last Convoy of American Troops Leaves Iraq, *The New York Times* [consultado a 20 de Fevereiro] disponível em: http://www.nytimes.com/2011/12/19/world/middleeast/last-convoy-of-american-troops-leaves-iraq.html?_r=0

Aras, Bulent & Falk, Richard (Março de 2015) Authoritarian “geopolitics” of survival in the Arab Spring, *Third World Quaterly*, 36, 2, pp.322-336.

Angel, Danielle (2015). The Arab Spring & Terrorism, *Senior Honors Capstone*.

Attkisson, Sharyl (12 de Março de 2015). How Arab Spring Opened the Door to Terrorism Ugly’s March, *The Daily Signal* [Consultado a 30 de Janeiro de 2016] disponível em: <http://dailysignal.com/2015/03/12/arab-spring-opened-door-terrorisms-ugly-march/>

Ayyob, Mohammed (Setembro 2012). *The Arab Spring: Its Geostrategic Significance*, Institute for Social Policy and Understanding. Policy Brief

Barret, Richard (Novembro de 2014). The Islamic State, *The Soufan Group*.

Barker, Gideon; Bartelson, Jens (2009) *The Future of Political Community*, Londres e Nova Iorque, Routledge

Barzegar, Kayhan (2007-08). Iran, New Iraq and the Persian Gulf Architecture, *The Iranian Journal of International Affairs*, XX, 1, pp: 93-110.

BBC News (14 de Fevereiro de 2016) Syria conflict: France urges end to turkish assault on kurds [consultado a 28 de Março de 2016] disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35572747>. E Sherloch, Ruth & Malouf, Carol (12 de Junho de 2014). Iraq Crisis: al-Qaeda forces battle kurdish fighters n the frontline of a new war, The Telegraph [consultado a 28 de Março de 2016] disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iraq/10896557/Iraq-crisis-al-Qaeda-inspired-forces-battle-Kurdish-fighters-on-the-frontline-of-a-new-war.html#>

BBC News (14 de Maio de 2015) Islamic state releases “al-Baghdadi message” [consultado a 1 de Março de 2016] disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32744070>

Bukar, David (2016). *Islam and The Infidels: The Politics of Jihad, Dawah and Hijrah*, New Brunswick, New Jersey, Transaction Publishers [consultado a 10 de Abril de 2016] disponível em:

https://books.google.pt/books?id=e3emCwAAQBAJ&pg=PT52&lpg=PT52&dq=Da%E2%80%99wah+lesser+jihad&source=bl&ots=QzCDNp1mK7&sig=Nc9-812RIH_TkP9iqr4bf6SZoeM&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjZipCryYTMAhXH1xQKHQ2xCSUQ6AEIMjAD#v=onepage&q=Da%E2%80%99wah%20lesser%20jihad&f=false

Bunzel, Cole (Março de 2015) From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State, *Center for Middle East Policy at BROOKINGS*, nº19.

Buzan, Barry; Waeber, Ole; Wilde, Jaap de (1998) *Security: A New Framework for Analysis*, Londres, Lynne Rienner Publishers.

Buzan, Barry (2002). As implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais, *Contexto Internacional*, 24, 2, pp. 233-265.

Buzan, Barry (2004). *From International to Worlds Society? English School of Thought and the Social Structure of Globalisation*, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne, Cape Town, Singapore, São Paulo, Cambridge University Press.

Buzan, Barry & Gonzalez-Pelaez, Ana (2009) *International Society and the Middle East: English School Theory at the Regional Level*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

Byman, Daniel (2005). *Deadly Connections: States that Sponsor Terrorism*, Cambridge, Nova Iorque, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo, Cambridge University Press.

Cafiero, Giorgio & Wagner, Daniel (2015). Four Years After Gaddafi, Libya is a Failed State, *Foreign Policy in Focus* [consultado a 20 de Fevereiro de 2016] disponível em: <http://fpif.org/four-years-after-gaddafi-libya-is-a-failed-state/>.

Callaghan, Marty (2006). *Blood and Oil: The Middle East in World War I* [ficheiro em vídeo] Inecom Entertainment Company.

Çakmak, Cenap (2015). The Arab Spring and the Shiite Crescent: Does Ongoing Change Serve Iranian Interests?, *The Review of Faith & International Affairs*, 13:2,52, 63,DOI: 10.1080/15570274.2015.1039299.

Campos II, Joseph H. (2007). *The State and Terrorism: national security and the mobilization of power*. disponível em: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=MzqZlTKEnNgC&oi=fnd&pg=PP11&dq=State+and+Terrorism+Campos+II&ots=_zFgu4C3rE&sig=GceTMhsdphE3Dnn6SfdzFesMSk&redir_esc=y#v=onepage&q=State%20and%20Terrorism%20Campos%20II&f=false [consultado a 2 de janeiro de 2016]

Chaliand, Gérard & Blin, Arnauld (2008), *History of Terrorism: from antiquity to al-Qaeda*, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press.

Chari, Chandra (2008). *War, Peace and Hegemony in a Globalized World: The changing balance of power in the twenty-first century*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

Cho, Il Hyun (2015). *Global Rogues and Regional Orders: The multidimensional Challenge of North Korea and Iran*, *Oxford Scholarship Online*, DOI:10.1093/acprof:oso/9780199355471.001.0001

Chomsky, Noam (6 de Abril, 2002), *The New War on Terrorism* [ficheiro em vídeo] [consultado a 20 de Janeiro de 2016] disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PsZLZLD9m7g>

Chomsky, Noam (2003). *Iraque: Assalto ao Médio Oriente* (Ana Barradas trad.), Lisboa, Antígona

Chorão, João bigote (2002) *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, 3ª edição, Século XXI, 23, Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo.

Claire Sterling, *Thieve's World: The Threat of the New Global Network of Organized Crimes*, disponível em: <http://privateattorneygeneral.spruz.com/gfile/75r4!-!GKEEFJ!-!lrzor45!-!GIJEFEFH-QGGJ-HSJM-NFQI-FJKGKGEQRQFK!-!72y1nq/407e51b6-46b2-4b58-baac-fde266e95484.pdf>

Clapper, James R. (9 de Fevereiro de 2016). *Worldwide Threat Assessment of US Intelligence Community*. Senate Select Committee on Intelligence,

Coady, G.A.J. (2004). *Terrorism, Morality and Supreme Emergency*, *Philosophy*, pp. 772-789

Coll, Steve (19 Julho de 1992). Anatomy of a Victory: CIA's Covert Afeghan War, Washington Post, disponível em: <http://www.globalissues.org/article/258/anatomy-of-a-victory-cias-covert-afghan-war>

Coll, Steve (2005). *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001*, Londres, Penguin Books.

Convenção Árabe para a Supressão do Terrorismo, Cairo, 22 de Abril de 1998, Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes.

Cooper, H. H. A. (2001), Terrorism: The Problem of Definition, *Revisited American Behavioral Scientist*, 44(6), pp 881-893.

Costa, Sandra Liliana (2010). O Pensamento Islâmico Radical e as Redes Terroristas na Europa: As Correntes de Pensamento no Interior do Islamismo, *FCT POCI FEDER*. [consultado a 26 de Dezembro de 2016] disponível em: http://www1.eeg.uminho.pt/riap/cp/ceupinto/ProjectoFCT/WP_UM_Texto%20correntes%20de%20pensamento%202.pdf

Coutinho, Luís P. Pereira (2011). *A Realidade Internacional: introdução à teoria das relações internacionais*, Coimbra e Lisboa, Coimbra Editora.

Couto, Richard A. (2010). The Politics of Terrorism: Power, Legitimacy and Violence, 6, 1, pp.63-81.

Crenshaw, Martha (1981). The Causes of Terrorism, *Comparative politics*, 13, 4, pp. 379-399

Cronin, Audrey Kurth (Março/Abril de 2015) ISIS is Not a Terrorist Group, *Foreign Affairs* [consultado a 30 de Setembro de 2016] disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/isis-not-terrorist-group>

Cunha, Agostinha Paiva da (2009). Conhecer o Islão, *Cadernos IDN*, II, 3.

Diário de Notícias (13 de Fevereiro de 2016) Nasceu uma “nova Guerra Fria” avisa a Medvedev [consultado a 15 de Março de 2016] disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/nasceu-uma-nova-guerra-fria-avisa-a-medvedev-5028196.html>.

Dearden, Lizzie (14 de Outubro de 2014). “The World is Against Isis“ Barack Obama says as international coalition forms a strategy, *The Independent* [consultado a 23 de Março de 2016] disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/the-world-is-against-isis-barack-obama-says-as-international-coalition-forms-strategy-9794896.html>

Duarte, Felipe Pathé (2007). *Crepúsculo da Razão: Considerações sobre o Terrorismo Pós-Guerra Fria*, Lisboa, Prefácio.

Duarte, Felipe Pathé (2011), Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão?, *Nação e Defesa*, 5ª, 128, pp. 215-243.

Duarte, Felipe Pathé (2015). O Islamismo como Ideologia Política de Carácter Secular, *Relações Internacionais*, 45, pp. 097-110.

Duarte, Felipe Pathé (2015). *Jihadismo Global das Palavras aos Actos: al-Qaeda, Estado Islâmico e o Império do Terror*, (s.l.) Marcador.

Duurma, Jori (20 Dezembro 2008). Definition of Terrorism and Self-Determination, Harvard International Review, [consult. 10 Dezembro 2015] disponível em: <http://hir.harvard.edu/definition-of-terrorism-and-self-determination/>

Engel, Andrew (2014). Libya as a Failed State, The Washinston Institute Policy Analysis [consultado a 20 de Fevereiro de 2016] disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/libya-as-a-failed-state-causes-consequences-options>

Esfandiary, Dina &Tabatai, Ariane (2015). Iran, ISIS's Foreign Policy, *International Affairs*, 91, 1, pp:1-15.

Espinosa, Ángeles (15 Março de 2015). Arabia Saudí envia tropas a Bahréin, El País [consultado a 12 de Março de 2016] disponível em: http://elpais.com/diario/2011/03/15/internacional/1300143613_850215.html.

Fidler, David (2008). A Theory of Open-Souce Anarchy, *Indiana Journal of Global Studies*, 15, 1, pp.258-284

Fishman, Brian & Felter, Joseph (2007) Al-Qaida's foreign Fighters in Iraq - A First Look at the Sinjair Records, *Combating Terrorism Center*, DOI: 8459388495;

Frair, Christine & Ganguly, Sumit (2008). *Treading on Hallowed Ground: Counterinsurgency Operations um Sacred Spaces*, Nova Iorque, Oxford University Press.

Freedman, Robert Owen (1998). The Middle East and the Peace Process: The impact of the Oslo Accords, *The Arab Studies Journal*, 6/7, 2/1, pp. 144-150.

Friedland, Elliot (2015). Special Report: The Muslim Brotherhood, *The Clarion Project* [consultado a 13 de Fevereiro de 2016] disponível em: <https://www.clarionproject.org/sites/default/files/Muslim-Brotherhood-Special-Report.pdf>

Ganor, Boaz (2015). *Global Alert: The Rationality of Modern Islamist Terrorism and the Challenge to the Liberal Democratic World*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Galito, Maria Sousa (2013). Terrorismo: conceptualização do fenómeno. *CEsA* [consultado a 1 de outubro de 2016] disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP117.pdf].

Garcia, Francisco Proença (2006) O Fenómeno Subversivo na Actualidade: Contributos para o seu Estudo, *Nação e Defesa*, 3, 114, pp.169-193;

Gaub, Florence & Pawlak, Patryk (Outubro 2013) Sykes-Picot and Syria, European Union Institute for Security Studies, nº13.

Gilpin, Robert (1981). *War and Change in World Politics*, Nova Jersey, Princeton University Press.

Global Terrorism Index: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism (2015) Center for Economics & Peace

Global Security Organization (s.d) Anti Soviet Mujahidin [página Web] [consultado a 1 de Março de 2016] disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/mujahideen.htm>

Godarzi, Jubin M. (2013). Syria and Iran: Alliance Cooperation in a Changing Regional Environment, *Ortadoğu Etütleri*, 4, 2, pp.31-54.

Griffiths, Martin (2005). *encyclopedia of international relations and global politics*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

Hashim, Ahmed S. (2014) From al-Qaeda Affiliate to the Rise of the Islamic Caliphate: The Evolution of the Islamic State of Iraq and Sirya, *Institute of Defense and strategic Studies (IDSS), S. Rajaratnam of International Studies (RSIS), Nanyang Technological University (NTU), Singapura*. [consultado a 29 de Março de 2016] disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2014/12/PR141212_The_Evolution_of_ISIS.pdf

Hegghammer, Thomas (2009). *Jihadi-Salafis or Revolutionaries? On Theology and Politics in the Study of Militant Islamism* In: Meijer, Roel (ed.) *Global Salafism: Islam's New Religious Movement*, Nova Iorque, Columbia University Press. Pp. 244- 266..

Held, David & Ulrichsen, Coates (26 de Fevereiro de 2014) The Arab Spring and the Changing Balance of Global Power, *Open Democracy* [consultado a 3 de Março de 2016] disponível em: <https://www.opendemocracy.net/arab-awakening/david-held-kristian-coates-ulrichsen/arab-spring-and-changing-balance-of-global-power>.

History of Muslim Brotherhood. (2 abril, 2015). *Bedford Row*, [consultado a 13 de janeiro de 2016] disponível em: <http://9bri.com/wp-content/uploads/2015/04/Report-on-the-History-of-the-Muslim-Brotherhood1.pdf>

Hoffman, Bruce (2006). The Use of the Internet By Islamic Extremist, *RAND Corporation*, [consultado a 30 de Março de 2016] disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/testimonies/2006/RAND_CT262-1.pdf

Hoffman, Bruce (2006). *Inside Terrorism*, Nova Iorque, Chicester, West Sussex, Columbia University Press.

Holbrook, Donald (Dezembro de 2012). Al-Qaeda Responses to the Arab Spring, *Perspectives on Terrorism*, 6, 6.

Human Rights Watch (2015). *World Report* [Relatório] [Consultado a 1 de Janeiro de 2016] disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/wr2015_web.pdf.

Human Rights Watch (5 de Abril de 2016). Iraq: Women Suffer Under ISIS: for sunnis, lives curtailed; for yezidis, new accounts of brutal rapes, *press release* [consultado a 3 de Janeiro de 2016] disponível em: <https://www.hrw.org/news/2016/04/05/iraq-women-suffer-under-isis>

Human Rights Watch (14 de Abril de 2015). Iraq: ISIS Escapees Describe Systematic Rape, *press release* [consultado a 3 de Janeiro de 2016] disponível em: <https://www.hrw.org/news/2015/04/14/iraq-isis-escapees-describe-systematic-rape>

Jenkins, Brian Michael (1980). The Study of Terroris: Definitional Problems, *The Rand Paper Series*, [consultado a 3 de Novembro de 2016] disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2006/P6563.pdf>

Jihadology (12 de Julho de 2014). al-Ḥayāt Media Center presents a new video message from The Islamic State: “al-Ghurabā’: The Chosen Few of Different Lands: Abū Muslim from Canada” [ficheiro em vídeo] [consultado a 25 de Janeiro de 2016] disponível em: <http://jihadology.net/2014/07/12/>

“Join the Caravan” [página Web] disponível em: https://archive.org/stream/JoinTheCaravan/JoinTheCaravan_djvu.txt

Johnston, Ian (3 de Setembro de 2014). The rise of isis: terror group now controls an area the size of Britain, expert claims, The independent [consultado a 1 de Abril de 2016] disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/the-rise-of-isis-terror-group-now-controls-an-area-the-size-of-britain-expert-claims-9710198.html#gallery>

Kaye, Dalia Dassa & Wehrey, Frederic & Grant, Audra K. & Stahl, Dale (2008) More Freedom, Less Terror? Liberalization and Political Violence in the Arab Worlds, *RAND Corporation*, DOI: 2008031591

Kaufman, Michael T. (31 Outubro, 2002). Jacques Massu, 94, General Who Led Battle of Algiers, New York Times, [consultado a 27 de dezembro de 2015] disponível em: <http://www.nytimes.com/2002/10/31/world/jacques-massu-94-general-who-led-battle-of-algiers.html>

Kean, Thomas H. et. All (22 de Julho de 2004) The 9/11 Commission Report [consultado a 27 de Fevereiro de 2016] disponível em: <http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>

Khan, L. Ali (2006) *A Theory of International Terrorism: understanding islamic militancy*, Leiden, Boston, Martinus Nijhoff Publishers.

Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*, Penguin Press.

Kunzle, David (1995). *The Murals of Revolutionary Nicaragua 1979-1992*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press

Kuperman, Alan J. (Março/Abril de 2015). Obama's Libya Debacle: How a Well-Meaning Intervention Ended in Failure, Foreign Affairs [consultado a 20 de Fevereiro de 2016] disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/obamas-libya-debacle>

Laqueur, Walter (1999). *The New Terrorism: fanaticism and the arms of mass destruction*, Nova Iorque, Oxford, Oxford University Press.

Laqueur, Walter (2001), *History of Terrorism*, Nova Iorque: Little, Brown&Co.

Lawrence, Bruce (2005). *Messages to the World: the statements of Osama bin-Laden*, Londres, Nova Iorque, Verso.

Lima, Alexandre et. all (1983). *Dicionário de Política*, 11ª edição, Vol. 1, Editora UnB.

Lindley-French, Julian & Boyer, Yves (2012). *The Oxford Handbook of War*, Oxford, Oxford University Press.

Lust, Ellen (2013). *The Middle East*, Thousand Oaks, California, SAGE - CQ Press.

Manciulli, Andrea (Novembro de 2015) Daesh: The Challenge to Regional and International Security, Mediterranean and Middle East Special Group, NATO Parliamentary Assembly.

Mapping Militant Organizations: The Islamic State. (s.d.) *Stanford University*, [consultado a 10 de Outubro de 2015] disponível em: <https://web.stanford.edu/group/mappingmilitants/cgi-bin/groups/view/1>

Martins, Raúl François Carneiro (2010). Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”, *IDN Cadernos*.

Matusitz, Jonathan (2013). *Terrorism & Communication: a critical introduction*, Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura, Washington DC, Thousand Oaks Sage.

Milton-Edwards, Bverley (2005). *Islamic Fundamentalism since 1945*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylis & Francis Group.

Moniquet, Claude (2013). The Involvement of Salafism/Wahabism in the support and Supply of Arms to Rebel Groups Around the World, [Report] Bruxelas, Directório Geral de Política Externa da União Europeia, Departamento de Política.

Morgenthau, Hans J. (1985) [1948]. *The Balance of Power*, In Thompson, Kenneth W. (Ed.). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, McGraw-Hill Inc. pp. 237-257

Moreira, Adriano (1991). O Poder e a Soberania, *Nação e Defesa* [consultado a 15 de Março de 2016] disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2733/1/NeD57_AdrianoMoreira.pdf.

Moreira, Adriano (2006), *Teoria das Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, UniverCidade.

Morgan, Patrick M.; Wirtz, James J. (2009). *Complex Deterrence - Strategy in Global Age*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.

Mueller, Karl P. & Castillo, Jasen J. & Motgan, Forrest E. & Pegahi, Negeen & Rosen, Brian (2006). Striking First: Preemptive and Preventive Attack in U.S. National Security Policy, *Rand Project Air Force*.

Nações Unidas (2016). Databases: Textos e Estatutos das Convenções das Nações Unidas para o Terrorismo [Em linha] Colecção de Tratados, [consultado a 16 de Novembro de 2015] disponível em https://treaties.un.org/Pages/DB.aspx?path=DB/studies/page2_en.xml

Nações Unidas, Departamento de Informação Pública (2001). Assembly Hears Call for Definition of Terrorism, United Nations, Press Release;

NATO (2015) Daesh Information Campaign and Its Results. Results of the Study, NATO StatCom COE.

Niou, Emerson M.S. & Ordeshocok, Peter C. & Rose, Gregory, F. (1989). Balance of Power: Stability in International Systems, Cambridge, Nova Iorque, Port Chester, Melbourne, Sydney, Cambridge University Press.

Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar (2005), *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*, (s.l.) Elsevier Editora Ltd.

Nye, Joseph S. & Keohane, Jr Robert (1971). Transnational Relations and World Politics: An Introduction, *International Organization*, 25, 3, pp. 329-349.

O'Keefe, C.A. & Coady, J. (2002). *Terrorism and Justice: moral argument in a threatened world*, Austrália, Melbourne University Press.

Ottaway, Marina & Brown, Nathan J. & Hamzawj, Amr & Sadjapour (2008). *The New Middle East*, Washington DC, Moscovo, Beijing, Beirut, Bruxelas, Carnegie Endowment for International Peace.

Paul, T.V. & Wirtz, James J. & Fortmann, Michel (2004) *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*, Stanford, California, Stanford University Press.

Péclard, Didier & Mechoulam, Delphine (2015), Rebel Governance and the Politics of Civil War, *Basel. Swiss Peace*.

Perry, Marvin & Negrin, Howard E. (2008) *The Theory and Practice of Islamic Terrorism*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

Potter, Donald W. (2004). State Responsibility, Sovereignty, and Failed States, *School of Government. University of Tasmania*.

Rabasa, Angel et. all (2006). Beyond al-Qaeda. Part 1. The Global Jihadist Movement, *RAND Project Air Force*.

RAND, *Database of Worldwide Terrorism Incidents*, Terrorism Incidents Database Search [página Web] [consultado a 3 de Dezembro de 2015] disponível em: http://smapp.rand.org/rwtid/incident_detail.php?id=702

RAND, *Database of Worldwide Terrorism Incidents*, Terrorism Incidents Database Search, [página Web] [consultado a 3 de Dezembro de 2015] disponível em: http://smapp.rand.org/rwtid/incident_detail.php?id=18518

Reis, Líliliana Domingues (março de 2014). *Política Comum de Segurança e Defesa: O Novo Desafio ao Processo de Integração da UE*, Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão.

Resolução da Assembleia 40/61, Medidas para a prevenção do terrorismo internacional que ponha em risco ou retire vidas humanas ou prejudique liberdades fundamentais e estudo das causas subjacentes a essas formas de terrorismo e actos de violência, que recaiam sob a miséria, frustração, luto e desespero, e que leve a que algumas pessoas sacrifiquem vidas humanas, tal como a sua, numa tentativa desesperada de promover mudanças radicais, A/RES/40/61 (9 de Dezembro de 1985), [consultado a 15 de Novembro de 2015] disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/40/a40r061.htm>

Resolução da Assembleia Geral 49/, Declaração sobre as Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, (9 de Dezembro de 1994), [consultado a 20 de Dezembro de 2015] disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/reArtigos/49/a49r060.htm>

Rosenfeld, Jean E. (2011) *Terrorism, Identity and Legitimacy: the four waves theory and political violence*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

Rotberg, Robert I (2004). *When States Fail: Causes and Consequences*, New Jersey, Princeton University Press.

Salavatian, Hossein & Abadi, Abbas Salehi Naja & Moradi, Jahanbakhsh (2015). Iran and Saudi Arabia: the dilemma of security, the balance of threat, *Journal of Scientific Research and Development*, 2, 2, pp. 141-149.

Schmitt, C., Trans. G. Schwab (1996) *The Concept of the Political*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.

Smith, Steve (1991). Mature Anarchy, strong states and security, *Routledge Taylor & Francis Group*, 12, 2, pp. 325-339

Smith, Wright (2015). "Our Defense is a Holy Defense!"- The Iran-Iraq and its Legacy in Contemporary Iranian Factional Politics, *Journal of Georgetown University - Qatar Middle Eastern Studies Student Association*, [consultado a 10 de Outubro de 2016] disponível em: <http://dx.doi.org/10.5339/messa.2015.3>

Sousa, Fernandes de (2005), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, Edições Afrontamento CEPESE.

Sousa, Fernando de (2008). *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto, Edições Afrontamento CEPESE.

Stabile, Carol A.; Kumar, Deepa (2005). Unveiling imperialism: media, gender and the war of Afghanistan, *SAGE Publicações, RAND Thousand Oaks*, 27, 5, pp. 765-782;

Tamimi, Aymenn Jawad al (2014). The Dawn of the Islamic State of Iraq and ash-Sham, *Current Trends in Islamist Ideology*, v. 16.

The Bush Administration's Doctrine of Preemption (and Prevention): When, How, Where?. (2004). *Council on Foreign Relations* [consultado a 2 de Novembro de 2016] disponível em: <http://www.cfr.org/world/bush-administrations-doctrine-preemption-prevention-/p6799>.

The Guardian, (1 de Setembro 2014). Ten years after Beslan school siege survivors struggle to make a new life, [consult. 5 de janeiro de 2016] disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/sep/01/beslan-school-massacre-ten-years>;

Tomé, Luís (2015). *“Islamic state” The New Global Jihadist Phenomenon*, Porto, Média XXI

Tratado para a Cooperação entre os Estados Membros da Commonwealth de Estados Independentes no Combate ao Terrorismo, Minsk, 4 de Junho de 199, Comité Executivo dos Estados Independentes da Commonwealth;

Turner, John (2015). Strategic Differences: Al-Qaeda's Split with the Islamic State of Iraq and al-Sham, *Small Wars & Insurgencies*, 26, 2, pp:208-255, DOI: 10.1080/09592318.2015.1007563

Uma Europa Segura num Mundo Melhor: estratégia europeia em matéria de segurança, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>

US Department of State- Bureau of Counterterrorism, Foreign Terrorist Organizations [página Web] [consultado a 10 de janeiro de 2016] disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>

Viana, Vítor (2011). Consequências Estratégicas do 11 de Setembro de 2001, *Relações Internacionais*, 31, pp.25-31.

Vinci, Anthony (2009), *Armed Groups and the Balance of Power - The international relations of terrorists, warlords and insurgents*, (s.l.) LSE International Studies.

Voerman, Jan (2009). The Reign of Terror, *Andrews University Seminary Studies*, 47, 1, pp. 117-134

Walt, Stephen (1987). Alliances: Balancing and Bandwagoning, *Anarchy and its Consequences*, pp. 111-117

Waltz, Kenneth (2002, ed.) [1979]. *Teoria das Relações Internacionais*, Gradiva.

Wall Street Journal (3 de Março de 2016). Obama: Defeating ISIS Is Our Top Priority [Video] disponível em: <http://www.wsj.com/video/obama-defeating-isis-is-our-top-priority/E127A6A9-2485-49FC-B3E8-A99146FF9F5C.html>

Weber, Max (2008, ed.) [1920] *Conceitos Básicos de Sociologia*, São Paulo, Centauro Editora

Wehey, Frederic & Kaye, Dalia Dassa & Watkins, Jessica & Martini, Jeffrey & Guffey, Robert A. (2010) *The Iraq Effect: the Middle East after Iraq War*, Santa Monica, Arlington, Pittsburg Rand Project Air Force.

Weinber, Seth (2009). *War Power in na Age of Terror*, Santa Barbara, Denver, Oxford, ABC-CLIO, LLC

West, Andrew Fleming (1963). *The Statesman's Book of Jonh of Salusbury: being the fourth, fifth, and sixth books, and selections from the seventh and eighth books of the Policraticus*, Disponível em: <http://www.constitution.org/salisbury/policrat456.htm>.

Wood, Graeme (29 de Março, 2015). O que é o Estado Islâmico?, *Jornal Público*, [consultado a 4 de Janeiro de 2016] disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-que-e-o-estado-islamico-1690458>

World Future Fund, Maximilien Robespierre: speech to the Convention february 5th 1794. [consultado a 25 de dezembro de 2015]. Disponível em: <http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Communism/ROBESPIERRE'S%20SPEECH.htm>

Whittaker, David J (2004). *Terrorists and Terrorism in the Contemporary World*, Londres e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

Zahreddine, Danny & Teixeira, Rodrigo Corrêa (2015). A Ordem Regional no Médio Oriente 15 anos após os atentados do 11 de Setembro, *Revista de Sociologia e Política*, 23, 53, pp. 71-98, [consultado a 16 de Janeiro de 2016] DOI: 10.1590/1678-987315235305

Zawahiri, Sheikh Ayman (s.d.). A Message of Hope and Glad Tidings to Our Fellow Muslim in Egypt (4), The Global Islamic Media Front.